

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO E NEGÓCIOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO

FÁBIO MELGES

DIANTE DA LEI: PERCURSOS E DISCURSOS DA PRECARIZAÇÃO FLEXÍVEL
DO TRABALHO

CAMPO GRANDE – MS
2022

FÁBIO MELGES

Diante da Lei: Percursos e Discursos da Precarização Flexível do Trabalho

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Administração.

Orientador: Professor Dr. Elcio Gustavo Benini

CAMPO GRANDE – MS
2022

FÁBIO MELGES

DIANTE DA LEI: PERCURSOS E DISCURSOS DA PRECARIZAÇÃO FLEXÍVEL DO TRABALHO

Esta Tese será julgada pela Banca abaixo qualificada como requisito parcial à obtenção do Grau de Doutor em Administração na área de concentração em Agronegócio e seus Aspectos Ambientais do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Administração da Escola de Administração e Negócios da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elcio Gustavo Benini - Orientador
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof. Dr. Leonardo Figueiredo Neto - Membro titular interno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Jacira Helena do Valle Pereira Assis – Membro titular externo
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Profa. Dra. Georgiana Luna Batinga - Membro titular externo
Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. José Henrique de Faria - Membro titular externo
Universidade Federal do Paraná

Campo Grande/MS
2022

Esta pesquisa é dedicada aos
trabalhadores e às trabalhadoras por
aplicativo do Brasil.

Ele é inteligível, todos o entendem. Ele é fácil.
Você não é um explorador, você pode compreendê-lo.
Ele é bom para você, informe-se sobre ele.
Os burros o chamam de burro, e os sujos
O chamam de sujo.
Ele é contra a sujeira e contra a burrice.
Os exploradores o chamam de crime
Mas nós sabemos:
Ele é o fim dos crimes.
Ele não é nenhuma idiotice, mas
O fim da idiotice.
Ele não é enigma
Mas a solução.
Ele é o simples
Que é difícil de fazer.

Bertold Brecht

AGRADECIMENTOS

É uma trivialidade a afirmação de que finalizar o doutorado exige muito esforço e sacrifício daquele que se aventura a realizar tal empreita. Não fugirei do clichê. A elaboração deste trabalho não ocorreu sem muitas angústias ou restrições, nem tampouco sem o enfrentamento de demônios de toda a sorte. Por isso, sirvo-me desse comum lugar de pesquisador iniciante para expressar o reconhecimento de que a conquista que aqui se encerra somente ocorreu por conta de uma grande rede de apoio e cooperação que me permitiram dar, para parafrasear o astronauta, um pequeno passo para as humanidades, mas um gigantesco passo para um humano.

Assim, incorporando as angústias e os temores abre-se espaço para uma “Ode à Alegria”:

“Ó amigos, mudemos o tom.

Entoemos algo mais prazeroso

E mais alegre”.

Primeiramente quero agradecer à minha família por todo apoio amoroso que recebi. Aos meus pais Maria e Dirceu, aos meus sogros Rosa e Hildo, aos meus filhos Bruna e Rafael, e ao meu sobrinho Lucas, muito obrigado. Um agradecimento especial à minha esposa Rose, parceira de todas as horas. Quero deixar aqui registrado que minha família abrange um cãozinho galante e mais cinco gatinhos que moram comigo. Sem a doce presença deles passeando pelo teclado do computador ou pedindo para jogar a bolinha nos momentos de maior estresse não sei se teria conseguido chegar aqui com um grau razoável de saúde mental. Por ser a mais velha de todos, cito nominalmente a Diadorim como a doce representante desses seres especiais.

Expresso minha profunda gratidão e admiração pelo meu orientador Élcio Benini, mentor e amigo. Nossas incontáveis conversas, debates profícuos e trocas de ideias acerca dos mais variados temas serviram de grande incentivo para a continuação da pesquisa. Ademais, sua dedicação à ciência e ao ensino é um exemplo que levarei para sempre comigo.

Aproveito para agradecer também a todos os professores e professoras do curso, bem como aos trabalhadores e trabalhadoras da UFMS.

Obrigado a todos os/as colegas do curso e um abraço fraterno aos amigos do doutorado: André, João e Adriano. A presença de vocês deixou tudo mais rico.

À minha querida amiga Tânia que partilhou comigo temores, alegrias, dúvidas e muito me ajudou na feitura desta pesquisa, minha profunda gratidão.

Sou muito grato aos amigos do grupo de pesquisa GEPOTE pelas contribuições intelectuais e pelo apoio em vários momentos da jornada, em especial aos companheiros Eziel, Gustavo, Leandro Bezerra, Yuri e Gabriel.

Aos amigos da banda Xavante: Raquel, Rômulo e Marcelo, porque sem música, disse certa vez um alemão bigodudo e controverso, a vida seria um erro.

Aos queridos amigos de tertúlias Keyla, Gilberto, Gabriel Leal, Fabíola, Antônio, Neide, Emivaldo, Simone, Ana Paula, Marco, Kelly, Alexandro, Maurílio, Mayara Pantaleão, Fran Gadotti, Luiz Raele, Anna, Gabriel Chelis, Dani Yanazi, Tonani, Felipe, Isa, Rafael, Fernanda, André, Nazira e Sandra: *in vino veritas*.

Um agradecimento especial a um amigo que foi compor a partitura do universo: professor Luiz Felipe de Oliveira. Jamais esquecerei suas falas apaixonadas sobre Bach, Peirce, o gato Fucô, Chico Buarque, Dostô e cervejas. O maestro deixou a cena, a obra ficou:

“Wir betreten feuertrunken
Himmlische dein Heiligtum”.

Por fim, meu muito obrigado aos membros da banca de defesa: professora doutora Georgiana Luna Batinga, professora doutora Jacira Assis Pereira, professor doutor Leonardo Figueiredo e aquele que é uma referência e uma inspiração intelectual deste escriba, professor doutor José Henrique de Faria.

A vocês, minha gratidão.

RESUMO

A nova precarização do trabalho, a precarização flexível, apresenta mudanças e novos elementos significativos no quadro de precariedade do trabalho. Na condição de manifestação histórica, insere-se paulatinamente no bojo das reformas estruturais-econômicas e institucionais-políticas. Defendemos aqui a tese de que a precarização flexível do trabalho é formada por novas práticas sociais e conformada pela vulgata neoliberal. Possui, portanto, percurso e discurso próprios. Nosso objetivo nesta pesquisa foi evidenciar os elementos estruturantes da precarização flexível. Para o mapeamento do percurso foi elaborado um mapa conceitual, ferramenta crítica para o desenvolvimento de uma investigação científica que articula conceitos, contexto e influências teóricas para promover o avanço da pesquisa no contexto do objeto estudado. Para a transcrição do discurso esta pesquisa se valeu do arcabouço teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough, que entende que os instrumentos discursivos têm ligação intrínseca com o novo capitalismo e a chamada globalização da economia. Por meio da aplicação da ACD ficou evidenciado que há uma ordem discursiva que faz uso de diversas estratégias que tem como objetivo a eternalização da ordem social vigente. O percurso da precarização flexível ficou evidenciado em três dimensões que consubstanciaram o mapa proposto: o contexto, sintetizado na ascensão do neoliberalismo, na hegemonia do setor financeiro, na reestruturação produtiva e na globalização da economia; as práticas flexíveis, estas enquanto manifestações e causalidades dos arranjos sociais, expostas em termos de naturalização do desemprego, fatalismo econômico, esvaziamento do Estado, santidade dos contratos, desregulamentação, intensificação do trabalho, captura do *savoir faire*, descentralização e desterritorialização das unidades produtivas, manipulações tecnocráticas, enfraquecimento dos sindicatos, trabalho parcial ou temporário, terceirização e desespecialização; e, as categorias, expressões relacionais identificadas como capitalismo flexível, empresa flexível, flexibilidade (regulação flexível), precarização social e a passagem da subsunção formal à real. Com relação aos discursos, a análise dos *corpora* evidenciou estratégias de disseminação da ordem discursiva hegemônica por meio da legitimação, da dissimulação, da fragmentação e do expurgo do outro. Ademais, os discursos hegemônicos fazem uso de um ostensivo fatalismo econômico e utilização generalizada de palavras-chave do léxico neoliberal, tais como, “empreendedorismo”, “grande revolução”, “aprofundamento da crise”, “modernização” e “flexibilidade”.

Palavras-chave: Precarização do trabalho. Análise Crítica do Discurso. Neoliberalismo. Ideologia. Uberização.

ABSTRACT

The new precariousness of work, the flexible precariousness, presents changes and new significant elements in the framework of the precariousness of work. As a historical phenomenon, it is gradually inserted into the bulge of structural-economic and institutional-political reforms. We hereby defend the thesis that the flexible precariousness of work is formed by new social practices and shaped by the neoliberal vulgate. It, therefore, has its path and discourse. Our objective in this research was to highlight the structuring elements of the precariousness of work. To map the route, we developed a concept map, a critical tool for a scientific investigation that articulates concepts, context, and theoretical influences to promote research advancement in the context of the object of study. For the transcription of the discourse, this research used the theoretical-methodological framework of Fairclough's Critical Discourse Analysis (CDA), which understands that discursive instruments have an intrinsic connection with the new capitalism and the alleged economy globalization. Through the application of the CDA, it has become evident that there is a discursive order that employs several strategies which aim to perpetuate the current social order. The path of flexible precariousness became evident in three dimensions that substantiate the proposed map: the context, synthesized in the rise of neoliberalism, the financial sector hegemony, the productive restructuring and the globalization of the economy; flexible practices, as manifestations and causalities of social arrangements, exposed in terms of naturalization of unemployment, economic fatalism, State weakening, the sanctity of contracts, deregulation, intensification of work, the capture of *savoir-faire*, decentralization and deterritorialization of productive units, technocratic manipulations, weakening of unions, part-time or temporary jobs, outsourcing and de-specialization; and the categories, relational expressions identified as flexible capitalism, flexible company, flexibility (flexible regulation), social precariousness and the passage from formal to real subsumption. Regarding the discourses, the analysis of *corpora* evidenced hegemonic discursive order dissemination strategies through legitimation, dissimulation, fragmentation, and purge of the other. Furthermore, the hegemonic discourses rely on an ostensible economic fatalism and generalized use of keywords from the neoliberal lexicon, such as “entrepreneurship”, “great revolution”, “deepening crisis”, “modernization” and “flexibility”.

Keywords: Precariousness of work. Critical Discourse Analysis. Neoliberalism. Ideology. Uberization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Representação esquemática do framework conceitual.....	69
Figura 2 Mapa conceitual da nova precarização do trabalho	71
Figura 3 Categorias analíticas do modelo tridimensional de Fairclough	120
Figura 4 Capa da Revista Exame.....	153

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Proporção do capital	44
Tabela 2 Decréscimo relativo do capital variável.....	44
Tabela 3 Categorias da análise linguística.....	135
Tabela 4 Termos usados nas buscas	198
Tabela 5 Síntese da etapa 3.....	199
Tabela 6 Revisão sistemática <i>corpus</i> final.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Estrutura de análise.....	135
Quadro 2 Modos gerais de operação da ideologia.....	137
Quadro 3 Principais elementos da reforma trabalhista = desconstrução dos direitos ..	144
Quadro 4 Estratégias ideológicas utilizadas Corpus Exame	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	Análise Crítica do Discurso
AD	Análise do Discurso
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
FIPE	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ILO	<i>International Labour Organization</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NEI	Nova Economia Institucional
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG	Organização Não Governamental
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RT	Reforma Trabalhista
TINA	<i>There Is No Alternative</i>

SUMÁRIO

PRELÚDIO.....	17
PRIMEIRA PARTE: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	31
1 O Trabalho como “Mercadoria”	32
2 A Nova Precarização do Trabalho: Um Mapa Conceitual	54
<i>2.1 Mapa Conceitual da Nova Precarização do Trabalho.....</i>	<i>68</i>
<i>2.2 Elementos Constitutivos da Precarização Flexível do Trabalho.....</i>	<i>77</i>
SEGUNDA PARTE: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO.....	80
1 Considerações Iniciais.....	81
2 É a Ideologia um Objeto de Investigação Científica?	89
3 A Análise Crítica do Discurso (ACD).....	103
<i>3.1 A ACD e o “Novo Capitalismo”.....</i>	<i>105</i>
<i>3.2 As ações discursivas e a constituição de relações de poder</i>	<i>112</i>
<i>3.3 O Discurso para a ACD.....</i>	<i>117</i>
4 Procedimentos Metodológicos.....	126
<i>4.1 A Instrumentação da Análise.....</i>	<i>126</i>
<i>4.2 A construção do corpus.....</i>	<i>127</i>
<i>4.3 O dispositivo analítico</i>	<i>134</i>
TERCEIRA PARTE: PRODUÇÃO ANALÍTICA	140
1 O DISCURSO FLEXÍVEL DA REFORMA TRABALHISTA.....	141
<i>1.1 Um problema social: práticas flexíveis no Brasil.....</i>	<i>141</i>
<i>1.2 A Identificação de Obstáculos: A Legitimação da Precarização.....</i>	<i>143</i>
<i>1.3 O problema e sua função social.....</i>	<i>165</i>
2 CONCERTO A CÉU ABERTO PARA AVES.....	167
<i>1 A uberização e seu discurso (Grave).....</i>	<i>167</i>
<i>2 Compêndio para uso dos pássaros (Adágio).....</i>	<i>175</i>
3 PARTITURA EM VERBAL DE AVE.....	184
<i>3.1 Cantigas de um passarinho (Solo para tenor – Allegro, ma non troppo)</i>	<i>184</i>
.....	184
FINALE	192
EXCURSO 1 – REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	197
1 Introdução.....	197
2 Apresentação e análise dos resultados	199

REFERÊNCIAS	203
APÊNDICE 1 – Corpus Exame	219
APÊNDICE 2 Corpus Rappi	230
APÊNDICE 3 – Corpus Galo	236

PRELÚDIO

Inovações e reformas estruturais-econômicas e institucionais-políticas, levadas a cabo nas décadas de 1970 e 1980, impactaram diretamente o mundo do trabalho, resultando em novas formas de precarização das condições de trabalho e da vida do trabalhador. De acordo com Antunes (2018), após o longo período de crescimento da economia capitalista, entre o pós-guerra e os anos 1970, iniciou-se uma fase de crise do padrão de acumulação baseado no binômio taylorismo/fordismo¹, cuja determinação profunda está na estrutura do sistema do capital.

Foi nessa fase, devido aos obstáculos impostos ao processo de acumulação capitalista, que um conjunto de práticas que articulava novas e velhas formas de explorar a força de trabalho redesenhou a divisão internacional do trabalho (ANTUNES, 2018). Por conseguinte, o chamado Toyotismo – forma de arranjo produtivo com base na flexibilidade dos processos – alcançou poder ideológico e estruturante do complexo de reestruturação produtiva do capital. Tal fato tornou a flexibilidade uma categoria objetiva universal na onda da globalização² e financeirização da economia (ALVES, 2000; ANTUNES, 2009a; 2018).

Não obstante tais mudanças tenham sido operadas no seio das relações e organização da produção/trabalho, o processo de reestruturação dos arranjos produtivos foi inserido em um quadro de transformações mais profundas que envolveram todo um arranjo societal. Esse quadro está ligado à resposta do capital diante das crises do regime fordista de acumulação – base da expansão das forças produtivas nos países capitalistas centrais pós-Segunda Guerra – e do Estado de Bem-Estar Social. Isso gerou uma mudança profunda nos padrões de concorrência e reordenação das forças produtivas e dos Estados nacionais. Tal mudança contemplou o uso de novas tecnologias e novas formas de organizar e controlar o trabalho (HARVEY, 1992; 2014; HOBSBAWM, 2015).

¹ “O binômio taylorismo/fordismo, expressão dominante do sistema produtivo e de seu respectivo processo de trabalho, que vigorou na grande indústria, ao longo de praticamente todo o século XX, sobretudo a partir da segunda década, baseava-se na produção em massa de mercadorias, que se estruturava a partir de uma produção homogeneizada e enormemente verticalizada [...] Esse padrão produtivo estruturou-se com base no processo parcelar e fragmentado” (ANTUNES, 2009a, pp. 38-39).

² Neste trabalho, a expressão globalização se refere ao mesmo tempo: ao disfarce ideológico – “mito justificador” (BOURDIEU, 1998b), ou “conto de fadas” (MÉSZÁROS, 2005) – legitimador do processo de precarização do trabalho e das relações sociais; e ao fenômeno concreto ligado à disseminação dos mercados financeiros por meio de redução de controles legais e aprimoramento dos meios tecnológicos.

Diante desse contexto, a regulação do trabalho passou a ser transferida do âmbito social para o privado, resultando em aumento da informalidade dos trabalhadores, da desigualdade social e da destruição de redes de proteção social ao trabalhador. Nesse cenário se inseriu a flexibilização, caracterizada por permitir a redução do emprego e o aumento da mobilidade de pessoal via superação de situações de controles institucionais. Suas principais modalidades de vínculo são o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, a terceirização³ e a suspensão temporária do contrato, resultando em um quadro geral de precarização do trabalho (FARIA, KREMER, 2004; D'ARISBO et al., 2018).

Esse quadro geral de precarização, para Machin (1997), evidencia que o enfraquecimento de sindicatos e outras instituições trabalhistas nas décadas de 1970 e 1980 tornou o mercado de trabalho mais flexível e teve papel preponderante no aumento da desigualdade de renda e salários na Grã-Bretanha.

A precariedade do trabalho não é uma realidade nova, é resultado de uma condição socio estrutural que transforma a força de trabalho em mercadoria. Portanto, a precariedade do trabalho é intrínseca à subsunção do trabalho ao capital, ao passo que a precarização é um processo da luta de classes e da correlação de forças entre capital e trabalho, localizado numa determinada dimensão histórica (MARTINS, LIMA, 2016; PEREIRA, TASSIGNY, BIZARRIA, 2017).

Embora a precarização do trabalho não seja um fenômeno novo, há um novo processo de precarização, que está ligado às alterações provocadas pelo paradigma neoliberal que solapou as bases do Estado de Bem-estar Social por meio do esvaziamento do Estado e da flexibilização do mercado de trabalho, entre outras políticas (ANTUNES, 2018; MÉSZÁROS, 2007; POCHMANN, 2009; QUINLAN, 2012). Esse novo processo de precarização tem como componente central a flexibilidade (ANTUNES, 2009a, 2009b; 2018; HARVEY, 1992; 2014; MÉSZÁROS, 2007).

De acordo com Antunes (2018), a economia mundial atual está sob comando e hegemonia do capital financeiro, que demanda flexibilização crescente dos contratos de trabalho. Isso torna a terceirização a modalidade de gestão central das estratégias

³ A terceirização é, paradoxalmente, um fenômeno antigo e novo – antigo, pois essa forma de organização do trabalho tem suas raízes na Revolução Industrial e remonta aos primórdios do capitalismo; e novo, porque tem seu marco histórico recente amparado e inspirado no processo de reestruturação produtiva da Toyota japonesa –, pois é apenas uma nova forma do conteúdo de fetichização de mercado, em que passa a ocorrer também a fetichização da flexibilização, invertendo a relação entre sujeito e objeto, e determinando o comportamento dos trabalhadores como uma força externa e naturalizada, buscando impedir que os sujeitos sejam capazes de reação e controle dos processos da comunidade (Pereira, Tassigny & Bizarria, 2017, Druck, 2011).

empresariais, ocultando as reais relações de trabalho em relações de contrato flexíveis, por tempo determinado, entre empresas. Segundo Pereira, Tassigny e Bizarria (2017), o programa neoliberal impõe uma política de Estado desregulatória em âmbito global e é caracterizado pela terceirização dos contratos de trabalho, novas tecnologias e subcontratação.

Segundo Standing (2014), a atual classe trabalhadora precarizada é a primeira, dentro do capitalismo moderno, em que a regra geral é o trabalhador ter maior nível de habilitação do que a exigida pelo trabalho que ele desempenha. Villen (2017), por seu turno, demonstra que atualmente profissões consideradas “privilegiadas” ou “blindadas”, ou seja, funções que demandam alta qualificação, também sofrem processo de precarização. Da mesma forma, Mészáros (2005) evidencia que há uma crise estrutural do sistema capitalista – cuja gênese remonta ao final da década de 1960 e início da década de 1970 – que inaugura um período em que não apenas trabalhadores sem qualificação, mas também muitos trabalhadores altamente qualificados, não conseguem emprego. Para isso, conforme o autor, mesmo décadas mais tarde, os apologistas do sistema não oferecem soluções, mas apenas discursos vazios e promessas repetidas.

Há uma forte relação entre precariedade – trabalhos inseguros e irregulares que incluem questões ligadas às horas trabalhadas ou da renda recebida pelos trabalhadores, trabalho casual, contratos de curto prazo ou temporários, trabalhadores por conta própria, subcontratados, imigrantes⁴, clandestinos, trabalhadores a distância ou domésticos – e condição de classe (ESTANQUE, 2014; QUINLAN, 2012). Portanto, quando falamos de precarização do trabalho, devemos deixar claro que a precarização está diretamente ligada à classe trabalhadora⁵ (ESTANQUE, 2014).

⁴ De acordo com Villen (2017) os movimentos migratórios revelam em escala global tendências de enfraquecimento de todo o mundo do trabalho, o que resultou em esgarçamento das relações sociais e contribuiu para o fenômeno da discriminação, em particular o racismo. Esse movimento migratório é de caráter estrutural, sistêmico e internacionalmente interligado no sistema capitalista “globalizado”. Por seu turno, argumenta Antunes (2018) que a explosão dos trabalhadores imigrantes é a ponta do iceberg do processo de precarização do trabalho imposta pelo neoliberalismo. Tais trabalhadores recebem sempre os piores salários, os horários mais desconfortáveis e estão sujeitos a todo tipo de discriminação. Paradoxalmente, segundo o autor, tais trabalhadores são os que possuem mais fatores de transformações das sociedades por serem portadores coletivos de uma necessidade de emancipação social.

⁵ O assalariamento e a precariedade possuem uma história comum de longa data. De acordo com Martins e Lima (2016) o trabalho “precário” tem uma ligação inextrincável com o advento do capitalismo. O período de assalariamento e proletarianização iniciado a partir do século XIX deu início a relações de trabalho marcadas pela exploração do trabalhador, jornadas intensas e ausência de direitos. Nesse período, o trabalho assalariado era anátema, símbolo de precariedade e identificação dos vulneráveis, aqueles que somente tinham a força de trabalho para vender, sem nenhuma tutela. Desse modo, é importante entender as transformações e os desdobramentos históricos no mundo do trabalho, em especial o trabalho assalariado, como intrínsecas a uma situação de classe em condições desfavoráveis, desprezada, e em circunstâncias

Nessa linha, é importante pontuar que todo processo de precarização, por mais excludente que possa ser, deve ser entendido a partir da lógica dialética da exclusão/inclusão, uma vez que compõe a totalidade da sociedade capitalista, sendo, portanto, parte funcional do seu sistema orgânico.

Destarte, em que pese a localização histórica razoavelmente recente do processo de precarização do trabalho ligada à hegemonia neoliberal e às novas práticas oriundas das transformações nas relações de produção, a “nova” precarização do trabalho é, conforme pontua Alves (2000), resultado de processos sócio-históricos estruturais e de longa duração da acumulação capitalista em que a globalização do capital procurou acelerar a lei geral de acumulação, enfraquecendo o mundo do trabalho e a perspectiva de classe.

É necessária uma ressalva importante a respeito do fenômeno da precarização do trabalho que é a excepcionalidade da tese da erosão do Estado do bem-estar social, indicando uma limitação dessa experiência aos países ricos. Essa forma de proteção social ampla nunca foi realidade nos países pobres, contudo, em que pese a não particularidade de tal tese para a América Latina ou outras nações “periféricas”, há elementos chave do fenômeno que contribuem para o entendimento do processo de precarização em curso. Ainda que haja diferenças contextuais e históricas, existem elementos gerais – como a globalização, a flexibilização, a desregulações, entre outros – que perpassam todo o mundo do trabalho, e, assim, formam um processo comum.

Dessarte, no plano histórico-concreto de materialização das relações de poder e realização política, o processo de institucionalização da precarização do trabalho tem ocorrido em dimensões globais, acompanhado do enfraquecimento de instituições ligadas à proteção do trabalho.

No Brasil, os fenômenos da desregulação e da flexibilização têm enfraquecido as instituições relacionadas ao trabalho, ganhando força no discurso de um ciclo de austeridade que promete reestabelecer a confiança do mercado e a retomada do crescimento econômico e do emprego. Tal discurso está intrinsecamente ligado à agenda das reformas trabalhistas e previdenciárias implantadas no país. Nesse ponto, observamos

muitas vezes miseráveis. Ainda conforme Martins e Lima (2016), a palavra “precário” indica a qualidade daquilo que é frágil, inseguro e vulnerável. Por seu turno, para Valenzuela (2015), a palavra *precário* deriva do latim *precarius*, que se refere a algo que se obtém por meio de pedido ou súplica, e, no direito romano, *precarium* designava um contrato em que o beneficiário arrendava um bem que podia ser reclamado de volta pelo dono a qualquer momento, portanto, um contrato com muito risco e insegurança para o arrendatário. Dessa forma, o núcleo de sentido da palavra precário é a insegurança ou a fragilidade.

que a reforma trabalhista brasileira tem sido sustentada no tripé i) flexibilização das relações de trabalho; ii) fragilização das instituições de proteção e; iii) individualização dos riscos, objetivando o detrimento da proteção social dos trabalhadores (COSTA, 2017; KREIN; COLOMBI, 2019).

Novas formas de esvaziar a proteção do trabalho foram implantadas, entre elas a Lei 13.467, em vigor desde 2017, que alterou regras concernentes às relações de trabalho – cujo discurso oficial foi o de simplificar as relações entre empregadores e trabalhadores – e institucionalizou formalmente, e de maneira ampla, entre outros, a flexibilização⁶ do trabalho no Brasil (BRASIL, 2017).

Dentre seus atos, a Lei 13.467/2017 alterou a regra do pagamento da contribuição obrigatória para optativa, estrangulando financeiramente os sindicatos. Frisa-se que a compulsoriedade datava de 1943 por meio da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), que fez do imposto sindical o principal mecanismo de financiamento dos sindicatos brasileiros. Pouco tempo depois, foi editada a Medida Provisória 873/19, assinada pelo presidente Jair Bolsonaro, que forneceu um ingrediente adicional para o enfraquecimento da classe trabalhadora frente ao capital ao instituir o pagamento do imposto sindical mediante autorização do trabalhador por escrito (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2019; BRASIL, 2019).

Há mais de 200 pontos de alteração na legislação trabalhista – entre elas, o incentivo à remuneração variável, a despádonização da jornada de trabalho e novas formas de contratação como a jornada intermitente – que proporcionaram imensa liberdade para os empregadores em relação à forma e à demanda da utilização da força de trabalho de acordo com as necessidades das empresas e do mercado (KREIN; COLOMBI, 2019).

Assim, as reformas ocorridas no âmbito da legislação trabalhista trouxeram instabilidade e fragilidade para a ação coletiva no Brasil, com a ameaça do desemprego no horizonte, deixando, dessa forma, os trabalhadores brasileiros expostos à precarização social.

⁶ Cabe ressaltar, com base em Druck (2016), que também no Brasil a terceirização não é um fenômeno novo. A autora cita como exemplo os “gatos” que contratavam trabalhadores temporários para colheitas. Entretanto, com o surgimento das indústrias de automóveis no país a terceirização se tornou parte do processo produtivo e se espalhou para outros ramos econômicos. Por seu turno, Pereira *et al.* (2017) traçam um mapa das leis a respeito de terceirização que remonta ao código civil de 1916 que previa contratação temporária. Ressaltando que apenas por meio do Decreto-Lei 200 de 1967 é que a terceirização é citada de forma explícita, aplicável a toda administração pública federal.

A chamada Reforma Trabalhista (RT) ocorreu em um contexto político de aberta luta de classe. Pochmann (2009) argumenta que, a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, em 2002, todos os projetos que visavam facilitar a contratação e demissão de funcionários foram rejeitados. Após seu segundo mandato é empossada a presidenta Dilma Rousseff. Em 2016, foi aberto um processo de impeachment muito controverso que ocorreu logo após o PT ter declarado apoio à cassação do então presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (AGÊNCIA SENADO, 2016).

Não causa nenhum estranhamento, portanto, que as primeiras manifestações do ex-presidente Michel Temer, vice de Rousseff que assumiu a presidência pós-golpe jurídico-parlamentar, tenha sido as propostas de Reformas Trabalhista e Previdenciária. Nessa linha, demonstram Krein e Colombi (2019) que o golpe parlamentar que destituiu Dilma Rousseff em 2016, em conjunto com um ciclo de austeridade que teve início em 2015, representam um ponto de inflexão da implantação radical de uma agenda neoliberal no país, mudando a trajetória política, econômica e social do Brasil.

As propostas de reforma foram saudadas com entusiasmo pelos canais de grande mídia no país. Em um trabalho que utilizou a Análise do Discurso (AD) francesa em um conjunto de notícias a respeito da Reforma Trabalhista publicadas nos anos de 2016 a 2017, Moraes Sobrinho (2019) evidenciou o *modus operandi* de “como os meios de comunicação criaram a narrativa da “modernização” da lei trabalhista, por meio da repetição e uso de termos como “novo” em oposição ao “velho””. Tal narrativa ajudou a formular uma “estratégia que aos poucos é capaz de convencer a classe trabalhadora que as mudanças profundas na reforma trabalhista” foram necessárias para o país fomentando a “ideia de que sem a aprovação da lei não existe a possibilidade de o desemprego ser reduzido” (MORAES SOBRINHO, p. 229).

No Brasil e no exterior há um discurso generalizado de “modernização” das relações socioeconômicas utilizados para defender as reformas neoliberais. Contudo, a despeito do argumento economicista da retomada do crescimento econômico e do aumento de empregos – discurso neoliberal generalizado em conjunto com “modernização” –, o resultado das reformas “austeras” tem sido, do ponto de vista social, desastroso.

Com efeito, de acordo com Krein e Colombi (2019, p. 1), o resultado das reformas foi o aumento do desemprego e da informalidade. Assim, como parte do “programa neoliberal” as reformas cumpriram seus objetivos de “disseminar a lógica da

empregabilidade e do empreendedorismo em detrimento da proteção social atrelada ao assalariamento”.

Reformas políticas de “austeridade” afetaram o mundo do trabalho de diversas formas e muitos países. Em um trabalho que analisou os determinantes e efeitos de curto prazo das reformas em 110 países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre 2008 e 2014, Adascalitei e Morano (2016), evidenciaram que: a) a aprovação das reformas está positivamente associada com taxas de desemprego; b) há simultânea implementação de medidas fiscais; c) reformas nas legislações do trabalho foram as maiores intervenções implementadas pelos governos nos anos recentes para tentar combater os efeitos negativos da crise econômica e financeira global; e d) examinados os efeitos de curto prazo das reformas trabalhistas nas taxas de desemprego, os resultados revelaram que desregulamentações aumentaram o desemprego no curto prazo, quando feitas durante crises, e que não têm significância estatística quando são implementadas durante períodos de estabilidade ou de expansão econômica⁷.

Soma-se a esse cenário a crise sem precedentes criada pela pandemia da COVID-19. Dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) apontam o equivalente a 345 milhões de empregos em período integral perdidos no terceiro quadrimestre de 2020. As mulheres e os jovens foram os que mais sofreram impactos referentes à contração econômica causada pela pandemia. Ademais, muitos trabalhadores passaram a trabalhar em suas casas, o que aprofundou a divisão de trabalho por gênero, orientada por fatores culturais entre outros, fragilizando a relação de trabalho, porquanto a maior parte dos países não possui um quadro legal adequado para lidar com esse tipo de relação de trabalho (ILO, 2020; 2021; OIT 2020).

Tais processos de institucionalização da precarização social não podem ser implementados sem mecanismos poderosos de convencimento da população. Nesse sentido, professam Fairclough e Melo (2012) que os discursos são elementos centrais para a consolidação do projeto neoliberal. De acordo com Fairclough (2010), o modo de produção capitalista necessita periodicamente renovar e expandir sua base econômica e para isso necessita reescalonar as relações entre as dimensões social, política e

⁷ Com efeito, o boletim Salariômetro de maio/21 da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2021) informa que em abril desse ano 59,7% das negociações não repuseram a inflação medida pelo INPC – 6,9%–, enquanto o reajuste mediano foi 6,0%. Informa também que depois da Reforma Trabalhista de 2017, nunca se negociou tanto quanto agora. O curso de nossa exposição demandou uma quebra no objeto. Por este motivo apenas na parte final deste estudo são evidenciados os resultados da RT.

econômica, de forma tal que as duas primeiras dimensões, sob a égide do neoliberalismo, estejam sob a lógica da acumulação de capital num processo crescente de subsunção.

Com efeito, Bourdieu (1998b) assevera que há uma forma generalizada de fatalismo econômico, no sentido de que mudanças da ordem política são apresentadas para a população como algo inescapável, “natural”. Na mesma linha, defendem Fairclough e Melo (2012) que a representação da mudança na economia global no discurso neoliberal é apresentada como inevitável, cabendo às classes apenas a adaptação a tais mudanças.

Segundo Bourdieu (1998b, p. 74), a precarização do trabalho coloca o trabalhador em risco permanente de perder seu emprego. Isso é resultado de uma “vontade política”, não de uma “fatalidade econômica” que foi identificada com a chamada “globalização”.

Assere Druck (2016) que embora nas duas últimas décadas haja um vasto campo de estudos sobre a precarização e a terceirização no Brasil, a maior parte deles têm como objeto a discussão sobre a regulamentação, o crescimento da terceirização ou os limites constitucionais desta.

Ou seja, os estudos se concentram nos resultados do fenômeno precarização e não sobre o processo de sua formação e naturalização. Portanto, há lacunas de observação que demandam análise, uma certa incompletude do estudo do fenômeno objeto desta investigação.

Para Paula (2016) o pesquisador deve buscar fazer reconstruções epistêmicas ao observar incompletudes cognitivas geradas por paradigmas científicos rivais. Nesse sentido, há uma incompletude no tratamento do fenômeno da precarização do trabalho no campo marxismo e do institucionalismo original, bem como do papel de discursos na legitimação de decisões políticas defendidas como fenômenos incontornáveis, construindo consenso, isto é, campo simbólico comum da “regra do jogo”⁸ para o processo de precarização do trabalho.

Essa incompletude ficou evidenciada a partir de uma varredura efetuada por meio de uma Revisão Sistemática⁹ (RS) – metodologia que visa identificar, avaliar e interpretar pesquisas relevantes para uma determinada questão de pesquisa, possuindo relevância para identificar possíveis lacunas no campo científico (KITCHENHAN, 2004;

⁸ No campo teórico do neoinstitucionalismo de vertente econômica, que abrange a ECT, instituições são, de acordo com North (1991), restrições concebidas humanamente que visam estruturar as relações políticas e socioeconômicas, são as regras do jogo.

⁹ A revisão sistemática está no excurso 1 desta pesquisa.

SAMPAIO, MANCINI, 2007, GUANILO; TAKAHASHI; BERTOLOZI, 2011) – que buscou trabalhos publicados nas plataformas *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Web of Science* (WoS) que abordassem o tema *precarização do trabalho*, com recorte temporal de 2010 a 2020.

Dentre os trabalhos que compuseram a amostra final, nenhum abordou o tema da precarização de trabalho cruzando os campos teóricos anteriormente mencionados. Tampouco houve algum trabalho que fizesse a aproximação do campo empírico por meio do referencial teórico-metodológico da ACD.

Considerando a importância do discurso para a implantação da agenda neoliberal, entendemos que a Análise Crítica do Discurso (ACD) pode contribuir para a compreensão do fenômeno em tela: a precarização neoliberal. Diante disso, nas dinâmicas das organizações, conforme ensina Onuma (2020, p. 585), a ACD “pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica em discursos organizacionais”, assim como também “para a discussão a respeito de como fenômenos da linguagem – como a comunicação e os discursos – podem contribuir para a formação das organizações”.

A ACD é um referencial teórico-metodológico que entende a linguagem de forma dialética, pois ao mesmo tempo que é utilizada para conformar a estrutura social, pode ser um importante instrumento mediador de denúncia e formador de discursos e práticas emancipatórios. Inapropriadamente reduzida a um método de pesquisa ou a uma técnica de análise de dados, a ACD é uma abordagem teórico-metodológica criada para pensar a “análise das relações entre os aspectos discursivos e não discursivos do social, a fim de se atingir uma compreensão melhor da complexidade dessas relações” (ONUMA, 2020, p. 589).

Isso demanda um posicionamento sociopolítico de seus pesquisadores, assim como uma atitude crítica e a consciência de “seu papel na sociedade, dando continuidade a uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência não valorativa” (VAN DIJK, 2008, p. 114). Com efeito, para a ACD a “consciência crítica sobre práticas linguísticas cotidianas responde a mudanças fundamentais nas funções que a linguagem cumpre na vida social” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 369).

Ademais, a ACD é abrangente e sistêmica, capaz de criar uma interação com outras teorias sociais e dialogar de maneira transdisciplinar, identificando conexões entre relações de poder e as escolhas linguísticas elaboradas pelos atores sociais. Sua operacionalização contempla os aspectos linguísticos, mas também os elementos sociais, pois, para a ACD, o discurso é uma prática social e um modo de ação dialeticamente

constituído (FAIRCLOUGH, 2008). Cabe destacar que para Fairclough e Melo (2012) a língua é um elemento integrante do processo social material.

Conforme foi exposto brevemente, a reestruturação produtiva conhecida como capitalismo flexível (HARVEY, 1992) criou uma dimensão política mediada por um discurso a respeito de valores e normas ligados às relações de trabalho, contribuindo para o enfraquecimento da classe trabalhadora e alimentando o atual processo de precarização do trabalho (MARTINS; LIMA, 2016).

Nesse sentido, entende Misoczky (2005) que os instrumentos discursivos estão intrinsecamente ligados ao capitalismo tardio e à mundialização da economia e, que, por esse motivo, análises críticas de discurso são ferramentas importantes para estudos que envolvam críticas ao modo de produção atual.

A perspectiva teórica da ACD de Fairclough, de forte influência gramsciana, busca desvelar ideologias que estão subjacentes nos discursos que fazem a mediação das relações sociais. Tal perspectiva buscar se articular com a práxis política e transcender o puramente teórico. Seu caráter é emancipatório, pois busca fazer um questionamento mais contundente do discurso – entendendo que este é socialmente condicionado e constituído, ao mesmo tempo que constitui a sociedade - e do senso comum (MISOCZKY, 2005; FAIRCLOUGH, 2008; ONUMA, ZWICK, BRITO, 2015; SILVA, GONÇALVES, 2017; SALLES, DELLAGNELLO, 2019).

Portanto, diante das evidências institucional-normativas e teóricas supracitadas, as quais serão aprofundadas neste trabalho, considerando que ao se observar um objeto a partir da sua concretude imediata é necessário transcender o fenômeno buscando atingir suas determinações, levantamos as seguintes indagações: quais são as principais motivações que estão no conjunto de determinações das recentes políticas direcionadas ao mundo do trabalho? Como os instrumentos discursivos e atos normativos estão sendo utilizados no processo de institucionalização da precarização do trabalho? Como a ideologia, na qualidade de instrumento de coesão social, tem operado nesse processo de institucionalização? Há novos elementos que caracterizam uma nova fase de precarização e precariedade do trabalho? É possível identificar uma mudança qualitativa nas relações de trabalho sob o paradigma neoliberal? É possível construir uma representação visual dos elementos constitutivos da nova precarização do trabalho? Como os discursos contribuem para o processo de precarização do trabalho?

Tais considerações e questionamentos servirão de guia para a condução deste estudo cuja questão principal a ser declarada é: quais os condicionantes e mecanismos,

em termos materiais e discursivos, que compõem o processo de institucionalização da precarização flexível do trabalho?

Considerando as mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o novo processo de precarização oriundo das alterações dos arranjos produtivos, o objetivo deste trabalho foi evidenciar os elementos estruturantes da precarização flexível.

Adicionalmente, a presente pesquisa busca em seus objetivos específicos:

- a) Construir um mapa conceitual da nova precarização do trabalho;
- b) Investigar os fenômenos discursivos do neoliberalismo
- c) Analisar discursos de legitimação da institucionalização da precarização flexível do trabalho no contexto brasileiro.

Conforme exposto alhures, a precariedade do trabalho é uma condição estrutural da relação social no modo de produção capitalista intrínseca à subsunção do trabalho ao capital. Este é o ponto fulcral de qualquer processo de precarização do trabalho, pois há um “imperativo econômico” da exploração do trabalho no modo de produção capitalista. Com efeito, ensina Gorander (1996, p. 31) que a produção capitalista obedece a um regulador objetivo, que atua à revelia da consciência dos produtores privados. Tal regulador é a lei do valor”. Esta lei “determina a distribuição dos meios de produção e da força de trabalho entre os vários produtores e ramos da produção¹⁰”.

Com efeito, em momentos de crise de expansão do processo de acumulação de capital, são necessárias, dentro do modo de produção capitalista, novas práticas sociais de arranjo das relações de trabalho a fim de criar condições para o que Mézáros (2011, p. 560) chamou de “eternalização das condições burguesas¹¹”. Dessarte, os defensores do atual sistema reconhecem, de maneira oportunista, “a existência de determinações e condições estruturais” de desemprego onde antes havia, segundo os próprios apologistas do sistema, “uma sociedade do pleno emprego” (MÉSZÁROS, 2011, p. 560). Assim, em cada conjuntura e em cada tempo histórico são necessários discursos que conformem e legitimem certas práticas sociais que beneficiam somente uma ínfima parcela da sociedade.

¹⁰ Sem antecipar demasiadamente o subsequente desenvolvimento de nossa investigação, adiantamos apenas que a lei do valor e a lei da tendência da queda da taxa de lucro serão discutidas no capítulo 1 da primeira parte deste trabalho.

¹¹ “Sim, há luta de classes e nós vencemos”. Warren Buffet

Desse modo, a tese aqui apresentada é a de que a (não tão) nova precarização do trabalho é formada por novas práticas sociais e conformada pela nova “vulgata neoliberal”. A linguagem tem, portanto, papel significativo na remoção de obstáculos institucionais da nova ordem econômica e, por conseguinte, é fator de intensificação e alargamento da exploração da classe trabalhadora. Ademais, a linguagem é a fonte de fornecimento dos subsídios necessários à colonização de todas as esferas da vida social aos imperativos do mercado.

Neste ponto é oportuno justificar escolha dos discursos objeto de análise. No período de julgamento e efetivação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff houve uma série de atos realizados no âmbito político, bem como no âmbito administrativo do Estado, que orientavam ou materializavam o ideário neoliberal. Entre eles, a chamada “ponte para o futuro”, plataforma política do Governo Temer que formalizava um programa de austeridade. Trata-se de uma peça ideológica orientada para a diminuição do papel social do Estado, sinalizando o pacto com as forças do mercado, ou, conforme Cavalcanti e Venerio (2017), um retorno à ordem neoliberal que é, ao mesmo tempo, uma ponte para os fins do século XVIII. Outra peça de grande importância desse período foi a Proposta de Emenda Constitucional 241, a PEC do teto, apresentada em 2016 e aprovada no mesmo ano, quando passou a integrar o ordenamento jurídico como a Emenda Constitucional número 95. Trata-se de um novo regime fiscal que limita (congela) os gastos públicos por um período de 20 anos a partir de 2017¹².

Entendemos que o chamado teto de gastos, assim como outros atos, tem uma relação direta com o processo de precarização flexível do trabalho no país. Portanto, peças midiáticas ou discursos políticos na Câmara ou no Senado poderiam ser objetos de análise do tema aqui abordado.

No entanto, para cercar o objeto no campo empírico respeitando os limites de tempo da pesquisa, fez-se necessário delimitar o espaço de observação. Por isso, optamos por três discursos que entendemos como os mais significativos para este estudo no que concerne as conexões teórico-analíticas necessárias.

Dessa forma, primeiramente escolhemos o discurso da Revista Exame que trata da defesa da Reforma Trabalhista. Entendemos que é uma matéria exemplo de defesa

¹² No atual e final momento de escrita deste relatório, a PEC do teto dos gastos soçobrou devido a fins eleitorais e políticos. O naufrágio da PEC demonstra a contradição também do discurso técnico, pois os mesmos que agora driblam a lei eram seus mais fervorosos defensores em momentos de extrema crise social, como no período de ápice da pandemia da Covid-19.

ideológica no tempo oportuno, isto é, muito próximo à votação das Reformas (trabalhista e previdenciária).

Na especificidade da produção agroalimentar, para além das questões ambientais que ocupam grande parte dos noticiários – como a liberalização desenfreada de agrotóxicos e o descontrole do desmatamento e queimadas –, a uberização das relações de trabalho na entrega de alimentos evidencia um processo que é amplo e atinge grande parte da classe trabalhadora. Assim, o segundo discurso escolhido foi o do presidente da empresa de entrega de alimentos por aplicativo Rappi. Essa opção ocorreu pela contemporaneidade da questão do trabalhador/trabalhadora de entrega por aplicativo no momento histórico da pandemia da COVID-19, pela relevância do tema uberização do trabalho e pela identificação da ausência dessa discussão no âmbito do programa de pós-graduação em que esta pesquisa está inserida¹³.

Quanto ao terceiro e último discurso, a decisão ocorreu pelo seu conteúdo contra-hegemônico, proferido por uma liderança das trabalhadoras e trabalhadores entregadores por aplicativos. Assim, a inserção desse terceiro discurso neste nosso estudo objetivou trazer indicações de quem vive a práxis acerca de possíveis formas de resistência (e possibilidade de superação) ao processo de exploração do trabalho.

Apresentadas as devidas justificativas, informamos que decorrente do objetivo proposto, o desenvolvimento expositivo que contém as dimensões teóricas e analíticas com as quais o fenômeno foi abordado está dividido em três partes, a saber: a) a precarização do trabalho; b) a análise crítica do discurso; e c) os discursos flexíveis.

Desse modo, os temas aqui orquestrados foram apresentados da seguinte forma:

O primeiro movimento, denominado a precarização do trabalho, é iniciado com uma discussão a respeito da relação de trabalho no modo de produção capitalista, momento em que é evidenciado quais os elementos que estruturam a precariedade do trabalho. Na parte 2 é apresentado o mapa conceitual da nova precarização do trabalho, onde são apontados os elementos constitutivos da nova precarização do trabalho e demonstrada qual a diferença qualitativa na nova forma de regular o trabalho em comparação a períodos anteriores. Nesse trecho são apresentadas as “práticas flexíveis”.

No segundo movimento é feita uma discussão, no âmbito teórico, a respeito da Análise Crítica do Discurso (ACD). No primeiro capítulo é feita uma breve discussão a respeito do método. No capítulo 2, é feita uma discussão sobre ideologia, ponto

¹³ Para verificar a validade dessa afirmação basta uma consulta ao banco de teses do programa disponível em: https://posgraduacao.ufms.br/portal/trabalhos/index/253?curso_id=253

fundamental para a elucidação de nossa principal tese. No capítulo 3 é apresentada a Análise Crítica do Discurso e como ela pode contribuir para a realização do objetivo principal proposto nesta pesquisa. Nesse ponto são feitas as conexões entre linguagem e neoliberalismo abrindo caminho para a demonstração, no capítulo seguinte, dos “discursos flexíveis” em ação.

No que diz respeito aos aspectos procedimentais e às estratégias utilizadas para a aproximação e delimitação do objeto de estudo em sua materialidade empírica, em face das diretrizes e orientações dadas pela ACD, no terceiro e último movimento são elaborados os procedimentos metodológicos e apresentados os resultados deste estudo, momento em que é evidenciado as conexões das categorias analíticas com o fenômeno investigado. No capítulo 1 é feita uma breve discussão acerca da instrumentação da análise, o que contém a forma como são construídos o corpus e o dispositivo analítico. No capítulo 2 é aplicada a ACD ao contexto da reforma trabalhista no Brasil. Logo na sequência, no capítulo 3, é feita uma análise acerca do discurso de naturalização das relações uberizadas de entregadores de alimentos no Brasil. Por fim, é apresentado o contradiscurso (por meio de um tenor), isto é, o discurso de embate e resistência.

Erguem-se as batutas!

PRIMEIRA PARTE: A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Neste capítulo apresentamos a relação entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais estabelecidas no decorrer da constituição e manutenção da formação social capitalista. Considerando a contradição inerente entre riqueza socialmente produzida e apropriação privada, exploramos o complexo de mediações estruturantes do sistema sociometabólico do capital em perspectiva histórica. Com efeito, partimos do entendimento de que o capital é um complexo de relações sociais baseado na exploração da força de trabalho e um sistema de relação social de dominação, que, para alcançar tal fim, necessitou da institucionalização de uma nova forma do trabalho: a “mercadoria” força de trabalho. São apresentados também os elementos que compõem a “precarização flexível” do trabalho.

1 O TRABALHO COMO “MERCADORIA”

O que caracteriza a época capitalista é, portanto, que a força de trabalho assume para o próprio trabalhador a forma de uma mercadoria que lhe pertence, razão pela qual seu trabalho assume a forma do trabalho assalariado. Por outro lado, apenas a partir desse momento universaliza-se a forma-mercadoria dos produtos do trabalho.
Marx, O Capital.

Discussões acerca do trabalho humano remontam a Aristóteles –, para quem o trabalho humano é consciente e proposital, diferente do trabalho animal que é instintivo. O trabalho humano possui conexões complexas entre teleologia – presente na colocação das finalidades – e causalidade, pela sua materialidade fundante. Há, portanto, no trabalho humano, uma ligação intrínseca entre o pensar e o produzir, ainda que o elemento desencadeador seja o ato teleológico (BRAVERMAN, 1987; ANTUNES, 2009). Mas é com Marx que a categoria trabalho ganha centralidade:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a Natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva. Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, é exigida a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção durante todo o tempo de trabalho, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pela espécie e modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos ele o aproveita, como jogo de suas próprias forças físicas e espirituais (MARX, 1996, p. 297-298).

Assim, o ato do trabalho humano, para além de seu *télos*, é um processo de transformação da natureza e, ao mesmo tempo, de (trans) formação do humano.

Braverman (1987, p. 49), a respeito da noção de trabalho como uma relação entre o ser humano e a natureza, ressalva que não se trata de apenas se apoderar de materiais da natureza, mas sim exercer atividade “que altera o estado natural desses materiais para melhorar sua utilidade” [...] atuando “sobre a natureza de modo a transformá-la para melhor satisfazer suas necessidades”.

Ademais, o autor ratifica o a ideia de que o trabalho é um ato teleológico mediado/regulado pelo poder do pensamento conceptual. Essa é uma diferença fundamental entre os humanos e os demais animais, pois estes não podem manipular representações simbólicas, “sobretudo em suas formas superiores como a linguagem articulada”. O trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana. Mas esta, por sua vez, é produto especial dessa forma de trabalho” (BRAVERMAN, 1987, p. 52).

Desse modo, o trabalho é produto e produtor da espécie humana, possuindo, portanto, uma centralidade ontológica: “o trabalho que ultrapassa a mera atividade instintiva é assim a força que criou a espécie humana e a força pela qual a humanidade criou o mundo como o conhecemos” (BRAVERMAN, 1987, p. 53).

Para Marx (2017a, p. 120) o trabalho é central para a humanidade:

cada elemento de riqueza material não fornecido pela natureza teve sempre de ser mediada por uma atividade produtiva especial, direcionada a um fim, que adapta matérias naturais específicas a necessidades humanas. Como criador de valores de uso¹⁴, como trabalho útil, o trabalho é, assim, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas sociais, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

Destarte, o trabalho orientado para um fim, teleológico, é uma categoria qualitativamente nova quando comparada às formas precedentes do ser. Desse modo, conforme Antunes (2009a, p. 138), o ato teleológico é seu “elemento constitutivo central

¹⁴ Valor de uso é algo que satisfaz uma necessidade específica, como, por exemplo, um casaco que serve como vestimenta. Para “produzi-lo é necessário um certo tipo de atividade produtiva, determinada por seu escopo, modo de operar, objeto, meios e resultado. O trabalho, cuja utilidade se representa, assim, no valor de uso do seu produto, ou no fato de que o produto é um valor de uso, chamaremos aqui, resumidamente, de trabalho útil” (MARX, 2017a, p. 119).

que funda, pela primeira vez, a especificidade do ser social”. Por conseguinte, “a consciência humana [...] deixa de ser uma mera adaptação do meio ambiente e configura-se como uma atividade autogovernada. E, ao fazer isso, deixa de ser um mero epifenômeno da reprodução biológica”. No entanto [...], “o trabalho não é apenas ato decisório, mas um processo que está inserido em toda uma cadeia temporal repleta de alternativas”.

Com efeito, o trabalho é “a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza” (ANTUNES, 2009a, p. 139), e o papel ontológico do trabalho é transformar o ser humano em um ser dotado de autonomia.

Entretanto, no modo de produção capitalista a classe trabalhadora, ou seja, a classe que vive de “vender” sua força de trabalho, a classe que tudo produz, não é autônoma. Por que tal contradição ocorre?

Argumenta Braverman (1987) que na sociedade capitalista o trabalho e o capital são polos opostos. Assevera Mézáros (2011) que o modo de produção capitalista¹⁵ – ordem institucional distinta historicamente que tem como base a propriedade privada dos meios de produção – é um regime profundamente enraizado na exploração da força de trabalho, ou seja, do trabalhador.

Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o conjunto das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [*Leiblichkeit*], na personalidade vida de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2017a, p. 242).

De acordo com Braverman (1987, p. 54), a capacidade de executar trabalho pela espécie humana, a força de trabalho, é uma “categoria especial, distinta e não intercambiável com qualquer outra, simplesmente porque é humana”. Assim, somente “quem for o senhor do trabalho de outros confundirá força de trabalho com qualquer outro meio de executar uma tarefa, porque para ele, vapor, cavalo, água ou músculo humano que movem seu moinho são vistos como equivalentes, como “fatores de produção””.

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* aquilo que antes ele era apenas *potentia*, a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes

¹⁵ Modo de produção no campo marxista é uma categoria que expressa a totalidade da produção compreendendo fatores de produção e o trabalho situados em um determinado momento histórico (GIANNOTTI, 2017).

de mais nada, em valores de uso, isso é, em coisas que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado” (MARX, 2017a, p. 255).

A condição que transforma a força de trabalho em “fator de produção” ou “mercadoria” é o elemento basilar da precariedade da classe trabalhadora.

Para indivíduos que empregam seu próprio trabalho (ou uma comunidade que faça o mesmo), a diferença entre utilizar a força de trabalho em contraposição a qualquer outra força é uma diferença a que se volta toda a “economia”. E do ponto de vista da espécie como um todo, esta diferença também é decisiva, desde que todo indivíduo é o proprietário de uma porção de força de trabalho total da comunidade, da sociedade e da espécie (BRAVERMAN, 1987, p. 54).

Esse entendimento é a base da teoria do valor trabalho de Marx (1996a) que, conforme Braverman (1987) é duramente combatida por quem defende relações de preço no lugar de relações sociais¹⁶.

O trabalho, como todos os processos vitais e funções do corpo, é uma propriedade inalienável do indivíduo humano [...] O que o trabalhador vende e o que o capitalista compra não é uma quantidade contratada de trabalho, mas a força para trabalhar por um período contratado de tempo (BRAVERMAN, 1987, p. 56).

Para Marx (2017a, p. 116) a substância formadora de valor é a quantidade de trabalho nele contido. “Um valor de uso ou um bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato”. Marx (2017a) deixa claro que não se trata de trabalho individual, mas sim da força de trabalho conjunta da sociedade, o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir algo.

A esse respeito, aduz Gorander (1996, p. 50) que:

a partir do valor-trabalho é que Marx pôde elucidar a contradição fundamental do modo de produção capitalista como sendo a contradição entre a forma privada de apropriação e o caráter social do processo de produção. E ainda a criação da mais-valia como impulso motor do modo de produção capitalista; a luta de classes entre a burguesia e o proletariado como inerente à formação social capitalista; a dinâmica entre acumulação de capital e exército industrial de reserva; as contradições da reprodução do capital social total e a necessidade de sua trajetória cíclica; o impulso do capital ao desenvolvimento máximo das forças produtivas e o limite cada vez mais estreito que o próprio capital impõe a esse desenvolvimento;

¹⁶ A defesa das relações de preço como forma de organizar e regular a sociedade é a ideia subjacente da chamada “sociedade de mercado”, termo utilizado por Polanyi (2012). Faremos tal discussão um pouco mais adiante.

No entanto, para se apropriar do trabalho excedente da coletividade (substância formadora do capital), os proprietários dos meios de produção necessitam de condições estruturais para que a classe que vive do trabalho se submeta a tal regime de exploração.

Nesse sentido, o estado de precariedade (enquanto situação estrutural) social da classe trabalhadora está ligado diretamente à alienação do fruto do trabalho, isto é, do “desapossamento” ou separação (contradição) que se dá entre o trabalho socialmente efetuado e a expropriação deste trabalho: a propriedade privada¹⁷.

A situação do proletariado, que representa o grau final de desapossamento, tem o princípio explicativo no seu oposto — a propriedade privada. Esta é engendrada e incrementada mediante o processo generalizado de *alienação*, que permeia a sociedade civil (esfera das necessidades e relações materiais dos indivíduos). Transfigurado ao passar de Hegel a Feuerbach, o conceito de alienação sofria nova metamorfose ao passar deste último a Marx. Pela primeira vez, a alienação era vista enquanto processo da vida econômica. O processo por meio do qual a essência humana dos operários se objetivava nos produtos do seu trabalho e se contrapunha a eles por serem produtos alienados e convertidos em capital. A ideia abstrata do homem autocriado pelo trabalho, recebida de Hegel, concretizava-se na observação da sociedade burguesa real. Produção dos operários, o capital dominava os produtores e o fazia cada vez mais, à medida que crescia por meio da incessante alienação de novos produtos do trabalho (GORANDER, 1996, p. 9).

Com efeito, a relação homem-natureza-homem, ou seja, o trabalho, é alienada no modo de produção capitalista, pois há uma distinção entre os detentores dos meios de produção (os capitalistas) e os trabalhadores que detêm, somente, sua força de trabalho (PEREIRA et al, 2017).

Nesse sentido, conforme Marx (2017a, p. 245):

O capital só surge quando o possuidor de meios de produção e de meios de subsistência encontra no mercado o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho, e essa condição histórica compreende toda uma história mundial. O capital anuncia, portanto, desde seu primeiro surgimento, uma nova época no processo social de produção.

¹⁷ Embora discuta em outros termos, Veblen (1965, p. 39-40) entende que a instituição da propriedade privada é uma convenção da estrutura social, que tem caráter de apropriação/luta – sem relação com a subsistência, em que a preocupação central em privar outro de certos recursos é com “a distinção odiosa ligada à riqueza” e a emulação. A propriedade é uma “coerção” e uma alienação. O estadunidense disserta sobre a primeira instituição propriedade privada: o corpo da mulher. Cita, como exemplo, o caso de mulheres raptadas em comunidades primitivas, mulheres troféus, que resultam em forma de casamento-propriedade, tornando a mulher alienada de sua autodeterminação. Assim, propriedade privada, exploração e alienação estão, de alguma forma, no rol das preocupações do institucionalista.

Por conseguinte, de acordo com Braverman (1987, p. 55) “o trabalhador faz o contrato de trabalho¹⁸ porque as condições sociais não lhe dão outra alternativa para ganhar a vida”. Assim, há um “mercado de trabalho” em que o trabalhador é “livre” para vender sua força de trabalho^{19 20} para alguém que detenha capital.

O empregador, por outro lado, é o possuidor de uma unidade de capital que ele se esforça para ampliar e para isso converte parte dele em salários. Desse modo põe-se a funcionar o processo de trabalho, o qual embora seja em geral um processo para criar valores úteis tornou-se agora especificamente um processo para a expansão do capital, para a criação de um lucro (BRAVERMAN, 1987, p. 56).

Assim, tão importante quanto as categorias alienação e propriedade privada para a discussão da precariedade/precarização do trabalho, a categoria exército industrial de reserva deve ser destacada.

Conforme Gorander (1996, p. 41), “a própria dinâmica do capitalismo atua no sentido de criar uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva”, que é a parte da população que, de acordo com Marx (1996b), está “sempre disponível, durante parte do ano dizimado por um trabalho forçado desumano, enquanto durante outra parte está na miséria por falta de trabalho”.

¹⁸ “O contrato de trabalho pelo qual ele vende sua força de trabalho ao capitalista prova – por assim dizer, põe o preto no branco – que ele dispõe livremente de si mesmo. Fechando o negócio, porém, descobre-se que ele não era “nenhum agente livre”, que o tempo que livremente dispõe para vender sua força de trabalho é o tempo em que ele é forçado a vendê-la” (MARX, 2017a, p. 373).

¹⁹ No entanto, de modo algum livre para não vender e, ainda, pode fazer parte do excedente de trabalhadores que não conseguem encontrar trabalho, ficando às margens da sociedade. Dessa forma, há uma relação causal direta entre exército de reserva, mercado de trabalho e precarização. Nesse sentido, são oportunas as palavras de Braverman (1987, p. 326): “a massa de emprego não pode ser separada de sua correlata massa de desemprego. Nas condições do capitalismo, o desemprego não é uma aberração, mas uma parte necessária do mecanismo de trabalho do modo capitalista de produção”.

²⁰ Palermo (2000) faz uma interessante crítica à Nova Economia Institucional (NEI) por meio de categorias marxistas sem, no entanto, recusar algumas contribuições daquela escola. Dessa forma, o autor faz uma aproximação entre classes sociais e a categoria de restrição (ou seja, o conceito de instituição para os neoinstitucionalistas da perspectiva calculadora). Nas palavras do autor: “o contrato de trabalho em que são garantidas a liberdade de entrada e a liberdade de saída de ambas as partes não anula a essência assimétrica das relações de poder econômico entre as partes. Ao contrário, depende disso: sem um contexto institucional em que a força de trabalho possa ser livremente trocada no mercado, o contrato de trabalho não existiria. A relação de poder assimétrica entre as partes decorre do estabelecimento de relações sociais que são capitalistas, o que exige que a força de trabalho seja uma mercadoria e os meios de produção sejam privados. Em certo sentido, portanto, embora a NEI não analise as relações de poder econômico, ainda se baseia nelas” (PALERMO, 2000, p. 588).

Neste ponto cabe uma importante observação: uma investigação a respeito das premissas da NEI e sua interconexão com as relações flexíveis (contratuais) pode ser de grande valia para o tema da nova precarização do trabalho. No entanto, tal investigação ampliaria de forma considerável o escopo deste trabalho. Tal agenda de pesquisa, todavia, já está estabelecida para futuros desenvolvimentos.

O exército de reserva é um elemento fundamental do modo de produção capitalista, é, portanto, parte necessária, uma condição de sua existência:

se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado à sua própria custa. Ela proporciona às suas mutáveis necessidades de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independente dos limites do verdadeiro acréscimo populacional (MARX, 1996b, p. 263).

Dessarte, o exército industrial de reserva é a mola propulsora da acumulação e condição estrutural da existência do modo de produção capitalista. Em certos momentos históricos é necessário operar uma transformação semântica para a justificação da existência dessa categoria, momento em que os desempregados – ou a mão-de-obra suplementar necessária para alguma atividade nova –, se tornam “empreendedores²¹”.

Dando continuidade, a respeito do exército industrial de reserva, argumenta Gorander (1996, pp. 41-42) que:

do ponto de vista de Marx, o exército industrial de reserva representa elemento estrutural indispensável ao modo de produção capitalista e daí sua incessante reconstituição mediante introdução de inovações técnicas, o que torna essa reconstituição independente do crescimento vegetativo da população. O exército industrial de reserva funciona como regulador do nível geral de salários, impedindo que se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. Outra função do exército industrial de reserva consiste em colocar à disposição do capital a mão-de-obra suplementar de que carece nos momentos de brusca expansão produtiva, por motivo de abertura de novos mercados, de ingresso na fase de auge do ciclo econômico etc.

Por conseguinte, a relação entre exército industrial de reserva e precariedade/precarização do trabalho é direta, tanto em momentos de crise quanto em momentos de expansão do capital²².

²¹ Vocábulo fetiche do dicionário flexível. Esse tema será abordado no capítulo de análise dos resultados.

²² A respeito da atualidade da categoria exército de reserva no contexto do neoliberalismo, assere Bourdieu (1998b, pp. 83-84) que: “a instituição prática de um mundo darwiniano que encontra as molas da adesão na insegurança em relação à tarefa e à empresa, no sofrimento e no estresse, não poderia certamente ter sucesso completo, caso não contasse com a cumplicidade de trabalhadores a braços com condições precárias de vida produzidas pela insegurança bem como pela existência — em todos os níveis da hierarquia, e até nos mais elevados, sobretudo entre os executivos — de um exército de reserva de mão-de-obra docilizada pela precarização e pela ameaça permanente do desemprego. O fundamento último de toda

Nesse sentido, Gorander (1996, p. 43) evidencia que:

Marx entendia a questão da acentuação da miséria dos trabalhadores numa perspectiva abrangente, que não se referia tão-somente aos operários regularmente empregados e aos seus salários reais, porém também devia incluir o que chamou de “tormentos do trabalho”, bem como as condições de existência da massa crescente de operários desempregados, cujos tormentos decorriam, não do trabalho na empresa capitalista, porém da falta dele. Falta temporária, para o exército industrial de reserva, e falta permanente, para a superpopulação consolidada (aquela parte dos trabalhadores já sem perspectiva de ocupação regular).

Apresentados os elementos formadores da precariedade do trabalho, faz-se oportuno tratar de seu polo oposto: o capital. Este é o resultado de relações sociais, um excedente do trabalho social que é apropriado/expropriado privadamente.

Seja qual a sua forma, como dinheiro ou mercadorias ou meios de produção, capital é trabalho: é trabalho que foi realizado no passado, o produto concretizado de precedentes fases do ciclo de produção que só se torna capital mediante apropriação pelo capitalista e seu emprego na acumulação de mais capital (BRAVERMAN, 1987, p. 319).

Força de trabalho e valorização – criação de valor – no processo de trabalho são coisas diferentes. “A primeira determina seu valor de troca, a segunda constitui seu valor de uso [...] E é essa diferença de valor que o capitalista tem em vista quando compra a força de trabalho”. O trabalhador que teve seu contrato por dois turnos, por exemplo, necessitaria de somente meio turno para garantir suas condições de vida se trabalhasse para si mesmo. No, entanto, na outra metade do turno é produzida um excedente social que é apropriada privadamente. “O fato de que meia jornada de trabalho seja necessário para manter o trabalhador vivo por 24 horas de modo algum o impede de trabalhar uma jornada inteira” (MARX, 2017a, p. 270).

Dessa maneira,

o processo de trabalho pode durar além do tempo necessário para reproduzir e incorporar no objeto de trabalho um mero equivalente do valor da força de trabalho [...]. Assim, por meio da ação da força de trabalho, não apenas seu próprio valor é reproduzido, mas também um valor excedente. Esse mais-valor constitui o excedente do valor do

essa ordem econômica sob a chancela invocada da liberdade dos indivíduos é efetivamente a violência estrutural do desemprego, da precariedade e do medo inspirado pela ameaça da demissão: a condição do funcionamento "harmonioso" do modelo microeconômico individualista e o princípio da "motivação" individual para o trabalho residem, em última análise, num fenômeno de massa, qual seja, a existência do exército de reserva dos desempregados. Nem se trata a rigor de um exército, pois o desemprego isola, atomiza, individualiza, desmobiliza e rompe com a solidariedade”.

produto sobre o valor dos elementos formadores do produto, isto é, dos meios de produção e da força de trabalho” (MARX, 2017a, p. 286).

Portanto, o tempo de trabalho dispendido além da necessária à reprodução da força de trabalho do trabalhador, ou seja, aquilo que ele não dispende para si, mas para o capitalista, é o criador de mais-valor, o acúmulo de capital. Desse modo, a força de trabalho é o elemento vivo, o único elemento empregado na produção que adiciona valor (FRANCO, FERRAZ, 2019).

“O valor da mercadoria é, de fato, determinado pela quantidade de trabalho nela contido, mas essa própria quantidade é socialmente determinada.” (MARX, 2017a, p. 287).

Assim, a produção de mercadoria é uma relação social. Para que haja apropriação privada do excedente da produção é necessário que haja uma separação entre o produtor do trabalho e o seu conseqüente resultado. Ademais, nessa relação social é imperativo que haja também uma separação entre o fazer²³ e o gerir.

A consolidação dessa forma de produção possibilitou ao capitalista ter um papel estratégico de controle sobre o processo de trabalho e ocupar-se em como aumentar o mais-valor, seja ele de forma absoluta ou relativa. Essa ocupação não se trata apenas de uma racionalidade instrumental voltada à ganância, mas da necessidade socialmente condicionada de manutenção de seu capital, que só se mantém se estiver em um movimento de expansão (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 846).

A partir do entendimento do mais-valor, podemos trazer à baila o entendimento do que é o lucro, isto é, a parte do trabalho apropriado não pago²⁴.

O valor contido na mercadoria é igual ao tempo de trabalho que custa sua produção, e a soma desse trabalho consiste em trabalho pago e trabalho não pago. Os custos da mercadoria para os capitalistas compõem-se, por sua vez, somente da parte do trabalho nela objetivado

²³ Para a apropriação privada do excedente da produção construída socialmente, é necessário que a classe proprietária se afaste do processo direto de produção. Nesse sentido, a classe proprietária é uma classe “ociosa”. A instituição da propriedade privada é, portanto, uma forma de luta social. O excedente de produção fornece as condições necessárias para que a classe dominante tenha tempo. Esse tempo não é utilizado para aprender, buscar autoconhecimento ou melhorar as condições da comunidade. O tempo de ociosidade é utilizado para estudar formas de dominação (VEBLEN, 1965).

²⁴ Aqui cabe um questionamento: empresários e intelectuais liberais não acatam a ideia de mais-valor ou mais trabalho quando, por exemplo, apresentam certos argumentos nos meios midiáticos ao exporem o chamado “impostômetro”? Por meio deste fazem a seguinte declaração: “o brasileiro em tal ano, trabalhou tantos dias para o governo...”.

Para conferir a validade desta nossa asserção, basta dar uma olhadela no *site* www.impostometro.com.br. “Eu? Contribuir para as necessidades do Estado! [...] herdei de um tio [...]; todos os meus haveres consistem em contratos, em títulos; nada devo ao Estado”. Voltaire, o homem dos 40 escudos.

pelo qual ele pagou. O mais-trabalho contido na mercadoria não custa nada ao capitalista, embora para o trabalhador ele custe tanto quanto o trabalho pago e embora crie tanto valor como este último e entre na mercadoria como elemento criador de valor. O lucro do capitalista provém do fato de que ele possui para vender algo pelo qual ele não pagou. O mais-trabalho, ou lucro, consiste precisamente no excedente do valor-mercadoria sobre seu preço de custo, isto é, no excedente da soma total de trabalho contida na mercadoria sobre a soma de trabalho pago nela contida” (MARX, 2017b, p. 68)

Para que a apropriação desse mais-valor ocorra, o capitalista necessita levar a mercadoria à esfera da circulação.

O processo de consumo da força de trabalho é simultaneamente o processo de produção da mercadoria e do mais-valor. O consumo da força de trabalho, assim como o consumo de qualquer outra mercadoria, tem lugar fora do mercado ou da esfera da circulação (MARX, 2017a, p. 250).

Para extrair uma soma de valor maior do capital é necessário colocá-lo em circulação. Dessa maneira, não é a produção de um determinado produto, a mercadoria palpável, que o capitalista tem em mente ao controlar o processo de produção. O que busca é inserir a mercadoria na esfera da circulação²⁵ para poder realizar o mais-valor (MARX, 2017b).

Neste ponto, faz-se necessária uma distinção entre trabalho vivo e morto. Vimos anteriormente que a mercadoria é a cristalização ou crisálida do trabalho. É tempo de trabalho que uma vez objetivado é posto em circulação, o capital. Para a criação de mais-valor é necessário adiantar uma certa quantidade de capital na forma de meios de produção (capital fixo), e adicionar no processo o trabalho vivo (capital variável). Nesse sentido, de acordo com Marx (2017a, p. 286):

a parte do capital que se converte em meios de produção, isso é, em matérias-primas, matérias auxiliares e meios de trabalho, não altera sua grandeza de valor no processo de produção. Por essa razão, denomino-a parte constante do capital, oi, mais sucintamente: capital constante. Por outro lado, a parte do capital constituída de força do trabalho modifica seu valor no processo de produção. Ela não só reproduz o

²⁵ Também não é, ensina Veblen (2016), objetivo do processo capitalista a eficiência – no sentido de aprimoramento dos processos produtivos e econômicos –, mas, sim, a finalidade meramente pecuniária, fazer dinheiro por meio de compra e venda, tão somente. Veblen vai além e entende que, de fato, o capitalista é o *saboteur* do sistema, no sentido de que ele precisa, necessariamente, criar processos e produtos que gerem mais necessidades do que as satisfaçam.

A respeito da sabotagem no *free-trade*, Marx (2017 a, p. 309) traz o caso de um comitê formado pela *House of Commons* para estudar a adulteração de pães na Inglaterra que formulou a convicção de que “livre-comércio significa essencialmente o comércio com matérias falsificadas, ou como os ingleses a elas se referem jocosamente, “matérias sofisticadas””.

equivalente de seu próprio valor, como produz um excedente, um mais-valor, que pode variar, sendo maior ou menor de acordo com as circunstâncias. Essa parte do capital transforma-se continuamente de uma grandeza constante numa grandeza variável”.

Logo, é somente o trabalho vivo que produz riqueza. No entanto,

Embora somente a parte variável do capital crie mais-valor, ela o faz sob a condição que também as outras partes, as condições de produção do trabalho, sejam adiantadas. Como o capitalista só pode explorar o trabalho mediante o adiantamento do capital constante por meio do adiantamento do capital variável, essas duas partes de capital equivalem-se para ele na representação, e isso tanto mais quanto mais o grau efetivo do seu ganho for determinado não com a relação ao capital variável, mas ao capital total, não pela taxa de mais-valor, mas pela taxa de lucro (MARX, 2017b, p. 68).

Portanto, para que o processo de criação de valor ocorra é necessário que o capitalista detenha os meios de produção, ou seja, que adiante as condições com que o trabalho possa ser realizado, dessa forma:

transformar o valor do capital variável por ele [o capitalista]²⁶ adiantado num valor maior é algo que ele só pode fazer por meio do seu intercâmbio com o trabalho vivo, da exploração do trabalho vivo. E ele só pode explorar o trabalho na medida em que adianta as condições para a realização desse trabalho – os meios e os objetos do trabalho, a maquinaria e a matéria-prima –, isto é, na medida em, que utiliza, na forma de condições de produção, uma soma de valor de que dispõe; do mesmo modo, ele só é capitalista, só é capaz de promover o processo de exploração do trabalho, porque, como proprietário das condições de trabalho, ele se confronta com o trabalhador como mero proprietário da força de trabalho (Marx , 2017b, p. 67).

Uma vez apropriado o mais-valor na esfera da circulação por meio da mercadoria resultante do capital fixo e variável, o capitalista realiza uma equivalência entre essas duas formas de capital transformando-o em capital total, base sobre a qual ele calcula seus ganhos.

Dessa maneira, de forma simplificada, a taxa de lucro é o índice que expressa o mais-valor sobre o capital constante (fixo) e variável (trabalho). Conforme há aumento gradual em todas as esferas decisivas da produção, tais alterações afetam a composição orgânica média do capital total. Mantendo-se a taxa de mais-valor, com um grau de exploração constante do trabalho, a taxa de lucro cai por ser calculada por sobre uma base maior. Essa queda gradual da taxa de lucro é

²⁶ Todo trecho entre colchetes nesta pesquisa é adição ou exclusão nossa.

[...] um modo de expressar o desenvolvimento progressivo da força produtiva do trabalho, que se revela no fato de que, graças ao emprego crescente da maquinaria e do capital fixo em geral, om mesmo número de trabalhadores transforma em produtos uma quantidade maior de matérias-primas e materiais auxiliares no mesmo tempo, ou seja, com menos trabalho (Marx, 2017b, p. 250).

O crescente volume do capital constante propiciado pelo aumento de capital fixo leva ao barateamento dos produtos. Assim é

[...] expressa a tendência efetiva da produção capitalista. Com a queda progressiva do capital variável em relação ao capital constante, a produção capitalista gera uma composição orgânica cada vez mais alta do capital total, que tem como consequência imediata o fato de que a taxa de mais-valor, mantendo-se constante e inclusive aumentando o grau de exploração do trabalho, se expressa numa taxa de lucro sempre decrescente (MARX, 2017b, p. 250).

Portanto, “o lucro não é outra coisa senão o mais-valor sobre o capital social, e a massa de lucro, sua grandeza absoluta, é, portanto, socialmente considerada, igual à grandeza absoluta do mais valor (MARX, 2017b, p. 255). Desse modo, para Marx (2017b, p. 256) “o processo de produção capitalista é ao mesmo tempo, essencialmente, um processo de acumulação”, em que “a própria acumulação e, com ela, a correspondente concentração de capital, é um meio material para aumentar a força produtiva”. Dessarte, “o desenvolvimento da produção e da acumulação capitalistas exige processos de trabalho numa escala cada vez maior e, com isso, em dimensões sempre crescentes, assim como adiantamentos de capital cada vez maiores para cada empresa (MARX, 2017b, p. 257).

Na medida em que aumenta o capital fixo e conseqüentemente diminui proporcionalmente o capital variável, “isto é, na medida em que se desenvolve a força produtiva social do trabalho, uma massa maior de capital total é necessária para pôr em movimento a mesma quantidade da força de trabalho e absorver a mesma massa de mais trabalho” (MARX, 2017b, p. 260). Por conseguinte,

[...] na mesma proporção que se desenvolve a produção capitalista, desenvolve-se a possibilidade de uma população trabalhadora relativamente supranumerária, não porque a força produtiva de trabalho social diminui, mas porque aumenta, isto é, não por uma desproporção absoluta entre trabalho e meios de existência ou meios para a produção desses meios de existência, mas uma desproporção decorrente da exploração capitalista do trabalho, da desproporção entre o crescimento progressivo do capital e sua necessidade relativamente decrescente de uma população cada vez maior (MARX, 2017b, p. 260).

Assim, Marx elabora a “lei da queda tendencial da taxa de lucro”. Esta lei diz respeito ao decréscimo, em termos relativos, do capital variável em relação ao capital fixo e, por conseguinte, ao total do capital colocado movimentado.

Imaginemos uma medida numérica de 50 para variável e 50 para constante, perfazendo um total global de 100. Cada capital representa, portanto, 50% do montante.

Tabela 1 Proporção do capital

Capital	Valor	Proporção
Variável	50	50%
Constante	50	50%
Total	100	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

À medida que cresce o capital constante, digamos, que dobre para 100, e o variável não tenha alteração, a relação orgânica é modificada. Temos assim:

Tabela 2 Decréscimo relativo do capital variável

Capital	Valor	Proporção
Variável	50	33%
Constante	100	67%
Total	150	100%

Fonte: Elaborado pelo autor (2022)

O desenvolvimento das forças produtivas e o aumento da produtividade, em suma, a marcha inexorável da acumulação de capital leva, fatalmente, à queda gradual da taxa de lucro, ainda que haja um aprofundamento da exploração do trabalho para extração de mais-valor. Assim, é parte da dinâmica do modo de produção capitalista a necessidade de uma superpopulação trabalhadora (MARX, 2017a; 2017b)

Há, no entanto, causas “contra-arrestantes”, ou seja, fatores que diminuem a marcha ou evitam a queda da taxa de lucro. Entre elas: o aprofundamento da exploração de trabalho seja por prolongamento da jornada ou da intensificação do trabalho²⁷,

²⁷ O trabalho para Marx é sempre o trabalho social médio, nesse sentido “o trabalho posto diariamente em movimento pelo capital total de uma sociedade pode ser considerado uma única jornada de trabalho” (MARX, 2017a, p. 379).

apropriando, assim, maior quantidade de mais-valor; a diminuição dos salários; barateamento dos elementos do capital constante, quando este capital não aumenta na mesma proporção que seu volume material; e o aumento da superpopulação relativa (MARX, 2017b).

Seja no fluxo ou no refluxo de seu processo de expansão, as relações de produção no modo de produção capitalista são, em essência, uma relação de exploração do trabalho. Essa condição é o ponto fulcral de qualquer processo de precarização do trabalho, tratando-se, portanto, de um imperativo econômico do processo de acumulação de capital. Em momentos de crise de acumulação, no entanto, é necessário que novas práticas sociais de exploração sejam institucionalizadas e legitimadas por meio de poderosos mecanismos de convencimento.

Neste ponto é mister adiantar um tema que será tratado logo adiante. No capítulo seguinte discutimos a “nova” precarização do trabalho. Em tal capítulo procuramos demonstrar que houve uma mudança qualitativa nas relações de exploração de trabalho a partir do último quarto do século XX. Para que tal mudança ocorresse novas práticas sociais foram institucionalizadas, práticas que chamamos, como poderá ser verificado logo adiante, de “flexíveis”.

Colocamos aqui o parêntese de fechamento e retomamos nossa discussão.

O interesse pela taxa de lucro é um dos elementos que levam a mais uma categoria importante no entendimento do “espírito” que anima o modo de produção capitalista.

A taxa de mais-valia revela o *grau de exploração da força de trabalho*, ao passo que a taxa de lucro indica o *grau de valorização do capital*. Os capitalistas e os economistas, seus intelectuais orgânicos, só se interessam pela taxa de lucro, que dá origem à ilusão ideológica de que o sobreproduto é criado pelo capital em conjunto e não somente por sua parte variável. Ilusão que reforça o fetichismo do capital (GORANDER, 1996, p. 45).

No processo de troca de mercadorias – na circulação – ocorre o apagamento da relação entre os seres humanos. Em seu lugar há uma reificação da relação entre coisas, uma ilusão reforçada por meio do discurso, inclusive o científico. Não se trata apenas de um erro de inversão entre sujeito e predicado, entre produção e produtor, mas de um apagamento da agência humana. Em seu lugar, a mercadoria cresce por meio mágico, se relacionando com outras mercadorias. Esse apagamento das relações sociais, sobretudo das relações de trabalho, é condição *sine qua non* da relação de trabalho no capitalismo.

Sem a ideia de o capital como gerador de valor, teóricos sociais teriam que olhar para o outro lado da equação: o trabalho²⁸.

A esse apagamento Marx (2017a) chamou de o fetiche da mercadoria, que ocorre quando há a cisão entre coisa de valor e coisa de uso do produto. Isso mascara as relações sociais entre as pessoas, que são reificadas em uma relação social entre coisas. Os trabalhos privados realizados de forma independente fazem com que o produto do trabalho – a mercadoria – ganhe vida própria, fique “animada”, fetichizada no reino mágico da troca de mercadorias.

Nesse sentido, assevera Gorander (1996, p. 34) que o capital não é agente da produção, capital não é “coisa”, tampouco “trabalho acumulado” como afirmava David Ricardo, assim:

a fim de que o trabalho acumulado nos bens de produção assumam a função de capital é preciso que se converta em instrumento de exploração do trabalho assalariado. Em vez de coisa, o capital é *relação social*, relação de exploração dos operários pelos capitalistas. As coisas — instalações, máquinas, matérias-primas etc. — constituem a encarnação física do trabalho acumulado para servir de capital, na relação entre o proprietário dessas coisas e os operários contratados para usá-las de maneira produtiva (GORANDER, 1996, p. 34).

Dessa maneira, o pensamento mágico opera: as mercadorias são *animus* e as pessoas, por sua vez, *res*. Por conseguinte, as pessoas são dominadas pelas coisas que elas criaram, pois, o produtor é aliado de sua produção, ocorrendo uma alienação.

Durante o processo de produção, a mercadoria ainda é matéria que o produtor domina e transforma em objeto útil. Uma vez posta à venda no processo de circulação, a situação se inverte: o objeto domina o produtor. O criador perde o controle sobre sua criação e o destino dele passa a depender do movimento das coisas, que assumem poderes enigmáticos. Enquanto as coisas são animizadas e personificadas, o produtor se coisifica. Os homens vivem, então, num mundo de mercadorias, um mundo de fetiches (GORANDER, 1996, p. 34).

O fetiche ultrapassa o campo da produção e se insere em todas as esferas das relações humanas, assim:

se prolonga e amplifica no fetichismo do capital. O capital se encarna em coisas: instrumentos de produção criados pelo homem. Contudo, no processo de produção capitalista, não é o trabalhador que usa os instrumentos de produção. Ao contrário: os instrumentos de produção

²⁸ Algumas teorias econômicas pulam até a etapa da produção e tudo ocorre no reino da reificação: “no princípio era o mercado” (WILLIAMSON, 1975, p. 20). Fausto, do Goethe, também brincou com a frase evangelista (“no princípio era a ação”). Cabe lembrar que Fausto travava relações mefistofélicas...

— convertidos em capital pela relação social da propriedade privada — é que usam o trabalhador. Dentro da fábrica, o trabalhador se torna um apêndice da máquina²⁹ e se subordina aos movimentos dela, em obediência a uma finalidade — a do lucro — que lhe é alheia. O trabalho morto, acumulado no instrumento de produção, suga como um vampiro (a metáfora é de Marx) cada gota de sangue do trabalho vivo fornecido pela força de trabalho, também ela convertida em mercadoria, tão venal quanto qualquer outra (GORANDER, 1996, p. 34).

Por meio dessa categoria, então, Marx decifra o “segredo da acumulação originária do próprio capital. Como teria vindo ao mundo tão estranha entidade que conquistou a soberania sobre os homens e as coisas?” (GORANDER, 1996, p. 35)

as mercadorias possuem objetividade de valor apenas na medida em que são expressões da mesma unidade social, do trabalho humano, pois sua objetividade de valor é puramente social e, por isso, é evidente que ela só pode se manifestar numa relação entre mercadorias (MARX, 2017a, p. 125).

Até o momento, apresentamos diversas categorias marxianas que entendemos como questões teóricas fundamentais para a compreensão do processo de precarização do trabalho. Retomamos aqui o argumento de que a transformação da força do trabalho em mercadoria é o elemento estrutural da precariedade do trabalho.

De acordo com Polanyi (2012) o capitalismo³⁰ – que ele entende como economia de mercado autorregulado dirigida pelos preços de mercado e nada além disso – demanda que o meio ambiente e os seres humanos sejam convertidos em mercadorias, puras *commodities* (mercadoria produzida para venda em um mercado). Isso resulta em destruição do meio ambiente e do ser humano.

A sociedade capitalista transformou o que antes era inalienável – a terra e o trabalho – em mercadorias puras, uma farsa que põe em risco a vida humana (Polanyi, 2012). Desse modo, o liberalismo econômico é insustentável e a:

[...] ideia de um mercado autorregulável implica uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto (POLANYI, 2012, p. 4).

²⁹ E nas formas de trabalho uberizadas o trabalhador se torna um número do algoritmo. Tal tema será abordado no capítulo de resultados.

³⁰ Estamos trazendo autores com diferentes perspectivas. Por esse motivo utilizamos de forma intercambiável os termos “modo de produção”, “sistema capitalista”, “capitalismo” ou, ainda, “sociedade de mercado”, de acordo com o uso de cada autor.

Desse modo, portanto, o aprofundamento das relações de mercado não afeta apenas a classe que vive do trabalho, embora seja ela a mais afetada, mas coloca em risco a própria vida no planeta. Uma organização social voltada para o consumo encontra seus limites na própria natureza:

o capitalismo contemporâneo operou, portanto, o aprofundamento da separação entre, de um lado, a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades e, de outro, as necessidades de sua autorreprodução. E, quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias (MÉSZÁROS, 2011, p. 18).

Segundo Polanyi (2012) o sistema de mercado autorregulável tem como único princípio o lucro. Esse entendimento é o mesmo de Veblen (2016). Para Polanyi (2012, p. 31), os cataclismas do século XX – as guerras mundiais e a ascensão do nazifascismo – têm suas origens na “tentativa utópica do liberalismo de estabelecer um sistema de mercado autorregulável”.

Nesse sentido, de acordo com Mézáros (2011), o sistema do capital – ordem de controle sociometabólico que perpassa todas as camadas da sociedade – é inerentemente incontrolável, desperdiçador e incapaz de eliminar suas contradições internas, pois disso se alimenta, resultando em crises.

De acordo com Foster (2007, pp. 14-17) “o sistema do capital manifesta uma profunda aversão ao planejamento”, resultando em “um máximo desperdício e destruição, assinalados pela degradação incessante do trabalho humano” [...], além de um “parasitismo financeiro inflado, ameaça crescente de aniquilação nuclear, aumento da barbárie e aceleração da catástrofe ecológica planetária”.

Conforme Mézáros (2011, p. 25), o sistema do capital possui antagonismos sistêmicos insuperáveis e possui um “anacronismo histórico”, pois considerando todo o “desenvolvimento potencial da tecnologia a serviço da necessidade humana”, o capital tem como único interesse explorar, de forma cruel, o tempo de trabalho. Assim, “a despeito de toda auto mitologia muito longe de ser eficiente”, o sistema de capital perdeu seu dinamismo de suas fases iniciais para se tornar uma força regressiva muito perigosa para a humanidade. Nesse sentido, o entendimento de Mézáros (2011) é equivalente ao de Veblen (1965; 2016).

A economia de mercado para Polanyi (2012, p. 61) é uma estrutura institucional, ou seja, suas “leis” dependem de um conjunto de instituições³¹ que lhes sirvam de supedâneo: “os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela”. Entende o autor que a economia do homem, ou seja, todo o entrelaçamento da produção, está submersa em suas relações sociais. Portanto, a ideia de uma economia que paira acima do ser humano é uma ideologia perniciosa que visa legitimar a propriedade privada.

Polanyi (2012) – em um argumento tipicamente vebleniano – professa que a “classe ociosa³²” se aproveita de uma complexa divisão do trabalho para utilizar mecanismos de redistribuição do excedente de produção, formando assim a “propriedade privada”. Nesse sentido, o autor defende com justeza que uma “economia de mercado só pode funcionar numa sociedade de mercado”, ou seja, colonizando todos as dimensões da vida humana com os princípios de negócio, “dirigindo a sociedade como se fosse um acessório de mercado. Em vez de a economia estar embutida nas relações sociais, são as relações sociais que estão embutidas no sistema econômico” (POLANYI, 2012, p. 60).

Nesse sentido, o “mercado de trabalho”, por exemplo, nada mais é que uma “chantagem” que disfarça o unilateralismo do negócio em uma forma de troca “bilateral” mediada (imposta) pelos poderes vigentes. Dessa maneira, o capitalismo, ou “sistema de mercado”, demandou uma divisão social do trabalho que se adequasse à sua forma. Entretanto, “como a organização do trabalho é apenas outro termo para as formas de vida

³¹ A respeito do conjunto de instituições que regulam o capitalismo, tanto Veblen quanto Marx evidenciaram o discurso “naturalista” do pensamento econômico hegemônico. Para Veblen (1898, p. 4) o “termo irrevogável da sistematização de conhecimento é a “lei natural” [...] que exerce vigilância coercitiva [...] e fornece estabilidade espiritual e consistência à relação causal em qualquer conjuntura”. Marx (1976, pp. 96-97) é mais contundente: “os economistas têm um modo estranho de proceder. Para eles existem apenas duas espécies de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Nisso parecem-se com os teólogos, que também estabelecem duas espécies de religião. Qualquer religião que não a sua é uma invenção dos homens, ao passo que sua própria religião é uma emanção de Deus. Dizendo que as relações atuais – as relações de produção burguesa – são naturais, os economistas dão a entender que se trata de relações nas quais se cria a riqueza e se desenvolvem as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são elas próprias leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Assim, houve história, mas não haverá mais. Houve história, visto que existiram instituições feudais e que nessas instituições feudais se encontram relações de produção inteiramente diferentes das sociedades burguesas, que os economistas querem fazer passar por naturais e, portanto, eternas”.

³² Embora não tenha desenvolvido as típicas investigações veblenianas, Marx (2017a, p. 380) abordou de forma incidental a necessidade da ociosidade para o domínio da classe que detém o capital: “certo grau de desenvolvimento da produção capitalista impõe que o capitalista possa aplicar todo o tempo – durante o qual ele funciona como capitalista, isto é, como capital personificado – à apropriação e, assim, ao controle do trabalho alheio e à venda dos produtos desse trabalho”.

do povo comum, isto significa que o desenvolvimento do sistema de mercado seria acompanhado de uma mudança na organização da própria sociedade”. Assim, o “progresso é feito à custa da desarticulação social” (POLANYI, 2012, p. 81).

De acordo com Antunes (2009, p. 21), “o sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital”. Mas que, contudo, não é “consequência de nenhuma determinação ontológica inalterável”, pois esse sistema é “o resultado de um processo historicamente constituído, em que prevalece a divisão hierárquica que subsume o trabalho ao capital”.

Por conseguinte, a classe trabalhadora pode ser definida como “a classe que nada possuindo senão sua força de trabalho, vende essa força de trabalho ao capital em troca de sua subsistência”. Por meio da subsunção do trabalho, a “classe trabalhadora [...] é captada, liberada, arremessada pelas diversas partes da maquinaria social e expelida por outras, não de acordo com sua própria vontade ou atividade própria, mas de acordo com os movimentos do capital (BRAVERMAN, 1987, pp. 319-320).

Dessa maneira, a classe trabalhadora precisa se sujeitar ao controle/comando dos detentores dos meios de produção.

Sob um de seus principais aspectos, esse processo de sujeição assume a forma da divisão da sociedade em *classes sociais* abrangentes, mas irreconciliavelmente opostas entre si em bases objetivas e, sob o outro dos aspectos principais, a forma da instituição do *controle político* total. E, como a sociedade desmoronaria se esta dualidade não pudesse ser firmemente consolidada sob algum *denominador comum*, um complicado sistema de *divisão social hierárquica do trabalho* [...] age como força cimentadora pouco segura – já que representa, no fundo, uma tendência centrífuga destruidora – de todo o complexo (MÉSZÁROS, 2011, p. 99).

Assim,

Esta imposição da divisão social hierárquica do trabalho como a força cimentadora mais problemática – em última análise, realmente explosiva – da sociedade é uma necessidade inevitável. Ela vem da condição insuperável, sob o domínio do capital, de que a sociedade deva se *estruturar de maneira antagônica* e específica, já que as funções de *produção* e de *controle* do processo de trabalho devem estar radicalmente separadas uma da outra e atribuídas a diferentes classes de indivíduos. Colocado de forma simples, o sistema do capital – cuja *raison d'être* é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais – possivelmente seria incapaz de preencher suas funções sociometabólicas de qualquer outra maneira. Por outro lado, nem mesmo a ordem feudal instituiu esse tipo de separação radical entre o controle e a produção material. Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho

e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si. Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja apresentada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

A justifica ideológica opera no sentido de

[...] caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da “*própria natureza*”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade” – “livre opção econômica” e “livre escolha política” segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão. Significativamente, até mesmo no sistema idealista de Hegel, no qual se atribui (em perfeita sintonia com a orientação de valor de todos os sistemas filosóficos idealistas) uma posição inferior à categoria da natureza, lançam-se apelos diretos à autoridade da mesma natureza, sem a mais leve hesitação ou medo de incoerência nos contextos ideológicos mais reveladores, para justificar a desigualdade socialmente criada e reforçada em nome da “desigualdade natural” (MÉSZÁROS, 2011, p. 100).

De acordo com Antunes (2009a, p. 23), “com o capital erige-se uma estrutura de mando vertical, que instaurou uma divisão hierárquica do trabalho capaz de viabilizar um novo sistema de metabolismo social voltado para a necessidade contínua, sistemática e crescente ampliação de valores de troca”, de forma que “o trabalho deve subsumir-se realmente ao capital”.

No entendimento de Mézáros (2011, p. 188):

o capital em si não passa de um modo e um meio dinâmico de mediação reprodutiva, devorador e dominador, articulado como um conjunto historicamente específico de estruturas e suas práticas sociais institucionalmente incrustadas e protegidas. É um sistema claramente identificável de mediações que, na forma adequadamente desenvolvida, subordina rigorosamente todas as funções de reprodução social – das relações de gênero e família até a produção material e a criação das obras de arte – à exigência absoluta de sua própria expansão, ou seja: de sua própria expansão constante e de sua reprodução expandida como sistema de mediação sociometabólico.

Frente ao que foi exposto até o momento, faz-se oportuno apresentar, resumidamente, os componentes estruturais do modo de produção capitalista. De acordo com Antunes (2009a, p. 23-24), o advento do sistema de capital tem os seguintes elementos:

- a) a separação e alienação entre o trabalhador e os meios de produção;
- b) a imposição dessas condições objetivadas e alienadas sobre os trabalhadores, como um poder separado que exerce o mando sobre eles;
- c) a personificação do capital como um valor egoísta – com sua subjetividade e pseudopersonalidade usurpadas –, voltada para o atendimento dos imperativos expansionistas do capital; e
- d) a equivalente personificação do trabalho, isto é, a personificação dos operários como trabalho, destinado a estabelecer uma relação de dependência com o capital historicamente dominante; essa personificação reduz a identidade do sujeito desse trabalho a suas funções produtivas fragmentárias.

De forma ainda mais resumida, segundo Gorander (1996, p. 26), a “quintessência do capital, aquilo que identifica o capital enquanto capital em qualquer circunstância [...] é sua relação direta de exploração da força de trabalho assalariada”.

Essa é, portanto, a identidade uniforme do capital, a despeito das várias formas que pode vir a tomar. Basta considerarmos, por exemplo, as formas contemporâneas de exploração efetuadas por empresas de plataforma digital, que utilizam “parceiros empreendedores” para realizar o trabalho. Nesse “modelo de negócio”, os instrumentos do trabalho são custeados pelo próprio trabalhador. O capital da empresa, o meio que possibilita a produção ou capital constante, portanto, não é o veículo utilizado para a entrega, mas sim o software que explora o “empregado³³”, extraíndo dele mais-valor.

Segundo Mészáros (2007, p. 55-57), foi apenas sob a forma burguesa, ou seja, nos últimos séculos, que o capital conseguiu o êxito de se tornar “um sistema orgânico oniabrangente”, que busca “afirmar sua pretensão de ser uma “jaula de ferro” para sempre inoxidável da qual não se poderia ou deveria contemplar saída”. Contudo, a necessidade de contínua expansão do capital – “sua lógica fundamentalmente irracional “traz consigo a limitação histórica intransponível de seu sistema”.

Contra essa lógica irracional a alternativa é a construção da sociedade do trabalho, pois, “a contínua submissão ao curso globalmente destrutivo de desenvolvimento do capital globalizante não é uma verdadeira opção” (Mészáros, 2007, p. 63).

Nesse sentido, argumenta Chauí (2008, p. 40) que “a superação das contradições são movimentos da história”, pois as contradições “não existem como fatos dados no

³³ Conhecemos o termo empregado (empendedor/empresário precarizado) a partir de encontros à distância promovidos pela Unicamp. Desafortunadamente desconhecemos a/o autor/a para lhe dar os devidos créditos.

mundo, mas são produzidas”. Portanto, “a produção e a superação das contradições revelam que o real se realiza como luta.”.

Com efeito, como observam Antunes e Alves (2004), a vida cotidiana não é apenas espaço da vida alienada, mas, sim, um campo de disputa entre a alienação e a desalienação, pois o trabalho é um elemento vivo, embora subsumido ao capital, e por ser a este antagonico, vive em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposição ao capital.

Outrossim, Meszáros (2007, p. 72) assevera que “o único agente capaz de instituir um modo alternativo de controle do metabolismo social é o trabalho. Não as parcelas particulares do trabalho, mas a “totalidade do trabalho” como o antagonista irreconciliável do capital.”

O trabalho é o único criador de valor (MARX, 1996a), e as diversas correntes que o negam acabam por transformar também a teia de relações sociais, criando, assim, um mundo de conflitos e dificuldades. É preciso, como argumenta Druck (2011), jamais se esquecer da conclusão da Conferência da Filadélfia, em 1944, que consolida a construção da Organização Internacional do Trabalho: “o trabalho não é uma mercadoria!”.

2 A NOVA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: UM MAPA CONCEITUAL

A essência do sistema capitalista – a despeito de que em seu desenvolvimento histórico tenha sofrido transformações significativas – reside na apropriação do trabalho pelo capital, independentemente de quais formas aparentam ter a relação capital-trabalho (DRUCK, 2011).

De acordo com Antunes (2018), a precarização é um processo resultante da luta de classes e da capacidade de resistência da classe trabalhadora, podendo tanto ser ampliado quanto reduzido por meio de embates contra o regime de exploração do trabalho. Por seu turno, Faria e Kremer (2004, p. 10) defendem que “a precarização do trabalho é entendida como o processo que envolve a degradação das condições de trabalho e emprego”. Para Franco, Druck e Seligmann-Silva (2010, p. 231) a precarização do trabalho é um conjunto de “processos de dominação que mesclam insegurança, incerteza, sujeição, competição e proliferação da desconfiança e do individualismo, além do sequestro do tempo e da subjetividade”.

A precariedade do trabalho não é um fenômeno novo – consequência de alterações no mercado de trabalho nas últimas décadas – mas, é uma característica generalizada dos mercados de trabalho desde a primeira revolução industrial. Ou seja, é parte estrutural da relação capital/trabalho, que teve apenas um breve espaço de proteção no período de aproximadamente trinta anos após a Segunda Guerra Mundial nos países de economia avançada, coincidindo com o Estado de Bem-Estar Social³⁴.

A precariedade é, portanto, resultado de uma condição socio estrutural que transforma a força de trabalho em mercadoria. Ela é imanente ao modo de produção capitalista e resultado da subsunção do trabalho ao capital.

Por sua vez, a precarização é um processo da luta de classe e da correlação de forças entre capital e trabalho, localizado numa determinada dimensão histórica

³⁴ Esse período, marcado pelo pacto entre Estado e sindicatos empresariais e de trabalhadores, assim como pela combinação do Fordismo com o keynesianismo, ficou conhecido, conforme análise de Hobsbawm (2015), como os anos dourados do capitalismo. Destacado por altas taxas de crescimento econômico, políticas sociais e pleno emprego, o chamado Estado do bem-estar social foi um momento curto na história do capitalismo, circunscrito a um reduzido número de países desenvolvidos. Por esse motivo, é preciso considerar que há particularidades no processo de precarização do trabalho, tanto nos países que alcançaram níveis relativos de segurança como nos países em que a precariedade das relações de trabalho não é um fenômeno recente, mas uma característica estrutural ligada ao desenvolvimento desigual. Não obstante, em que pese as diferenças históricas e contextuais de cada país, é possível visualizar um conjunto de elementos relativos ao processo de precarização do trabalho que perpassa e penetra as diferentes particularidades, que sinaliza, portanto, os aspectos mais gerais e universais do processo.

(MÉSZÁROS, 2007; QUINLAN, 2012; MARTINS, LIMA, 2016; PEREIRA; TASSIGNY, BIZARRIA, 2017).

Nesse sentido:

A história das sociedades de classe sempre se caracterizou pela extração forçada de trabalho excedente, fosse sua modalidade política ou econômica ou, na verdade, uma combinação de ambas. A extração lucrativa de trabalho excedente como mais-valia, característica da ordem social do capital, não alterou a substância da antiquíssima relação exploratória, mas apenas sua modalidade” (MÉSZÁROS, 2007, p. 45).

Conforme Silva e Freitas (2016), a nova precarização está associada à reestruturação produtiva que se iniciou a partir dos anos 1970 possibilitada pela evolução tecnológica. Para Antunes (2018), esse movimento fez com que adentrássemos uma nova era de precarização do trabalho, uma precarização estrutural gerada pelo neoliberalismo que busca aniquilar direitos sociais. Cabe destacar, no entanto, conforme argumenta Druck (2011), que a precarização do trabalho é um fenômeno ao mesmo tempo velho e novo, diferente e igual – que não permite conclusões ligeiras sobre algum tipo de ruptura –, calcado em um processo claro de metamorfose social em que há, na atualidade, uma hegemonia do setor financeiro que contempla todos os âmbitos da vida social, fornecendo, assim, conteúdo a um novo modo de trabalho dado pela insegurança, fragmentação e destituição do conteúdo social do trabalho.

De acordo com Mézáros (2007), a nova precarização do trabalho é dada pela desregulamentação e pela flexibilidade, em que esta é um mito que se autonomiza diante das pessoas e determina o comportamento dos sujeitos. Reforça Antunes (2018, p. 141) que “a flexibilização se expressa na diminuição drástica das fronteiras entre atividade laboral e espaço da vida privada, no desmonte da legislação trabalhista, nas diferentes formas de contratação da força de trabalho e em sua expressão negada, o desemprego estrutural”. Por sua vez, Stiglitz (2012) considera a flexibilidade um eufemismo para trabalho precário. Também Antunes (2009a; 2018), Alves (2000) e Harvey (1992; 2014) consideram a categoria flexibilidade como fundante e estruturante das novas formas de precarização do mundo do trabalho. Diante disso, resta claro o motivo de Mézáros (2007) chamar tal processo de “precarização flexível”.

Com efeito, argumentam Antunes (2009a) e Faria e Kremer (2004) que o trabalho precário – instável, informal, terceirizados, subcontratados –, antes associado aos trabalhos realizados nas fronteiras do tecido social e que se dá por meio da degradação

das condições de trabalho e emprego do trabalhador formal, tem se tornado a relação dominante dos demais trabalhadores inseridos nas diversas cadeias produtivas. De acordo com Antunes e Alves (2004), entre os trabalhadores precarizados, desprovidos de direito e estabilidade, a alienação/estranhamento assume uma forma ainda mais intensificada e brutalizada, pautada pela perda da dimensão da humanidade, dada pela separação da unidade comunitária que é encontrada na sociedade do trabalho.

Nesse sentido, asseveram Pereira, Tassigny e Bizarria (2017) que vivemos na era da precarização, marcada pela profunda exploração do trabalhador, em que se busca romper a centralidade do trabalho provocando o esgarçamento dos laços sociais. Para Wolff (2014), as atuais políticas públicas dos Estados nacionais são instrumentalizadas para que a classe trabalhadora sustente a acumulação capitalista em nível global, reiterando o processo de precarização do trabalho. Por sua vez, Druck (2016) afirma que a nova precarização do trabalho é uma estratégia do capital para a dominação da classe trabalhadora.

Ademais, Mészáros (2007) assevera que mantendo seu impulso implacável de auto expansão o capital cria um sistema de controle socio metabólico dinâmico e destrutivo, sob o disfarce de globalização, que elimina cruelmente a maior parte da humanidade do processo de trabalho. O mesmo autor, em outra obra, nos alerta da tentativa de um discurso que busca chamar o desemprego de “estrutural”, fazendo dessa forma que isso não seja um “problema”, pois é algo “inevitável” – a mesma fatalidade advertida por Bourdieu (1998b) –, uma “consequência universal do benefício do avanço tecnológico” (MÉSZÁROS, 2005, p. 33). Por conseguinte, por ser “natural”, tal estrutura destrutiva e insustentável não permite a instituição de uma alternativa viável de outra ordem social reprodutiva. Assim, o discurso das vozes a serviço do capital busca naturalizar a estrutura reprodutiva existente com o argumento de que esta é gerida por dispositivos técnicos/econômicos “neutros” de suporte às formas flexíveis³⁵ (MÉSZÁROS, 2005).

Portanto, resumidamente, podemos afirmar que, embora a precarização esteja ligada à crise estrutural de acumulação do capital – movimento perene de decrescimento

³⁵ Aqui é necessário esclarecer que Mészáros evidencia que mesmo os apologistas do capital reconhecem que o desemprego é estrutural, porém, fornecem respostas fatalistas e justificativas para manter a estrutura intacta, já que o “desemprego é estrutural, nada deve mudar”. Porém, o que vemos, de acordo com Mészáros, é um movimento muito real *em direção* aos limites últimos do capital em si e, portanto, assinalam a realidade *histórica* de um doloroso, porém inescapável processo de transição” (MÉSZÁROS, 2011, p. 560). Dessa forma, o desemprego é estrutural no atual sistema sociometabólico do capital, mas isso não significa o fim do mundo do trabalho, mas sim a necessidade de um novo modo de produção, no qual a relação ser humano/trabalho muda de forma e conteúdo.

das suas taxas de reprodução –, há em curso um novo processo de precarização³⁶, fruto do novo arranjo do regime de acumulação capitalista e do esvaziamento dos Estados nacionais.

Diante do exposto, cabe o questionamento: o que há de “novo” na precarização flexível do trabalho? Quais os elementos, categorias, contexto e práticas sociais que lhe dão forma a ponto de permitir uma visualização condensada em uma imagem/quadro, fornecendo, dessa maneira, uma representação geral do tema que possa contribuir para a compreensão da estrutura de suas relações subjacentes?

Abaixo, listamos suas principais características.

a) Marco Histórico Recente

O período que compreende o fim da segunda Guerra Mundial até a década de 1970 foi marcado por políticas keynesianas – participação do Estado na economia, políticas de pleno emprego, políticas sociais e de crescimento econômico, entre outras, sobretudo nos países capitalistas centrais – coordenadas nacional ou internacionalmente. A crise da década de 1970 – a combinação de desemprego em ascensão e inflação acelerada, oriundos da crise da acumulação capitalista que afetou o mundo todo – esvaziou tais políticas e os Estados nacionais perderam o protagonismo que os caracterizavam na relação Estado/sociedade/mercado. O modelo foi solapado pela globalização da economia, que colocou a todos, exceto os EUA, sob o domínio do “mercado mundial”. Nesse período houve grande apoio a tendências ultraliberais, culminando no prêmio Nobel para Friedrich Hayek em 1974 e Milton Friedman em 1976. O caminho da transformação do pensamento ultraliberal em doutrina política e econômica tem seu marco registrado entre os anos 1978 e 1980, como um ponto de ruptura revolucionário na história social e econômica do mundo, sob a batuta de Ronald Reagan e Margaret Thatcher (HARVEY, 2014; HOBBSAWM, 2015).

Stiglitz (2012) defende que o argumento de que o fim da União Soviética³⁷ marcou o triunfo da economia de mercado está incorreto. Mesmo os países de economia

³⁶ “Aqui [...] mostra-se a exatidão da lei, descoberta por Hegel em sua *Lógica*, de que alterações meramente quantitativas, tendo atingido um determinado ponto, convertem-se em diferenças qualitativas” (MARX, 2017a, pp. 380-381).

³⁷ A esse respeito, pondera Mézáros (2005, p. xviii) que: “a implosão do sistema soviético só pode ser inteligível como parte integrante dessa crise sistêmica. Pois a tentativa de solução soviética surgiu como uma forma de superar em seu próprio cenário uma grande crise capitalista, instituindo um modo de produção e troca pós-capitalista por meio da abolição da propriedade privada dos meios de produção. No entanto, a solução soviética não conseguiu erradicar o capital do sistema pós-capitalista de reprodução metabólica social. Assim, ele poderia permanecer operacional apenas até que a necessidade de ir além do

desenvolvida rejeitavam a doutrina de mercados autorregulados, ou seja, a ideologia livre-mercadista de Reagan/Thatcher, e utilizavam políticas “neodemocratas” ou “neotrabalhistas”. De acordo com o autor, a interpretação mais convincente é a de que os países industrializados não podiam impor políticas livre-mercadistas aos países pobres durante a Guerra Fria, pois corriam o risco, caso essas políticas prejudicassem demais os países em desenvolvimento, destes serem cortejados pelo outro bloco. Com a queda do muro de Berlim, caiu também a alternativa aos países pobres, tornando possível aos países ricos impor aquelas doutrinas arriscadas com impunidade.

Ademais, para Harvey (2014), a construção do consentimento – ou do senso comum no sentido gramsciano – na aceitação dos valores neoliberais residiu amplamente, em muitos casos, no uso da força militar, no caso do Chile, ou financeira, como nas operações do FMI em países como Filipinas e Moçambique. Ainda conforme Harvey (2014), foram também invocados artifícios retóricos vagos que mascaravam estratégias políticas, a exemplo do uso da palavra “liberdade”, que tem a força de justificar qualquer ato. Em outros casos foram utilizados valores culturais e tradicionais, como a crença em deus ou a posição das mulheres na sociedade, além de temores: de comunistas, de estrangeiros, de imigrantes, ou de qualquer pessoa identificada como “o outro”.

De acordo com Harvey (2014, p. 13), “na medida em que julga a troca de mercado uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que ele substitui todas as crenças éticas antes sustentadas, o neoliberalismo³⁸ enfatiza a significação das relações contratuais de mercado”. Com base nesse ideário foram feitas uma série de idas e vindas em experimentos caóticos de neoliberalização^{39 40} no mundo capitalista, que somente nos

sistema do capital como tal - e não simplesmente negar uma forma específica de capitalismo, um tanto retrógrada - aparecesse como um desafio fundamental na ordem global da época”.

³⁸ Para Harvey (2014, p. 11, 12), “o neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas políticas-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser bem mais promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos à propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas [...] as intervenções dos estados devem se manter em um nível mínimo”.

³⁹ De acordo com Harvey (2014), a primeira experiência de neoliberalização aconteceu após o golpe do ditador Augusto Pinochet no Chile, em 1973. O golpe contou com o apoio de corporações estadunidenses e da CIA, reprimindo movimentos sociais, desmontando formas de organização popular e “liberando” o mercado de trabalho de restrições institucionais ou regulatórias, como o poder sindical. Foi chamado um grupo de economistas formados na Universidade de Chicago – adeptos das doutrinas de Milton Friedman e conhecidos como Chicago Boys – para fazer os experimentos de desnacionalizações e desregulamentações diversas.

⁴⁰ A esse respeito Mészáros (2005, p. liv) afirma que “o papel do governo britânico na greve dos mineiros [de 1984] fornece um exemplo muito claro de como o estado pode intervir em favor do capital. Ao contrário

anos 1990 encontraram uma convergência com o surgimento de uma nova ortodoxia articulada, conhecida como o “Consenso de Washington”.

Segundo Stiglitz (2012), o Consenso de Washington enfatiza que as intervenções do Estado são fonte de problema, e a solução é a liberalização total da economia. Contudo, Stiglitz (2012), ancorado em Polanyi (2012), afirma que um mercado totalmente autorregulado é um mito - trata-se, apenas, de uma doutrina defendida por crentes de mercado, utilizando uma ideologia que distorce a natureza das transformações sociais. Na mesma linha, Bourdieu (1997) ressalta que os membros da Escola de Chicago, principalmente Milton Friedman, envidaram esforços visando reabilitar o mercado para que este desempenhasse o papel de “mito inteligente”, identificando-o com liberdade e fazendo parecer que a liberdade econômica fosse a condição da liberdade política.

Assim, o neoliberalismo sustenta que o bem social é alcançado quando se maximizam o alcance e a frequência das transações, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado. Como bem pontuou Stiglitz (2012), o consenso de Washington defende a “santidade dos contratos” contra toda e qualquer insolvência. Contudo, não tem escrúpulos em profanar algo mais sagrado, o “contrato social”. Como exemplo, o autor demonstra que o experimento social feito na Rússia, na abertura dos mercados, trouxe resultados desastrosos. Não só a bonança prometida não ocorreu, como a economia encolheu para quase a metade e a proporção de pobres no país aumentou de 2% para 50%. O que a abertura fez foi criar uma casta de oligarcas.

Conforme Stiglitz (2012), a rápida transformação imposta à sociedade destruiu antigos mecanismos sem que novos tenham sido projetados. Ocorreu algo parecido no liberalismo do século XIX. Algo que os defensores do Consenso de Washington, versão moderna da ortodoxia liberal, se esqueceram ou fingiram esquecer. No mesmo sentido, Pochmann (2009) reforça que as lições foram desaprendidas pelos formuladores de políticas públicas ao considerarem o mercado algo que paira acima da sociedade, doutrina máxima do discurso neoliberal.

das regras elementares de boas práticas de negócios elogiadas pelo ex-chefe da General Motors, o Estado capitalista na Grã-Bretanha poderia planejar sua ação antitrabalhistas na forma de um “acúmulo cuidadosamente controlado e coordenado de estoques excessivos”, com o propósito quase oculto de provocar os mineiros a uma greve que - dados os recursos totais do estado - eles não poderiam vencer. Além disso, as autoridades estaduais, com a plena cooperação do judiciário, intervieram na disputa de todas as maneiras possíveis, privando os grevistas de suas reivindicações legítimas e o Sindicato Nacional dos Mineiros de todos os seus fundos. Ademais, grandes somas foram gastas pelo estado durante a disputa de um ano - estimada em cerca de cinco a seis bilhões de libras esterlinas [vinte anos atrás] - para derrotar a greve”.

Para Antunes (2009a), a agenda do projeto neoliberal contempla a desregulamentação das relações de trabalho e a ampla flexibilização do mercado de trabalho, resultando na fragilização e perda de direitos sociais dos trabalhadores. Para Silva e Freitas (2016), houve redução do emprego regular em favor do trabalho flexível (parcial, temporário ou subcontratado), em todo o mundo. Contudo, em países subdesenvolvidos, essas mudanças foram mais violentas, pois esses países possuem menos proteções sociais. Nesse sentido, Pochmann (2009) demonstra evidências da conexão entre o crescimento da pobreza e do trabalho precário e desigualdade social, oriundas da resposta neoliberal que diminuiu o Estado de Bem-Estar Social.

Mészáros (2005) advoga que o capitalismo atual é caracterizado por um período de crise estrutural, não apenas conjuntural como nas fases anteriores, o que carrega implicações mais profundas para a nossa época e para o futuro. Com efeito, o neoliberalismo é o componente político constitutivo da lógica da nova precarização das relações de trabalho. É imposto como uma política de Estado que surge com o capitalismo global (PEREIRA; TASSIGNY; BIZARRIA, 2017).

O programa neoliberal se caracteriza pela intensificação da integração econômica global, terceirização de parte da produção, novas tecnologias de trabalho e subcontratação para diminuição da remuneração dos trabalhadores (MARTINS, LIMA, 2016). Para Wolf (2014) e Martins e Lima (2016), as políticas neoliberais realizadas a partir dos anos 1990 mudaram o paradigma das relações de trabalho, fruto da intensa mobilidade do grande capital, utilizando força de trabalho de países periféricos, mais barata e dócil, para aumento das taxas de lucro.

Para Castel (1995), a nova dinâmica do capitalismo tem como elemento central a precarização do trabalho, ou, o fim da “sociedade salarial”, em um processo que cria vulnerabilidade social e modifica as relações de trabalho. Na mesma linha, Druck (2011) argumenta que o padrão não é mais uma sociedade do pleno emprego, nem mesmo em países de capitalismo avançado com forte presença do Estado, e sim, uma sociedade predominantemente de relação precarizada de trabalho e de desempregados. Por seu turno, Mészáros (2005) argumenta que, mesmo nos países mais ricos, o capital vem retirando sistematicamente as diversas concessões do passado por meio da ordem governante com a ajuda de legislações implacáveis e abertamente antitrabalhistas. Dessarte, o atual estágio do capitalismo, além de não garantir o Estado de Bem-Estar Social para os países menos desenvolvidos, vem esgarçando o tecido social em escala global.

No período fordista houve avanços trabalhistas e sociais que impuseram certos limites ao capital e é esse terreno que o projeto neoliberal busca recuperar para a grande burguesia. O enfraquecimento dos Estados é um projeto econômico e político de reestruturação da acumulação capitalista que almeja esvaziar a ameaça eleitoral da esquerda, pois retira do capital o ônus sobre “questões sociais”, transferindo-as para o terceiro setor, único espaço restante de direção hegemônica da sociedade civil (DRUCK, 2011; MONTAÑO, 2003).

O conteúdo desse enfraquecimento pode ser mais bem visualizado no texto de Williamson (1993), membro do Instituto para Economia Internacional de Washington e um dos participantes do Consenso: disciplina fiscal; liberalização de comércio com ênfase em eliminação de restrições às importações; abertura para investimento estrangeiro direto; privatização de empresas estatais; desregulamentação; e segurança dos direitos de propriedade.

Para Druck (2011), o projeto neoliberal ultrapassou todas as barreiras e impregnou todos os âmbitos da vida social. Harvey (2014) ressalta que o processo de neoliberalização envolveu muita “destruição criativa” em todas as esferas da sociedade, das antigas estruturas institucionais às divisões de trabalho, da promoção do bem-estar social, das atividades reprodutivas, das formas de ligação com a terra, do pensamento, dos hábitos do coração e da subjetividade humana.

O esvaziamento do Estado, ou seja, sua omissão na proteção social ao seu povo, em conjunto com a desregulamentação dos mercados formam um fio condutor que é indissociável, e articula um novo processo de precarização do trabalho que se materializa nas mais diversas formas (desemprego, desregulação, flexibilização, adoecimento, perda salarial, fragilidade dos sindicatos etc.).

Entendemos, pois, o neoliberalismo como a racionalidade/instituição que corresponde ao processo de acumulação do capital dentro do chamado capitalismo flexível, que invade todos os espaços da vida social, sendo constituído por um conjunto de teorias, de áreas diversas, que ora legitimam a relação precária do político frente ao econômico, ora prescrevem modelos – teóricos e/ou políticas – de ajustamento às necessidades de acumulação do capital. Em síntese, promove a disseminação político-ideológica, por um lado, e estrutural-econômica, por outro.

b) A Reestruturação Produtiva

Categoria chave para o entendimento da atual forma de precarização das relações do trabalho, o programa neoliberal das relações produtivas, oriundo do esgotamento do

padrão de acumulação fordista, prescrevia a busca de aumento da produtividade, a substituição da força de trabalho por meio de aplicação de capital fixo e a busca de força de trabalho barata e dócil em países subdesenvolvidos, além de novos mercados de consumo (WOLFF, 2014). Na esteira do enfraquecimento da linha fordista, sobreveio o regime de acumulação flexível que, a partir dos anos 1990, adquiriu braço político e iniciou um ataque feroz à classe trabalhadora mediante o afrouxamento e a desregulamentação das condições jurídicas que regiam o contrato de trabalho (COLOMBI, 2016; ALVES, 2011).

Diferentemente do antigo regime de acumulação fordista – em que tanto os produtos quanto os serviços de apoio eram realizados dentro da mesma fábrica – o modelo de desenvolvimento ulterior é apoiado de forma despótica sobre altas taxas de rotatividade, baixos salários e intensificação do ritmo de trabalho. As firmas flexíveis são caracterizadas por poucos cargos hierárquicos e generalizada terceirização.

A reestruturação produtiva neoliberal criou maneiras de extração de mais-valia relativa e absoluta, criando processos para redução de custos trabalhistas promovidos por meio de uso de medidas – esvaziamento do Estado, desregulação – que instituem contratos flexíveis, inflando significativamente a informalidade, o desemprego e processos desonestos de subcontratação e terceirização. Assim, surgiu a nova era de flexibilidade própria da fase toyotizada, com seus traços de continuidade e descontinuidade em relação à forma taylorista-fordista (ALVES, 2000; POCHMANN, 2009; QUINLAN, 2012; STANDING, 2014; WOLFF, 2014; COLOMBI, 2016; SILVA, FREITAS, 2016; ANTUNES, 2018).

De acordo com Harvey (1992, p. 140), a “acumulação flexível é marcada por um confronto direto com a rigidez do Fordismo. Ela se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo.” A esse respeito, Antunes (2018) aduz que a tese de acumulação flexível desenvolvida por Harvey é uma forma própria de capitalismo que mantém três características essenciais desse modo de produção: a) é voltado para o crescimento; b) esse crescimento é apoiado na exploração do trabalho vivo; e c) tem uma intrínseca dinâmica tecnológica e particular.

Para Druck (2011), a acumulação flexível é a maior marca do capitalismo contemporâneo. É o “novo espírito do capitalismo” que anima a hegemonia global do capital financeiro. Segundo Faria e Kremer (2004), a acumulação flexível – que substituiu a hegemonia de mais da metade do século XX do Fordismo, em declínio a partir dos anos 1970 – dá início a uma nova base técnica com o advento da microeletrônica e de novos

arranjos de gestão do trabalho, promovendo modificações profundas no espaço da fábrica e criando um “novo arranjo societal que busca superar, na esfera jurídico/política, a rigidez do compromisso fordista” (FARIA; KREMER, 2004, p. 2).

Ensinam Faria e Meneghetti (2007) que o lócus no qual ocorrem os processos de dominação direta ou indireta dos trabalhadores são as organizações. Neste espaço, o sujeito se torna instrumento do capital muitas vezes sem se dar conta disso. Nesse sentido, Bourdieu (1998b, p. 74) nomeia as organizações inseridas no âmbito da reestruturação produtiva de empresa flexível. Trata-se da organização que “explora, de certa forma deliberadamente, uma situação de insegurança que ela contribui para reforçar”, incluindo práticas como a desterritorialização e o descentramento da empresa, anteriormente ligada a um lugar ou Estado-nação e agora parte de um processo “em rede” dispersa entre lugares muito afastados.

A respeito das novas práticas de gestão, argumentam Alves (2000) e Antunes (2018) que se há uma superação do Toyotismo em relação ao Fordismo, essa superação é dialética, no sentido em que “supera conservando” alguns aspectos predominantes da gestão da produção capitalista. Logo, ele pertence à mesma lógica da racionalização do trabalho adotada pelo binômio Taylorismo/Fordismo. Contudo, o Toyotismo consegue também capturar – uma captura plena em desenvolvimento – e controlar o elemento subjetivo da produção capitalista, criando uma nova subsunção real do trabalho ao capital, expressa em uma subordinação formal-intelectual e espiritual do trabalho ao capital.

Dessa maneira, ainda conforme Alves (2000) e Antunes (2018), o Toyotismo demonstra descontinuidade, uma ruptura com seu antecessor. Enquanto o Fordismo utilizava da separação, repetição, procedimento e especialização do trabalhador, no Toyotismo ocorre a desespecialização, a não separação, a polivalência e o tempo partilhado e flexível, além de uma plurifuncionalidade de homens e máquinas.

De acordo com Druck (2011, p. 43), a “força e o consentimento são os recursos que o capital se utiliza para viabilizar” seu contínuo grau de acumulação. Essa “força se materializa principalmente na imposição de condições de trabalho e de emprego precárias frente à permanente ameaça de desemprego estrutural criado pelo capitalismo. Afinal, “ter qualquer emprego é melhor do que não ter nenhum”. Por meio do exército industrial de reserva, o capital pode criar concorrência e divisão profundas entre os trabalhadores, garantindo a subordinação e submissão do trabalho ao capital, como forma de sobrevivência dos trabalhadores.

Dessa maneira, segundo Bourdieu (1998b) e Druck (2011), é instaurado um regime político, por meio de uma cumplicidade ativa ou passiva dos agentes políticos. Esse regime estabelece um dogma econômico construído sob o disfarce de leis naturais inflexíveis e invioláveis, objetivando produzir um consenso para que os trabalhadores percebam e entendam as transformações no mundo do trabalho como inevitáveis.

É de fundamental importância para a compreensão da significação ontológica do envolvimento do trabalho sob a produção capitalista, de acordo com Antunes e Alves (2004), entender o conceito de subsunção e seu desdobramento em real e formal. É com base em manipulações tecnocráticas, aludidas por Bourdieu (1998b), que o Toyotismo irá operar a transformação da subsunção formal da classe operária à subsunção real. Segundo Antunes e Alves (2004), no Fordismo a subsunção da subjetividade operária à lógica do capital era meramente formal, reduzida aos processos produtivos – aos “aspectos físicos maquinais” – uma “racionalidade inconclusa” em que as variáveis psicológicas do comportamento operário não estavam totalmente incorporadas à racionalidade capitalista.

De acordo com Antunes e Alves (2004, p. 346), a partir do processo de produção intrafábrica “é instaurado um modo de controle que abarca toda a psique do trabalhador absorvendo a “participação ativa de sua inteligência, fantasia e iniciativa de trabalho”. O trabalhador, portanto, se insere de forma engajada nos processos produtivos, tendo sua subjetividade totalmente capturada, fazendo com que, no Toyotismo, tal captura atinja o estágio pleno de desenvolvimento: “um desenvolvimento real e não apenas formal”, cujo conteúdo, no entanto, é dialético, não meramente passivo, condição esta que precisa ser continuamente afirmada.

Para Bourdieu (1998b, p. 84-85) as técnicas de *management* participativo resultam na submissão racional – para além de quaisquer atribuições dos trabalhadores em seus postos de trabalho –, em alto grau de envolvimento do trabalhador e enfraquecem ou eliminam as solidariedades ou referências coletivas. Tais manipulações tecnocráticas, com o único fim de obter submissão e obediência, são objeto de atenção permanente – com massivo investimento em tempo, pesquisa e trabalho – para criar continuamente formas de gestão e técnicas de comando que alimentam incessantemente a “crença na hierarquia das competências escolarmente garantidas que funda a ordem e a disciplina na empresa privada e também, cada vez mais, na função pública”.

O capital busca, ao longo da história do capitalismo, estabelecer diferentes padrões de acumulação em resposta aos limites e resistência que os trabalhadores colocam a essa limitação. O capitalismo do século XXI é diferente do vigente no século anterior e

a acumulação flexível é o traço mais característico desse novo padrão. No centro dela está a precarização do trabalho como uma estratégia de dominação que busca romper as barreiras impostas pelo modo fordista e pelas regulações do Estado de Bem-Estar Social. Para isso é necessário impor à força novas condições de trabalho, mormente em países periféricos (DRUCK, 2011).

Para Standing (2014), esta é a primeira vez, em termos históricos, que o Estado retira sistematicamente direitos dos seus cidadãos, transformando os países em economias rentistas e promovendo políticas que sustentem tal forma de acumulação em benefício de uma ingurgitada plutocracia. Consequentemente, defende o autor que os trabalhadores devem lutar por um novo sistema de distribuição e avançar no direito a ter direitos.

O advento do neoliberalismo engendrou transformações que geraram uma nova divisão internacional do trabalho, fazendo com que adentrássemos uma nova era, marcada pela ferocidade com que o capital global exige o desmonte de estruturas de legislação social de proteção ao trabalho e destrói os direitos sociais que foram duramente conquistados (ANTUNES, 2018).

Diante desse quadro, os efeitos das mudanças nas relações de trabalho resultaram em uma deterioração do conjunto das relações sociais, institucionalizando a precarização social por meio da generalização das formas flexíveis e do desmantelamento das redes de proteção social, impondo à coletividade um estado de normalização da “regulação da desregulamentação” – a regulação via mercado – em vários âmbitos da vida social.

c) A Institucionalização da Precarização Social

Discutimos anteriormente que no regime de acumulação flexível há um desemprego estrutural e precárias condições de trabalho que resultam em uma realidade adversa à classe trabalhadora (ANTUNES, ALVES, 2004). O efeito dessas condições pode ser sentido em todo o conjunto das relações sociais. De igual modo, Martins e Honório (2014) frisam que a ordem burguesa do capital continua a cindir o homem, e as novas formas de organização aumentaram a precarização e a exploração, tornando a insegurança presença constante por toda a parte no mundo do trabalho.

Há atualmente uma hegemonia da lógica financeira que atinge todos “os âmbitos da vida social, dando um novo conteúdo aos modos de trabalho e de vida, sustentados na volatilidade, na efemeridade e na descartabilidade sem limites” (ANTUNES, 2018, p. 153). Dessa maneira, “o crescente processo de individualização do trabalho e a ruptura do tecido de solidariedade antes presentes entre os trabalhadores”, têm como consequência a quebra da “capacidade de acionamento das estratégias coletivas de defesa

entre os trabalhadores que se encontra na base do aumento dos processos de adoecimento psíquico e de sua expressão mais contundente, o suicídio no local de trabalho” (ANTUNES, 2018, p. 142).

Argumenta Bourdieu (1998a, p. 75) que há uma situação de insegurança permanente, generalizada e sem precedentes que inscreve a precariedade em um modo de dominação de tipo novo, que obriga os trabalhadores à aceitação/submissão da exploração por meio de uma gestão racional da insegurança. Essa gestão instaura, “sobretudo através da manipulação orquestrada do espaço da produção”, a concorrência entre trabalhadores. Isso resulta em quebra de seus mecanismos de resistência, travestindo a forma de gestão da dominação “por mecanismos aparentemente naturais, que são por si mesmos sua própria justificação”.

A nova precarização dada pelo regime de acumulação flexível tornou a insegurança, a fragmentação e a instabilidade o seu conteúdo hegemônico e central (MARTINS; LIMA, 2016). As formas flexíveis aumentam a carga dos trabalhadores, diminuindo sua qualidade de vida. A intensificação é um processo que resulta em um maior dispêndio das capacidades do trabalhador com o objetivo de elevar os resultados do capital. Isso é fruto de uma estratégia do capital como resposta à luta dos trabalhadores para regulamentação do tempo de trabalho (ALVES, 2011; COLOMBI, 2016; SILVA; FREITAS, 2016; MARTINS; LIMA, 2016).

De acordo com Druck (2011) está a ocorrendo uma institucionalização da flexibilização e da precarização do trabalho, em um processo que é instalado econômica, social e politicamente, cujo aspecto central, que explica a estrutura capitalista hoje, é o grau ilimitado da mercantilização do trabalho e da vida. Argumenta Standing (2014) que a nova grande transformação do capital pretende tornar a instabilidade um hábito do mundo do trabalho, diferente do desejo anterior do capital de que o núcleo do proletariado estivesse habituado a uma vida estável e “pertencente” a uma certa estrutura empresarial.

No entanto, ressalta Colombi (2016) que a efemeridade, incerteza ou instabilidade do mundo do trabalho é comum a qualquer contexto histórico – é a normalidade dentro do sistema capitalista –, pois é necessário que haja uma população supérflua para que a classe trabalhadora seja explorada. Dessa maneira, há forte correlação entre “população supérflua” e contratos flexíveis/trabalhadores terceirizados.

Nesse sentido, conforme Faria e Kremer (2004), sob o regime de acumulação flexível os vínculos empregatícios foram fragilizados por um duplo movimento: a) primeiramente, com o surgimento de novas modalidades de vínculos de trabalho com

reduzidos direitos trabalhistas – como o trabalho em tempo parcial e o temporário – e o esgarçamento dos vínculos tradicionais decorrentes da intensificação do trabalho e da rotatividade da mão-de-obra, amparados por articulações nas esferas política e jurídica; b) e depois, pela expansão do trabalho informal, no qual fica localizado o excedente de mão-de-obra. Dessa maneira, há um contingente de trabalhadores sempre disponíveis para contratação como terceirizados, fora do espaço das empresas centrais, com vínculos empregatícios tênues em um quadro de deterioração geral da qualidade dos postos de trabalho, elevando o risco de acidentes e doenças ocupacionais.

Com efeito, a flexibilidade do capital e a globalização dos mercados amparadas por falta ou insuficiência de regulações, proteções e garantias a direitos socioeconômicos das pessoas, contribuíram para o fenômeno da precarização do trabalho, inclusive em economias avançadas. Esses movimentos causaram insegurança e instabilidade em nível macro no mundo do trabalho devido: à falta de solidez de políticas de pleno emprego; à insegurança relacionada à fragilidade dos sindicatos, como, por exemplo, a inexistência em muitos países do direito à greve; à insegurança causada pela ausência de proteção contra acidentes de trabalho ou enfermidade; e insuficiência de proteção contra condições insalubres no lugar de trabalho (BRAGA, 2014; VALENZUELA, 2015).

Ademais, as companhias que contratam empresas terceirizadas ficam em posição confortável e não assumem suas responsabilidades, já que essas recaem sobre as companhias terceirizadas. Pereira, Tassigny e Bizarria (2017) apontam que há relação entre terceirização e assédio moral: trabalhadores terceirizados, por sua vulnerabilidade, estão mais sujeitos a constrangimento devido ao fraco vínculo com o trabalho.

Em que pese a defesa de muitos que veem na transformação tecnológica um caminho para um mundo mais saudável, harmonioso e próspero, o que está ocorrendo, segundo Antunes e Alves (2004), é um processo histórico de erosão do solo social e um aprofundamento das contradições do capital.

Nesse sentido, apesar da fragmentação e heterogeneidade da classe trabalhadora do século XXI, defendem Antunes (2018) e Antunes e Alves (2004) que nada permite advogar a tese propugnada do fim do trabalho, ou seja, a ideia da perda da centralidade da categoria trabalho como elemento que estrutura a sociedade. Pelo contrário – malgrado o reconhecimento de que esse é um processo complexo e heterogêneo que, de fato, resulta em uma classe trabalhadora que não é idêntica à do século anterior –, as crises pelas quais o mundo tem passado mostram que o trabalho é o elemento principal que sustenta a base

social, portanto, ele não perdeu ontologicamente seu sentido estruturante (ANTUNES, ALVES, 2004; ANTUNES, 2018).

Resumidamente, entendemos que a institucionalização da precarização social se materializa: no âmbito institucional-legal, por meio da desregulação e esvaziamento do campo político frente ao econômico, ou esvaziamento de leis gerais diante dos acordos/contratos particulares; no âmbito organizacional, por meio de novas rotinas e formas flexíveis – inseguras – de trabalho; e, finalmente, no âmbito subjetivo, por meio da subsunção real e do sequestro da subjetividade, inaugurando um novo modo de ser extremamente individualista (do empreendedor) ou, em síntese, um novo hábito de pensamento amplamente disseminado e aceito que está fazendo colapsar os fundamentos do edifício social, fragilizando relações solidárias da comunidade. A precarização social é, portanto, o corolário do paradigma neoliberal.

A pandemia da Covid-19 exibiu com grande crueza o cenário de precarização social pelo qual passa boa parte do mundo – incluindo os chamados países ricos –, em um cenário em que a potência estadunidense sequer disfarçou atos de pirataria, o “confisco” de equipamentos de proteção contra a disseminação do vírus (BBC, 2020). No Brasil foi ouvido um discurso altissonante – acompanhado de atos de sabotagem ao combate da pandemia pelo governo Jair Bolsonaro, conforme aponta o boletim do mapeamento de normas jurídicas de resposta à Covid-19 no país (CEPEDISA-USP, 2021) – da suposta separação entre economia e sociedade, o cerne do paradigma neoliberal, deixando sem proteção a grande massa da população⁴¹, principalmente a mais precarizada: os trabalhadores por conta própria, prestadores de serviço e entregadores de plataforma.

2.1 Mapa Conceitual da Nova Precarização do Trabalho

Um mapa conceitual é uma ferramenta de pesquisa que busca demonstrar por meio de um esquema visual o conjunto de conceitos que sustentam um objeto de estudo e suas relações explícitas e subjacentes. Eppler (2006) define o mapa como um tipo de diagrama *top-down* que mostra a relação entre conceitos, suas conexões e manifestações,

⁴¹ “Tudo se acabou para a Alemanha; acabar-se-á num inominável colapso econômico, político, moral e espiritual; em suma, eis o que se esboça [...] minha lastimosa comiseração dedica-se a esse povo infeliz, e quando recorde o seu levantamento e seu cego fervor, a rebeldia, a erupção, a explosão, a reviravolta, o reinício pretensamente purificador [...] quando recorde aquele transe aparentemente sagrado, com o qual, na verdade, indicando seu caráter falaz, já se mesclavam muita rudeza feroz, muita brutalidade ordinária, muito gozo sórdido de violações, torturas e aviltamentos [...]. Thomas Mann, Doutor Fausto.

diferenciando-o de outras ferramentas como mapas mentais, diagramas conceituais e metáforas visuais.

O objetivo final da elaboração de um mapa conceitual é avançar na construção de um *framework* conceitual. Para Tamene (2016), o *framework* conceitual indica os pressupostos que fundamentam conceitualmente um tópico particular e é, conforme Maxwell (2013), uma concepção ou modelo do que há ou o que está ocorrendo no campo que se deseja estudar, uma estratégia de teorizar um fenômeno sob investigação, ou seja, uma base para o entendimento de padrões de interconexão entre eventos, ideias, conceitos, conhecimento, observações, interpretações e outros componentes da experiência.

Figura 1 Representação esquemática do framework conceitual



Fonte: Adaptado de Tamene (2016, p.52).

Conforme observação da Figura 1, podemos afirmar que o *framework* conceitual é a condensação de elementos analíticos dispersos, que podem incluir o problema de pesquisa, o método e questões básicas, objetivando o entendimento do fenômeno de forma ampla e holística, uma “totalidade”, permitindo, assim, teorizar um fenômeno sob escrutínio. Segundo Jabareen (2009), a construção de um *framework*, ao invés de entregar a descrição de elementos concretos, oferece a possibilidade de interpretá-los dadas as informações coletadas no campo empírico e no campo teórico. Trata-se, portanto, de uma versão consolidada do entendimento de um fenômeno, contendo posicionamentos ontológico, epistemológico e metodológico claros, abordando contexto e questões fundantes do objeto estudado.

Com efeito, a arquitetura de um *framework* é um processo robusto de condensação teórico-analítica, que a partir de elementos ordenados pode oferecer respostas para questões mais complexas, tais como: de que forma ocorre a passagem da subsunção

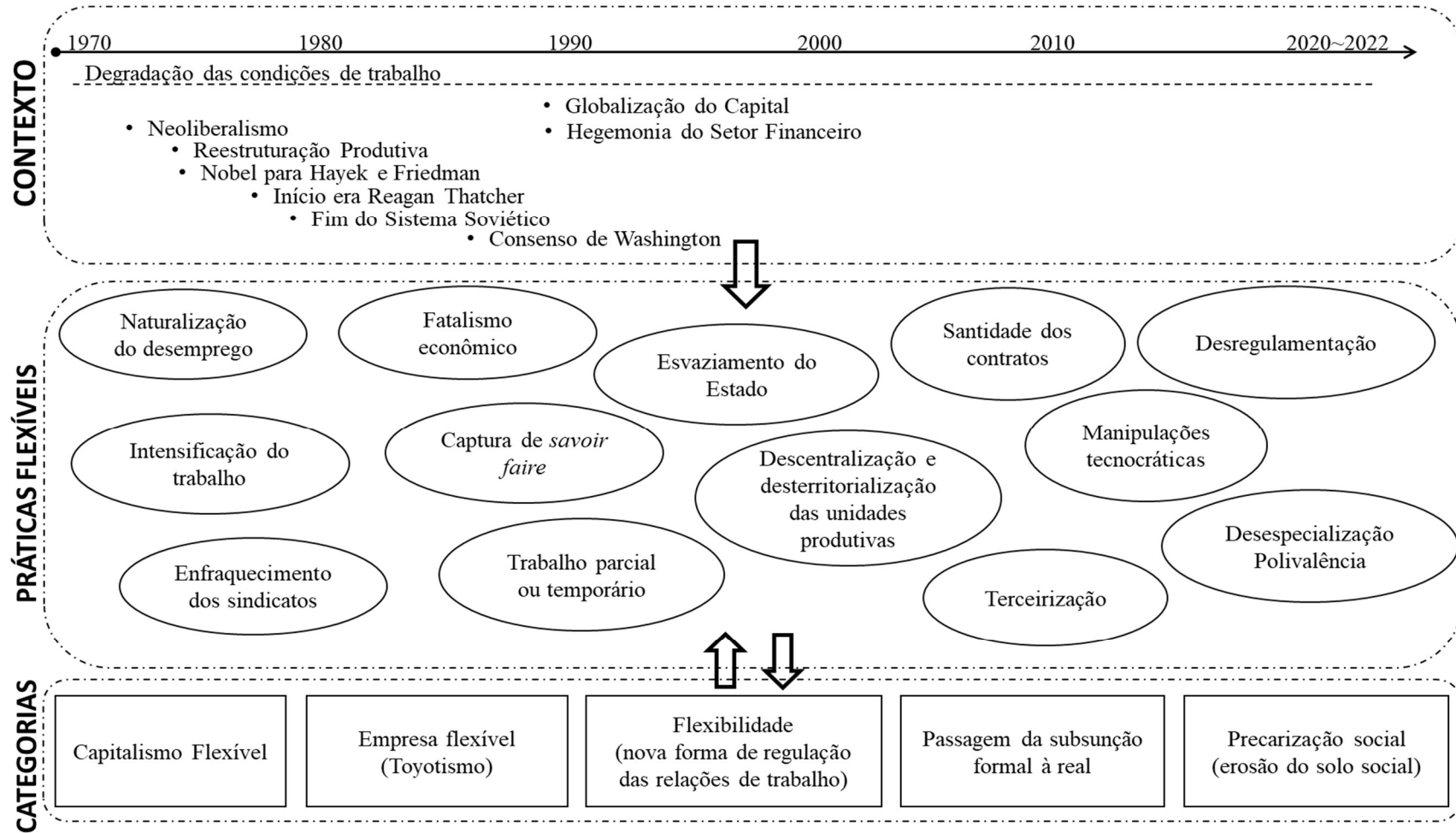
formal à real? Como a disposição intelectual-afetiva da classe trabalhadora é incorporada às “regras do jogo”? De que modo é efetuada a captura do saber do trabalhador? Como é naturalizado o desemprego? Considerando a flexibilidade como fator fundante da precarização flexível, há teorias científicas, no campo da administração e/ou economia, que legitimam as relações flexíveis, ou seja, que tenham a santidade do contrato como sua *raison d’être*? Ou dito de outra forma, é possível demonstrar que há uma “afinidade eletiva” entre o paradigma neoliberal – na dimensão normativa/institucional – e alguma escola de pensamento – no âmbito organizacional –, que tenha como cerne a gestão dos contratos terceirizados?

Face à complexidade da urdidura dessa teia de relações, é muito útil a elaboração de um mapa conceitual como meio para a construção do *framework*, tendo em vista que este não pode se originar exclusivamente da revisão de literatura e depende do debate, da interlocução com os pares, e do avanço da pesquisa por um meio, nesse caso o mapa conceitual, para agregar todos os elementos necessários para se consolidar como *framework* (MAXWELL, 2013; RAVITCH; RIGGAN, 2017). A expressão visual dos elementos discutidos neste trabalho em um mapa conceitual pode auxiliar no desenvolvimento do *framework*, de forma a identificar conexões inesperadas, *gaps* ou contradições que nortearam a continuidade da pesquisa (RAVITCH; RIGGAN, 2017).

O mapa conceitual é como um dispositivo visual sobre o que está sendo estudado (MAXWELL, 2013). Para Ravitch e Riggan (2017) o objetivo do mapa conceitual é ser um meio útil para o avanço da pesquisa, advertindo que sempre deve ser considerado como uma ferramenta de crítica ao real e que nenhuma representação gráfica é capaz de expressar a complexidade da realidade.

Frente ao exposto e tendo como problema de pesquisa evidenciar quais são os elementos constitutivos da precarização do trabalho no contexto da guinada neoliberal, foi construído um mapa conceitual com base no referencial teórico utilizado, para orientação da pesquisa, demonstrado na Figura 2.

Figura 2 Mapa conceitual da nova precarização do trabalho



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Figura 2 não é capaz, por si só, de revelar a complexidade de entrelaçamentos do tema em tela. Tampouco é esse seu objetivo. Conforme ensinam Chevalier e Gheerbrant (2001), o símbolo é algo que vai além do significado e que depende de certa predisposição na busca de sua interpretação. Por seu turno, de acordo com Langley (1999), representações visuais têm o atrativo de permitir imagens simultâneas de diversas dimensões, sendo muito úteis para demonstrar precedência, processos paralelos e a passagem do tempo.

A escolha do modo retangular, tal qual uma planta – traçado ou desenho em projeção horizontal –, para representar a totalidade do mapa, ocorreu de forma intuitiva e intencionou apresentar uma síntese em um modelo “cartográfico”, ou seja, uma representação plana de uma área, indicando não apenas origens e direções, mas também meios de deslocamento. Buscou-se, dessa forma, mostrar as partes como um todo integrado, indicando suas localizações.

No quadrante superior da Figura 2 estão relacionados os diversos eventos históricos ligados à nova precarização do trabalho. A linha pontilhada indica que a degradação das condições de trabalho é um processo contínuo e em andamento. Logo abaixo, no quadrante intermediário, representadas por círculos, estão as práticas sociais. Estas, segundo Fairclough (2000; 2003) são possíveis sínteses de relações sociais, atividades, instrumentos, sujeitos, objetos, formas de consciência, valores, tempo-espço, entre outros. Elas são organizadas em rede e são relações de poder e luta, sendo, portanto, dinâmicas. Por fim, no quadrante inferior do mapa, estão dispostas as categorias representadas por retângulos.

A Figura 2 apresenta uma cronologia dos eventos em diferentes codificações. Há uma seta que parte do quadrante do contexto em direção ao quadrante das práticas sociais, indicando que tais práticas possuem dimensão histórica, não constituindo, assim, relações atemporais. Esse conjunto de práticas sociais, da concretude das relações humanas, dada a sua força no momento histórico contemporâneo, alimentam a institucionalização – no sentido vebleniano, indicando certa cristalização/habituação – de uma estrutura de relações/representações, que chamamos aqui de categorias.

Ao mesmo tempo que tais categorias são resultantes das práticas sociais, funcionam também, em sentido oposto, como reforçadoras das práticas, tendo, portanto, um caráter estrutural e estruturante. As setas em sentido duplo indicam essa movimentação bidirecional.

De acordo com Creswell (2007), em estudos qualitativos orientados para a teoria, sobretudo estudos com fins emancipatórios, pode-se utilizar de forma indutiva a literatura para construir seus resultados (temas ou categorias). Ainda conforme Creswell (2007), o pesquisador deve construir categorias esquemáticas para extrair sentidos do texto. Essa construção pode ser realizada por meio de agrupamento de tópicos que tenham sentidos similares – ainda que implicitamente.

Por seu turno, Faria (2017) aduz que o ordenamento esquemático de análise deve ser feito por meio de filtragem pela mediação crítica do pensamento. Prossegue Faria (2017, p. 12), argumentando que as categorias têm “como propósito a explicação de uma determinada estrutura de relações e representações”. Trata-se de uma leitura do concreto em que “este detém a primazia, mas não determina a significação que deve ser atribuída pela investigação científica”. Para criá-las, o pesquisador pode “ou recorrer àquelas já disponíveis na literatura (e que correspondam à realidade investigada), ou criar categorias novas e específicas”, ademais, “as Categorias de Análise também podem ser antecedidas da definição de Categorias Temáticas, as quais servem para organizar as aproximações teóricas com os temas abordados no estudo”.

Assim, foram organizadas as categorias temáticas gerais do mapa conceitual, divididas em contexto, práticas sociais e, finalmente, as categorias analíticas (estrutura de relações). Desse modo, em síntese, o mapa conceitual fornece elementos esquematizados, organizados por meio de similaridade de sentidos extraídos dos textos consultados, mediados pelo esforço de reflexão crítica dos autores. O mapa culmina, portanto, na representação de relações de causalidade e interconexão entre os elementos que compõem a arquitetura da nova precarização do trabalho, constituindo-se como um passo intermediário fundamental para o exercício futuro de teorização desse fenômeno.

A seguir, são discutidos os elementos que constituem o mapa indicando seus principais pontos de origem.

a) Contexto

A partir do último quarto do século XX é possível notar um contexto de degradação das condições de trabalho. Mudanças nas relações sociais, institucionalizadas formalmente em alterações de regulamentações e leis, inauguraram um novo regime de acumulação calcado na globalização do capital e nos avanços tecnológicos que provocaram profundas alterações nas relações do trabalho, fruto de uma vontade política disfarçada de fatalismo.

Entre os eventos importantes de tal localização histórica estão: o advento do neoliberalismo, observado, entre outras, a partir das obras de Antunes (2018), Harvey (2014), Druck (2016) e Pereira, Tassigny e Bizarria (2017); a reestruturação produtiva do capital (ALVES, 2000; POCHMANN, 2009; ANTUNES, 2009; 2018; HARVEY, 2014; SILVA; FREITAS, 2016); o prêmio Nobel de economia para os ultraliberais Hayek e Friedman, bem como o início da era Reagan/Thatcher (HARVEY, 2014; HOBBSAWM, 2015); o colapso do sistema soviético (MÉSZÁROS, 2005; HOBBSAWM, 2015); e, a globalização do capital e a hegemonia do sistema financeiro (BOURDIEU, 1998; ALVES, 2000; MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2009; 2018; DRUCK, 2011; 2016).

A nova precarização do trabalho tem sua localização histórica na reestruturação produtiva iniciada na década de 1970, na ascensão do neoliberalismo, na globalização da economia, na hegemonia do setor financeiro e na consolidação da dominância do discurso neoliberal, com a derrocada do bloco soviético. O discurso neoliberal foi institucionalizado, anos mais tarde, por meio do Consenso de Washington, que forneceu um receituário que se tornou a nova ortodoxia política/econômica articulada (BOURDIEU, 1998b; STIGLITZ, 2012; HARVEY, 2014). Além dos eventos supracitados, é possível observar na parte superior do mapa alguns dos principais acontecimentos que contextualizam a nova precarização do trabalho, entre eles, o início da era Reagan/Thatcher.

b) As Práticas Flexíveis

Na parte intermediária do mapa estão expostas as práticas sociais que engendram a nova precarização do trabalho, que denominamos de “práticas flexíveis”. Silva e Gonçalves (2017) entendem prática social como algo produzido ativamente pelas pessoas que a entendem com base em um senso comum compartilhado. Para Fairclough (2008) a prática social tem várias orientações: econômica, política, cultural e ideológica. Por seu turno, Fairclough e Melo (2012) explicam que práticas sociais são uma interconexão entre elementos econômicos, políticos, culturais, entre outros, da vida social, que reproduzem as estruturas, mas também podem transformá-las.

As práticas flexíveis surgiram com as mudanças encetadas na forma de produção que, por sua vez, deram origem a novos arranjos sociais, demandando mudanças profundas na forma de organização do trabalho e da vida social. Tais práticas procuram adaptar o trabalhador a um novo regime de trabalho ao mesmo tempo que buscam dissimular ou legitimar práticas predatórias da vida social.

Essas práticas são a manifestação da materialização do discurso estruturante. Entre elas podemos citar: o enfraquecimento dos sindicatos (MÉSZÁROS, 2005; BRAGA, 2014; HARVEY, 2014); a descentralização e/ou desterritorialização das unidades produtivas (BOURDIEU, 1998; FARIA, MENEGUETTI, 2007); o trabalho parcial e/ou temporário (FARIA, KREMER, 2004; SILVA, FREITAS, 2016); a desespecialização e/ou polivalência do trabalhador (ALVES, 2000; ANTUNES, 2018); a naturalização do desemprego – discurso estruturante ou expressão negada – (MÉSZÁROS, 2005; ANTUNES, 2018); o fatalismo econômico (BOURDIEU, 1998; DRUCK, 2011); a santidade dos contratos (STIGLITZ, 2012, HARVEY, 2014); a intensificação do trabalho (FARIA, KREMER, 2004; ALVES, 2011; MARTINS, LIMA, 2016); a terceirização ampla e irrestrita (FARIA, KREMER, 2004; DRUCK, 2011; 2016; ANTUNES, 2018); as manipulações tecnocráticas - ideário gerencialista para convencimento – (BOURDIEU, 1998; ANTUNES, ALVES, 2004; FARIA, MENEGHETTI, 2007; ANTUNES, 2018); a captura do *savoir-faire* (BOURDIEU, 1998; ALVES 2000; ANTUNES E ALVES, 2004; ANTUNES, 2018); e, principalmente, a desregulamentação das relações de trabalho e o esvaziamento dos Estados nacionais (MÉSZÁROS, 2007; ANTUNES, 2009; 2018; POCHMANN, 2009; QUINLAN, 2012; HARVEY, 2014).

Conforme pode ser visualizado no mapa, as práticas sociais abrangem as dimensões econômicas, políticas, culturais e discursivas/ideológicas das relações sociais, e são produzidas nos espaços institucionais e organizacionais. As práticas flexíveis têm como finalidade a adequação da produção no novo regime de acumulação e a obtenção de obediência da classe trabalhadora, e, por este último motivo, são objeto de constante atenção e investimento, visando criar formas de gestão que alimentem a crença na hierarquia. São uma forma de manipular os espaços de convivência para criar concorrência entre os trabalhadores e tentar eliminar seus mecanismos de resistência, naturalizando as relações de exploração. Por conseguinte, em relação às práticas flexíveis que intensificam a situação estrutural de precariedade, é necessário contrapor práticas não apenas de resistência, mas, sobretudo, emancipatórias.

c) *Categorias*

Localizadas na parte inferior do mapa, as categorias representam relações estruturais. Oriunda da crise de acumulação do capital do Fordismo, a categoria capitalismo flexível tem como base a flexibilidade dos processos de trabalho e é uma forma própria de capitalismo – possuindo uma dinâmica relacional/estrutural particular –

que instituiu uma nova hegemonia global com o advento de novas tecnologias e novos arranjos de gestão que buscavam superar as restrições das instituições políticas e jurídicas do pacto fordista. A elaboração dessas categorias foi feita, principalmente, a partir dos trabalhos de Harvey (1992), Faria e Kremer (2004), Alves (2011), Druck (2011, 2016) e Antunes (2018).

A empresa flexível, a administradora de contratos, é o corolário do Toyotismo. É o *locus* da nova forma de arranjo da produção e dos controles dos processos produtivos, que promove de forma deliberada a situação de insegurança que ela cria e reforça, implantando práticas como transferências de plantas para países com menos proteções sociais, dispersão da organização em processos em rede, terceirização ampla dos processos produtivos controlados via contratos e regulação de direitos de propriedade, entre outras práticas. Mais sobre tal categoria pode ser observado nos escritos de Bourdieu (1998b), Alves (2000) e Antunes (2018).

A flexibilidade é a categoria central da nova precarização do trabalho. Trata-se de uma necessidade do capital de impor uma nova forma de regulação das relações do trabalho em que ocorre uma transferência da regulação do âmbito social para o âmbito privado. Dessarte, é instituída a “regulação flexível”, isto é, a regulação via mercado, que promove condições para garantir direitos econômicos à classe hegemônica, os “direitos de propriedade”, por meio de esvaziamento de direitos outros, mediante afrouxamento das instituições de proteção social e da proteção jurídica/política ao trabalho. A esquematização dessa categoria foi elaborada, mormente, com base nos trabalhos de Harvey (1992), Alves (2000), Mészáros (2007), Antunes (2009a; 2018), Druck (2011; 2016) e Stiglitz (2012).

A flexibilidade, expressão fetiche que busca eufemizar a precarização, se materializa por meio da movimentação/flexibilização do contingente de trabalhadores, do trabalho temporário, do trabalho em tempo parcial, da suspensão temporária de contrato, da terceirização, da falta de direito à greve, do desemprego etc.

Elemento fundante de qualquer processo de precarização, a precariedade estrutural do trabalho, calcada na divisão social do trabalho e na alienação do trabalhador dos processos decisórios, é expressa na subsunção do trabalho ao capital e é inerente ao sistema capitalista em qualquer uma de suas fases. Contudo, essa subsunção sofre um salto qualitativo com o Toyotismo, que opera uma passagem da subsunção formal do trabalho à uma subsunção real, na forma de subordinação intelectual e espiritual. Essa passagem ocorre por meio de violência física e simbólica, entre elas o desemprego e a

perseguição a movimentos sociais, entre outras. A passagem da subsunção real à formal é, portanto, um dos elementos estruturantes da nova precarização do trabalho. O ordenamento dessa categoria se deu a partir das obras de Antunes e Alves (2004), Alves (2011) e Antunes (2018).

Decorrente desses elementos centrais do neoliberalismo, a precarização social é resultado das práticas flexíveis. Tem como principal elemento a generalização das formas flexíveis para todos os âmbitos da vida social e é instituída por meio de mudanças nos âmbitos legais e organizacionais, além da constituição de uma nova subjetividade. Com o desmantelamento das proteções sociais, o solo social sofreu uma erosão que fragiliza as relações humanas e esvazia os laços de solidariedade, impondo a regulação da vida via mercado e inaugurando um novo modo de ser baseado no individualismo extremo. Identificamos essa categoria a partir das obras de Bourdieu (1998b), Druck (2011), Braga (2014) e Antunes (2018).

2.2 Elementos Constitutivos da Precarização Flexível do Trabalho

A precariedade do trabalho é elemento indissolúvel do modo de produção capitalista. Ela é resultante de uma condição sócio estrutural que transforma a força de trabalho em mercadoria. Trata-se de um fenômeno que remonta à revolução industrial e é uma característica generalizada da relação capital/trabalho. Nesse sentido, é importante distinguir precariedade, relação estrutural, de precarização, processo de luta e correlação de forças entre classes em certa dimensão histórica.

Durante certo período, entre o final da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1970, houve um hiato de legislações de proteção ao trabalho, mormente nos países ricos/industrializados, que culminou em certa estabilidade do mundo do trabalho. Essa estabilidade é resultado de lutas da classe trabalhadora, mas, também, de relativa acomodação das classes enquanto o arranjo do chamado Estado de Bem-Estar Social permitia a expansão do capital. Tão logo uma crise profunda de acumulação capitalista se instalou, a crise da década de 1970, foi necessária uma reorganização produtiva que desencadeou um novo processo de precarização do trabalho, a “precarização flexível”.

O conteúdo dessa nova precarização do trabalho pode ser mais bem visualizado na figura de um mapa conceitual. Este é um dispositivo visual que apresenta elementos da teoria, além do andamento do fenômeno objeto de estudo. O mapa procura evidenciar contextos, conceitos e apontamentos teóricos do tema abordado. É possível visualizar no

mapa conceitual os elementos da nova precarização do trabalho, o que pode contribuir para uma compreensão holística, geral, do fenômeno abordado.

Para Faria (2017), o agrupamento de posições – filtradas em elementos constitutivos, em uma forma organizada e categorizada – é um salto qualitativo de responsabilidade do pesquisador. Ressalta o autor que embora seja uma atividade de abstração, os elementos constitutivos devem ser definidos a partir de uma reflexão crítica, apropriados pelo pensamento como uma realidade organizada. Assim, esse agrupamento possibilita uma representação do real e de sua apropriação do real pensado; não sendo apenas um reflexo do objeto, mas uma apresentação analítica (teórico-conceitual) do fenômeno sob escrutínio.

Dessa maneira, estão organizados no mapa os elementos constitutivos da precarização flexível do trabalho: os fatos históricos em uma linha do tempo; as práticas sociais utilizadas para a exploração da classe trabalhadora; e as categorias que demonstram estruturas de relações. Desse modo, o mapa fornece uma arquitetura visual que ajuda a esclarecer a sucessão de acontecimentos e seus respectivos contextos sócio-históricos contribuindo para a compreensão do surgimento da nova precarização do trabalho. Assim, ele nos oferece uma representação geral do fenômeno, constituindo uma ferramenta que expressa graficamente um certo vislumbre da intrincada teia de relações do objeto abordado. Notam-se também as conexões entre os elementos, o que não dá margem à possibilidade de interpretação de separação das estruturas de relações entre o mundo do trabalho e as relações sócio-históricas e políticas.

A respeito do fenômeno relativamente recente de precarização, Colombi (2016) adverte que discussões sobre esse tema não podem ser restritas ao aspecto formalista – na questão de direito a ter emprego –, mas devem contemplar o reconhecimento de que nunca houve estabilidade contratual do trabalho para a classe trabalhadora dentro do regime capitalista.

No entanto, não se pode negar a precarização como processo. Nesse sentido, partilhamos do entendimento de Antunes e Alves (2004) e Antunes (2018): a negação do trabalho precário é uma tendência, mais discursiva do que prática, de retorno às políticas da era fordista. Trata-se de uma atitude idealista, pois não reflete a fragmentação da classe trabalhadora, com consequências que perpassam a realidade objetiva e as novas subjetividades adjacentes a esse processo.

Assim, a discussão sobre a inserção do trabalhador no “mercado de trabalho” e/ou a conquista de direitos deixam de fora o cerne principal: a própria questão do

trabalho. À vista disso, todo e qualquer processo de precarização ocorre porque essa é a contradição básica do capitalismo: a exploração do trabalho pelo capital.

Por fim, cabe destacar, conforme defendem Antunes e Alves (2004), que o novo arranjo produtivo das formas flexíveis possui um “calcanhar-de-Aquiles”, pois está limitado à sua perspectiva política, principalmente se comparado ao arranjo fordista. Dessa forma, no arranjo flexível a contradição entre irracionalidade societal e racionalidade intraempresa torna-se muito mais aguda. O trabalho é elemento vivo – embora subsumido ao capital – que está em permanente conflito e medição de forças na relação capitalista. O trabalhador tem na vida cotidiana o campo de disputa entre a alienação do trabalho e sua desalienação.

SEGUNDA PARTE: A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Linguagem é consciência prática.
Ideias não existem separadas da linguagem.
Marx – A ideologia alemã

Nesta parte é apresentado o referencial teórico-metodológico da Análise Crítica do Discurso precedido de uma breve discussão sobre método, ideologia, trabalho e linguagem. Após as discussões feitas no âmbito teórico, é apresentado o dispositivo analítico utilizado com o qual se fez a aproximação da prática teórica com o campo empírico.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A respeito do método, advogam Bauer, Gaskell e Allum (2008) que há necessidade de uma visão mais holística no que tange ao processo das pesquisas sociais, devendo incluir a definição, a revisão e a teorização de um problema, a coleta e a análise dos dados, e a apresentação dos resultados.

De acordo com Althusser (1986), teoria e método não podem ser separados (embora tenham conteúdos distintos), pois compõem dois aspectos da mesma realidade. Dessa maneira, todo método comporta uma teoria, ainda que esta esteja implícita. Ainda conforme Althusser (1986), método é a forma como é aplicada a teoria no estudo de seu objeto, ou seja, é a prática teórica produzindo conhecimento.

Por seu turno, Vergara (2005) defende que há uma interdependência entre teoria e método para atingir os objetivos de uma pesquisa, quais sejam, descrever, explicar, descobrir, compreender ou prever um fenômeno determinado. Dessa forma, a autora entende método como “a intervenção do pesquisador, sua atividade mental consciente para realizar o papel cognitivo da teoria [...] aproximando “o investigador do fenômeno investigado” (VERGARA, 2005, p. 9).

Argumentam Bauer, Gaskell e Allum (2008) que a pesquisa social se apoia em dados sobre o mundo social que são obtidos por meio de processos de comunicação. Suportados por Habermas (1982), os autores asserem que “os métodos e os procedimentos são o meio científico de prestação de contas públicas com respeito à evidência”. Porém, é necessário “pressupor uma esfera pública que tenha liberdade de permitir uma busca de evidência sem censura, o que não pode ser assumido como algo dado” (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p. 29).

Segundo Bauer, Gaskell e Allum (2008), a polêmica que há entre as duas tradições de pesquisa – a saber: quantitativa ou qualitativa – é estéril. Eles ressaltam que os interesses emancipatórios de uma pesquisa não excluem modos de investigação empírico-analíticos; contudo, devem ir além de um entendimento hermenêutico. Somente por meio de um processo reflexivo e crítico é que as ciências sociais podem identificar estruturas que perpetuam o poder além de demonstrar como essas estruturas buscam legitimar a si mesmas como sendo “naturais”.

Nesse sentido, argumenta Faria (2015, p. 54) que há uma visão preconcebida sobre pesquisa qualitativa, que considera esta mais fácil e menos objetiva:

Os que optam pela visão quantitativa podem inclusive argumentar que os instrumentos de coleta de dados elaborados a partir de questionários abertos, seminários de discussões, sessões de *brain storming*, análise de documentos, entre outros, são “mais fáceis” e ao mesmo tempo carregados de subjetividades. Trata-se de uma falsa concepção. Ambos os métodos são de difícil uso, ambos são complexos e exigem extremos cuidados por motivos muito semelhantes: a inevitável subjetividade na montagem dos instrumentos de coleta e/ou na interpretação dos dados.

Adverte Althusser (1986, p. 45) para a tendência à metodologização da ciência, isto é, a tentativa de dissociar o método da teoria para “ocultar uma teoria ideológica latente sob as aparências de um método “científico”.

Nesse sentido, argumentam Bauer, Gaskell e Allum (2008) – com base em Habermas (1982) – que o positivismo é a negação da reflexão, restringindo a ciência a uma pseudonormativa de pesquisa estabelecida. A ciência deve, portanto, ainda conforme os autores, ao se desvencilhar da pretensa naturalidade positivista, assumir uma crítica reflexiva e autorreflexiva – particularmente a ciência social – para ser “capaz de revelar as condições que possam impedir uma prática de pesquisa crítica e emancipatória”.

Dessa maneira, na perspectiva aqui seguida, a razão é “inerente a um interesse de conhecimento emancipatório e que a aplicação da razão é fundamentalmente um empreendimento crítico”, e, portanto, a possibilidade de ações emancipatórias – os pesquisadores devem questionar seus pressupostos e interpretações dos dados, além da forma de como os resultados são recebidos e por quem são recebidos e para quem são produzidos – são fatores muito mais importantes do que a aplicação passiva de uma determinada técnica (BAUER; GASKELL; ALLUM, 2008, p. 33).

Com efeito, para Faria (2015, p. 56) as ferramentas qualitativas de análise e coletas de dados podem ser muito mais complexas do que as técnicas quantitativas⁴², pois envolvem:

a) uma questão ontológica: refere-se ao sujeito enquanto sujeito ou ao sujeito concebido como tendo uma condição comum, inerente a todos e a cada um dos sujeitos, de tal forma que seu discurso possui certa universalidade;

⁴² Prossegue Faria (2017) argumentando que em pesquisas numéricas há que se enfrentar problemas de interpretação, pois os dados nunca falam por si mesmos, eles devem ser interpretados, ainda que tenham sido cuidadosamente processados por meio de modelos estatísticos sofisticados, e que, por conta de tal sofisticação, torna ainda mais complexa a interpretação dos resultados obtidos. Partilhamos desse entendimento.

b) uma questão sócio-histórica: ainda que se possa admitir certa ontologia do ser, esta não é uma unidade sólida. Assim, a questão sócio-histórica trata da concepção de que os sujeitos estão inseridos historicamente no mundo das relações sociais e, portanto, na produção das condições materiais de sua existência; e

c) uma questão epistemológica: todo discurso contém um conhecimento (a ser desvendado, com frequência) cuja matriz geradora pode provir de distintas dimensões.

Compartilhamos do entendimento de Faria (2015) de que é o objeto que determina a forma como deve ser conduzida a pesquisa e a metodologia que deve ser utilizada para fazer a análise. Argumenta Bourdieu (2011, p. 15) que para capturar a lógica mais profunda do mundo social, o pesquisador deve mergulhar na particularidade da realidade empírica – esta que é situada historicamente – e submergir posteriormente para construir um ““caso particular⁴³ do possível” conforme expressão de Gaston Bachelard” [...] e, assim, “apanhar o invariante, a estrutura, na variante observada”.

Desse modo, compreendemos que a Análise Crítica de Discurso (ACD), por sua natureza crítica e dialética, é capaz de perscrutar as particularidades da realidade empírica situadas em determinado contexto sócio-histórico particular para fornecer elementos de produção do conhecimento.

Neste ponto, é forçosa uma importante distinção entre a análise de discurso de qualquer vertente e a análise de conteúdo. Ensina Faria (2017) que a análise de conteúdo tem uma tradição positivo-funcionalista que se conforma à aparência, diferentemente da AD que não é uma metodologia, ainda que faça uso de técnicas e métodos. Dessarte, advoga o autor que é mais relevante fazer uma análise crítica sobre o que está no discurso, ou seja, sobre a realidade a que o registro se refere, do que analisar apenas o conteúdo⁴⁴ em si, pois tal procedimento reduz a capacidade analítica da pesquisa.

Retomando a discussão, Misoczky (2005) defende que a linguagem e outros instrumentos discursivos estão profundamente ligados ao capitalismo tardio, à globalização da economia e à ideia de sociedade de informação ou economia baseada em conhecimento, envolvendo a operacionalização de conhecimentos como práticas sociais, como modos de interagir e agir e de produzir sentido. Portanto, estudos que envolvam

⁴³ No que tange à esta nossa pesquisa, articular o particular, isto é, os *corpora*, com a forma como se organiza as relações de produção no momento histórico hodierno.

⁴⁴ Cabe ressaltar que nada impede que uma análise de conteúdo seja feita concomitantemente à análise de discurso. Apenas considera-se que a AC não pode expressar de forma satisfatória os elementos do real.

críticas do discurso estão inseridos na crítica à atual forma do modo de produção capitalista.

A ACD entende que o conjunto discursivo estabelece uma práxis que se estrutura nas instituições sociais e estas têm papéis centrais nas relações sociais. Uma instituição social é um aparato de interação verbal. Assim, sob esta perspectiva, uma instituição é um tipo de discurso da comunidade com repertório próprio. As instituições⁴⁵ sociais são determinadas pela formação social, concreta, e as ações sociais, por sua vez, são determinadas por essas instituições⁴⁶ (FAIRCLOUGH, 1985).

Para a ACD o discurso está presente na produção e reprodução de coisas: é parte constitutiva da sociedade e por ela é constituído. Portanto, trata-se de uma prática social dialética entre o particular/contextual e a instituição ou estrutura social, o geral. O sujeito fala localizado na estrutura, mas sua posição também é construída no discurso, pois de dentro do discurso, o ator escolhe uma dentre um certo número de posições. Portanto, “afirmações dentro de um discurso não são produzidas independentemente do sujeito atuante, mas, em vez disso, ajudam a posicionar e a produzir o sujeito no contexto de um discurso particular” (MISOCZKY; FERREIRA, 2005, p. 3).

De acordo com Misoczky (2005, p. 128) as características do campo dos estudos críticos do discurso podem ser brevemente descritas como sendo constituídas a partir de:

- a) um engajamento crítico com o mundo contemporâneo, reconhecendo que o estado atual não esgota o possível;
- b) buscar um conhecimento emancipatório, interessado em fluxos entre práticas teóricas e práticas sociais;
- c) engajar-se tanto na crítica de objetos intransitivos quanto de objetos transitivos (isto é, tanto de práticas quanto das teorias sobre as práticas), de modo dialético;
- d) um reconhecimento do discurso como um momento na dialética da prática social, e que mudanças no discurso podem constituir novos possíveis nas relações sociais;
- e) uma compreensão “modesta”, mas não relativista, do conhecimento verdadeiro como sendo um ganho epistêmico, onde o que conta é o poder explicativo em sua contribuição para práticas sociais;

⁴⁵ Esse entendimento é muito aproximado ao de Veblen (1965; 2016), que conceituou instituição de maneira muito vaga como hábitos mentais compartilhados por uma comunidade.

⁴⁶ De acordo com Hodgson (2006, p. 2) instituições são “sistemas de regras sociais estabelecidas e incorporadas que estruturam as interações sociais”. É, conforme o autor, qualquer estrutura que esteja codificada em discurso.

f) uma compreensão reflexiva do posicionamento histórico e político do pesquisador e de sua atividade.

É mister ressaltar que Fairclough e Melo (2012) possuem certas reservas quanto ao uso da expressão “método”, pois entendem que a ACD é muito mais uma teoria ou uma perspectiva teórica sobre a língua.

Ademais, a ACD é abrangente e sistêmica, capaz de criar uma interação com outras teorias sociais e dialogar de maneira transdisciplinar, identificando conexões entre relações de poder e as escolhas linguísticas elaboradas pelos atores sociais. Sua operacionalização contempla os aspectos linguísticos, mas também os elementos sociais, pois, para a ACD o discurso é uma prática social e um modo de ação dialeticamente constituído (FAIRCLOUGH, 2008), considerando que a língua é um elemento integrante do processo social material (FAIRCLOUGH; MELO, 2012).

Frente ao que foi anteriormente discutido, faz-se necessário tomar posição no debate sobre a questão de qual o elemento fundante do ser social – uma vez que esta pesquisa tem como tema central a precarização do trabalho – e de qual o papel do discurso, ou seja, da linguagem neoliberal, no processo de corrosão da vida e do trabalho.

Ensina Lane (1994, p. 28) que “a linguagem surge para *transmitir* ao outro o resultado, os detalhes de uma atividade ou da relação entre uma ação e uma consequência”. De início, ela tinha que ser objetiva (coisa = significado), porém, com o passar do tempo ela adquiriu certa autonomia que permitiu outra divisão do trabalho entre o manual e o intelectual. Adverte, entretanto, Lane (1994, p. 28):

[...] que nós não somos apenas *pensadores-falantes*; somos, antes de mais nada, *fazedores* de coisas, de instrumentos que produzem fogo, comida, guerra, beleza e . . . a nós mesmos -fazedores de coisas. Porém, o objeto pensado, idealizado, ainda não existe, é preciso que se desenvolva uma série de ações físicas sobre as coisas que nos cercam para concretizar o objeto pensado; a sua existência é produto da nossa atividade e, ao fazê-lo, nossa atividade se objetiva no produto final, enquanto nós nos transformamos neste processo de fazer. [...] "bola", "bola você joga, que chuta, que quebra a janela, que rola, que pula". Notem que a representação implica na ação, na experiência com um objeto ou situação e nos significados atribuídos a ela pelas pessoas com que nos relacionamos, ou seja, a representação é o sentido pessoal que atribuímos aos significados elaborados socialmente.

Antunes (2009a) recorre a Lukács para fazer a distinção entre posições teleológicas primárias e posições teleológicas secundárias, de onde emerge a questão da linguagem. Ao fazer isso, ou autor prepara o campo para a crítica a Habermas:

o trabalho [...] configura-se como protoforma da práxis social, como momento fundante, categoria originária, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo; o trabalho, como categoria de mediação, permite o salto ontológico entre os seres anteriores e o ser que se torna social. É, como a linguagem e a sociabilidade, uma categoria que se opera no interior do ser: ao mesmo tempo em que transforma a relação metabólica entre homem e natureza e, num patamar superior, entre os próprios seres sociais, autotransforma o próprio homem e a sua natureza humana. E como no interior do trabalho estão pela primeira vez presentes as determinações constitutivas da essência do ser social, ele se mostra como categoria originária (ANTUNES, 2009a, p. 145).

Dessa forma, a relação homem-natureza é uma posição ontológica primária, ao passo que a arte, a literatura, a práxis política, a religião são posições teleológicas secundárias, não por serem menos importantes, mas no que tange ao sentido ontológico-genético, não podendo ser estabelecidas entre elas uma posição binária e dualista. São, portanto, de um nexo indissociável, “por maior que sejam as distâncias, os prolongamentos e as complexificações existentes entre essas esferas do ser social” (ANTUNES, 2009a, p. 146).

Antunes (2009a) entende também que a esfera da comunicação, ou da linguagem, é um elemento constitutivo central do ser social em sua gênese, em relação ao salto ontológico que o ser social precipita em relação às suas formas anteriores. No entanto, discorda abertamente de Habermas no que concerne ao entendimento deste de que a esfera da linguagem tenha papel fundante e estruturante do processo de sociabilidade do homem.

Prossegue o autor a afirmar que para Habermas ocorre um “desacoplamento” que leva à separação entre o trabalho e a práxis interativa, ocorrendo o mesmo em Lukács, para quem, no entanto, não há ruptura entre essas esferas de sociabilidade, mantendo os vínculos tanto na gênese quando no processo emancipatório. Diferentemente de Habermas que confere à linguagem o espaço e o sentido privilegiado de emancipação humana (ANTUNES, 2009).

A entronização do discurso leva a coisas aberrantes. Assevera Eagleton que os pós-marxistas, apressados a declarar o fim das ideologias, inflaram a categoria discurso a ponto de “imperializar o mundo todo, elidindo a distinção entre pensamento e realidade material”. Isso tem como efeito “solapar a crítica da ideologia – pois se as ideias e a realidade material são dadas indissolúvelmente juntas, não pode haver a questão de perguntar de onde vêm as ideias sociais”. Dessa forma, “o novo herói “transcendental” é

o próprio discurso, que, aparentemente, é anterior a tudo mais” (EAGLETON, 1997, p. 192).

Tem-se aí, portanto, o “evangelho do discurso”: no princípio era o discurso...

Prossegue Eagleton (1997, p. 183) afirmando que o “pós-marxismo é dado a negar que exista alguma relação necessária entre uma localização socioeconômica e interesses político-ideológicos”. Essa dissociação torna intransponível o obstáculo de mudança social, reduzindo a luta a *slogans*.

O real, o concreto, existe antes e independente de quaisquer discursos, embora sejam estes que nos ajudem a fazer a representação daqueles. É, nesse sentido, que o discurso possui um caráter dialético.

Diante do que foi exposto, é mister declararmos que compartilhamos do entendimento de Antunes (2009a). Consideramos, portanto, a linguagem um fator central, todavia resultante da interação social, do trabalho, da ação humana, não podendo, dessa forma, haver uma dissociação entre essas duas esferas.

Isso não resulta em contradição de ordem epistêmica⁴⁷. Fairclough e Graham (2002) veem Marx – principalmente do texto de *A Ideologia Alemã* – como um teórico do discurso *avant la lettre*, que via a linguagem como um elemento social dialeticamente ligado a outros elementos da vida social. Para os autores (FAIRCLOUGH; GRAHAM, 2002, p. 3), não foi reconhecido pelos leitores de Marx o “lugar significativo da crítica da linguagem no método crítico que ele aplicou ao capitalismo⁴⁸”.

Dessa maneira, argumentam Fairclough e Graham (2002, p. 4) que “o método de Marx inclui elementos do que agora é geralmente conhecido como “análise crítica do discurso”. Assim, entendem os autores que há, em Marx, uma “interconectividade dialética da linguagem e outros elementos do social” [...] que constitui uma “base essencial para uma forma de crítica da linguagem que pode fazer plena justiça ao poder social da linguagem no novo capitalismo sem reduzir a vida social à linguagem, remover a linguagem da existência material ou reificar a linguagem⁴⁹”.

⁴⁷ Embora Habermas seja um autor base para Fairclough, a construção da perspectiva faircloughniana perpassa muitos autores de diversas correntes, incluindo Marx, Bakhtin, Althusser, Pêcheux, Foucault, Gramsci, Harvey, Halliday, Bourdieu e outros.

⁴⁸ the significant place of critique of language in the critical method which he applied to capitalism.

⁴⁹ What emerges in particular from our reading of Marx is precisely his emphasis on the dialectical interconnectivity of language and other elements of the social which we believe is an essential basis for a form of language critique which can do full justice to social power of language in new capitalism without reducing social life to language, removing language from material existence, or reifying language.

Há outro ponto de ligação entre a escolha da ACD para investigar fenômenos ligados ao mundo do trabalho. De acordo com Van Dijk (2013), a ACD é orgulhosa de ser tendenciosa e passa ao largo de se arvorar como ciência neutra, pois defende abertamente uma posição social e política, a saber: a solidariedade com os oprimidos na luta contra a desigualdade social em uma atitude de dissenso e oposição contra os que buscam estabelecer, por meio do texto e da conversação, a confirmação ou a legitimação de seu abuso de poder⁵⁰.

⁵⁰ Ressalva, porém, Van Dijk (2013) que analistas da ACD devem evitar o culto a essa ou aquela personalidade e manter o espírito crítico, pois não se trata de uma abordagem ou seita acadêmica, e o “espírito” da ACD é essencialmente diverso e multidisciplinar.

2 É A IDEOLOGIA UM OBJETO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA?

Óleo sobre tela: no auge da pandemia no Brasil havia múltiplos relatos de pessoas que se recusavam a usar máscara em público e discursavam que tal coisa se tratava de uma “focinheira ideológica”. Um dos pilares do governo Bolsonaro é a luta contra o que chamam de “ideologia de gênero”, tentando proibir abordagens que discutam identidade de gênero nas escolas. Um tom mais pavoroso recebe nossa última pincelada para finalizar essa Guernica brasileira: o famigerado grupo Escola sem Partido, movimento que tem como objetivo o fim da “doutrinação nas escolas e universidades”.

Será que ainda faz sentido discutir ideologia? Ou ideologia é a “alface no dente”, coisa que só vemos nas outras pessoas, nunca em nós mesmos? Ou nas palavras menos suaves de Eagleton (1997), será a ideologia como o mau hálito, só percebemos nos outros?

Assim, cabem levantarmos mais algumas questões: o que é ideologia? Faz ainda sentido discutir ideologia após o “fim da história”? Discutir ideologia não é, em si, um fenômeno ideológico? Ideologia é preocupação da ciência, uma vez que “ciência é o oposto de ideologia”?

Mesmo com a palavra ideologia fazendo parte do vocabulário diário das pessoas e da mídia, muitos setores de diversos espectros políticos decretam o “fim da ideologia”. Para Eagleton (1997, p. 12), há absurdos na discussão acerca da ideologia. Por um lado, a escola do “fim da ideologia” considera ideologia como alguma coisa “inerentemente fechada, dogmática e inflexível”. Ao passo que os complacentes pós modernistas e pós estruturalistas atacaram do lado oposto com sua “pós-ideologia”, encarnando-a como teleológica, “totalitária” e fundamentada em argumentos metafísicos. Ambos trabalharam de modo ativo para deturpar o conceito e invalidá-lo.

Uma vez jogado pela porta o conceito teimou em voltar pela janela. E ignorar o problema não faz dele um não problema. Questiona Eagleton (1997): “é a ideologia apenas uma “confusão”, ou teria um caráter mais complexo, difícil de apreender?”

O uso no cotidiano pode revelar certa negatividade do termo, defende Thompson (2011), para quem dificilmente alguém teria orgulho de se declarar um “ideólogo”, embora muitos declarem abertamente serem conservadores, socialistas, feministas, liberais ou democratas. Assim, o conceito de ideologia pode transmitir um sentido essencialmente negativo.

Quanto à ambiguidade do termo, Thompson (2011) argumenta que se deve, entre outras coisas ao fato de não sabermos ao usá-lo se o estamos empregando de forma descritiva ou prescritiva, ou seja, se estamos descrevendo um estado de coisas, como um sistema de ideias políticas, ou se estamos avaliando um estado de coisas.

Ironiza Eagleton (1997) que na margem esquerda é proclamado que o conceito de ideologia está obsoleto, enquanto na margem direita há um contínuo e amplamente disseminado discurso do fim da história após o colapso do regime soviético.

Mas tal discurso, do fim da história, não é uma novidade, pois já havia sido proclamado por ninguém menos que Hegel que, com isso, conforme argumenta muito bem Mészáros (2005, p. 17), “motivou a eternalização da ordem dominante, transformando daí a dinâmica histórica de um processo de desenvolvimento em aberto até o fechamento atemporal de uma entidade metafísica congelada, a serviço da atenuação de conflitos⁵¹”. Dessarte, tudo que diz respeito a uma crítica da ordem social hegemônica é, para os defensores dessa ordem, ideologia.

Considera Thompson (2011, p. 15) que o conceito de ideologia permanece uma “noção útil e importante para o vocabulário intelectual da análise social e política”. De acordo com o autor, o sentido negativo/crítico não pode ser facilmente despojado, pois tal ação menospreza “um conjunto de problemas em relação aos quais esse conceito, em algumas de suas versões, procurou chamar nossa atenção”.

A expressão remonta aos enciclopedistas do Iluminismo e tem, portanto, raízes positivistas. O termo foi cunhado por Destud de Tracy em 1801 em um tratado intitulado “Elementos da ideologia”. A preocupação do iluminista era criar uma “ciência das ideias” como uma parte da zoologia, inscrevendo-a em uma perspectiva metodológica do tipo científico-naturalista e empirista. Sua preocupação era criar um conjunto moral para a educação dos seres (LÖWY, 1994; THOMPSON, 2011).

Após um golpe de Estado em 1799, Napoleão Bonaparte assumiu a autoridade absoluta do Estado e se apoiou em algumas das ideias de Tracy e seus companheiros na elaboração de uma nova constituição, recompensando-os com posições no governo. Contudo, Napoleão guardou desconfiança de seu republicanismo, considerando-os uma ameaça à sua posição autocrática. A partir de então, passou a ridicularizá-los

⁵¹ Thus, the Hegelian conception of “modernity” - defined as the “rational universality” of the “modern Germanic state” (i.e. of imperialistically dominant Europe) that represents “absolutely the end of history” - amounts to no more than the ideologically motivated eternalization of the ruling order, transforming thereby the historical dynamics of an open ended process of development into the timeless closure of a frozen metaphysical entity, in the service of conflict attenuation.

publicamente, chamando seus pensamentos de “ideologia”, algo como uma doutrina abstrata e especulativa. Em 1800 Napoleão aumenta o ataque e diz que os “ideólogos”⁵² são conspiradores contra o novo regime (THOMPSON, 2011).

À medida que a posição de Napoleão se enfraquecia tanto em casa como fora, seus ataques contra a ideologia se tornavam mais fortes e veementes. Praticamente todos os tipos de pensamento religioso, ou político, foram condenados como ideologia. O próprio termo se tomou uma arma nas mãos de um imperador, lutando desesperadamente para silenciar seus oponentes e para sustentar um regime em destruição (THOMPSON, 2011, p. 47).

Dessa maneira, de acordo com Thompson (2011, p. 48) a conotação do termo assumiu um sentido negativo, em que deixou de ser uma “ciência das ideias” para passar a se referir as ideias mesmas, isto é, a um corpo de ideias “supostamente errôneos”, divorciados das realidades práticas da vida política. Outra mudança importante dessa época é que seu sentido não estava mais ligado inextricavelmente ao

[...] espírito positivo do Iluminismo. A ideologia como ciência positiva e eminente, digna do mais alto respeito, gradualmente deu lugar a uma ideologia como ideias abstratas e ilusórias, digna apenas de ridicularização e desprezo. Uma das oposições básicas que caracterizaram a história do conceito de ideologia – aquela entre um sentido positivo e neutro de um lado, e de um sentido negativo e crítico de outro – já estava presente na primeira década de sua vida, embora a forma e o conteúdo dessa oposição iriam mudar, consideravelmente, nas décadas que se seguiram (THOMPSON, 2011, p. 48).

A partir desses eventos o vocábulo é preenchido com conteúdo negativo, sendo desenvolvido, desse modo, por Karl Marx (LÖWY, 1994). Nos dois séculos seguintes o conceito de ideologia passou por transformações em que ele foi “torcido, reformulado e purificado; foi adotado por analistas sociais e políticos e incorporado nos discursos emergentes das ciências sociais; infiltrou-se na linguagem corrente da vida social e política” (THOMPSON, 2011, p. 11).

Nas últimas décadas a literatura social ou política procurou dar duas respostas ao conceito de ideologia. Uma foi tentando domar o conceito, isto é, procurando destituí-lo

⁵² Neste ponto cabe uma divertida digressão: não é irônico, e, até certo ponto um tanto correto, que positivistas – e ainda mais os que inventaram o termo – sejam chamados de “ideólogos”?

E aproveitando que o parêntese da ironia está aberto, trazemos uma outra observada por Eagleton (1997, p. 18): “É uma grande ironia o fato de que, ao tentar substituir um arrebatado fanatismo por uma abordagem rigorosamente tecnocrática dos problemas sociais, os teóricos do “fim da ideologia” repitam, involuntariamente, o gesto daqueles que inventaram o termo “ideologia”, os ideólogos do Iluminismo francês”.

de seu sentido negativo incorporando-o a um conjunto de conceitos descritivos empregados pelas ciências sociais. Desse modo, foi elaborada uma concepção “neutra” de ideologia, como um sistema de crenças, um sistema simbólico, estando presente em qualquer programa político. A segunda resposta, trazida pelos pós-modernos, foi abandonar o conceito por considerá-lo demasiado ambíguo, controverso, contestado e marcado por uma história de abusos. Essa resposta foi parte de uma contestação intelectual ao marxismo com o qual o conceito de ideologia esteve profundamente ligado (THOMPSON, 2011).

Essa segunda resposta não procurou fazer a crítica do que deve ser considerado ou ajustado, ou seja, escolheu por simplesmente abandonar ou “recusar a iniciar uma busca” intelectual:

Em vez de perguntar se a tradição ou reflexão associada ao conceito de ideologia levantou uma série de problemas que continuam a merecer nossa atenção, mesmo que ela tenha também obscurecido esses mesmos problemas com pressupostos enganosos e insustentáveis, essa postura prefere abandonar a questão ou, com mais frequência, pressupõe uma resposta, fugindo do trabalho intelectual implicado na tentativa de determiná-la (THOMPSON, 2011, p. 15).

Outrossim, Eagleton (1997, p. 21) reforça o ataque ao pós-modernismo:

Foucault e seus seguidores abandonaram por completo o conceito de ideologia, substituindo-o por um “discurso” mais capaz. Mas isso talvez seja desistir muito rápido de uma distinção útil. A força do termo ideologia reside em sua capacidade de distinguir entre as lutas de poder que são até certo ponto centrais a toda uma forma de vida social e aquelas que não o são.

Ainda conforme Eagleton (1997, p. 24)

Argumentar em favor de uma definição mais “política” que “epistemológica” de ideologia não significa, é evidente, afirmar que política e ideologia são a mesma coisa. Uma forma de distingui-las seria sugerir que a política se refere aos processos de poder mediante os quais as ordens sociais são mantidas ou desafiadas, ao passo que a ideologia diz respeito aos modos pelos quais esses processos de poder ficam presos no reino do significado.

De acordo com Eagleton (1997) não há uma definição única e adequada de ideologia e tampouco ele oferece isso. Para o autor “o termo “ideologia” tem toda uma série de significados convenientes, nem todos eles compatíveis entre si. Dessa forma, defende o marxista britânico que ideologia é:

por assim dizer, um *texto*, tecido com uma trama inteira de diferentes fios conceituais; é traçado por divergentes histórias, e mais importante, provavelmente, do que forçar essas linhagens a reunir-se em alguma Grande Teoria Global é determinar o que há de valioso em cada uma delas e o que pode ser descartado (EAGLETON, 1997, p. 15).

Assim, Eagleton (1997, p. 15) lista algumas das definições de ideologia que estão atualmente em circulação:

- a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social;
- b) um corpo de ideias característico de um determinado grupo ou classe social;
- c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante;
- e) comunicação sistematicamente distorcida;
- f) aquilo que confere certa posição a um sujeito;
- g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais;
- h) pensamento de identidade;
- i) ilusão socialmente necessária;
- j) a conjuntura de discurso e poder;
- k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo;
- l) conjunto de crenças orientadas para a ação;
- m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal;
- n) oclusão semiótica;
- o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social;
- p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural.

A despeito das várias definições de ideologia acima, Eagleton (1997) discute cada uma e elimina as que têm conteúdo esvaziado de teor político, terreno onde se insere a ideologia. O autor concentra seu entendimento nos aspectos epistemológicos do termo ideologia, aquilo que diz respeito às ideias falsas e mecanismos de poder. Contudo, também considera o uso da palavra consagrado no senso comum, designando conjunto de ideias políticas, que tanto podem ser confrontadoras da ordem estabelecida ou legitimadoras – neutras, no sentido, e apenas neste sentido, de relação entre crenças e política.

No entanto, adverte Eagleton (1997) que tal acepção pode esvaziar o conteúdo de ideologia e torná-la um significante vazio, de força política desdentada. Desse modo, o termo ideologia, em outras palavras, parece fazer referência não somente a sistemas de crença, mas a questões de poder.

Por fim, a respeito da importância de discutir, debater e estudar ideologia, argumenta Thompson (2011, p. 11):

[...] acredito que existe nele algo de valioso e que vale a pena preservar, na tradição de reflexão que se interessou pela ideologia. Embora haja muita coisa enganadora e errônea nessa tradição, podemos, contudo, destilar dela um resíduo de problemas que retêm sua relevância e urgência nos dias de hoje. O conceito e a teoria de ideologia definem um campo de análise que permanece central às ciências sociais contemporâneas e que constitui um espaço para um debate teórico contínuo e animado.

O leitor deve ter percebido que até neste ponto não deixamos claro qual conceito ou definição de ideologia adotamos nesta pesquisa. Isso será revelado logo adiante. O que pretendíamos aqui defender é a importância da categoria ideologia, reconhecendo-a como objeto de investigação científica. Dessarte, resta saber, se é possível identificar a ideologia e onde está localizada a sua materialidade, isto é, sua corporeidade.

2.1 Ideologia e Linguagem

O discurso (falado ou escrito) é o veículo *par excellence* da ideologia, ele é a imagem acústica que transporta o conteúdo ideológico.

De acordo com Orlandi (2020), é na língua que a ideologia se materializa, enquanto no discurso está o lugar do trabalho da língua e da ideologia. Para a AD pecheutiana a ideologia está materialmente articulada ao inconsciente que intervém no discurso, não sendo uma visão de mundo ou ocultamente da realidade, mas um mecanismo estruturante do processo de significação (ORLANDI, 2020).

Em outra linha, mas no mesmo tema da intersecção entre discurso e ideologia, professa Eagleton (1997, p. 194) que:

A ideologia é antes uma questão de “discurso” que de “linguagem” – mais uma questão de certos efeitos discursivos concretos que de significação como tal. Representa os pontos em que o poder tem impacto sobre certas enunciações e inscreve-se tacitamente dentro delas.

No entanto, adverte Eagleton (1997, pp. 194-195) que a ideologia não deve:

ser igualada a nenhuma forma de partidarismo discursivo, discurso “interessado” ou viés retórico; antes, o conceito de ideologia tem como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidade são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução (ou, para algumas teorias, a contestação) de toda uma forma da vida social.

Para reforçar a ordem dominante o discurso ideológico não pode ter seu conteúdo exclusivo com “falsidades”. Para ativar os desejos daqueles a quem a ordem quer submeter, as ideologias devem “ser “reais” o bastante para propiciar a base sobre a qual os indivíduos possam moldar uma identidade coerente”, devem também “fornecer motivações sólidas para a ação efetiva, e devem empenhar-se, o mínimo que seja, para explicar suas contradições e incoerências mais flagrantes” (EAGLETON, 1997, p. 27).

Desse modo, o que preenche a ideologia não é necessariamente uma falsidade no conjunto da teoria, mas qual o papel que tal falsidade desempenha, como é utilizada, ou seja, a falsidade é um componente circunstancial. Assim, as representações falsas da realidade social são contingentes a ela e não, necessariamente, seu elemento constitutivo. Desse modo: “dizer que o enunciado é ideológico significa, portanto, afirmar que está carregado de um motivo ulterior estreitamente relacionado com a legitimação de certos interesses em uma luta de poder” (EAGLETON, 1997, p. 27).

A ideologia é, nesse sentido, um logro que pode ser uma “verdade enquanto fragmento de linguagem, mas não enquanto peça de discurso”, isto é, pode indicar algum fato da particularidade enquanto oculta conexões da totalidade. Exemplifica Eagleton (1997, p. 28):

Imagine um porta-voz da diretoria anunciando que “se a greve continuar, as pessoas irão morrer nas ruas por falta de ambulâncias”. Isso pode ser verdadeiro, ao contrário do que afirmar que elas irão morrer de tédio por falta de jornais; mas um operário grevista poderia, não obstante, considerar o porta-voz uma pessoa desonesta, já que o *valor* da observação é, provavelmente, “voltem ao trabalho”, e não há razão para supor que isso, dadas as circunstâncias, seria a coisa mais sensata a fazer.

A situação acima é descrita de forma acurada, mas como

ação retórica destinada a produzir certos efeitos é falsa, e isso em dois sentidos. É falsa porque envolve uma espécie de logro – o porta-voz não está realmente dizendo o que quer dizer – e porque encerra uma implicação – que voltar ao trabalho seria a ação mais construtiva a tomar – o que talvez não seja bem o caso (EAGLETON, 1997, p. 29).

Dessarte, podemos dizer que o discurso é verdadeiro em seu conteúdo empírico, mas enganoso em seus efeitos ou valor, isto é, em suas suposições subjacentes. Assim, Eagleton (1997, p. 28) reforça que ““a linguagem “constativa” está atrelada a objetivos “performativos”; as verdades empíricas são organizadas como componentes de uma *retórica* global. Se essa retórica assim o exigir, uma verdade empírica particular poderá ser convertida em falsidade”.

Portanto, ainda conforme Eagleton (1997, p. 33), é possível pensar “no discurso ideológico como uma complexa rede de elementos empíricos e normativos, dentro da qual a natureza e organização dos primeiros é, em última análise, determinada pelos requisitos dos últimos”.

Além disso,

os enunciados ideológicos podem ser verdadeiros em relação à sociedade tal como se encontra constituída no presente, mas falsos na medida em que, desse modo, contribuem para bloquear a possibilidade de transformar um estado de coisas. A própria verdade de tal enunciado é também a falsidade de sua negação implícita de que nada melhor poderia ser formulado (EAGLETON, 1997, p. 38).

Isso está muito presente, por exemplo, no que Bourdieu (1998b) denunciou como discurso do “fatalismo econômico”, já discutido em capítulos anteriores, ou mesmo nas formulações de Hegel de eternalização de uma configuração historicamente determinada, naturalizando desigualdades como algo natural, conforme ensina Mészáros (2011).

Eagleton (1997, p. 171-172) enfatiza que há uma tradição que entende a ideologia como algo que ultrapassa a noção de ideias sem corpo ou como simples padrões de comportamento. Essa tradição considera a ideologia um fenômeno semiótico ou discursivo., enfatizando a sua materialidade, uma vez que os signos são entidades materiais, preservando o sentido do que diz a ideologia quanto a significados. “Falar de signos e discursos é inerentemente social e prático, ao passo que termos como “consciência” são resíduos de uma tradição idealista de pensamento”.

É assim que Eagleton (1997, p. 173) prepara o terreno para apresentar V. N. Voloshinov – filósofo soviético, membro do círculo de Bakhtin, em que este é o “pai do que veio ser chamado de análise do discurso, que acompanha o jogo do poder social no âmbito da própria linguagem”. Voloshinov⁵³ desenvolveu a primeira teoria semiótica da

⁵³ No original Eagleton (e também o Fairclough) cita Voloshinov, não Bakhtin, como o autor de “Marxismo e Filosofia da Linguagem” – versão estadunidense. A obra foi assinada primeiramente por Voloshinov, no

ideologia, na obra *Marxismo e filosofia da linguagem*, de 1929. Nesta obra, o autor soviético proclama de maneira audaciosa (palavra esta usada por Eagleton) que “sem signos não há ideologia”.

Dessa forma, entende-se que se a ideologia não pode ser divorciada do signo, e este não pode então ser isolado das “formas concretas de intercâmbio social”. Portanto, “o signo e sua situação social estão inextricavelmente fundidos, e essa situação determina a partir de dentro a forma e a estrutura de uma elocução” (EAGLETON, 1997, p. 172).

Desse modo é traçada então uma “teoria materialista de ideologia que não a reduz simplesmente a um “reflexo” da “base” econômica, mas concede à materialidade da palavra, e aos contextos discursivos a que se prende, o que lhe é devido”. Destarte, o círculo de Bakhtin nos fornece “uma nova definição de ideologia, como a luta de interesses sociais antagônicos no nível do signo. [...] o signo se torna `uma arena da luta de classes” (EAGLETON, 1997, p. 172).

É esse espírito, o entendimento do signo como uma arena da luta de classes, concedendo materialidade à palavra, de forma dialética, que anima a perspectiva da ACD e deste trabalho.

2.2 Ideologia e Ciência

Se a linguagem é uma arena da luta de classes, há um subcampo em que a batalha é travada: a linguagem científica, mormente nas ciências sociais.

Não se trata de um tema novo, basta lembrarmos-nos que o termo ideologia nasceu para descrever a “ciência das ideias” dos iluministas para, logo em seguida, ser disputado pelos seus opositores para designar “meras abstrações”. Retomamos aqui o argumento de

entanto, o importante poeta linguista russo Roman Jakobson – que prefacia Bakhtin/Voloshinov (2006), em tradução vinda do francês – afirma que esse livro, assim como outras obras publicadas nos anos 1920, incluindo uma sobre Freudismo, são de autoria de Bakhtin. O peso da autoridade de Jakobson contribuiu para que a obra fosse sempre atribuída a Bakhtin no Brasil. Contudo, há controvérsia sobre a autoria da obra, e muitos pesquisadores defendem que, de fato, ela é de Voloshinov, membro integrante do círculo de Bakhtin. Algumas edições, como a francesa, chegam a colocar o nome dos dois autores em suas capas, referenciando-as como Bakhtin/Voloshinov. Para mais informação ver Brait e Pistori (2020) que trazem a controvérsia e, por meio da obra traduzida diretamente do idioma russo atribuem a autoria a Voloshinov (círculo de Bakhtin), posição que parece prevalecer atualmente entre os linguistas, mas, que, no entanto, nomeiam o conteúdo teórico de “pensamento bakhtiniano”. Neste nosso trabalho optamos por utilizar a forma Bakhtin e Voloshinov sempre que o texto *Marxismo e Filosofia da Linguagem* for citado por nós, contudo, respeitaremos às formas adotadas por cada autor que trouxer referência àquele livro, seja na forma Bakhtin (como expressam Faria e outros), ou na forma Voloshinov (como fazem Eagleton e Fairclough).

Bauer, Gaskell e Allum (2008) de que o positivismo é o encolhimento da ciência a uma falsa norma de pesquisa estabelecida, sendo também uma negação da reflexão.

A crítica é deveras justa. Sobretudo se considerarmos o campo das ciências sociais, pois se há uma coisa a se aprender com a linguagem é que os fatos não falam por si, mas são representados por aqueles que falam para uma audiência que ouve. Isso não significa obviamente dizer que ciência é ideologia, mas apenas constatar que não se pode aduzir que há “neutralidade” no discurso científico.

Nesse sentido, argumenta Eagleton (1997, p. 126):

Uma ciência pode servir a funções ideológicas, como Marx achava que faziam as obras dos primeiros economistas políticos, e como Lenin achava que a ciência marxista era a ideologia do proletariado revolucionário. Marx certamente julgava científico o trabalho dos economistas políticos burgueses, capaz de penetrar, até certo ponto, as aparências da sociedade capitalista, mas também achava que era inibido em pontos cruciais por interesses ideológicos e, portanto, era científico e ideológico ao mesmo tempo. A ciência, com certeza, não é *reduível* à ideologia: é difícil ver a pesquisa sobre o pâncreas como nada mais que uma expressão de interesses burgueses ou a topologia algébrica como auxiliar na legitimação do estado capitalista. Mas, apesar de tudo isso, está profundamente marcada pela ideologia e inserida na ideologia — no sentido mais neutro do termo, como toda uma maneira socialmente determinada de ver ou, às vezes, no sentido mais pejorativo de mistificação.

Jocosamente Bourdieu (1976) chama o discurso daqueles que pregam a neutralidade da ciência de “credo neutralista”. Cabe aqui também trazer o bom e velho erudito Veblen (1898) que, em querela com Marshall e os economistas neoclássicos, alertava para o uso da expressão “natural” como forma de coerção do pensamento, uma lei inviolável que vigia a sequência dos eventos e procura dar consistência e relação causal a qualquer conjuntura. Trata-se, no caso da querela vebleniana, da transformação do discurso científico – econômico – em dogma.

Mais especificamente argumenta Bourdieu (1976, p. 7) que:

a definição do que está em jogo na luta científica faz parte do jogo da luta científica: os dominantes são aqueles que conseguem impor uma definição da ciência segundo a qual a realização mais perfeita consiste em ter, ser e fazer aquilo que eles têm, são e fazem. Diga-se de passagem, que a *communis doctorum opinio*, como dizia a escolástica, não é mais que uma *ficção oficial* que nada tem de fictícia, pois a eficácia simbólica que sua legitimidade lhe confere permite que ela preencha uma função semelhante ao papel que a noção de opinião pública preenche para a ideologia liberal.

Para Bourdieu (1976), a produção do consenso define o que é a “*doxa*”, o que provoca uma “relação de censura no campo de produção do saber (isto é, na função oculta do campo da luta de classes), sendo, portanto, um “campo de produção ideológica”. Nesse sentido:

As teorias da ciência e de suas transformações predisõem-se a preencher funções ideológicas nas lutas dentro do campo científico (ou nos campos que pretendem a cientificidade, como o das ciências sociais) porque elas universalizam as propriedades ligadas a *estados particulares* desses campos: é o caso da teoria positivista que confere à ciência o poder de resolver todas as questões que ela coloca (desde que cientificamente colocadas) e de impor, pela aplicação de critérios objetivos, o consenso sobre suas soluções; inscreve, assim, o progresso na rotina da "ciência normal" e age como se pudesse passar de um sistema para outro – de Newton a Einstein, por exemplo – pela simples acumulação de conhecimentos, pelo refinamento das medidas e pela retificação dos princípios (BOURDIEU, 1976, p. 21).

A respeito dessa produção de consenso e a universalização do particular na construção da *doxa* podemos nomear de fetiche científico, o pensamento mágico de que a ciência, não como um campo de relações, mas como uma entidade mágica que busca oferecer soluções para os problemas que ela mesmo coloca, isto é, problemas do ponto de vista de quem quer legitimar certo conjunto de relações.

Nesse sentido, Eagleton (1997, p. 126) evidencia o lugar da ideologia no campo da ciência em sua atuação como ferramenta de legitimação da ordem dominante:

Na moderna sociedade capitalista, o que é ideológico na ciência não é apenas esta ou aquela hipótese particular, mas todo o fenômeno social da própria ciência⁵⁴. A ciência como tal — o triunfo de maneiras tecnológicas, instrumentais de ver o mundo — atua como uma parte importante da legitimação ideológica da burguesia, que é capaz de traduzir questões morais e políticas em questões técnicas solucionáveis pelos cálculos de especialistas.

⁵⁴ Pensadores de profundo quilate, como, por exemplo, Dostoiévski, já ponderaram sobre tal questão. Em “Crime e Castigo” o autor russo narra que nos jornais e revistas russos, no período entre 1865 e 1866, em face da publicação, em língua russa, do livro *O homem e o desenvolvimento de suas faculdades*, do famoso matemático belga e “pai da estatística” Lambeert Adolf Quételet, era defendido um raciocínio sobre o permanente “percentual” de vítimas condenadas inevitavelmente pela natureza ao crime e à prostituição. Portanto, essas mazelas eram simplesmente uma questão “científica”, de estatística, corretamente “mensuráveis”. O economista alemão A. Wagner, um dos divulgadores de Quételet, é mencionado por Dostoiévski no romance. Naquele momento, a imprensa russa proclamava Quételet e Wagner os pilares da “ciência estatística ética”. Temos, assim, um bom exemplo de ideologia no discurso científico somado ao de mídia para legitimar desigualdades.

Ressalta Eagleton (1997, p. 126) no entanto, que “não é preciso negar o conteúdo cognitivo genuíno de boa parte do discurso científico para afirmar que a ciência é um potente mito moderno”.

Ainda na linha da correlação entre ciência e pensamento liberal, Mészáros (2005) aduz que nas sociedades capitalistas ocidentais, o discurso ideológico liberal/conservador domina de tal forma a construção de valores, que somos levados a aceitar, sem questionar um conjunto de valores ou sem avaliar alternativas bem fundamentadas para eles. Trata-se do discurso ideológico dominante, que é defendido como o “racional”, “*scholar*”, que é tão entranhado nas mentes e corações que aqueles que o tomam como base, “ordem”, rejeitam qualquer contestação como ilegítima ou “ideológica”.

Dessa maneira, são rejeitadas até categorias, palavras, para desqualificar a crítica em nome de uma certa “objetividade” ou “ciência”. Mészáros (2005, p. 4) fornece exemplos:

Um bom exemplo a esse respeito é fornecido por um professor de Oxford que, em um artigo sobre a exploração econômica da África, insiste que: Exploração, como imperialismo, não é uma palavra para os estudiosos porque há muito tempo tem sido confundido por conceitos ideológicos⁵⁵.

Contudo, a ideia de separação entre ciência e ideologia não é exclusividade do pensamento do funcionalismo-positivismo. Na margem esquerda do espectro político, Althusser faz uma manobra controversa insistindo na “distinção rigorosa entre “ciência” (significando, entre outras coisas, a teoria marxista) e “ideologia” [...] “um retorno ao racionalismo iluminista” em que o francês “igualava a oposição entre ciência e ideologia à de verdade e erro” (EAGLETON, 1997, p. 125).

A esse respeito, argumenta Eagleton (1997, p. 125):

Tal oposição absoluta entre ciência e ideologia encontra poucos defensores hoje e está claramente aberta a um leque de críticas válidas. Dividir o mundo ao meio entre ciência e ideologia é esvaziar toda a área que chamamos consciência “prática” — enunciados como “está chovendo” ou “quer uma carona?”, que não são científicos nem (em nenhum sentido especificamente útil do termo) ideológicos⁵⁶.

⁵⁵ A good example in this respect is provided by an Oxford Don who in a paper on economic exploitation of Africa insists that: Exploitation, like imperialism, is no word for scholars because it has long been confused by ideological concepts.

⁵⁶ Eagleton (1997, p. 126) adverte, entretanto, que há muitas críticas feitas a Althusser que são caricaturais. Para o francês, ideologia e ciência (que é para ele a prática da teoria) “são registros diferentes do ser”, não possuem, por si, aspectos valorativos. Não há, no entendimento de Althusser, a sugestão de que ideologia é um “fenômeno negativo, não mais que a própria experiência”. Dessa forma, “escrever um tratado marxista

Antes de fechar este capítulo é importante esclarecer qual o sentido do termo ideologia neste trabalho. Embora entendamos que a acepção ampla de ideologia, a do senso comum, neutra, é legítima, no âmbito desta tese tal concepção é desconsiderada para efeitos de análise. Para a ACD, a acepção de ideologia é a estrita, ou seja, a ligada ao processo de legitimação do poder, de motivação e orientação para a ação no sentido de perpetuação da ordem burguesa. Cabe dizer que a ACD faircloughniana utiliza declaradamente o conceito de Thompson para a ideologia. Conceito que trataremos a seguir.

O conceito de ideologia em Thompson é inerentemente negativo. O autor parte de Marx – que ele considera uma posição central na história e no conceito de ideologia, fazendo com que o termo adquirisse um novo *status* instrumental crítico e, além disso, se transformasse em um componente essencial de um novo sistema teórico.

Entretanto, Thompson (2011, p. 49) ressalva que:

apesar da importância do trabalho de Marx a esse respeito, as maneiras precisas como ele empregou o conceito de ideologia e as maneiras como lidou com os vários assuntos e os vários pressupostos que estavam ligados a seu uso não são nada claros. De fato, e a própria ambiguidade do conceito de ideologia no trabalho de Marx que é, parcialmente, responsável pelos debates contínuos a respeito do legado de seus escritos.

Embora Thompson (2011) critique o caráter ambíguo do uso do termo ideologia em Marx, reconhece a importância de seu caráter crítico e a percepção de que Marx deixou certa possibilidade de uma concepção diferente no prefácio de *Uma contribuição à crítica da economia política*, livro de 1859 e em outros textos.

Dessa forma, Thompson (2011, p. 58) constrói sua concepção de ideologia, formulando-a da seguinte maneira:

ideologia é um sistema de representações que servem para sustentar relações existentes de dominação de classes através da orientação das pessoas para o passado em vez de para o futuro, ou para imagens e ideais que escondem as relações de classe e desviam da busca coletiva de mudança social.

sobre a política do Oriente Médio seria para Althusser um projeto científico, mas não necessariamente mais importante que o ato ideológico de gritar “abaixo os imperialistas!” e, em algumas circunstâncias, poderia ser bem menos”. Feita essa ressalva, cabe evidenciar que corroboramos o entendimento de Eagleton e Fairclough de que a posição althusseriana de separação entre ciência e ideologia é problemática.

Argumenta Thompson (2011, p. 58) que sua concepção de ideologia está apoiada em uma concepção “latente” em Marx, pois não se enquadra de forma adequada ao referencial teórico deixado pelo autor de Tréveris, pois:

os fenômenos apresentados como sendo essa concepção latente de ideologia não são meros epifenômenos das condições econômicas e das relações de classe; ao contrário, eles são construções simbólicas que têm certo grau de autonomia e eficácia. Eles se constituem em símbolos e "slogans", costumes e tradições que mobilizam as pessoas ou prendem-nas, empurram-nas para a frente ou constroem-nas, de tal modo que não podemos pensar estas construções simbólicas unicamente como determinadas, ou totalmente explicadas, em termos de condições econômicas de produção.

Assim, Thompson (2011, p. 76) mantém de forma modificada um critério de negatividade da concepção marxiana como característica que define ideologia, a saber:

o critério de sustentação das relações de dominação. Não é essencial que as formas simbólicas sejam errôneas e ilusórias para que elas sejam ideológicas. Elas podem ser errôneas e ilusórias. De fato, em alguns casos, a ideologia pode operar através do ocultamento e do mascaramento das relações sociais, através do obscurecimento ou da falsa interpretação das situações; mas essas são possibilidades contingentes, e não características necessárias da ideologia como tal. Ao tratar o erro e a ilusão como uma possibilidade contingente, ao invés de como uma característica necessária da ideologia, nós podemos aliviar a análise da ideologia de parte do peso epistemológico colocado sobre ela desde Napoleão.

O entendimento de ideologia de Thompson é muito bem sintetizado por Eagleton (1997, p. 173), para quem a formulação do autor estadunidense compreende que o poder da ideologia não é apenas uma “questão de significado, mas de fazer o significado aderir”.

3 A ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO (ACD)

A Análise Crítica do Discurso (ACD) é um referencial teórico-metodológico que entende a linguagem de forma paradoxal, pois ao mesmo tempo que é utilizada para controlar a estrutura social, pode ser um importante instrumento mediador de denúncia, e estruturação de discursos e comportamentos emancipatórios.

Inapropriadamente reduzida a um método de pesquisa ou ainda a uma técnica de análise de dados, a ACD é uma abordagem teórico-metodológica criada para pensar a “análise das relações entre os aspectos discursivos e não discursivos do social, a fim de se atingir uma compreensão melhor da complexidade dessas relações” (ONUMA, 2020, p. 589). Isso demanda um posicionamento sociopolítico de seus pesquisadores, assim como uma atitude crítica e a consciência de “seu papel na sociedade, dando continuidade a uma tradição que rejeita a possibilidade de uma ciência não valorativa” (VAN DIJK, 2008, p. 114).

Com efeito, para a ACD a “consciência crítica sobre práticas linguísticas cotidianas responde a mudanças fundamentais nas funções que a linguagem cumpre na vida social” (FAIRCLOUGH; WODAK, 2000, p. 369).

Van Dijk (2013, p. 353), apresenta a ACD da seguinte forma:

começo dizendo o que a ACD não é. Ela não é uma linha de pesquisa dentre outras, como a gramática gerativo-transformacional ou a linguística sistêmico-funcional, nem é uma subárea de análise de discurso como a psicologia discursiva ou a análise de conversação. Não é um método, tampouco uma teoria que possa ser aplicada diretamente aos problemas sociais. A ACD pode ser aplicada em combinação com qualquer tipo de abordagem ou subárea das ciências humanas e das ciências sociais.

De acordo com van Dijk (2013) a ACD está alicerçada em uma base linguística ampla e sólida de perfil sistêmico-funcional. Portanto, ela precisa dar conta de aspectos estruturais, além de estratégias e funções do texto ou da conversação, tais como a gramática, a interação, a estilística, a retórica, a semiótica e as diversas formas de organização das comunicações.

A esse respeito, Fairclough (2008, p. 27) esclarece que tem como ponto de partida a teoria sistêmica da linguagem de Halliday “que considera a linguagem como multifuncional e considera que os textos simultaneamente representam a realidade, ordenam as relações sociais e estabelecem identidades”.

A origem da ACD como campo instituído ocorreu no final da década de 1980 com a eclosão de diversas pesquisas e publicações em uma perspectiva crítica ainda nomeados como estudos críticos da linguagem, com destaque para autores como Kress, Wodak, Fairclough, Van Dijk e Van Leeuwen que lideraram os debates da área com discussões que privilegiam fenômenos e tensões sociais, contemplando a dimensão da mudança social por meio do discurso (WODAK, 2003; VAN DIJK, 2008; WODAK; MEYER, 2009).

Por seu turno, segundo Misoczky e Ferreira (2005), nos estudos organizacionais a ACD está presente desde o início dos anos 1990 e se estruturou em duas linhas de trabalho: a) temas relacionados à hegemonia neoliberal na cultura ocidental e sobre a função ideológica do discurso gerencialista; e b) temas relacionados à identidade, buscando tornar transparentes as relações de poder que oprimem o ser humano e, dessa forma, contribuir com a emancipação do sujeito.

Avançando na discussão, coube a Norman Fairclough – em artigo seminal no *Journal of Pragmatics* (FAIRCLOUGH, 1985) estabelecer a nomenclatura “Análise Crítica do Discurso” (MAGALHÃES, 2005), que é reconhecida e se consagra para evidenciar o uso da linguagem como prática social e o pensamento crítico associado a um objetivo intervencionista e emancipador, comprometida a observar a conjuntura da produção dos textos para os significados alojados em seus interiores e para suas influências nos processos de construção das diversas realidades sociais. Na ACD, a análise dos textos revela a dinâmica e a interação dessas relações sociais por meio de marcas discursivas (FAIRCLOUGH, 2008).

Para Onuma, Zwick e Brito (2015), a ACD é uma abordagem que se coloca como uma perspectiva teórico-metodológica que procura analisar criticamente a relação entre linguagem, poder, ideologia e sociedade, não sendo apenas, portanto, uma metodologia. Assim, conforme Van Dijk (2013, p. 353), a:

ACD é uma perspectiva – crítica – de produção do conhecimento: análise do discurso “com uma atitude”. Foca-se em problemas sociais, em especial no papel do discurso na produção e reprodução do abuso do poder ou da dominação. Sempre que possível, ocupa-se dessas questões a partir de uma perspectiva coerente com os melhores interesses dos grupos sociais dominados.

Relatam Onuma, Zwick e Brito (2015, p. 112) que Fairclough é o autor central da ACD e que ele apresenta a ACD como uma “análise das relações dialéticas que se estabelecem entre semioses, entre as quais se encontra a língua”. As autoras argumentam

que Fairclough “entende semiose como todas as formas de construção de sentidos, como, por exemplo, a língua, a linguagem corporal e as imagens”.

Outrossim, Fairclough professa que a ACD é uma perspectiva que tem “uma relação dialógica com outras teorias e métodos sociais, com eles engajando-se não apenas de maneira interdisciplinar, mas transdisciplinar” e entende que “coengajamentos particulares sobre determinados aspectos do processo social devem suscitar avanços teóricos e metodológicos que perpassem as fronteiras das várias teorias e métodos” (FAIRCLOUGH, MELO, 2012).

Por fim, cabe destacar que os renomados autores da ACD têm algumas concepções diferentes em respeito a uma ou outra categoria. Por isso, declaramos que nesta tese a linha metodológica é a traçada pela ACD de Fairclough.

3.1 A ACD e o “Novo Capitalismo”

A ACD é uma perspectiva teórica sobre a língua, com ênfase em um objeto particular que é o papel diferenciado da linguagem no novo capitalismo, constituindo, dessa maneira, um vasto objeto de pesquisa (FAIRCLOUGH; MELO, 2012).

De acordo com Misoczky (2005, p. 126), os estudos críticos de discurso estão vinculados a um projeto amplo de crítica do momento contemporâneo do capitalismo, assim, “a abordagem crítica do discurso, por sua vez, se caracteriza pela consideração das relações entre linguagem e sociedade, de modo a compreender as relações entre discurso, poder, dominação e desigualdades sociais”.

Portanto, a ACD é um referencial teórico-metodológico diretamente relacionado com a crítica ao (novo) capitalismo e à sua ideologia, pois, conforme Fairclough (1995), as representações e construções particulares do mundo são instrumentos (parcialmente discursivos) de reprodução da dominação – ou de rupturas desta – que demandam pesquisas e críticas.

Conforme Misoczky (2005, p. 128), “a linguagem e outros artefatos de discurso estão intrinsecamente ligados ao capitalismo tardio, sendo mais relevantes que nas etapas anteriores”. Dessa maneira, segundo Fairclough e Melo (2012), a própria ideia da economia baseada no conhecimento e na sociedade da informação induz à suposição de que conhecimentos mais ou menos valiosos são produzidos, trocados e consumidos como discursos. O que permite dizer que esse ciclo envolve, por um lado, a operacionalização

de conhecimentos (discursos) como práticas sociais, como modos de agir e interagir; e, por outro, a inculcação de discursos como modos de produzir sentido sobre si mesmo e sobre o mundo, isto é, como modos de construção de identidades.

No entendimento de Fairclough (2010, p. 230), há uma linguagem do novo capitalismo – “novos modos de coordenação econômica e crescente subordinação das relações extraeconômicas à lógica da acumulação de capital” – que colonizou as instituições. Todavia, tal processo ocorre de forma dialética, em que o discurso é recebido, apropriado e recontextualizado, podendo abrir brechas para a transformação das relações sociais.

Desse modo, apoiando-se em Bourdieu (1979, 1998a), Fairclough entende que há novas relações nas redes de práticas⁵⁷, tanto nos campos econômicos quanto nos domínios não-econômicos, em que estes estão sendo colonizados massivamente por aqueles. Portanto, na busca de concretização do projeto neoliberal, os discursos são parte significativa dos recursos empregados para esse fim (FAIRCLOUGH; MELO, 2012).

De acordo com Fairclough (2010), o modo de produção capitalista possui, além de sua tendência às crises, uma capacidade de renovação periódica de sua base de expansão econômica. Para tanto, opera rearticulando e reescalando as relações entre as esferas econômica, política e social.

É justamente esta renovação que está ocorrendo após a crise de acumulação do período pós-guerra, fundada no Fordismo Atlântico. O capitalismo vem sendo reestruturado e reescalado com base em novas tecnologias importantes, em novos modos de coordenação econômica e na crescente subordinação das relações extraeconômicas à lógica da acumulação de capital (FAIRCLOUGH, 2010, p. 230).

⁵⁷ “Há mais uma característica importante das práticas sociais – elas são organizadas em redes. As redes são mais ou menos estáveis, mais ou menos fluidas. As redes articulam diferentes formas de trabalho (relações sociais), diferentes identificações e diferentes representações, correspondentes às diferentes práticas que combinam. As práticas são conectadas em rede dentro de áreas particulares da vida social que têm uma coerência interna relativa e são relativamente demarcadas de outras (por exemplo, política ou educação). Seguindo Bourdieu, chamarei essas áreas de “campos” [...]. Tanto a organização interna dos campos quanto a forma como a vida social é dividida entre os campos são abertas à mudança. As relações sociais dos campos são relações de poder e luta, nas quais estão em jogo as fronteiras externas e a estrutura interna do campo”.

“There is one further important characteristic of social practices – they are organised into networks. Networks are more or less stable, more or less fluid. Networks articulate together different forms of work (social relations), different identifications, and different representations, corresponding to the different practices they combine. Practices are networked together within particular areas of social life which have a relative internal coherence and are relatively demarcated from others (for instance, politics, or education). Following Bourdieu I shall call these “fields” [...]. Both the internal organisation of fields, and the way social life is divided between fields, are open to change. The social relations of fields are relations of power and struggle, in which the external boundaries and internal structure of the field are stakes” (FAIRCLOUGH, 2000, p. 17).

Dessa forma:

Reescalonar pressupõe novas relações estabelecidas entre as diferentes escalas da vida social e entre as redes de práticas sociais nas diferentes escalas: global, regional, nacional e local. Desse ponto de vista, o fenômeno largamente conhecido como globalização não é simplesmente um movimento das organizações e processos econômicos de uma escala essencialmente nacional para uma essencialmente global: a globalização tem uma longa história e o que de fato está em jogo são as novas relações entre as escalas. Língua e semiose têm uma considerável importância na reestruturação e reescalonamento do capitalismo (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 314).

Por conseguinte,

Toda aquela ideia de uma economia baseada em conhecimento, na qual conhecimento e informação têm um novo e decisivo significado, é fruto de uma economia baseada no discurso: os conhecimentos são produzidos, circulam e são consumidos como discursos, os quais são operados como novas formas de agir e de interagir (inclusive como novos gêneros) e inculcados como novas formas de ser, novas identidades (inclusive com novos estilos). Um exemplo disso seria o conhecimento das novas maneiras de administrar organizações. A reestruturação e o reescalonamento do capitalismo é em parte um processo semiótico – a reestruturação e reescalonamento das ordens do discurso, envolvendo novas relações estruturais e escalares entre os gêneros, discursos e estilos (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 315).

Esse processo de rearranjo produtivo e subsunção crescente das relações extraeconômicas à lógica de acumulação de capital necessita de discursos legitimadores. Esses discursos possuem uma expressão envernizada conhecida como “economia da informação, economia dirigida pelo conhecimento, globalização, crescimento de economias regionais”, ou ainda, “cidades empresariais, economia em rede, alianças estratégicas, governo sem governança, capitalismo turbo, compressão de tempo-espço, flexibilidade, economia de aprendizagem e cultura empresarial” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 230).

A realização da reestruturação do novo capitalismo passa também pela linguagem. Bourdieu (1998b) adverte que há um discurso de “fatalismo econômico” que busca disfarçar vontades políticas como algo inevitável e incontornável. Cientes dessa advertência, Fairclough e Melo (2012, p. 315) asseveram que “um aspecto particularmente importante do discurso neoliberal é o da representação da mudança na economia global difundida nas sociedades contemporâneas como inevitável e irresistível, sendo necessário apenas a adaptação e a convivência com ela⁵⁸”.

⁵⁸ Aqui é oportuno retomar o desvelamento que Mészáros (2011) faz dos defensores da ordem atual a respeito da inevitabilidade do atual estado de coisas.

Nesse sentido, “os discursos neoliberais são uma parte significativa dos recursos empregados na busca da concretização do projeto neoliberal”, projeto este que visa remover todo obstáculo à expansão do capital “tais como Estados com fortes programas de assistência social” (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 315).

Destarte, argumenta Fisher (2009) que há uma “ontologia empresarial” em que a lógica neoliberal tem como demanda a “alta performance” do sujeito de desempenho, em um discurso que defende que todas as partes da sociedade, incluindo saúde e educação, devem ser administradas como uma empresa, buscando naturalizar tal circunstância histórica como um “valor”, algo além de um “fato”. Dessa maneira, deve ser naturalizado que tudo na sociedade “deve” ser administrado como em uma empresa.

Assevera Fairclough (2010, p. 230) que essa colonização de todas as esferas sociais é assumida por governos de várias orientações políticas e em diferentes escalas como “um simples fato da vida (embora um “fato” produzido em parte por acordos intergovernamentais) que todos devam se curvar à lógica emergente de uma economia do conhecimento globalizada”.

O novo capitalismo – neoliberalismo – possui uma lógica institucional e operacional. Trata-se de um projeto político que busca impor um capitalismo em nível global sem restrições, produzindo profundas mudanças nas relações socioeconômicas. Dessa forma:

O domínio das empresas multinacionais estadunidenses e o Estado imperialista daquele país – no horizonte de interesses financeiros e industriais em toda parte e com o apoio do Estado Britânico – posicionaram o neoliberalismo no topo da agenda global. O neoliberalismo foi imposto às economias pós-socialistas como (supostamente) a melhor alternativa de transformação rápida do sistema, renovação econômica e reintegração na economia global [...]. Com raras, mas importantes exceções, o neoliberalismo passou a dominar a cena política e tem resultado na desorientação e no desgaste das forças econômicas, políticas e sociais comprometidas com alternativas radicais. Tem contribuído, assim, para o fechamento do debate público e para o enfraquecimento da democracia (FAIRCLOUGH, 2010, p. 230).

Nesse sentido, Fischer (2009), amparado em David Harvey, argumenta que o neoliberalismo é um projeto político que tem como objetivo a reafirmação do poder de classe. De acordo com Fairclough e Melo (2012), a ordem emergente do novo capitalismo é a ordem neoliberal globalizada. A ordem social é um inter-relacionamento de práticas

sociais, ou mais especificamente, “a ordem social de educação de uma sociedade específica em um certo período de tempo”.

Essa ordem social e neoliberal global possui uma configuração específica que ordena a educação no tempo e no espaço de uma sociedade. Assim, uma “ordem de discurso é a estruturação social da diferença semiótica: um ordenamento particular das relações entre diferentes formas de produzir sentidos, como discurso, gêneros e estilos diferentes”. Essa ordem tem como “um dos seus aspectos a dominância: a existência de formas dominantes ou centrais, enquanto outras se opõem a elas, sendo marginais ou “alternativas”” (FAIRCLOUGH, 2010, p. 227).

A esse respeito, segundo Fairclough e Melo (2012, p. 310):

O aspecto semiótico de uma ordem social é o que podemos chamar de ordem de discurso. É a maneira de os diversos gêneros e discursos estarem inter-relacionados entre si. Uma ordem de discurso é uma estruturação social da diferença semiótica, uma ordenação social particular das relações entre os vários modos de construir sentido, isto é, os diversos discursos e gêneros. Um aspecto dessa ordenação é a dominância: algumas maneiras de construir sentido são dominantes ou estão em voga para certas ordens de discurso; outras são marginais, subversivas, alternativas. Por exemplo, pode haver uma maneira dominante de conduzir uma consulta médica na Inglaterra. No entanto, há outras maneiras que podem ser adotadas ou desenvolvidas em maior ou menor proporção, em oposição àquela dominante.

A crítica da ordem do discurso está estreitamente ligada ao desvelamento da ideologia neoliberal presente nas estruturas de poder. Nesse sentido, o referencial teórico-metodológico da ACD relaciona-se diretamente com a crítica ao novo capitalismo e à sua ideologia, considerando que os instrumentos discursivos são veículos de reprodução da estrutura de dominação e, portanto, necessitam de pesquisas críticas (FAIRCLOUGH, 1995).

Ademais, Fairclough (2010) argumenta que os discursos podem ser utilizados como imaginários que inculcam novas identidades, novos modos de ser. Cada formação econômica e social demanda um tipo de sujeito. No taylorismo, por exemplo, o sistema de gerenciamento de produção demanda formas rígidas de identidade de trabalhadores. Assim, inculcar discurso visando “mudar o sujeito”, para Fairclough (2010, p. 228), “significa fazer com que as pessoas assumam discursos, posicionando-se dentro deles, agindo, pensando, falando e se vendo nos termos dos novos discursos”.

O conteúdo do discurso neoliberal pode ser verificado, por exemplo, na peremptória declaração de Margareth Thatcher: “não há alternativa” – “*there is no*

alternative”, em inglês, que gerou a sigla TINA, sigla essa que é utilizada de forma ampla desde então. Tal discurso evidencia o “capitalismo global na sua forma neoliberal geralmente construído como externo, imutável e inquestionável, um simples fato da vida com que devemos nos conformar” (FAIRCLOUGH, MELO, 2012, p. 317).

Dessa maneira, temos que o novo capitalismo é uma rede de práticas novas que se distingue pelo modo como a língua – seus gêneros, discursos e estilos – atua dentro dessa rede (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 315):

a) Os gêneros reguladores da ação e da interação nas organizações (o tipo de linguagem que constitui o trabalho em equipe, a troca de ideias, as parcerias ou as avaliações);

b) Os discursos da economia neoliberal (inclusive as representações da mudança) disseminados e impostos internacionalmente por organizações como o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial de Comércio (com palavras-chave como “livre comércio “transparência”, “flexibilidade”, “qualidade”); e

c) Os estilos de figuras-chave que devem assumir na nova ordem, empresários, gerentes, líderes políticos, entre outros.

Ademais, Fairclough e Melo (2012, p. 316) ressaltam que deve ser considerado como “esses gêneros, discursos e estilos são disseminados internacionalmente, reescalados e reestruturados em meio às áreas da vida social. O discurso e o gênero de negociação, por exemplo, fluem na vida familiar, militar, política e econômica”. Aduz Fairclough (2010), que o novo capitalismo é, portanto, uma ordem socioeconômica que também é “dirigida pelo discurso”, tendo a linguagem um papel muito significativo no aprofundamento da exploração de classe.

Dessa forma, a análise de discurso tem papel fundamental de crítica e pode trazer grandes contribuições para pesquisas de cunho emancipatório. Nesse sentido, a importância desse papel:

[...] não passou despercebida por pesquisadores sociais. Bourdieu e Wacquant, por exemplo, apontam para uma “nova vulgata planetária” que caracterizam como um vocabulário (globalização, flexibilidade, governança, empregabilidade, exclusão, etc.) “dotado do poder performativo de forjar as realidades que afirma descrever”. No caso, o projeto político neoliberal de remover os obstáculos à nova ordem econômica é orientado/dirigido pelo discurso (FAIRCLOUGH, 2010, p. 231).

No entanto, prossegue Fairclough (2010, p. 231) que a abordagem dos autores citados a respeito do discurso neoliberal e sua efetividade extrapola a limitação dos métodos de pesquisa sociológica daqueles autores:

Não basta caracterizar a “nova vulgata planetária” como uma lista de palavras, como vocabulário. É preciso analisar textos e interações para mostrar como são produzidos alguns dos efeitos que os autores identificam (como fazer com que as transformações socioeconômicas do novo capitalismo e as políticas governamentais para facilitá-las pareçam inevitáveis; representar desejos como fatos, representar imaginários de interesses políticos como o modo pelo qual o mundo realmente é) [...] Não são apenas análises de textos e interações que os analistas de discurso podem trazer para a pesquisa social no novo capitalismo, mas a teorização da dialética de discurso.

Como exemplo, Fairclough (2010, p. 232) cita a disseminação do discurso de gerenciamento que colonizou (apropriação dialética, pois envolve diferentes formas de como tal discurso é recebido, apropriado e recontextualizado, tornado impossível prever os resultados de tal processo) as instituições públicas e as universidades. Ademais, “o reescalonamento das ordens de discurso diz respeito às mudanças na constituição de redes de elementos discursivos de práticas sociais em níveis diferentes das organizações: globais, regionais, nacionais e locais”.

Como exemplo, cabe destacar a permeabilidade aumentada e acelerada de práticas sociais locais (governo, pequenas indústrias e mídia) aos discursos disseminados para todo o mundo por organizações como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial. Incorporando a abordagem da transformação do capitalismo, feita por Jessop, no quadro da teoria dialética do discurso, tem-se um referencial teórico para a pesquisa do poder de penetração global da “nova vulgata planetária” a que se referem Bourdieu e Wacquant, bem como para a compreensão dos seus limites (FAIRCLOUGH, 2010, p. 232).

Por fim, argumenta Fairclough (2010) que a utilização da linguagem nas mudanças socioeconômicas contemporâneas tem uma importância qualitativamente diferente das transformações anteriores no capitalismo. Dessarte, há uma necessidade urgente de estudos sobre linguagem, de análise de discurso, em que a contribuição dos analistas não fique circunscrita às análises de textos, assumindo uma dialética de discurso para superar as limitações teórico-metodológicas do campo.

3.2 As ações discursivas e a constituição de relações de poder

Nas dinâmicas das organizações, conforme ensina Onuma (2020, p. 585), a ACD “pode colaborar para a compreensão da (re)produção ideológica em discursos organizacionais”, assim como também “para a discussão a respeito de como fenômenos da linguagem – como a comunicação e os discursos – podem contribuir para a formação das organizações”.

Fairclough considera as ações discursivas, que privilegiam certos discursos em detrimento de outros, como fundamentais para a sustentação e constituição de relações de poder. A ACD é uma perspectiva teórico-metodológica de análise crítica das relações entre poder, sociedade, linguagem e ideologia que oferece subsídios para estudos dos fenômenos sociais organizacionais e interorganizacionais.

O compromisso central da análise crítica de Fairclough é revelar as ideologias subjacentes aos discursos, denunciando seu papel como elemento de dominação, com foco na busca de significados para além do texto, escavando as condições em que foi produzido, veiculado e consumido. A perspectiva faircloughniana está voltada para a observação da materialidade gerada pelos discursos, na relação dialética entre linguagem e realidade social (SILVA; GONÇALVES, 2017).

Assim,

Mesmo quando nossa prática pode ser interpretada como de resistência, contribuindo para a mudança ideológica, não estamos necessariamente conscientes dos detalhes de sua significação ideológica. Essa é uma razão para se defender uma modalidade de educação linguística que enfatize a consciência crítica dos processos ideológicos no discurso, para que as pessoas possam tornar-se mais conscientes de sua própria prática e mais críticas dos discursos investidos ideologicamente a que são submetidas (FAIRCLOUGH, 2008, p. 120)

Fairclough (1995, p. 17) explicita como o tema da ideologia é central para a ACD: “construções e representações particulares do mundo são instrumentos (parcialmente discursivos) importantes na reprodução da dominação, demandando pesquisas e críticas”.

Destarte, Fairclough (2008, p. 117) entende que ideologias:

são significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que são construídas em várias dimensões das formas/sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção, a reprodução ou a transformação das relações de dominação. (Tal posição é semelhante à de Thompson [...], de que determinados usos da linguagem e de outras “formas simbólicas” são ideológicos, isto

é, os que servem, em circunstâncias específicas, para estabelecer ou manter relações de dominação). As ideologias embutidas nas práticas discursivas são muito eficazes quando se tornam naturalizadas e atingem o *status* de “senso comum”; mas essa propriedade estável e estabelecida das ideologias não deve ser muito enfatizada, porque minha referência a “transformação” aponta a luta ideológica como dimensão da prática discursiva, uma luta para remoldar as práticas discursivas e as ideologias nelas construídas no contexto da reestruturação ou da transformação das relações de dominação. Quando são encontradas práticas discursivas contrastantes em um domínio particular ou instituição, há probabilidade de que parte desse contraste seja ideológica.

Dessa forma, recorre o autor:

[...] às contribuições clássicas do marxismo do século XX, de Althusser e Gramsci, que (não obstante a crescente impopularidade contemporânea do marxismo) oferecem uma teoria rica para a investigação do discurso como forma de prática social, embora com importantes reservas, especialmente no caso de Althusser (FAIRCLOUGH, 2008, p. 116).

Embora se afaste das conclusões de Althusser, Fairclough reconhece as contribuições da teoria de ideologia do francês, considerando que ele “forneceu as bases teóricas para o debate, embora Voloshinov [...] tenha sido uma importante contribuição bem anterior”.

As bases teóricas que tenho em mente são três importantes asserções sobre ideologia. Primeiro, a asserção de que ela tem existência material nas práticas das instituições, que abre o caminho para investigar as práticas discursivas como formas materiais de ideologia. Segundo, a asserção de que a ideologia “interpela os sujeitos”, que conduz a concepção de que um dos mais significativos “efeitos ideológicos” que os linguistas ignoram no discurso (segundo Althusser [...]), é a constituição dos sujeitos. Terceiro, a asserção de que os “aparelhos ideológicos de estado” (instituições tais como a educação ou a mídia) são ambos locais e marcos delimitadores na luta de classe, que apontam para a luta no discurso e subjacente a ele como foco para uma análise de discurso orientada ideologicamente (FAIRCLOUGH, 2008, pp. 116-117).

A concepção de ideologia de Fairclough (2008, p. 119) é dialética, pois ela “está localizada tanto nas estruturas (isto é, ordens de discurso⁵⁹) que constituem o resultado de eventos passados como nas condições para os eventos atuais e nos próprios eventos quando reproduzem e transformam as estruturas condicionadoras”.

⁵⁹ Mais adiante será discutida a concepção de Fairclough para a categoria foucaultiana ordem do discurso.

Dessa maneira, o autor se afasta da teoria althusseriana que enfatiza exageradamente a constituição ideológica dos sujeitos, subestimando sua capacidade de ação coletiva ou individual e de compromisso com a crítica ou a oposição às práticas ideológicas. Afasta-se também de Pêcheux (1982) – para quem há uma oposição categórica entre ideologia e ciência. Nesse sentido, Fairclough (2008, p. 121-122) argumenta que:

A teoria althusseriana do sujeito exagera a constituição ideológica dos sujeitos e, conseqüentemente, subestima a capacidade de os sujeitos agirem individual ou coletivamente como agentes, até mesmo no compromisso com a crítica e na oposição às práticas ideológicas [...]. Portanto, não aceito a concepção de Althusser [...] de “ideologia em geral” como forma de cimento social que é inseparável da própria sociedade. Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos em princípio, e sem dúvida de certo modo concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os tipos de discurso são investidos ideologicamente no mesmo grau. Não deve ser muito difícil mostrar que a publicidade em termos amplos é investida com mais vigor do que as ciências físicas.

Para Fairclough (2008), o sujeito não é apenas efeito da ideologia, mas também transformador desta.

Aqui também é importante adotar a posição dialética que defendi anteriormente: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito “efeito” ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação (FAIRCLOUGH, 2008, p. 121).

Desse modo, Fairclough (2008) admite as hipóteses althusserianas de que a ideologia interpela (e constitui) os sujeitos, e de que, está localizada nos aparelhos ideológicos, locais e marcos delimitadores de luta de classe. Mas entende que Althusser não enxergou a contradição interna de sua teoria que admite o aparelho como lugar de luta, mas não reconhece o agente, sendo este apenas um reproduzidor. Ademais, os discursos dos aparelhos ideológicos não são uniformes, há diversos discursos contraditórios que interpelam os sujeitos:

O caso ideal na teoria althusseriana é o do sujeito posicionado na ideologia de tal maneira que disfarça a ação e os efeitos desta e dá ao sujeito uma autonomia imaginária. Isso sugere convenções discursivas altamente naturalizadas. Mas as pessoas são realmente subjugadas de formas diferentes e contraditórias; tal consideração começa a lançar dúvidas sobre o caso ideal. Quando a sujeição é contraditória - quando

uma pessoa que opera num quadro institucional único e num único conjunto de práticas é interpelada de várias posições e puxada em direções diferentes, por exemplo -, pode ser difícil manter a naturalização. A interpelação contraditória pode manifestar-se experiencialmente em um sentido de confusão ou incerteza e na problematização das convenções [...]. Essas são as condições em que uma prática consciente e transformadora poderá mais facilmente desenvolver-se (FAIRCLOUGH, 2008, p. 120-121).

Ademais, Fairclough (2008, p. 121) pondera que “as ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural [...] e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia”. Dessarte, para Fairclough a ideologia é produto da divisão de classes.

Tal assertiva de Fairclough encontra eco com o entendimento de Eagleton:

A ideologia, em outras palavras, não é inerentemente constituída de distorção, sobretudo se considerarmos o conceito em sua acepção mais ampla, denotando qualquer conjuntura mais ou menos central entre discurso e poder. Em uma sociedade totalmente justa, a ideologia no sentido pejorativo não seria necessária, uma vez que não haveria nada a ser explicado (EAGLETON, 1997, p. 38).

Para uma compreensão mais profunda do entendimento de ideologia – carregada na prática social do discurso – para Fairclough, faz-se necessária uma discussão a respeito de seu entendimento de hegemonia⁶⁰. Fairclough (2008, p. 116) situa o discurso em relação à ideologia e ao poder “em uma concepção de poder como hegemonia e em uma concepção da evolução das relações de poder como luta hegemônica”.

Influenciada por Gramsci, a perspectiva teórica da ACD direciona seus esforços para o descobrir o véu ideológico que cobre as relações sociais, buscando transcender o teórico e se articulando com a prática política. O discurso, enquanto prática política, recorre a convenções que buscam significar e normalizar a opressão, objetivando naturalizar o poder. Fairclough (2008) recorre ao constructo hegemonia para fazer o

⁶⁰ De acordo com o dicionário gramsciano a primeira aparição do termo “hegemonia” ocorreu no Q1 (cadernos do cárcere número 1), ligado a preocupações de caráter da questão da língua – “para indicar valência e distinção em relação à genérica acepção de “preeminência” ou “supremacia””. No que tange ao significado, este “oscila desde o início entre um sentido mais restrito de “direção” em oposição a “domínio”, e um mais amplo e compreensivo de ambos (direção mais domínio). Com efeito, ele escreve que “uma classe é dominante em dois modos, isto é, “dirigente” e “dominante”. É dirigente das classes aliadas, é dominante das classes adversárias. Portanto, uma classe desde antes de chegar ao poder pode ser “dirigente” (e deve sê-lo): quando está no poder torna-se dominante, mas continua também “dirigente””. O *locus* onde ocorre a luta pela hegemonia é a sociedade civil que é o ponto de contato entre o consenso e a força, entre sociedade civil e sociedade política (LIGORI; VOZA, 2017, p. 365-368).

entrelaçamento entre discurso, poder e ideologia, uma vez que as hegemonias são produzidas, reproduzidas, contrastadas e transformadas em discursos, na busca de “construção de consenso”.

Nesse sentido, conforme Fairclough (2008, p. 121):

O conceito de hegemonia, que é a peça central da análise que Gramsci faz do capitalismo ocidental e da estratégia revolucionária na Europa Ocidental [...], harmoniza-se com a concepção de discurso que defendo e fornece um modo de teorização da mudança em relação à evolução das relações de poder que permite um foco particular sobre a mudança discursiva, mas ao mesmo tempo um modo de considera-la em termos de sua contribuição aos processos mais amplos de mudança e de seu amoldamento por tais processos.

De acordo com Fairclough (2008, p. 122) hegemonia é:

a) liderança tanto quanto dominação nos domínios econômico, político, cultural, e ideológico de uma sociedade;

b) o poder sobre a sociedade como um todo de uma das classes economicamente definidas como fundamentais em aliança com outras forças sociais, mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um “equilíbrio instável”;

c) a construção de alianças e a integração muito mais do que simplesmente a dominação de classes subalternas, mediante concessões ou meios ideológicos para ganhar seu consentimento.;

d) um foco de constante luta sobre pontos de maior instabilidade entre classes e blocos para construir, manter ou romper alianças e relações de dominação/subordinação, que assume formas econômicas, políticas e ideológicas. A luta hegemônica localiza-se em uma frente ampla, que inclui as instituições da sociedade civil (educação, sindicatos, família), com possível desigualdade entre diferentes níveis e domínios.

Assim, Fairclough (2008) entende que Gramsci⁶¹ forneceu muito antes os avanços de Althusser no que concerne à ideologia. O entendimento do autor italiano a respeito de

⁶¹De acordo com Eagleton (1997, p. 105) “a categoria-chave no trabalho do colega marxista ocidental de Lukács, Antonio Gramsci, não é a ideologia, mas a *hegemonia*, e vale a pena ponderar a distinção entre esses dois termos. Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio - apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção. Assim, há uma diferença imediata ante o conceito de ideologia, já que está claro que as ideologias podem ser impostas à força. Pense, por exemplo, no funcionamento da ideologia racista na África do Sul. Mas a hegemonia é também uma categoria mais ampla que a ideologia: *inclui* a ideologia, mas não pode ser reduzida a ela. Um grupo ou classe dominante pode assegurar o consentimento a seu poder por meios ideológicos, mas também pode fazê-lo, digamos, alterando o sistema de tributação de maneira favorável aos grupos de cujo apoio necessita ou criando uma camada de operários relativamente opulenta e, portanto, razoavelmente inerte”.

“complexos ideológicos” levava a uma concepção do campo das ideologias em termos de correntes conflitantes, cruzadas ou sobrepostas, sugerindo que o foco estava nos processos por que estruturam, reestruturam, articulam e rearticulam os complexos ideológicos, com ênfase na movimentação.

Dessa forma, prossegue o autor:

Tal concepção de luta hegemônica em termos da articulação, desarticulação e rearticulação de elementos está em harmonia com o que disse anteriormente sobre o discurso: a concepção dialética da relação entre estruturas e eventos discursivos; considerando-se as estruturas discursivas como ordens de discurso concebidas como configurações de elementos mais ou menos instáveis; e adotando uma concepção de textos que se centra sobre sua intertextualidade, e sobre a maneira como articulam textos e convenções prévias. Pode-se considerar uma ordem de discurso como a faceta discursiva do equilíbrio contraditório e instável que constitui uma hegemonia, e a articulação e a rearticulação de ordens de discurso são, conseqüentemente, um marco delimitador na luta hegemônica. Além disso, a prática discursiva, a produção, a distribuição e o consumo (como também a interpretação) de textos são uma faceta da luta hegemônica que contribui em graus variados para a reprodução ou a transformação não apenas da ordem de discurso existente (por exemplo, mediante a maneira como os textos e as convenções prévias são articulados na produção textual), mas também das relações sociais e assimétricas existentes (FAIRCLOUGH, 2008, p. 123-124).

Aplicado à análise de discurso, o conceito político de hegemonia é útil, pois “uma determinada estruturação social da diversidade semiótica pode ser hegemônica, tornar-se parte do senso comum legitimador que sustenta as relações de dominação”. Contudo, “a hegemonia, em seus períodos de crise, será sempre contestada em maior ou menor proporção. Uma ordem de discurso não é um sistema fechado ou rígido, é, na verdade, um sistema aberto posto em risco pelo que acontece em interações reais” (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 311).

Dessa maneira, a ACD, além da crítica à ortodoxia neoliberal, oferece também a possibilidade de trabalhar nas rupturas, nas brechas, dando armas da crítica para a mudança social por meio de forças dirigentes.

3.3 O Discurso para a ACD

A ACD procura analisar o discurso em sua relação dialética com a realidade dos fenômenos e dos sujeitos que discursam. Para Van Dijk (2013, p. 375), os discursos são

como “icebergs”, e frequentemente são definidos como “um evento comunicativo em uma situação social, em um ambiente, com participantes em diferentes papéis e ações”.

Van Dijk (2013) entende discurso de forma bastante ampla como um evento comunicativo que inclui texto, fala, interações conversacionais, expressões faciais, corporais, imagens ou qualquer outra semiose. Por seu turno, Fairclough (2003, p. 207) afirma que:

Discursos incluem representações de como as coisas são ou tem sido, bem como coisas imaginárias – representações de como as coisas poderiam ser. Os conhecimentos da economia de conhecimento ou da sociedade do conhecimento são imaginários neste sentido – projeções de possível estado de coisas, “palavras possíveis”. Em termos do conceito de prática social, eles imaginam possíveis práticas sociais e redes de práticas sociais - possíveis sínteses de atividades, sujeitos, relações sociais, instrumentos, objetos, tempo-espaco, valores, formas de consciência. Esses imaginários podem ser representados como práticas reais (redes de) – atividades imaginadas, sujeitos, relações sociais, etc. – e podem se tornar atividades reais, sujeitos, relações sociais, etc. Tais representações incluem materializações dos discursos – discursos econômicos se materializam, por exemplo, nos instrumentos de produção econômica, incluindo maquinário e sistemas de gerenciamento⁶².

De forma detalhada, Misoczky (2005, p. 136) com base em Fairclough (2003) explica o entendimento da ACD:

Discursos são modos de representar aspectos do mundo: processos, relações e estruturas, bem como pensamentos, crenças, percepções. Aspectos particulares do mundo podem ser representados de modo diferente, por isso a necessidade de considerar a relação entre diferentes discursos. Esses diferentes discursos representam diferentes relações que as pessoas têm com o mundo, e dependem de suas posições (em campos de poder), de suas identidades sociais e pessoais, e das relações sociais em que estão envolvidas. Os discursos não apenas representam o mundo, também são projetivos, imaginários, representam possíveis mundos não existentes, produzem projetos para mudar o mundo existente em diferentes direções. As relações entre diferentes discursos são um elemento das relações entre diferentes pessoas ou coletivos – podem ser complementares, competir entre si, dominar, etc. Os discursos constituem parte dos recursos que os atores sociais empregam

⁶² Discourses include representations of how things are and have been, as well as imaginaries – representations of how things might or could or should be. The knowledges of the knowledge-economy and knowledge-society are imaginaries in this sense – projections of possible states of affairs, “possible worlds”. In terms of the concept of social practice, they imagine possible social practices and networks of social practices – possible syntheses of activities, subjects, social relations, instruments, objects, space–times (...), values, forms of consciousness. These imaginaries may be enacted as actual (networks of) practices – imagined activities, subjects, social relations etc. can become real activities, subjects, social relations, etc. Such enactments include materialisations of discourses – economic discourses become materialized for instance in the instruments of economic production, including the ‘hardware’ (plant, machinery, etc.) and the ‘software’ (management systems, etc.).

na sua relação com os outros – para se manterem afastados, para cooperarem, competirem, dominarem – e para mudarem os modos como se relacionam.

Silva e Gonçalves (2017, p. 7), afirmam que “para Fairclough o discurso é sempre uma simplificação de realidades complexas operada por meio da seleção lexical, da articulação com outros textos e convenções discursivas pré-estabelecidas, do conteúdo não dito etc.”.

De acordo com Misoczky (2005, p. 130), para a ACD “o discurso é o uso da linguagem como uma forma de prática social, e a análise do discurso é a análise de como os textos funcionam inseridos em práticas socioculturais”. Dessa forma:

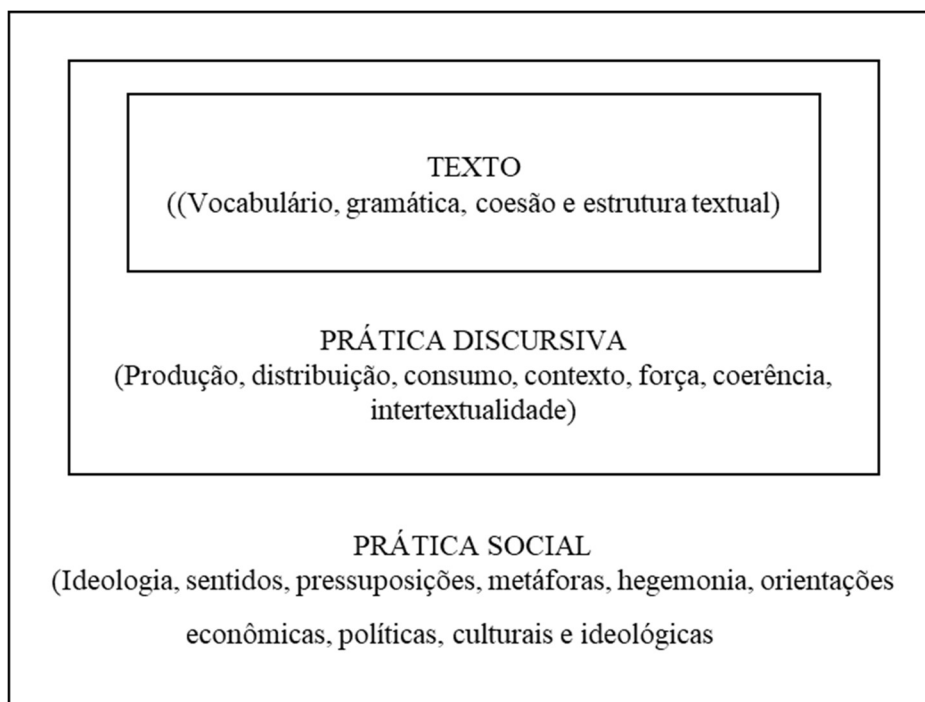
A ACD tem como propósito mostrar como o capitalismo se constrói através de processos de dominação, exploração e desumanização; e também como as contradições dentro do sistema constituem um potencial para o projeto de emancipação. A ACD vê os discursos como momentos na produção e reprodução material da vida social, e analisa o trabalho social feito por esses discursos como um foco importante da crítica social materialista [...]. Portanto, trata-se de uma prática conectada às lutas de resistência e por mudanças (MISOCZKY, 2005, p. 131-132).

Misoczky e Ferreira (2005, p. 2), com base em Fairclough (2002), professam que “cada prática de produção da vida social é, parcialmente, uma prática semiótica”. Assim, “a análise crítica da semiose [...] é a análise dialética do relacionamento entre discurso e outros elementos do processo social, considerando a linguagem como ação e como representação”. Ainda conforme as autoras (MISOCZKY; FERREIRA, 2005, p. 3), a ACD entende que a posição do sujeito é construída no discurso, pois aquele que fala escolhe certas posições, ou seja, “as afirmações dentro de um discurso não são produzidas independentemente do sujeito atuante, mas, em vez disso, ajudam a posicionar e a produzir o sujeito no contexto de um discurso particular”.

Segundo Fairclough (2008, p. 91), “o discurso é um modo de ação, uma forma em que as pessoas podem agir sobre o mundo e especialmente sobre os outros” e há “uma relação dialética entre o discurso e a estrutura social, existindo mais geralmente tal relação entre a prática social e a estrutura social; a última é tanto uma condição como um efeito da primeira”, em que “o discurso é moldado e restringido pela estrutura social no sentido mais amplo e em todos os níveis”.

A relação entre discurso e os outros elementos da vida social, as outras práticas, pode ser mais bem visualizado no modelo tridimensional de Fairclough:

Figura 3 Categorias analíticas do modelo tridimensional de Fairclough



Fonte: Rezende e Ramalho (2006) e Batinga (2018)

A apresentação do “modelo tridimensional” aqui neste nosso trabalho serve apenas como recurso heurístico, pois utilizaremos como aparato de análise a estrutura de cinco elementos descrita em Fairclough e Melo (2012), que trataremos logo adiante. Contudo, tal figura tridimensional é útil para a discussão da relação que há entre esses três elementos.

Conforme Fairclough (2008, p. 22), “a dimensão da “prática social” cuida de questões de interesse na análise social, tais como as circunstâncias institucionais e organizacionais do evento discursivo e como elas moldam a natureza da prática discursiva e os efeitos constitutivos/construtivos”.

Segundo Fairclough (2008, p. 94)

A prática social tem várias orientações – econômica, política, cultural, ideológica –, e o discurso pode estar implicado em todas elas, sem que se possa reduzir qualquer uma dessas orientações do discurso. Por exemplo, há várias maneiras em que se pode dizer que o discurso é um modo de prática econômica: o discurso figura em proporções variáveis como um constituinte da prática econômica de natureza basicamente não-discursiva, como a construção de pontes ou a produção de máquinas de lavar roupa; há formas de prática econômica que são de natureza basicamente discursiva, como a bolsa de valores, o jornalismo ou a produção de novelas para a televisão. Além disso, a ordem sociolinguística de uma sociedade pode ser estruturada pelo menos parcialmente como um mercado onde os textos são produzidos,

distribuídos e consumidos como “mercadorias” (em “indústrias culturais”: Bourdieu). Mas é o discurso como modo de prática política e ideológica que está mais ligado às preocupações deste livro. O discurso como prática política estabelece, mantém e transforma as relações de poder e as entidades coletivas (classes, blocos, comunidades, grupos) entre as quais existem relações de poder. O discurso como prática ideológica constitui, naturaliza, mantém e transforma os significados do mundo de posições diversas nas relações de poder

Fairclough (2008, p. 94), no entanto, ressalta um ponto importante:

[...] a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta.

Partindo, pois, da construção bourdiesiana de campos⁶³, dos diversos campos em redes de práticas, Fairclough incorpora a categoria ordem do discurso para tratar daquilo que “pode ser dito” nos diversos campos, o que permite uma movimentação mais fluida de “ideologia” do que o “interdiscurso”. Assim, conforme Fairclough (2000, p. 170):

Uma vez que as práticas sociais estão sempre em rede dentro de campos, a análise do momento textual está sempre preocupada em especificar como diferentes gêneros, diferentes discursos e diferentes

⁶³ Bourdieu entende que não cabe a um cientista social construir “classes”, mas sim “espaços sociais no interior dos quais as classes podem ser recortadas” [...]. O “que permite reengendrar teoricamente o espaço social empiricamente observado” (BOURDIEU, 2011b, p. 49). Para o francês “os espaços sociais são espaços de diferença, de distâncias diferenciais que fornecem traços distintivos (BOURDIEU, 2011a, p. 212). Os campos são lugares relacionais em que ocorrem “translações da estrutura de distribuição, entre as classes, de um bem ou de uma prática” (BOURDIEU, 2011a, p. 214).

Dessa forma “os campos se apresentam à apreensão sincrônica como espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas) [...]. Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisa através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões próprias dos geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo” (BOURDIEU, 1983, p. 89).

Para Bourdieu “todas as sociedades se apresentam como “espaços sociais”, ou seja, como “estruturas de diferenças””. Trata-se de uma estrutura mutável e “a topologia que descreve um estado de posições sociais permite fundar uma análise dinâmica da conservação e da transformação da estrutura de distribuição das propriedades ativas e, assim, do espaço social”. Dessa forma, quando o autor descreve o espaço social como um campo, ele deseja expressar que isto é “ao mesmo tempo, como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura” (BOURDIEU, 2011b, p. 50).

estilos se articulam em determinados tipos de relações. Podemos usar o termo “ordem do discurso” [...] para falar de campos como permanências relativas especificamente em termos dessas articulações dentro do momento do texto. O termo “intertextualidade” (ou “interdiscursividade”) pode ser usado, por outro lado, para falar sobre mudanças nas articulações de gêneros, discursos e estilos em textos específicos⁶⁴.

Podemos depreender do trecho acima, que embora a categoria de interdiscurso seja fundamental para a Análise do Discurso francesa⁶⁵, Fairclough vai dar centralidade ao constructo “ordem do discurso” para a formação dos aspectos de hegemonia. Os elementos da ordem discursiva podem ser verificados no que os discursos têm de “permanência relativa⁶⁶”. Ao passo que reserva à intertextualidade e à interdiscursividade a análise na especificidade do discurso.

Cabe ressaltar que para a ACD faircloughniana, a ordem do discurso não é uma categoria fechada, ou unidirecional: ela permite brechas, rupturas, em momentos em que a relação com o discurso da ordem encontra contradições. Sobre tal ponto, aduz Fairclough (2008, p. 96):

usarei o termo foucaultiano “ordem de discurso” de preferência a interdiscurso, porque sugere mais claramente os tipos de configuração que tenho em mente. Vamos usar o termo mais frouxo “elemento” e não código ou a formação para as partes de uma ordem de discurso [...]. Contrariamente às abordagens baseadas em teorias da adequação, onde se supõe uma relação única e constante de complementaridade entre os elementos, suponho que a relação pode ser ou tornar-se contraditória. Os limites entre os elementos podem ser linhas de tensão. Tomem-se, por exemplo, as diversas posições de sujeito de um indivíduo nos diferentes ambientes e atividades de uma instituição, em termos da dispersão do sujeito na formação de modalidades enunciativas, segundo Foucault [...].

Ainda a respeito da ordem de discurso e dos pontos de tensão, continua o autor:

⁶⁴Since social practices are always networked within fields, analysis of the textual moment is always concerned with specifying how different genres, different discourses, and different styles are articulated together in particular sorts of relationships. We can use the term “order of discourse” [...] to talk about fields as relative permanence specifically in terms of these articulations within the moment of text. The term “intertextuality” (or “interdiscursivity”) can be used on the other hand to talk about shifting articulations of genres, discourses, and styles in specific texts.

⁶⁵ O interdiscurso na Análise do Discurso é conforme Orlandi (2020, p. 34), uma ordem do saber discursivo em que a memória é afetada pelo esquecimento, esquecimento constitutivo que afeta o que é dito e o que não é dito, além de como é dito, é o momento em que “fala uma voz sem nome”.

⁶⁶ Aqui podemos dizer: institucionalizados.

É possível que os limites entre os ambientes e as práticas sejam tão naturalizados que essas posições de sujeito sejam vividas como complementares. Em diferentes circunstâncias sociais, os mesmos limites poderiam tornar-se foco de contestação e luta, e as posições de sujeito e práticas discursivas associadas a eles poderiam ser consideradas contraditórias. Por exemplo, os alunos podem aceitar que as narrativas da experiência própria, em seus próprios dialetos sociais, sejam “adequadas” a seções das aulas destinadas à discussão, mas não a seções destinadas ao ensino ou ao trabalho escrito; ou, ainda, as contradições entre o que é permitido em um lugar, mas não em outro podem tornar-se plataforma de luta para mudar os limites entre a discussão, o ensino e a escrita. Em primeiro lugar, a aceitação de narrativas de experiência pessoal, mesmo em uma parte estritamente delimitada da atividade da sala de aula, pode ser uma solução resultante de lutas anteriores para aí incluí-la (FAIRCLOUGH, 2008, p. 96).

No entanto, isso não significa dizer que Fairclough abandona a categoria de interdiscurso, mas reconhece que as diversas formações discursivas que formam o interdiscurso “tornam o discurso altamente heterogêneo e ambíguo”, pois “o discurso é possuidor de uma heterogeneidade constitutiva” de propriedades inerentes de “dialogismo” e “intertextualidade” nos termos de uma tradição teórica diferente” da pecheutiana, como, por exemplo, a AD de Bakhtin. Assim, para Fairclough, de acordo com Salles e Dellagnello (2019, p. 424)

Um discurso pode se ligar a outros discursos numa relação dialógica harmônica ou polêmica. Essa heterogeneidade de um texto em termos da articulação de diferentes discursos é chamada interdiscursividade (FAIRCLOUGH, 2003). A análise interdiscursiva de um texto corresponde à identificação dos discursos articulados e da maneira como são articulados. Para identificar discursos em um texto, Fairclough (2003) aponta duas etapas: (1) identificar quais as principais partes do mundo que estão representadas (os temas tratados no texto) e (2) identificar a perspectiva particular, ou ponto de vista, pela qual são representadas.

Assim, para Fairclough (2008, p. 56-57) a formação discursiva não diz respeito somente ao olvido, mas também à forma particular do uso de certa formação discursiva cujo “foco sobre o “evento” discursivo particular, emerge uma visão dialética e a possibilidade de transformações torna-se inerente à natureza heterogênea e contraditória do discurso”.

Outra categoria importante é a da intertextualidade. A esse respeito ensina Misoczky (2005, p. 132-133):

Em um sentido amplo, intertextualidade significa a presença de elementos de outro texto dentro de um texto: citações. Estas podem ser feitas por reprodução de palavras ou através de sínteses. A intertextualidade revela como os textos se baseiam, incorporam, recontextualizam, dialogam com outros textos, bem como com aqueles que são deixados de fora. É particularmente interessante para a compreensão de como a construção do texto utiliza os repertórios socialmente disponíveis. Essa natureza dialógica dos textos retoma as formulações de Bakhtin e Voloshinov [...] sobre a diversidade da linguagem social – heteroglossia – e suas inter-relações sistemáticas.

Por seu turno, para Salles e Delagnello (2019, p. 422):

em relação à intertextualidade, Fairclough (2003) associa este conceito à noção de pressuposto (*assumptions*). Segundo o autor, os textos, inevitavelmente, envolvem pressuposições já que o que é dito num texto sempre está relacionado àquilo que é tomado como dado pelo autor, que foi lido, pensado e/ou ouvido precedentemente. Dessa maneira, como uma das formas de intertextualidade, os pressupostos conectam um texto a outros textos, não a textos específicos, mas ao mundo dos textos.

Dessa maneira, é mantida a dialogicidade da análise do texto ao incorporar a noção de pressuposta além da citação explícita de outro texto.

Tanto a análise das citações como dos pressupostos contribui para verificar quais ideias são trazidas para o texto e de que forma são incorporadas. No entanto, uma marcante diferença é que enquanto a citação abre espaço para as diferenças, trazendo de forma mais explícita outras vozes para o texto, o pressuposto reduz as diferenças por assumir uma ideia como um fato dado. Assim, podemos dizer que a intertextualidade pode variar em termos de dialogicidade (SALLES, DELAGNELLO, 2019, p. 422).

A ordem do discurso, entende Fairclough (2000), se articula em um movimento dialético entre estruturas e ação, que se materializa ao incorporar as práticas sociais, possibilitando a reprodução ou transformação - podemos dizer, institucionalização - da ordem do discurso hegemônica.

Para ilustrar um pouco o entrelaçamento entre discurso, ordem do discurso e hegemonia, Fairclough (2008, p. 124) fornece o exemplo do discurso político de Margareth Thatcher:

Este pode ser interpretado como rearticulação da ordem discursiva política existente, que reuniu os discursos conservador tradicional, neoliberal e populista em uma nova mescla e também constituiu um discurso de poder político sem precedente para uma líder mulher. Tal rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco centrado na burguesia em novas condições econômicas e políticas.

Há um grande potencial crítico/emancipatório na ACD, que é muito mais do que uma metodologia ou uma ferramenta, ela é um referencial teórico-metodológico de caráter transdisciplinar que busca por meio do desvelamento dos discursos contribuir para a emancipação dos sujeitos.

Apresentado esse campo teórico, na sequência será detalhada a construção do artefato de análise.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste ponto apresentamos os passos necessários para a efetivação da análise.

4.1 A Instrumentação da Análise

De acordo com Orlandi (2020), é de responsabilidade do analista formular a questão que desencadeia a análise, portanto, não há separação entre o dispositivo teórico e o dispositivo analítico da interpretação.

A análise do discurso não é experimental, mas, sim, empírico-dedutiva, pois o analista parte de um material empírico, a linguagem, podendo manipulá-la por meio de observações das compatibilidades e incompatibilidades de infinitas combinações possíveis, para determinar recortes formais. Ele deve, portanto, determinar quais são seus objetivos em relação com o tipo de objeto construído e qual é a instrumentalização utilizada de acordo com o procedimento escolhido (CHARAUDEAU, 2005).

Conforme Orlandi (2020), a maneira como o analista constrói seu dispositivo analítico é crucial, pois o alcance de suas conclusões depende dele. Assim, o analista interpreta os resultados com base nos diferentes instrumentos teóricos e dos campos disciplinares onde está inserido e do qual partiu.

Nesse sentido, para Charaudeau (2005, p. 11),

Toda instrumentação de análise depende tanto do quadro teórico quanto das hipóteses metodológicas gerais que dele decorrem, para especificar em seguida, as ferramentas adequadas ao tipo do objeto. É por isso que consideramos que a instrumentação de análise deve destinar-se a dar conta do que está em jogo no objeto de estudo enquanto ato de comunicação.

Assim, de acordo com Gill (2008), todo discurso é circunstancial, portanto, o analista deve sempre interpretar o discurso simultaneamente com o contexto interpretativo. Por seu turno, segundo Orlandi (2020, p. 62) a análise do discurso é feita por mediação teórica, em que o dispositivo analítico “particulariza a partir da questão que ele coloca face aos materiais de análise que constituem seu *corpus* e que ele visa compreender, em função do domínio científico que ele vincula seu trabalho”.

Segundo Gill (2008), para a análise de discurso crítica a vida social é caracterizada por conflitos, por versões de mundo em competição (política), assim é necessário dar ênfase a como o discurso é organizado para que se torne persuasivo. Desse modo, além

da preocupação de como a linguagem é empregada, Gill (2008, p. 255) ressalta que também deve ser analisado o que não é dito, os silêncios, o que “exige uma consciência aprimorada das tendências e contextos sociais”. Pois, “sem essa compreensão mais ampla nós não seremos capazes de ver a versão alternativa dos acontecimentos, ou fenômenos que o discurso que estamos analisando pretendeu contrariar”. E, dessa forma, “não conseguiremos perceber a ausência (às vezes sistemática)⁶⁷ de tipos particulares de explicações nos textos que estamos estudando; e não conseguiremos reconhecer o significado do silêncio (GILL, 2008, p. 255)”.

Sobre a questão do dito, do não dito e do como foi dito, cabe aqui um testemunho, bastante pessoal e obviamente anedótico (mas que parte da narrativa pode ser verificada nas gritantes ausências dos trabalhos de conclusão dos discentes, e talvez mesmo na produção intelectual do corpo docente), de nossa experiência no programa de pós-graduação em Administração na UFMS. Em quatro anos como aluno de disciplinas no PPGAD de agronegócio (dois no mestrado e mais dois no doutorado), jamais ouvi uma discussão acerca de agrotóxicos, uso social da terra, reforma agrária, assassinato de índios, ou mesmo, se considerarmos apenas temas muito ligados à questões de eficiência econômica (tema bastante afeito à ideologia liberal), alguma discussão, por exemplo, a respeito de levantamento de valor adicionado do setor agro em comparação a outros setores produtivos (no máximo é fornecido algum dado de PIB, sem considerar questões como geração de empregos, impostos, subsídios, externalidades, complexidade econômica etc.).

4.2 A construção do corpus

A institucionalização de determinada forma de relação social passa pelo discurso. Não é diferente, portanto, no que concerne à precarização do trabalho. Entendemos que há uma “ordem do discurso”, aquilo que pode ser dito – e que por sua vez determina o que não pode ser dito – que emana da ordem dominante. Nesse sentido, no que diz respeito às relações de trabalho no Brasil, os grandes empresários⁶⁸ têm em muitos de

⁶⁷ Proust, em sua grande obra do teatro humano, expressou-se assim sobre o não dito “[...] de duas ideias que o interlocutor não exprimia, e da qual eu podia extrair-las por certos métodos de análise apropriados, dizia-me mais coisas que um discurso”. Proust, Em busca do tempo perdido - A prisioneira.

⁶⁸ Como deixar de mencionar a famigerada entrevista de Benjamin Steinbruch para a Folha de S. Paulo em 29/04/2014 quando disse: “tem que flexibilizar a lei trabalhista”? Estava explícita a ordem do discurso que posteriormente seria replicada à exaustão (incluindo o corpus Exame do qual faremos a análise adiante). No entanto, o que mais chamou a atenção naquela entrevista foi a frase: “Aqui temos uma hora de almoço. Normalmente, não precisa de uma hora. Se você vai numa empresa nos EUA, você vê [o funcionário]

seus canais de mídia a estrutura de disseminação da ordem do discurso que posteriormente será repetida por seus intelectuais e congressistas “contratados”.

Posto isso, fica colocada a questão de como acessar o objeto de estudo. Nesse sentido, segundo Faria (2017, p. 1):

Uma das mais significativas dificuldades dos pesquisadores, especialmente nas áreas de ciências sociais (e aplicadas), humanas, jurídicas, etc., ou que utilizam seus pressupostos, é o acesso ao objeto, mesmo em sua forma imediata. Não podendo ter acesso direto ao fenômeno estudado, o pesquisador busca acessá-lo por meio de registros, seja o obtido por entrevistas ou por documentos, narrativas, textos, etc.

Nesse sentido, assevera Faria (2015, p. 56) que “deve ficar claro que a forma, a concepção ou técnica de análise utilizada, assim como a metodologia, depende do objeto. É este que condiciona a técnica de pesquisa e não o inverso”. Assim, procuramos acessar o objeto por meio do discurso que entendemos ser o da estrutura da classe dominante e dirigente, nos termos gramscianos.

Ensina Faria (2017) que há uma crítica pertinente feita pelos adeptos de métodos quantitativos feito a trabalhos que apenas transcrevem extratos de entrevistas ou de textos impressos, sem contextualizar quem é o sujeito, de onde ele fala, quando ele fala e com quem ele fala ao falar. Dessa forma, tais registros não são a comprovação da realidade, mas meras ilustrações deduzidas subjetivamente, não se tratando, pois, continua Faria (2015, p. 67), “de análise de discurso, mas de transcrição selecionada de trechos discursivos”, uma bricolagem⁶⁹ em que “a teoria deixa de ser um aporte para uma análise e se torna, repentinamente, uma confirmação de que o discurso emitido no campo empírico tem uma legitimidade conceitual e, logo, “científica””.

comendo o sanduíche com a mão esquerda e operando a máquina com a mão direita. Tem 15 minutos para o almoço. Se for vontade dos empregados, por que não?” (FOLHA, 2014).

Responder pelo trabalhador não é uma novidade, Marx (2017 a, p. 315) já apontava esse cinismo no século XIX: “Informam os inspetores de fábrica [...]: “Muitas vezes quando flagramos pessoas trabalhando durante a hora da refeição ou em outras horas ilegais, ouvimos a evasiva de que esses trabalhadores não querem de modo algum deixar a fábrica...” [...] “Os senhores acusados asseguraram – em vez de jurar, pois, como quacres, eles eram religiosos demais para prestar juramento – que, com toda sua compaixão, eles teriam permitido que as pobres crianças dormissem por 4 horas, mas as obstinadas crianças não quiserem de modo algum ir para a cama!”

⁶⁹ Cabe ressaltar que, conforme ensina Gill (2008), o conteúdo da AD pode e deve ser “editado”, mas isso não significa que deva ser feito sem quaisquer critérios. O analista do discurso deve reconstruir o discurso na transcrição, pois, conforme Gill, há “confusão da fala”: a mudança brusca de tópicos, a diferença no andamento etc.

Os registros são materiais brutos de pesquisa, não estão descolados de um contexto social e histórico concreto, e, portanto, na seleção de um corpus “pode-se estar diante de uma interpretação do autor do registro, socialmente condicionada, ideologicamente comprometida, fantasiosamente elaborada”. Contudo, ainda conforme Faria (2017, p. 2):

a concepção de neutralidade, em pesquisa, não é nem ela mesma neutra e objetiva. É preciso, portanto, reformular o problema. A garantia que se busca é sempre relativa às condições objetivas e subjetivas concretamente existentes, cabendo ao pesquisador superar o obstáculo epistemológico induzido pela apropriação fenomênica imediata do objeto (empirismo ou idealismo).

Portanto, “não se trata de analisar o conteúdo em si mesmo ou seu significado discursivo/textual, como sugere a técnica tradicional, mas revelar a realidade sobre a qual o registro foi produzido” (FARIA, 2017, p. 2).

Nesse sentido, Bauer e Aarts (2008) professam que a representatividade do corpus é mais relevante que o seu tamanho e, portanto, merece maior atenção. Dessa forma, ensina Orlandi (2020, p. 63) que:

A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a consequências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade linguístico discursiva.

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca das propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

Com relação à constituição do corpus, ensina Fairclough (2008, p. 277) que

Trata-se, em parte, de um problema prático de saber-se o que é útil, e como chegar até lá, mas também de ter-se um modelo mental da ordem de discurso da instituição, ou o domínio do que se está pesquisando, e os processos de mudança que estão em andamento, como uma preliminar para decidir-se onde coletar amostras para um *corpus*.

Por seu turno, Charadeau (2011) defende que *corpus* não é a ferramenta de pesquisa, mas sim seu objeto, que foi construído em função de pressupostos teóricos e

metodológicos. Fairclough (2003, p. 6) trata de forma breve a questão da composição do *corpus*. De acordo com o britânico, a análise crítica de discurso pode ser “aplicada de forma produtiva a amostras de material de pesquisa, em vez de grandes corpos de texto”. Ainda conforme Fairclough (2003, p. 6): “embora a quantidade de material que pode ser analisada dependa do nível de detalhe: a análise textual pode focar apenas alguns recursos selecionados de textos, ou muitos recursos simultaneamente”. Dessa maneira, a análise pode ser complementada de forma útil por meio de análise quantitativa de conteúdo, identificando palavras-chave, coocorrência etc.

Ensinam Bauer e Aarts (2008) que para justificar a seleção que é a base da investigação, prova ou refutação de uma afirmação específica, toda pesquisa empírica deve selecionar evidência para argumentar e a necessidade de justificar tal seleção. Para Castelão-Lawles (2005, p. 17), “a construção social dos objetos em ciência implica a criação racional de objetos puros acoplada com a correspondente verificação técnica feita pela comunidade científica”. Em que tal “construção não corresponde a um enfraquecimento dos critérios de objetividade, mas ao seu melhoramento gradual”. Dessa maneira, “é possível ter objetivamente acesso a um mundo físico fora do mundo psíquico sem todavia (e o que seria impossível) se abandonar o subjetivo. Em ciência, o sujeito pode finalmente tocar o objeto”.

Segundo Charadeau (2011) a escolha do corpus está intimamente ligada ao contexto situacional e que, obviamente, nenhum corpus é capaz de dar conta da totalidade dos contextos, pois eles são múltiplos, mas deve-se partir dessa consideração para construir um corpus de maneira racional.

De acordo com Bauer e Aarts (2008, p. 58), a amostragem representativa e a construção de um corpus têm equivalência funcional, ainda que tenham estruturas diferentes, nesse sentido, “a construção de um corpus é o princípio que permite uma coleta sistemática de dados, sem seguir a lógica da amostragem estatística” sendo que “a construção de um corpus ajuda a tipificar representações desconhecidas, enquanto que em contrapartida a amostragem representativa descreve a distribuição de representações já conhecidas”. Os autores, (BAUER; AARTS, 2008, p. 24), são categóricos:

Não há quantificação sem qualificação – A mensuração dos fatos sociais depende da categorização do mundo social. As atividades sociais devem ser distinguidas antes que qualquer frequência ou percentual possa ser atribuído a qualquer distinção. É necessário ter uma noção das distinções qualitativas entre categorias sociais, antes que se possa medir quantas pessoas pertencem a uma ou a outra categoria. Se alguém quer saber a distribuição de cores em um jardim de flores,

deve primeiramente identifica o conjunto de cores que existem no jardim; somente depois disso pode-se começar a contar as flores de determinada cor. O mesmo é verdade para os fatos sociais.

Conforme Charaudeau (2011) o impacto e a importância de uma palavra não estão ligados à sua recorrência, pois o sentido das palavras é plural, não apenas por sua polissemia, mas também pela “polidiscursividade” que os termos adquirem dependendo do contexto linguístico. Portanto, ainda de acordo com o francês, a “hipótese da exaustividade – velho sonho da atitude positivista – não se sustenta mais”. Assim, fica esvaziada a crítica de que a amostragem é apenas uma parte que tem a pretensão de representar o todo, pois a amostra do corpus não é a parte de um todo, mas sim a constituição de categorias em que cada uma é um ponto focal sobre o qual pode, se necessário, incidir uma análise qualitativa (os locutores, os gêneros, os temas).

De acordo com Bauer e Aarts (2008, p. 44), a palavra corpus significa corpo (e o seu plural, em latim, é corpora):

Nas ciências históricas, ela se refere a uma coleção de textos. Pode ser definida como um corpo de uma coleção completa de escritos ou coisas parecidas; o conjunto completo de literatura sobre algum assunto ou vários trabalhos da mesma natureza, coletados e organizados; ou como uma coleção de textos, especialmente se for completa e independente. Outra definição de corpus é uma coleção finita de materiais, determinada de antemão pelo analista, com (inevitável) arbitrariedade, e com a qual ele irá trabalhar” [...]. Sendo que esta arbitrariedade é menos uma questão de conveniência do que de inevitabilidade.

Entendemos, neste nosso estudo, que a importância da escolha dos corpora está ligada a representatividade do discurso. Assim, foram selecionados como *corpora*: a entrevista dada pelo presidente da empresa Rappi, uma empresa de entrega de alimentos, como a constituição da ordem do discurso; a defesa da reforma trabalhista pela Revista Exame; a reprodução e plataforma de disseminação da ordem do discurso; e, por fim, o contradiscurso representado pela entrevista dada pelo moto-entregador Galo.

Nesse sentido, seguimos os ensinamentos de Bauer e Aarts (2008, p. 41): “como pode o estudo de uma parte fornecer um referencial seguro do todo? A chave para decifrar este enigma é a representatividade⁷⁰. A amostra representa a população se a distribuição de algum critério é idêntica tanto na população como na amostra”.

⁷⁰ Sobre a representatividade do corpus, relatam Bauer e Aarts (2008, p. 50) que “uma moção, no sentido de que “os corpora da linguagem deveriam ser baseados na representação estatística”, foi derrotada em uma reunião de linguistas em Oxford, há alguns anos. Propostas padrão com respeito à amostragem estatística são dificilmente aplicáveis na construção de um corpus de linguagem”.

Dessa maneira, a preocupação é com a identificação de categorias da ordem do discurso dos *corpora*, pois, conforme Bauer e Arts (2008), a amostragem estatística aleatória descreve a distribuição de atributos conhecidos no espaço social, ao passo que a construção de um corpus tipifica atributos desconhecidos.

Conforme Bauer e Aarts (2008) na construção do corpus o que deve ser considerado é a relevância dos assuntos e a coleta deve ser a partir de um único ponto-de-vista e, ainda, os materiais de um corpus devem ter apenas um foco temático – homogeneidade – e uma interseção na história, ou seja, devem ser sincrônicos.

A respeito da seletividade do corpus, argumenta Misoczky (2005) que essa ocorre pelo fato de que a escolha do texto é feita com base nos questionamentos da pesquisa. De acordo com Orlandi (2020), o texto não é ponto de partida nem de chegada, é uma “peça da linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso”.

Segundo Bauer e Aarts (2008), um corpus linguístico é um material falado ou escrito sobre o qual uma análise linguística é fundamentada. Os *corpora* podem ser estruturados a partir de diversos parâmetros, entre eles o canal (falado ou escrito), a temática (família, economia, religião), a função (persuadir, informar, expressar). Nessa linha, defende Charaudeau (2011) que a construção do corpus depende do posicionamento teórico ligado ao objetivo da análise, ou seja, da “problemática⁷¹”.

Para Charaudeau (2011, p. 1) não há um consenso no que diz respeito aos problemas colocados no que tange a justificativa de um corpus de análise, isso talvez “seja o sintoma de que o *corpus* não existe em si, mas depende – como mostra o artigo “corpus” do Dicionário de Análise do Discurso – do posicionamento teórico a partir do qual ele é considerado”.

Nesse sentido, Van Dijk (2013) pondera que uma análise exaustiva de um corpus, mesmo de um pequeno trecho, pode preencher centenas de páginas e levar meses e que, portanto, uma análise completa de uma conversação, ou de um texto, não pode ser feita.

⁷¹ Segundo Charaudeau (2011, p. 7) uma problemática (emprego substantivo) é um conjunto coerente de proposições hipotéticas (ou de postulados) que, no interior de um campo de estudo, determinam ao mesmo tempo um objeto, um ponto de vista de análise e um questionamento por oposição a outros questionamentos possíveis. Não se confundirão, então, problemática e teoria, que se diferenciam pelo fato de que esta última tem um corpo de conceitos e de categorias mais ou menos padronizado, acompanhado de um quadro metodológico.

Por esse motivo, é necessário selecionar as categorias mais relevantes para a análise de um problema social.

De acordo com Charaudeau (2011), o corpus é um ponto de partida indispensável, um (pre)texto, e os textos devem ser constantemente confrontados com outros textos. Nesse sentido, para o autor francês, a abordagem nas ciências humanas é dupla: empírico-descritiva e hipotético-dedutiva, complementando-se, em que a primeira depende de ferramentas metodológicas e a segunda de categorias explicativas e conceitos fundadores, movimentando-se a primeira em movimento centrípeto e a segunda em movimento centrífugo.

Conforme Gill (2008), na maioria dos discursos são produzidas descrições que contêm avaliações, por isso, um dos pontos básicos defendidos pela AD é que não podem ser separadas as atividades de descrição e de avaliação. Assevera Gill (2008) que explicar de forma concreta como se faz análise dos textos é muito mais difícil do que discutir os temas centrais da AD, não há uma receita, um manual e, portanto, o analista deve aprender a fazer, fazendo:

as habilidades dos analistas de discurso não se prestam a descrições de procedimentos, não há necessidade de elas serem deliberadamente mistificadas e colocadas acima do alcance de todos, com exceção dos entendidos. [...] A análise de discurso não é um enfoque que pode ser pego simplesmente na prateleira, como um substituto de uma forma mais tradicional de análise – por exemplo, análise de conteúdo ou análise estatística de dados de questionários (GILL, 2008, pp. 250-251)

De acordo com Faria (2017, p. 11):

Há dois procedimentos clássicos para a construção de categorias e seus elementos. A forma em que a análise da realidade é conduzida a partir de categorias analíticas e elementos já construídos (e, em alguns casos, validados). A forma em que o pesquisador, segundo um método apropriado, representa a realidade em seus elementos e os organiza, abstratamente, em categorias.

As Categorias de Análise são aquelas “cuja construção tem como propósito a explicação de uma determinada estrutura de relações e representações, de acordo com um quadro conceitual orientador subjacente ao material recolhido da realidade”. Quanto às Categorias de Análise, são aquelas criações do pensamento “com base no concreto. Deste modo, não é incorreto que se possa encontrar na realidade elementos que formam uma categoria já apropriada em outras leituras do real” (FARIA, 2017, p. 12).

Assim, apresentaremos no próximo tópico as categorias analíticas da ACD que servirão de guia – o “método” – para a análise dos *corpora*.

4.3 O dispositivo analítico

A condução de um estudo direcionado pela ACD requer um posicionamento crítico e ativo do pesquisador e de sua pesquisa, comprometido com a mudança, a emancipação e a transformação de sujeitos, situações e contextos, operando por meio de práticas discursivas que se desdobram em práticas sociais. Isso implica em manter um olhar direcionado às condições de produção dos discursos e a observação dos significados alojados em seus interiores, assim como as influências exercidas nos processos de (des)construção de realidades sociais (VAN DIJK, 2008).

Cabe reforçarmos novamente, amparados por Gill (2008), Faria (2015) e Fairclough e Melo (2012), que não há um modo específico de se fazer análise de discurso. Cabe ao pesquisador primeiramente fazer uma análise teórica de seu objeto inserido em sua prática social e demonstrar o problema social relacionado ao objeto para assim observar o/os discurso/os que reforçam o problema social e, por meio da análise do discurso, revelar suas ideologias subjacentes e, se possível, mostrar caminhos para a superação do problema, tendo sempre objetivos emancipatórios.

Nesse sentido, professa Van Dijk (2013, pp. 355-356):

Deve-se reforçar também que a ACD e a análise do discurso não são “métodos” que podem ser aplicados diretamente ao estudo dos problemas sociais. A análise do discurso é uma disciplina transversal com várias subdisciplinas e áreas, cada uma com suas próprias teorias, instrumentos descritivos ou métodos de investigação. A ACD não fornece um método pronto para o estudo dos problemas sociais, mas enfatiza que, para cada problema social, é preciso realizar uma análise teórica completa de tal modo que o analista seja capaz de selecionar das estruturas sociais e discursivas as que devem ser analisadas e relacionadas. Além disso, métodos concretos de pesquisa estão sujeitos a uma perspectiva e às propriedades do contexto da investigação: objetivos, participantes, ambiente, usuários, suas crenças e seus interesses.

Embora tanto Van Dijk, quanto Fairclough sempre apresentem reservas quanto ao uso da expressão “método”, ambos reconhecem a necessidade de guias para que o analista

formule seu disposto próprio. Dessa maneira, Fairclough oferece uma estrutura analítica – “aparato de análise” – para auxílio e orientação aos pesquisadores para a condução de trabalhos que adotem a ACD.

Quadro 1 Estrutura de Análise

1) Dar ênfase a um problema social (atividade, reflexividade)		
2) Identificar obstáculos para que o problema seja resolvido, pela análise	a) análise da conjuntura (da rede de práticas do qual o problema está inserido)	
	b) análise da prática particular	(i) práticas relevantes
		(ii) Relações do discurso com outros momentos da prática
	c) análise do discurso (a semiose em si)	(i) análise estrutural (ordem do discurso)
		(ii) análise interacional
		(iii) análise interdiscursiva
		(iv) análise linguística
3) Considerar se a ordem social (rede de práticas) em algum sentido é um problema ou não; Função do problema na prática		
4) identificar possíveis maneiras de superar os obstáculos		
5) reflexão crítica sobre a análise		

Fonte: Adaptado de Fairclough e Melo (2012) e Resende e Ramalho (2006)

Uma característica-chave desse esquema é a combinação de elementos (2) e (4), pois associa o problema – na condição de ciência social crítica, por conseguinte, sob a ótica dos excluídos socialmente, dos sujeitos a relações opressivas –, mas também identifica as possibilidades de enfrentamento e resolução (FAIRCLOUGH; MELO, 2012), confirmando, assim, o caráter emancipatório da ACD.

O esquema de cinco pontos demonstrado acima será o guia geral de nossa análise. É necessário também um detalhamento de quais categorias podem ser observadas na análise “do discurso em si”, o item “c” do elemento 2. Para auxílio na tarefa da análise do item “c”, utilizaremos a tabela abaixo para nosso auxílio:

Tabela 3 Categorias da análise linguística

Antítese	Estabelece contrastes e cria diferenças - frequentemente marcados por um movimento do positivo para o negativo, ou vice-versa ("x não y") -, "envolve
----------	---

	todas as pessoas, e não apenas algumas", "não se refere à cidadania, mas à pobreza", por exemplo.
Equivalência	Reduz diferenças, utilizando listas ou substituições, como se fossem sinônimos.
Colocação	Coocorrências entre palavras em um texto. Podem ser identificadas pela frequência com que um adjetivo é utilizado para modificar um substantivo ("novo universalismo", por exemplo) ou pela relação usual entre uma condição e o verbo que expressa a ação sobre ela ("combater ou prevenir ou aliviar a pobreza", por exemplo).
Excesso de Palavras	Proliferação de diferentes palavras na mesma área de significado. Pode ser indicativo de preocupação ideológica intensiva.
Metáfora	A escolha da metáfora pode ser socialmente significativa - "o mercado está nervoso" é um exemplo conhecido de todos, que confere propriedades humanas a uma reificação.
Modalidade	Expressa nível de compromisso e pode ser de dois tipos - pretensão de verdade ("não existe futuro fora da globalização", por exemplo) ou obrigação ("não podem ocorrer relações comerciais fora dos tratados de comércio", por exemplo).
Tom	Declarativo, interrogativo ou imperativo.
Nominalização	Apresenta um processo como um nome ("a mudança é inevitável", por exemplo), tornando-o genérico e vago ("o que está mudando, de que modo, em que período de tempo, quem promove a mudança?").
Voz passiva/Transitividade	Omite os atores, podendo fazê-lo por vários motivos: talvez seja óbvio, talvez seja um modo de ofuscar a agência e a responsabilidade. O maior interesse está em perceber que se omitem os atores, podendo fazê-lo porque são óbvios ou porque há intenção de ofuscar os agentes e responsabilidades.
Pressuposição	De modo implícito toma as coisas como dadas. Algumas vezes, a pressuposição é mero senso comum. Em outras, no entanto, é altamente questionável ("a flexibilização das relações de trabalho é uma exigência do mercado" pressupõe que o mercado coloca uma exigência e que o mercado possui existência própria, por exemplo).
Ethos - Estilo	(Formas sutis de argumentação persuasivas que jogam com as relações de poder, apelam à emoção) Estilos devem ter a ver com o desempenho geral: com identidades políticas e valores: com o modo como atinge o consenso; como ele representa o mundo social, o processo governamental e político; como projeta a identidade particular de valores específicos.
Interdiscursividade	Referência à alguma palavra-chave - como por exemplo: crescimento econômico, desemprego etc. - com possíveis destaques a alguma "inevitabilidade";
Símbolos	Presença de símbolos positivos: contratos são relações de trabalho modernas, o negativo é o CLT é antiga, ultrapassada.

Definições	Definição encontrada no discurso: flexibilidade é liberdade; governar é privatizar. O governador é um administrador conciliador
------------	---

Fonte: Adaptado de Misoczky, 2005, Misoczky; Ferreira, 2005; Santos; Marquesan, 2018 e Salles; Dellagnello, 2019.

Além dos aspectos dos cinco elementos propostos no aparato de análise de Fairclough, devemos considerar que a crítica da ordem do discurso está estreitamente ligada ao desvelamento da ideologia neoliberal presente nas estruturas de poder. Conforme já dissemos anteriormente, com base em Fairclough (1995), o referencial teórico-metodológico da ACD relaciona-se diretamente com a crítica ao novo capitalismo e à sua ideologia e considera que os instrumentos discursivos, principalmente, são veículos de reprodução da estrutura de dominação e, portanto, necessitam de pesquisa crítica.

Em “discurso e mudança social”, Fairclough (2008) declara que seu entendimento a respeito de ideologia é uma posição semelhante à de Thompson (2011, p. 378), para quem:

No nível da análise sócio-histórica, a preocupação com a ideologia orienta [...] a atenção em direção às relações de dominação que caracterizam o contexto dentro do qual as formas simbólicas são produzidas e recebidas. [...] relações de dominação são um tipo particular de relação de poder; existem relações de poder que são sistematicamente assimétricas e relativamente duráveis. Entre as assimetrias que são mais importantes e mais duráveis nas sociedades modernas, estão aquelas baseadas nas divisões de classe, gênero, etnia e estado-nação, elas são alguns dos elementos que estruturam as instituições sociais e os campos de interação.

Os modos gerais de operação de ideologia de Thompson são componentes constitutivos da ACD faircloughniana, conforme explicita Fairclough (2008). Dessa forma, além dos aspectos linguísticos, utilizaremos o arcabouço de Thompson (2011) para a análise dos modos de operação de ideologia nos corpora selecionados, descrito no quadro abaixo.

Quadro 2 Modos gerais de operação da ideologia

Ideologia e Discurso	
Modos gerais de operação da ideologia	Estratégias típicas de construção simbólica

Legitimação: relações de dominação são representadas como legítimas	Racionalização: uma cadeia de raciocínio procura justificar um conjunto de relações
	Universalização: interesses específicos são apresentados como interesses gerais.
	Narrativização: exigências de legitimação inseridas em histórias do passado que legitimam o presente.
Dissimulação: relações de dominação que são ocultadas, negadas ou obscurecidas	Deslocamento: deslocamento contextual de termos e expressões
	Eufemização: valoração positiva de instituições, ações ou relações
	Tropo: sinédoque, metonímia, metáfora
Unificação: construção simbólica de identidade coletiva	Padronização: um referencial padrão proposto como um fundamento partilhado
	Simbolização da unidade: construção de símbolos de unidade e identificação coletiva
Fragmentação: segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	Diferenciação: ênfase em características que desunem e impedem a constituição de desafio coletivo
	Expurgo do outro: construção simbólica de um inimigo
Reificação: retração de uma situação transitória como permanente e natural	Naturalização: criação social e histórica tratada como acontecimento natural
	Eternalização: fenômenos histórico-sociais apresentados como permanentes
	Nominalização/passivização: concentração da atenção em certos temas em prejuízo de outros, com apagamento de atores e ações.

Fonte: Resende e Ramalho (2006) com base em Thompson (2011).

Eleger a ACD na condução de uma pesquisa significa estudar os efeitos sociopolíticos do discurso organizacional e examinar como ele atua como um recurso cultural, uma vez que o discurso como campo de estudo é “difuso” e abrange uma série de abordagens que são construídas por uma grande variedade de disciplinas (VAN DIJK, 1993), assumindo que o discurso produz objetos de conhecimento, identidades sociais e relações entre pessoas, e, por fim, entender que as práticas comunicativas devem ser

examinadas tendo em vista as formas que estas contribuem para o processo contínuo da organização e da constituição da realidade social (FAIRCLOUGH; WODAK, 1998).

Isso demanda um grande esforço do pesquisador. Nesse sentido, adverte Van Dijk (1993) que uma análise de discurso feita de forma crítica é um enorme desafio que requer verdadeira multidisciplinaridade, além de ter de dar conta de uma intrincada relação entre fala, texto, poder, sociedade, cognição social e cultura em que seus critérios de adequação não são apenas descritivos, observacionais ou mesmo explanatórios, sua relevância e efetividade devem ser medidas de acordo com sua capacidade de contribuição para a mudança social, aos atos de resistência, particularmente ligados às lutas de classe, descolonização, movimento feminista e de direitos civis.

Por fim, é importante observar que na condução da pesquisa a ACD não pode ser utilizada apenas como uma ferramenta de análise de dados – “um método como uma espécie de habilidade transferível” – mas, sim como uma abordagem teórico-metodológica comprometida do início ao fim com seus princípios e características (FAIRCLOUGH; MELO, 2012, p. 307). Cabe destacar que tanto Gill (2008) quanto Faria (2015) fazem a mesma advertência para outras vertentes de Análise de Discurso (AD), ressaltando que sempre devem ser consideradas seus aspectos epistemológicos e seus princípios orientadores, não podendo utilizá-las, portanto, como simples “ferramentas adquiridas em prateleiras”.

TERCEIRA PARTE: PRODUÇÃO ANALÍTICA

Diante da Lei está um guarda. Vem um homem do campo e pede para entrar na Lei. Mas o guarda diz-lhe que, por enquanto, não pode autorizar lhe a entrada [...] Antes de morrer, acumulam-se na sua cabeça as experiências de tantos anos, que vão todas culminar numa pergunta que ainda não fez ao guarda [...]

– “Que queres tu saber ainda?”, pergunta o guarda. – “És insaciável”.

– “Se todos aspiram a Lei”, disse o homem. – “Como é que, durante todos esses anos, ninguém mais, senão eu, pediu para entrar?”.

O guarda da porta, apercebendo-se de que o homem estava no fim, grita-lhe ao ouvido quase inerte:

– “Aqui ninguém mais, senão tu, podia entrar, porque só para ti era feita esta porta. Agora vou-me embora e fecho-a”.

Kafka – O processo

Seguindo a lógica expositiva planejada, que se iniciou com a construção das bases teóricas sobre o objeto – primeira parte – e das questões metodológicas-procedimentais – segunda parte –, neste bloco são demonstrados os resultados referentes à análise crítica dos discursos dos *corpora* selecionados. Assim, buscamos fazer a conexão entre as questões teóricas-epistêmicas mais amplas – que apontaram para o objeto em perspectiva histórica – e algumas das suas manifestações particulares, especificamente em sua complexidade discursiva.

1 O DISCURSO FLEXÍVEL DA REFORMA TRABALHISTA

Neste ponto é feita a aplicação do dispositivo analítico discutido no capítulo anterior, considerando a estrutura de análise, os modos de operação da ideologia e as categorias analíticas do discurso.

1.1 Um problema social: práticas flexíveis no Brasil

O processo de precarização flexível perpassa o mundo do trabalho de forma transnacional. Embora haja especificidade nos níveis nacionais, as práticas flexíveis estão presentes nas relações sociais do chamado “mundo globalizado”, como uma ordem imposta.

A “ordem do discurso” que orienta, indica o sentido/direção, das práticas está evidenciado, por exemplo, no relatório de emprego e crescimento do Banco Mundial (WORLD BANK, 2018, p. 68) que enfatiza que devem ser efetuadas mudanças na legislação brasileira, abrindo espaço para a terceirização e contratos temporários, para dar maior flexibilidade aos contratos, abrindo espaço para negociações coletivas, abolindo contribuições sindicais obrigatórias e “tornando os sindicatos mais ágeis e passivos de responsabilização”.

Temos assim, no relatório do Banco Mundial exteriorizado, o léxico neoliberal internacional. As palavras que devem ser repetidas estão colocadas: terceirização, contratos temporários, flexibilidade, agilidade, trabalhadores “passíveis de responsabilização” (enfraquecimento dos sindicatos). Neste ponto cabe citar algumas das práticas flexíveis demonstradas no Mapa Conceitual desta pesquisa:

- a) o trabalho parcial e/ou temporário;
- b) a desespecialização e/ou polivalência do trabalhador; o fatalismo econômico;
- c) a santidade dos contratos;
- d) a terceirização ampla e irrestrita; e
- e) a desregulamentação das relações de trabalho e o esvaziamento dos Estados.

Não é texto do Banco Mundial que está aqui sob análise do discurso. O que é digno de nota é que desse tipo de instituição que parte, de forma objetiva e expressa, a “ordem do discurso”, ou seja, as orientações para a ação. Tal relatório diz, entre outras coisas, que o Brasil entendeu a “urgência” de promover as “reformas necessárias” para reduzir os “custos de se fazer negócios”.

De acordo com Krein (2018, p. 79), a partir dos anos 1980 na Europa e 1990 no Brasil, iniciou-se a “tendência de fragilização da regulação pública em favorecimento da regulação privada, em que o trabalhador fica mais exposto aos mecanismos de mercado na determinação de suas condições de sobrevivência”.

Na mesma linha, segundo Druck (2016), a terceirização no Brasil ganhou força durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC). Nesse período foi considerado constitucional que o governo federal contratasse por meio de organizações sociais - fundações, Organizações Não Governamentais (ONGs), cooperativas - serviços nas áreas de educação, saúde, cultura, tecnologia, meio ambiente, ou seja, atividades principais da máquina pública. Foi uma vitória neoliberal, transferindo fundos públicos para organizações privadas que podiam contratar e demitir trabalhadores sem os mesmos direitos que aqueles que exercem cargos públicos.

Segundo Pochmann (2009), as reformas neoliberais causaram rápida deterioração no tecido social do Brasil. As reformas propagadas pelo Consenso de Washington foram rapidamente aceitas e diminuíram os ganhos sociais e das políticas trabalhistas em favor “políticas de mercado”. Houve uma agenda de diminuição de direitos trabalhistas possibilitando o uso de “contratos”, e adotando maior flexibilidade no mundo do trabalho. O marco foi o plano Real adotado em 1994 pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que subordinou as políticas sociais às estratégias da política macroeconômica.

Ainda conforme Pochmann (2009), a despeito do discurso de modernização econômica, o crescimento do PIB foi modesto. Apenas 2%, em média, nos anos 1990, que fez com que os setores financeiros requeressem ainda mais recursos públicos. O governo se endividou mais, aumentou a carga tributária em mais 10% e privatizou grandes companhias, transferindo recursos públicos para privados, terceirizando também algumas funções governamentais. As políticas sociais se tornaram fragmentadas e burocratizadas, com utilização de ONGs, aumento de entidades de assistência social e uso inadequado de recursos. O caminho aberto para proteção social por meio da CF de 1988 estava com grandes obstáculos, aumentados pela reforma administrativa na segunda metade da década de 1990. Essa tendência somente foi, em parte, revertida, com a chegada ao poder do partido trabalhista (POCHMANN, 2009).

No entanto,

[...] o ano de 2017 possivelmente será conhecido como o ano em que o governo federal e o Congresso brasileiro deram um duro golpe contra os mais pobres ao aprovarem o desmonte dos direitos sociais e trabalhistas conquistados nos últimos cem anos pelo povo brasileiro.

Está em curso a implementação de um conjunto de medidas que buscam redefinir o papel do Estado e pretendem traçar um novo rumo ao País. Essas medidas estão explicitadas no documento “Uma Ponte Para o Futuro” [...], que deu base para consolidar o apoio do “mercado” ao impeachment de Dilma Rousseff em 2016, e se traduzem no congelamento do gasto público⁷² por vinte anos, nas privatizações e nas concessões à iniciativa privada, na reforma do ensino médio, na política econômica ortodoxa, na tentativa da reforma da previdência e na reforma trabalhista (KREIN, 2018, p. 77).

Na mesma linha, assevera Campos (2020, p. 58) que:

[...] desde 2015, a agenda de retirada de direitos vem ganhando expressão, com iniciativas como a votação da regulamentação da terceirização através do PL 4.302/98. Mas foi a partir do golpe de 2016, com a interrupção do Governo Dilma Rousseff, que a agenda de redução do gasto social, de reforma da previdência e de reforma trabalhista ganha impulso e concretude.

Para Krein (2018), o novo padrão de regulação estabelecido após a interrupção do Governo Rousseff proporciona situação desfavorável à classe trabalhadora e está em linha com a ordem capitalista contemporânea.

Nota-se, portanto, que as práticas flexíveis, ou neoliberais, estão sendo implantadas no país há, pelo menos, três décadas. Contudo, como aconteceu com o Chile de Allende, também foi por meio da violência (aqui, institucional de fato, mas com ameaça militar no discurso) que as reformas neoliberais puderam ser implementadas sem reservas.

1.2 A Identificação de Obstáculos: A Legitimação da Precarização

a) **Conjuntura:** a Contrarreforma trabalhista de 2017

Argumenta Krein (2018), que dado o caráter regressivo da mudança de legislação social, a chamada “reforma trabalhista” deve ser chamada de “contrarreforma”, pois tal termo pode expressar o retrocesso causado pelas mudanças institucionais.

De acordo com Krein (2018) a contrarreforma trabalhista teve como intuito legalizar práticas que já existiam no mercado de trabalho do país, ou seja, fornecer

⁷² O congelamento de gastos públicos é um estressor do processo de precarização do trabalho. Trata-se de uma particularidade que merece estudos e análise. Também tal processo foi formado por certas práticas e conformato por certos discursos. Ou seja, é parte do mesmo processo sobre o qual se debruçou esta pesquisa.

segurança jurídica às empresas. Portanto, a contrarreforma instituiu a “regulação da desregulação”, a regulação de mercado submetendo o trabalhador a um regime de insegurança, precário. Ainda conforme Krein (2018), após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, o empresariado passou a defender com maior ênfase a agenda de flexibilização das relações de trabalho.

Segundo Krein (2018), a agenda de contrarreforma trabalhista está muito presente no Brasil nos últimos vinte anos, tentando submeter as relações de trabalho à ordem econômica e política vigente. No entanto, a contrarreforma do governo Temer se destaca pela dimensão e pela rapidez com que foi aprovada, sendo, uma “consequência e expressão de um conjunto de outras mudanças em curso, que redesenham a estrutura e o tecido social brasileiro”.

De acordo com nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2017), a contrarreforma trabalhista de 2017 significou a regulamentação de “um cardápio de contratos precários, que garante ao empregador várias formas de contratação com custos menores, e conseqüentemente, menos proteção aos trabalhadores.

Entre seus mecanismos mais precarizantes, a contrarreforma trabalhista reforçou a valorização da negociação individual, o que afastou os sindicatos da solução de conflitos das relações de trabalho e deixou os trabalhadores ainda mais vulneráveis diante das organizações.

A esse respeito, o DIEESE (2017, p. 19) se manifestou da seguinte maneira:

Não há dúvida que as negociações coletivas têm papel importante na regulação das relações de trabalho no Brasil, entretanto, a existência de uma legislação trabalhista de cunho mais protetivo é necessária para assegurar um patamar mínimo de qualidade de vida aos trabalhadores. Em suma, a prevalência do negociado sobre o legislado, na ausência de outras condições necessárias à plena realização do potencial das negociações coletivas, trará elevados riscos para os trabalhadores.

Para demonstrar de forma simplificada os efeitos destrutivos da contrarreforma de 2017, apresentamos o quadro abaixo que sintetiza a regulação da desregulação e evidencia diversas práticas flexíveis:

Quadro 3 Principais elementos da reforma trabalhista = desconstrução dos direitos

eixos da reforma	principais mudanças
------------------	---------------------

Flexibilidade nas modalidades de contratação	1. Liberalização da terceirização
	2. Novas modalidades de contratação: – Ampliação do contrato temporário – Ampliação do contrato parcial – Contrato intermitente – Teletrabalho
	3. Estímulo à contratação como autônomo e Pessoa Jurídica
	4. Facilidade para demitir
	5. Redução dos gastos com a demissão
“Despadronização” da jornada	1. Flexibilidade da jornada: – Banco de horas – Compensação individual
	2. Extensão para todos os setores jornada 12 X 36
	3. Pausa amamentação será negociada
	4. Redução horário de almoço
	5. Não pagamento das horas <i>in itinere</i>
	6. Pagamento do horário produtivo
	7. Não pagamento de horas extras no home office
Remuneração variável	1. Remuneração variável
	2. Redução de salários por meio de negociação coletiva
	3. Pagamento como não salário
	4. Descaracterização do salário
	5. Parcelamento dos pagamentos
Outros aspectos das condições de trabalho	1. Permissão de mulheres grávidas ou lactantes trabalharem em ambientes insalubres
	2. Limpeza uniforme
	3. Fragilização da fiscalização

Fonte: Krein (2018)

O quadro acima demonstra, ainda que sintetizado, de forma insofismável aquilo que Oliveira e Pochmann (2020) chamaram de “a devastação do trabalho da classe do labor” no Brasil. Nesse sentido, Krein (2018, p. 99) recorre a Polanyi para advertir dos perigos sociais nefastos da deterioração do tecido social resultantes da contrarreforma:

A contrarreforma reforça a ideia de que os interesses privados prevalecem sobre direitos consagrados e a própria noção de justiça, o que é visto, muitas vezes, como um sinal evidente da inadequação da legislação. A posição vencedora, de raiz liberal, tenta desqualificar as resistências ao processo de “modernização” guiado pelo mercado e, ao mesmo tempo, argumenta contra “a alegada futilidade de um intervencionismo reacionário” (Polanyi [...]. Ainda segundo Polanyi,

trata-se não da defesa do progresso social de justiça econômica, mas do progresso social de justiça privada e seletiva, dando para a legislação reguladora um aspecto de ineficiência.

Nesse sentido, cabe lembrar que a instituição da CLT, a Consolidação das Leis do Trabalho, não foi uma dádiva deste ou daquele governo, mas o resultado de muita luta da classe trabalhadora (ANTUNES, 2006). Portanto, a narrativa da justiça do trabalho como uma entidade paternalista é apenas um subterfúgio ideológico para os crentes do mercado e para aqueles que se beneficiam da desinstitucionalização da proteção trabalhista. Dessa forma, vale a assertiva de Standing (2015) de que a classe trabalhadora deve construir sua luta para “ter direitos a ter direitos”.

Neste ponto da pesquisa é oportuno demonstrar um panorama de como estão as relações de trabalho – o “mercado de trabalho” – agora no país.

De acordo com Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2022), a taxa de desocupação no último trimestre de 2021 estava em 11,1%, o que significa, segundo o boletim, um retorno a patamares pré-pandemia.

Conforme a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022), em dezembro de 2014, fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff, a taxa de desocupados no país estava em torno de 6,6%. Na ocasião de seu *impeachment*, em agosto de 2016, período de extrema turbulência política, a taxa estava em 11,9%. A série alcançou um pico em março/2017, período imediatamente anterior à contrarreforma, de 13,9%. Um outro pico, 14,9%, ocorrem em setembro de 2020, o que demonstra, entre outras questões, o impacto da pandemia da Covid/19. Em março de 2022 o índice marca uma taxa de desocupação de 11,1%.

Quanto ao nível de subocupação da força de trabalho, ou seja, trabalhadores cuja jornada é menor do que quarenta horas semanais e reportam que gostaria de trabalhar mais horas, no segundo trimestre de 2021 o indicador apontou um recorde na série de 8,6%, que, no entanto, recuou nos trimestres seguintes e atingiu o nível de 7,7% no final de 2021. Para fins de comparação, a taxa no final de 2017 estava em 7% (IPEA, 2022). A combinação das taxas de desocupação com as de subocupação demonstra que não há diferença significativa entre 2017 (11,4%) e 2021 (11,2%).

Um outro dado causa maior preocupação: o de tempo de desocupação do trabalhador. O número de pessoas que estão desempregadas há mais de 2 anos vem crescendo desde o terceiro trimestre de 2020 e atingiu o maior valor na série, 30,2% no

final de 2021. Fato muito preocupante, pois há diminuição da chance do trabalhador se reinserir quando fica muito tempo afastado do trabalho (IPEA, 2022).

Um outro dado importante e digno de nota é o tipo de ocupação reportado na pesquisa. Houve um aumento considerável (13,1% de variação interanual em 2021) das ocupações por conta própria, aquelas em que há um nível maior de informalidade, bem como também houve aumento da ocupação por parte de empregados sem carteira de trabalho assinada. Dessarte, é possível conjecturar que a recuperação dos níveis de ocupação aos patamares pré-pandemia foi impulsionada pelos trabalhadores “não formais” (IPEA, 2022).

A respeito do aumento dos trabalhadores por conta própria, o boletim IPEA (2022, p. 32) reporta que:

[...] à medida que os trabalhadores informais e por conta própria foram retornando ao mercado de trabalho, o rendimento habitual médio foi se reduzindo, saindo de um pico de R\$ 2.857 no trimestre móvel encerrado em julho de 2020 para R\$ 2.447 no último trimestre de 2021, como mostra o gráfico 22. De certa forma, o arrefecimento do aumento da renda habitual indica o início de um retorno à normalidade do mercado de trabalho. Contudo, percebe-se que esse retorno aos movimentos habituais do mercado de trabalho ocorre em um nível de renda inferior ao observado anteriormente à pandemia. De fato, o rendimento médio real de R\$ 2.447 observado no quarto trimestre de 2021 é o menor observado na série histórica da PNAD Contínua.

Neste ponto cabe recordarmos do trabalho de Adascalitei e Morano (2016), em que foi realizado um levantamento a respeito dos efeitos das reformas nas legislações de trabalho em mais de 110 países, entre 2008 e 2014, que evidenciou que:

- a) a aprovação das reformas está positivamente associada com taxas de desemprego;
- b) há simultânea implementação de medidas fiscais;
- c) reformas nas legislações do trabalho foram as maiores intervenções implantadas utilizadas pelos governos nos anos recentes para tentar combater os efeitos negativos da crise econômica e financeira global; e
- d) examinados os efeitos de curto prazo das reformas trabalhistas nas taxas de desemprego, os resultados revelaram que desregulamentações aumentaram o desemprego no curto prazo, quando feitas durante crises, e que não tem significância estatística quando são implementadas durante períodos de estabilidade ou de expansão econômica.

Os dados apresentados pelo levantamento do IPEA (2022) corroboram os achados dos autores.

Por último, mas não menos importante, gostaríamos de evidenciar o atual estado de precarização do trabalho no país. De acordo com levantamento realizado pela empresa Tendências Consultorias a pedido do jornal O Globo (2022), o Brasil se tornou “o país do salário mínimo”, pois os “trabalhadores que ganham até o piso chegam a 38%” da massa de trabalhadores do país. Assim, de acordo com o jornal, “no fim do governo Temer, a proporção era de 30%. Criação de vagas foi acompanhada de achatamento salarial”. Temos aí o verdadeiro produto da contrarreforma trabalhista.

b) O discurso: Corpus Exame

O discurso escolhido para ser analisado é o da Revista Exame de abril de 2017. Trata-se de uma revista de publicação mensal, especializada em negócios, economia e política, pertencente ao grupo BTG Pactual. De acordo com seu perfil na rede social LinkedIn⁷³ a Exame é o “o principal veículo para desenvolvimento pessoal, profissional e empresarial no país. A marca Exame inclui o site, a revista, o aplicativo para smartphones, cursos, eventos e um serviço de análises financeiras”.

De acordo com Fairclough (2008), primeiramente deve ser considerado se a amostra da análise é uma forma específica de um discurso generalizado. Ou seja, se há a presença, no texto, da “interdiscursividade” ou “intertexto”, no sentido de “repertório”, situação em que as práticas discursivas estão em relação com a “ordem do discurso”.

A respeito do repertório utilizado, isto é, da repetição e certas “figuras-chave”, termos da vulgata neoliberal, isso fica fácil de ser observado por meio da evidência trazida por Moraes Sobrinho (2019). Por meio da AD francesa aplicada ao conjunto de notícias veiculadas Portal de Notícias da Rede Globo, G1, durante os anos de 2016 e 2017, o autor afirma que:

A análise das notícias evidenciou o *modus operandi* de como os meios de comunicação criaram a narrativa, que pela repetição e uso de termos, como “novo” em oposição ao “velho”, vão delimitando uma estratégia que aos poucos é capaz de convencer a classe trabalhadora que as mudanças profundas na reforma trabalhista são “necessárias” para o país. Cria-se a ideia de que sem a aprovação da lei não existe a possibilidade do desemprego ser reduzido (MORAES SOBRINHO, 2019, p. 229).

73 Disponível em:

https://br.linkedin.com/company/exame-com?original_referer=https%3A%2F%2Fwww.google.com%2F

[...] Ao analisar as matérias publicadas no G1, identificamos no discurso o uso da ideologia neoliberal. Os agentes econômicos buscando defender seus interesses, como, privatização, o livre mercado, flexibilização das leis trabalhistas, utilizam os meios de comunicação de massa para difundir seus ideais e o Estado conivente com o discurso modifica as leis em favor da classe dominante. No geral, o contexto dessas matérias é o de convencer a população brasileira da necessidade da aprovação da RT – haja vista a crise política e econômica instalada após as eleições presidenciais de 2014 – que, de acordo com o governo e os agentes econômicos, a RT se faz necessário para que o país volte a crescer e gerar empregos, logo o objetivo final é a aprovação da RT.... Após a aprovação o discurso vai mudando, pois não é mais necessário convencer, o que vemos são matérias discutindo sobre os “benefícios” que a lei trará, como a criação de vagas de emprego (p. 245).

O trabalho de Moraes Sobrinho (2019), portanto, selecionou um amplo *corpus* que propiciou conclusões dedutivas. O conteúdo do discurso da Revista Exame está em linha com o que foi indicado em tal trabalho, que chamaremos, doravante, de “ordem do discurso neoliberal”.

Tomamos o caminho oposto ao do trabalho mencionado e saímos do global para o particular, mais em linha com a ACD. O propósito é demonstrar o “como” do discurso. Contudo, faz-se importante, como professorado por Fairclough, localizar a prática particular na ordem dominante, na construção da hegemonia.

O discurso pode ser lido na íntegra nos anexos. O *corpus* da Revista foi caracterizado com a letra E (de Exame), e cada parágrafo foi numerado em sequência. Dessa forma, E1 diz respeito ao primeiro parágrafo da edição da Exame de abril, E2 ao segundo parágrafo e assim por diante. A numeração do *corpus* pode ser mais bem visualizada ao verificar, no anexo, o texto na íntegra com sua classificação.

c) Práticas Discursivas

O discurso sob análise se configura do tipo “discurso de mídia”. Ele possui algumas intertextualidades manifestas e, no geral, é perpassado pela ordem do discurso neoliberal. Entendemos que a Revista Exame é uma estrutura de vocalização da classe empresarial nacional. Nesse sentido, a revista é uma reprodutora no espaço nacional dos discursos da ordem global, incrementando a ordem do discurso com elementos das particularidades e especificidades nacionais.

Quanto ao *ethos*, ou ao tom do discurso, este simula o gosto empresarial por competição ou estratégia militar, utilizando expressões beligerantes em algumas

passagens, além de sentenças genéricas de tom fatalista em outras, como, por exemplo, no trecho E1: “se falhar, a recessão vai voltar”. Não identificamos a utilização de ironias ou metadiscursos⁷⁴. Dessa forma, entendemos que o discurso possui algumas simulações – sem termos identificados dissimulações – com pressupostos (neoliberais) muito claros. Entre tais pressupostos o de que são as regulações que trazem crises, além da óbvia resposta de que é o “mercado” que encontra soluções para os problemas sociais.

A prática discursiva principal é a de “municiar” – expressão que conforma o *ethos* – de seu público leitor, fornecendo um campo de enunciados que poderão ser consultados por esses quando fizerem seus discursos em entrevistas para diversas mídias, que, por meio da repetição, formarão a “aparência de um consenso”. Ou seja, é a prática de distribuição da ordem do discurso, aliada ao contexto, conforme figura do modelo tridimensional de Fairclough.

Embora não haja o uso de ironia, há a utilização de uma estratégia para dar consistência e “neutralidade” – “imparcialidade” – ao texto: a instância da intertextualidade por meio de especialistas entrevistados. Dessa forma, optamos por evidenciar logo mais alguns usos de intertexto para evidenciar as estratégias ideológicas.

A prática discursiva da revista é totalmente ideológica. Há uma eternalização do momento e a consequente a-historicização. O expurgo do outro e a fragmentação podem ser notadas diretamente na capa da revista.

No modo geral de ideologia, a matéria da revista apresenta várias categorias na dimensão “legitimação”. Nota-se também a utilização generalizada de “intertexto” (vozes de outros) para promover sua própria agenda, agindo de forma (não totalmente) velada para pressionar a classe política, conforme pode ser observado nos seguintes trechos:

E2) ⁷⁵ [...] diz o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. “Não admito a ideia de uma reforma “aguada””. O discurso é afiado, mas a batalha para aprovar as reformas está mais dura do que inicialmente se pensava – e exigirá muito de Temer e seus aliados.
--

E4) O custo de não fazer as reformas é tão grande para a classe política que gera um incentivo tremendo para que haja apoio a elas”, diz Christopher Garman, chefe de pesquisas para mercados emergentes da consultoria Eurasia.
--

E5) Não fazer a reforma da Previdência significa jogar o Brasil novamente em recessão ainda em 2017”, diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associado

⁷⁴ Forma especial de interdiscursividade em um recurso em que o autor busca “se afastar” do próprio texto como se fosse de outrem, ou outro texto (FAIRCLOUGH, 2008)

⁷⁵ Em todos os trechos recortados do *corpus* e colocados em quadros, os textos posteriores ao processo de numeração, ou seja, neste caso, após E2, representam *ipsis litteris* o conteúdo da Revista, sem nenhuma edição e mantendo os destaques. A única ação sobre os textos foi recortá-lo em trechos e numerá-los. Portanto, todos os trechos doravante seguem essa mesma orientação, incluindo os outros *corpora*.

E6) O afrouxamento de regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal gerou uma nova crise de finanças estaduais. “Quem imaginaria que, em 2017, estaríamos novamente fazendo uma renegociação da União com os estados? Parece que voltamos aos anos 90”, diz o economista Celso Toledo, diretor da consultoria LCA e colunista do aplicativo EXAME Hoje.

E9) A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”, diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho

E9) Até os sindicatos concordam com a premissa de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. “Temos de fortalecer a negociação e retirar a intervenção tão forte do Estado no assunto”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, centro de pesquisa que auxilia sindicatos.

Fonte: corpus Exame

A utilização do intertexto para a legitimação e conformação ideológica é muito visível no trecho E9 – nos dois últimos blocos. Primeiramente é feita uma narrativização da Justiça do Trabalho, apresentando-a como um órgão paternalista que trata “o empregado como vítima”. Na sequência, o *grand-finale*: alguém “do outro lado”, ou seja, do sindicato, para corroborar e legitimar a agenda.

Outras formas de propagar a ideologia são utilizadas. Para a demonstração, utilizaremos o esquema fornecido por Rezende e Ramalho (2006) com base em Thompson (2011).

Quadro 4 Estratégias ideológicas utilizadas Corpus Exame

Ideologia e Discurso	
Modos gerais de operação da ideologia	Estratégias típicas de construção simbólica
<p>Legitimação: relações de dominação são representadas como legítimas</p>	<p>Racionalização – E6: Num cenário otimista, se as propostas de mudanças encaminhadas vingarem, mesmo com um mandato curto, o governo Temer se destacará entre os mais reformistas das últimas décadas. Desde o início dos anos 90, o Brasil passou por sucessivas reformas. A abertura comercial dos anos Collor, a estabilização da inflação iniciada no governo Itamar Franco e os programas de privatização de Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para modernizar o país.</p>
	<p>Universalização - E6: Fazer reformas, portanto, significa liberar o crescimento potencial representado. Cada uma das mudanças feitas foi importante, mas a lista de disfunções na economia brasileira pedia – e pede – muito mais consenso.</p>
	<p>Narrativização - E6: O afrouxamento de regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal gerou uma nova crise de finanças estaduais. “Quem imaginaria que, em 2017, estaríamos novamente fazendo uma renegociação da União com os estados? Parece que voltamos aos anos</p>

	90”, diz o economista Celso Toledo, diretor da consultoria LCA e colunista do aplicativo EXAME Hoje.
Dissimulação: relações de dominação que são ocultadas, negadas ou obscurecidas	Deslocamento – E7: Em 31 de março, Temer sancionou uma mudança histórica: a regulamentação da terceirização ⁷⁶ . Segundo a nova lei, qualquer atividade de uma empresa pode ser terceirizada, acabando com a divisão entre atividade-fim e atividade-meio, peculiaridade brasileira que dá margem à insegurança jurídica ⁷⁷ .
	Eufemização - E7: Em 31 de março, Temer sancionou uma mudança histórica: a regulamentação da terceirização.
Unificação: construção simbólica de identidade coletiva	Padronização- Capa: o futuro da economia brasileira.
	Simbolização da unidade – E1: Se falhar, a recessão vai voltar.
Fragmentação: segmentação de indivíduos e grupos que possam representar ameaça ao grupo dominante	Diferenciação- Capa: barulhentos grupos de interesse que querem impedir mudanças.
	Expurgo do outro ⁷⁸
Reificação: retração de uma situação transitória como permanente e natural	Naturalização - E6: A abertura comercial dos anos Collor, a estabilização da inflação iniciada no governo Itamar Franco e os programas de privatização de Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para modernizar o país.
	Eternalização - E4: O avanço da agenda de reformas é fundamental para o Brasil retomar o crescimento. Sem elas, é certo que a crise voltará a se aprofundar.
	Nominalização/passivização – E9: Hoje, os acordos já são previstos na lei, mas esbarram na rigidez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, trabalhadores insatisfeitos com os acordos entram na Justiça de forma individual, fazendo valer a CLT e anulando o que foi combinado pela maioria dos colegas com os patrões. “A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele.

Fonte: Categorias: adaptado de Resende e Ramalho (2006) e Thompson (2011)
Conteúdo: Corpus Exame

⁷⁶ Obs.: evidencia-se aqui o uso da expressão “regulamentação” como algo positivo.

⁷⁷ Destacamos a expressão “peculiaridade brasileira”. Trata-se, obviamente de um sofisma. Nesse sentido, trazemos o Analista de Discurso Marx (2017 a, p. 323) em nosso apoio: “Na verdade, esse tipo de “sofística” sabe melhor do que Protágoras como fazer do branco preto e do preto branco, e melhor que os eleatas sabe demonstrar *ad óculos* a mera aparência de todo o real”

⁷⁸ Permeia todo o discurso. Em algum momento o outro aparece como “barulhento grupo de interesse”, ou é utilizada alguma fala descontextualizada de um dirigente sindical para legitimar todo o discurso.

Conforme pode ser observado no quadro acima, há diversas estratégias utilizadas pelo discurso para a promoção da desconstrução das regulações. A ordem do discurso está dada, a orientação para a ação mostra o que deve ser dito e, em contrapartida, o que não deve ser dito.

Dando continuidade à análise, observamos neste ponto a capa da revista objeto de investigação.

Figura 4 Capa da Revista Exame



Ao centro, colocadas por sobreposição, há duas ferramentas que simbolizam o trabalho de reformas, acompanhadas logo abaixo da frase “o ano das reformas”, em caixa alta e cor amarela, fazendo par, assim, com o nome do veículo de mídia exposto na parte de cima da capa. O exogrupo é apresentado: barulhentos grupos de interesse. Contudo, não se faz a nomeação expressa, sendo então tal grupo de interesse barulhento (pressuposto) o formado por trabalhadores e sindicalistas, ou, em geral, a todos aqueles contrários às reformas. Lobbies, empresários e políticos de ocasião não são “grupos de

interesse”, tampouco barulhentos. Importa salientar que o endogrupo está ausente da capa, pois são eles os “modernizadores”. Dessa forma, temos na capa a categoria da Transitividade (omissão de atores). O uso de expressões como “mudança”, “reformas” ou “em jogo, o futuro da economia brasileira”, são formas abertas daquilo que Bourdieu chama de fatalismo econômico em uma indisfarçada pretensão de verdade. Do ponto de vista da retórica: salientamos o uso da palavra “pauta” ao tratar do tema austero, isto é, as reformas previdenciárias e trabalhistas; e da palavra “jogo”, para denotar o risco, a falta de seriedade (daqueles contrários à reforma), no que tange ao “futuro da economia”.

Após a análise da capa, seguimos para o conteúdo da revista. Começamos pelo trecho E1 disposto logo abaixo.

E1: A BATALHA DAS REFORMAS – Impopular e apossado por denúncias, o governo Temer tenta passar uma agenda ambiciosa de mudanças. Se falhar, a recessão vai voltar.

Fonte: corpus Exame

Há em diversos lugares do texto, como pode ser verificado no exemplo retirado de E1, “a batalha das reformas”, um conjunto lexical de terminologias bélicas, que constroem um cenário de guerra, com ênfases em catástrofes, consequências irreparáveis, urgência da pauta, em que não é possível para debater ou discutir, ou ouvir outros setores, passando a sensação para o leitor que, caso a reforma não seja efetuada, será a ruína.

Destacamos também no trecho acima uma sentença genérica e em um tom retórico fatalista: se falhar (sujeito: governo Temer), a recessão irá voltar. O predicado do sujeito é: impopular, pois apossado por denúncias. Contudo, possuidor de uma “agenda ambiciosa”. Destacamos o aspecto semântico de “ambiciosa”, que tenta passar uma imagem de arrojo, ousadia, atrevimento, como é constantemente usada tal palavra no jargão empresarial. Faz parte do léxico neoliberal. Outro sentido, no entanto, para a palavra – seu sentido primeiro – é “desejo desmedido de lucro”, “pretensão”.

E2: Após ficar meses restrita aos círculos de políticos, empresários e analistas, a discussão sobre uma agenda de reformas para o país começou a ganhar as ruas nas últimas semanas. Os ânimos foram insuflados especialmente com a aprovação no Congresso do projeto de lei que libera a terceirização de atividades das empresas, no dia 22 de março. Daí por diante, o que para muitos era mera abstração virou algo concreto. No buscador do Google, o termo “terceirização” atingiu o pico histórico de pesquisa, e o barulho dos opositores à lei começou a se propagar. Sindicatos já haviam convocado um dia de greve geral na semana que antecedeu a aprovação da lei, afetando a vida de milhões de pessoas país afora. Em 31 de março, os manifestantes voltaram às ruas de diversas capitais para protestar contra as mudanças propostas por Temer. Uma nova parada geral está sendo apontada para 28 de abril. Enquanto as manifestações públicas ganham corpo, o governo corre contra o tempo para aprovar as reformas no Congresso – o prazo é até o fim do ano, antes que estoure de vez a disputa eleitoral de 2018. Em Brasília, a vitória apertada da

terceirização na Câmara serviu de alerta. O resultado – 231 a favor e 188 contra – mostrou a necessidade de reforçar a articulação política para angariar apoio naquela que é considerada pelo governo sua principal batalha: a reformulação da Previdência Social, para qual são necessários 308 votos entre 513 parlamentares. Nas últimas semanas, os deputados, mesmo os da base aliada, vêm mostrando crescente desconforto com os termos de mudança no regime aposentadorias. Mais de 160 emendas foram enviadas à comissão que trata da matéria. As negociações estão a todo vapor. “A reforma da Previdência é o centro de nossas prioridades e estamos dedicando todo o nosso empenho à sua aprovação”, diz o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. “Não admito a ideia de uma reforma ‘aguada’.” O discurso é afiado, mas a batalha para aprovar as reformas está mais dura do que inicialmente se pensava – e exigirá muito de Temer e seus aliados.

Fonte: corpus Exame

O trecho é iniciado demonstrando o “círculo restrito” (podemos entender que é uma “elite”?) que tratava da reforma: empresários, políticos (subentendido de direita) e especialistas (expressão tecnocrática fetiche e parte da vulgata neoliberal). Logo na sequência podemos perceber o uso da voz passiva em “os ânimos foram insuflados”. Gostaríamos de destacar a expressão “o que para muitos era mera abstração virou algo concreto”. Em que tal concreto está a se referir a proposta da reforma, e não ao concreto do real da vida e das relações de trabalho, da precarização social que tais reformas poderiam acarretar, portanto, tal concretude é vaga, incorpórea e genérica, distante do que poderíamos entender por concreto.

No trecho “Sindicatos já haviam convocado um dia de greve geral na semana que antecedeu a aprovação da lei, afetando a vida de milhões de pessoas país afora”, podemos notar o uso ideológico na forma como descreveu Eagleton (1987, p. 28): “uma verdade enquanto fragmento de linguagem, mas não enquanto peça de discurso”, isto é, pode indicar algum fato da particularidade enquanto oculta conexões da totalidade.

Em outra passagem é expresso que “o barulho dos opositores à lei começou a se propagar”. No círculo dos iluminados que “sabem lidar com abstrações”, o silêncio dos “sábios”; na concretude imediata dos não iluminados, o “barulho da turba”. Operando, dessa forma, uma legitimação dos que sabem o que “é melhor para o país” de um lado (os da elite); e aqueles que têm interesses mesquinhos do outro (sindicalistas e demais grupos ligados à defesa do trabalho).

No trecho “a vitória apertada da terceirização na Câmara serviu de alerta”, e mais à frente, “batalha” e “vêm mostrando crescente desconforto”, é possível perceber a retórica de luta (ou jogo) que denota o desejo/interesse de classe. O alerta é para a classe que explora o trabalho. Tem-se aí o *ethos*/identidade, pressuposição e o uso da modalidade ao exprimir pretensão de verdade e de obrigação (do governo para com a classe ociosa/capitalista).

Mais à frente a modalidade torna-se explícita com o intertexto do nominado chefe da Casa Civil em “A reforma da Previdência é o centro de nossas prioridades e estamos dedicando todo o nosso empenho à sua aprovação” e “não admito a ideia de uma reforma “aguada”. Pode-se perceber também o uso de metáfora em “aguada” denotando que o governo deseja uma reforma ampla, ou seja, profunda desregulação das relações em consonância com as práticas neoliberais. Por fim, no trecho “O discurso é afiado, mas a batalha para aprovar as reformas está mais dura do que inicialmente se pensava”, pode-se notar a presença da alegoria de guerra, que conforma o *ethos* geral do objetivo performativo do discurso quando ligados às representações da mudança.

E4: Mas é preciso reconhecer: mesmo com tantos fatores contrários, Temer pôs em marcha uma agenda agressiva. O que motiva o ímpeto reformista é o senso de sobrevivência da classe política brasileira. O país ainda tenta superar os resquícios da maior crise econômica de sua história. Os últimos dados oficiais sacramentaram um encolhimento de 7,2% do produto interno bruto no conjunto de 2015 e 2016. O avanço da agenda de reformas é fundamental para o Brasil retomar o crescimento. Sem elas, é certo que a crise voltará a se aprofundar. E, com isso, as chances de deputados, senadores e governadores ficarão mais limitadas nas eleições de 2018. “O custo de não fazer as reformas é tão grande para a classe política que gera um incentivo tremendo para que haja apoio a elas”, diz Christopher Garman, chefe de pesquisas para mercados emergentes da consultoria Eurasia. “Por isso atribuímos uma probabilidade alta à aprovação das principais medidas.”

Fonte: corpus Exame

Gostaríamos de começar evidenciando algumas categorias teóricas que podemos identificar no trecho acima antes das categorias analíticas de linguagem. O fatalismo econômico aparece em “a crise voltará a se aprofundar”. Também podemos notar a ordem do discurso em “o custo de não fazer as reformas é tão grande para a classe política que gera um incentivo tremendo para que haja apoio a elas”.

Com relação às categorias de análise de linguagem, no início de E4 é utilizada a antítese contrastando os problemas do Governo Temer (que estão em E3) com a “marcha” de uma “agenda agressiva”. Temos aqui também o mesmo fenômeno que foi utilizado para a palavra “ambição”. Agressividade por um truque retórico se movimenta do polo negativo para o positivo, significando “arrojado”, “corajoso”. Destacamos também a interdiscursividade presente em “a maior crise econômica”, além da chamada para a definição em “é preciso reconhecer, mesmo com tantos fatores contrários”.

Em “a maior crise econômica da história” e “é certo que a crise voltará a se aprofundar”, é possível verificar novamente a modalidade e nominalização num tom declarativo e imperativo, que não admite ambiguidade ou refutação. Logo mais à frente é usado o intertexto trazendo uma autoridade que vaticina que “o custo de não fazer as reformas” é grande, contudo, não indica quais custos são esses, que tipo de perda de apoio

político a “classe política” teria. Cabe também destacar que “maior crise da história” e “a crise voltará a se aprofundar” são exemplos de interdiscursos e de fatalismo econômico.

É possível citar a presença do símbolo em “o avanço da agenda de reformas é fundamental para o Brasil retomar o crescimento”. Em que o símbolo é o crescimento econômico em contraste com a sentença genérica “a crise voltará a se aprofundar”. Dessa forma é construída uma antítese em conjunto com modalidade.

E5: EFEITO CASCATA - Como disse o ministro Padilha, na lista de propostas do governo, a Previdência é a número 1. “Não fazer a reforma da Previdência significa jogar o Brasil novamente em recessão ainda em 2017”, diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB Associados. A lógica é que, sem a reforma, o governo teria dificuldade em controlar as contas, e a dívida pública continuaria a crescer aceleradamente, aumentando o risco de calote. O efeito no curto prazo seria o aborto da incipiente volta da confiança dos investidores e das empresas. Investimentos ficariam congelados, levando a uma nova espiral de incerteza quanto ao futuro – desarranjo que o Brasil conheceu bem nos últimos dois anos. De acordo com uma estimativa da MB, com a reforma da Previdência, o Brasil poderia crescer em 1% em 2017 e 2,6% em 2018. Sem ela, a economia recairia no negativo. Em março, a agência de classificação de risco Moody’s mudou a perspectiva da nota brasileira de negativa para estável. Foi uma promoção, mas, segundo a agência, a nota pode piorar se as autoridades não reverterem as condições que levaram ao crescimento da dívida pública.

Fonte: corpus Exame

O fatalismo econômico salta aos olhos em “jogar o Brasil novamente em recessão ainda em 2017”. Mais adiante alguns termos do léxico neoliberal como “risco de calote”, “o governo teria dificuldade em controlar as contas”, “confiança dos investidores e das empresas”.

No bloco E5 destacamos o uso de metáfora em “aborto da incipiente volta da confiança”, “investimentos congelados” e “espiral de incerteza”. Tais metáforas reforçam o ideário do fatalismo econômico pressupondo tipos de comportamentos. Cabe dizer que não há dados de investimentos no Brasil, nem se tratam de investimentos de “planta” ou investimentos de compras de ativos. Nenhum assunto mais sofisticado de economia é tratado como a complexidade da produção, tipos de investimento, balanço de capitais, ou similares. Trata-se, portanto, apenas de retórica vazia para legitimar a crença nos mercados. Outra vez é utilizada a estratégia de fatalismo econômico em “a nota pode piorar se as autoridades não reverterem as condições que levaram ao crescimento da dívida pública”.

E6: Num cenário otimista, se as propostas de mudanças encaminhadas vingarem, mesmo com um mandato curto, o governo Temer se destacará entre os mais reformistas das últimas décadas. Desde o início dos anos 90, o Brasil passou por sucessivas reformas. A abertura comercial dos anos Collor, a estabilização da inflação iniciada no governo Itamar Franco e os programas de

privatização de Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para modernizar o país. Iniciativas mais pontuais também ajudaram a corrigir problemas crônicos. Por exemplo: a medida adotada em 2004, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, para facilitar a retomada de um automóvel financiado, em caso de inadimplência, permitiu a redução dos juros no financiamento e a expansão do mercado de carros ao longe de uma década. Fazer reformas, portanto, significa liberar o crescimento potencial representado. Cada uma das mudanças feitas foi importante, mas a lista de disfunções na economia brasileira pedia – e pede – muito mais consenso. E, pior, após a crise mundial de 2009, parte das conquistas recentes foi anulada. “As reformas que estão sendo propostas tentam corrigir medidas equivocadas dos últimos dez anos”, diz o economista Marcos Lisboa, presidente da escola de negócios Insper e membro da equipe do Ministério da Fazenda que fez reformas microeconômicas no primeiro mandato de Lula. O afrouxamento de regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal gerou uma nova crise de finanças estaduais. “Quem imaginaria que, em 2017, estaríamos novamente fazendo uma renegociação da União com os estados? Parece que voltamos aos anos 90”, diz o economista Celso Toledo, diretor da consultoria LCA e colunista do aplicativo EXAME Hoje. Agora, o governo Temer começa a ser comparado a um dos períodos mais produtivos em termos de reforma, sua chance de aprovação e os problemas que tentam solucionar.

Fonte: corpus Exame

É possível destacar no início do bloco uma definição “entre os mais reformistas do Brasil”. Está ligada a um pressuposto de que a reforma é um prêmio político, um emblema que adjectiva o governo. Mais à frente temos o símbolo “estabilização da inflação e programas de privatização [...] foram fundamentais para modernizar o país”. Temos assim a fórmula “reformas = modernização” o que gera um símbolo e uma definição. Cabe dizer que também nesse trecho é possível identificar o uso do vernáculo neoliberal.

Dentro do intertexto trazido em “As reformas que estão sendo propostas tentam corrigir medidas equivocadas dos últimos dez anos” temos a voz passiva e o interdiscurso que atravessa o intertexto. Temos também aí a presença da modalidade. Nota-se novamente a presença do interdiscurso em “a lista de disfunções na economia brasileira pedia – e pede – muito mais consenso”. Contudo, é mister apontar que o consenso que é expresso aqui é feito da exclusão da divergência. Assim, mais uma vez é utilizada a voz passiva em “após a crise mundial de 2009, parte das conquistas recentes foi anulada” com a interessante omissão do fato de a crise mundial da primeira década do século XXI estar ligada ao fenômeno da desregulamentação da compra de ativos (os *subprimes*). Destarte, cabe a nós perguntarmos por que tal coisa não foi dita, pois as reformas defendidas na mídia objeto de nossa crítica não são as que pedem desregulações? Nesse sentido, destacamos o trecho “O afrouxamento de regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal gerou uma nova crise de finanças estaduais”. Tal reforma, para a revista, foi um “afrouxamento”, algo bem diferente do que tal canal entende no que tange às mudanças

previdenciárias e trabalhistas. Por fim, dentro do intertexto “Parece que voltamos aos anos 90” podemos notar a categoria pressuposição.

E7: A primeira fagulha que incendiou as discussões sobre as reformas veio do campo trabalhista. Em 31 de março, Temer sancionou uma mudança histórica: a regulamentação da terceirização. Segundo a nova lei, qualquer atividade de uma empresa pode ser terceirizada, acabando com a divisão entre atividade-fim e atividade-meio, peculiaridade brasileira que dá margem à insegurança jurídica. A aprovação da proposta gerou conflitos e motivou milhares de pessoas a protestar contra a medida. “Agora há mais segurança para terceirizar qualquer elo da cadeia produtiva, desde que não haja uma relação de subordinação entre o terceirizado e o contratante”, diz a advogada trabalhista Boriska Rocha, do escritório Lobbo & de Rizzo.

Fonte: corpus Exame

Destacamos no aspecto linguístico o uso de muitas metáforas e figura de linguagem no trecho “fagulha que incendiou”. Quanto ao conteúdo ideológico, temos na primeira parte do trecho temos a “regularização flexível”, isto é, a regulamentação da desregulamentação. Há um movimento de antítese no trecho “A aprovação da proposta gerou conflitos e motivou milhares de pessoas a protestar contra a medida” que segue com um intertexto de um especialista. Devemos notar que do conflito e protesto não são dados os motivos, saindo do negativo para o positivo na frase do especialista “Agora há mais segurança para terceirizar qualquer elo da cadeia produtiva, desde que não haja uma relação de subordinação entre o terceirizado e o contratante”. Temos aí também a figura da modalidade. Cabe comentar que aqui a “regulação” é colocado como algo positivo, que dá segurança jurídica, o que destoa de todo o subentendido de todo o artigo na consideração da regulação trabalhista como algo rígido, atrasado. Dessa forma, a palavra regulação aparece aqui no campo semântico positivo.

Há novamente a presença da modalidade em “acabando com a divisão entre atividade-fim e atividade-meio, peculiaridade brasileira que dá margem à insegurança jurídica”. É possível também notar a presença do *ethos* (apelo à emoção) em um tom imperativo. Contudo, não é apresentado nenhum dado que corrobore a afirmação de que se trata, efetivamente, de uma peculiaridade brasileira.

Neste ponto cabem algumas considerações a respeito das regulações trabalhistas. No capítulo a respeito da jornada de trabalho, Marx (2017a, p. 343) destaca que a consolidação de uma jornada de trabalho é o resultado de uma luta de mais de 400 anos entre capitalista e trabalhador”, em que aquele utiliza, além do poder econômico, a coerção estatal, isto é, as instituições, pra a submissão deste.

E8: A nova lei também estendeu o período de trabalho temporário para seis meses, com possibilidade de renovação para mais três meses. O governo aposta que essa regra trata novos empregos. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, tem afirmado que 5 milhões de postos poderão surgir em dois anos. A estimativa se baseia em dados da OCDE⁷⁹, organização que reúne países desenvolvidos, nos quais a taxa média de emprego temporário é de 16% da força de trabalho. No Brasil, segundo Nogueira, é de 6%. Para ele, as reformas permitiriam elevar esse tipo de contratação para 10% do mercado de trabalho com carteira assinada, estimado em 50 milhões de postos no Brasil.

Fonte: corpus Exame

Iniciamos a análise desse bloco com esta afirmação: “O governo aposta que essa regra trata novos empregos”. Destacamos aqui que o sujeito está explícito, é o governo. O destaque é merecido pelo fato de apontar que os especialistas falam, mas é o governo o responsável, aquele a quem “culpar”. Detalhe para o uso da palavra “aposta”. Há aqui também a presença da interdiscursividade na tentativa de institucionalização da ideia de que tal regra traz novos empregos, trabalhando assim com o *ethos* do discurso e com uma modalidade oculta. Logo mais à frente é citada uma estimativa que foi baseada, conforme nos diz a revista, em dados da OCDE. Entretanto, um olhar mais atento pode perceber que não são fornecidas mais informações a respeito desses dados e nem de forma alguma é possível pressupor que tal percentual de postos temporários nos dados da OCDE são aumentos de postos devido ao aumento de produção – argumento comum de economia liberal e, dentro dessa lógica, defensável – e não postos antigos que foram precarizados. Os dados são assim fornecidos ao acaso para modalizar e fornecer um certo tipo de teologia, um fetiche numérico.

E9: A terceirização faz parte de um pacote de mudanças. Outra proposta, que está numa comissão na Câmara, dá força de lei e a acordos feitos por trabalhadores e sindicatos com empresas em 13 temas, entre eles jornada de trabalho, parcelamento de férias, intervalo de almoço e trabalho remoto. Esses pontos são motivo de incerteza para empregadores e empregos. “A tendência é que as empresas tenham mais segurança para celebrar acordos coletivos em termos controversos”, diz a advogada Cássia Pizzotti, sócia do escritório Demarest. Hoje, os acordos já são previstos na lei, mas esbarram na rigidez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, trabalhadores insatisfeitos com os acordos entram na Justiça de forma individual, fazendo valer a CLT e anulando o que foi combinado pela maioria dos colegas com os patrões. “A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”, diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Somente em 2015 a Justiça acolheu 844.000 ações sobre intervalo intrajornada e férias. Até os sindicatos concordam com a premissa de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. “Temos de fortalecer a negociação e retirar a intervenção tão forte do Estado no assunto”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, centro de pesquisa que auxilia sindicatos. “Mas, do jeito que está, o projeto vai deixar muita lacuna. Precisa de uma redação mais minuciosa.”

Fonte: corpus Exame

⁷⁹ Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

A ordem do discurso é expressa no trecho E9 em “as empresas tenham mais segurança para celebrar acordos coletivos em termos controversos”. Temos também a presença da categoria flexível “santidade dos contratos” em “a Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”. O trecho “a Justiça do trabalho trata o empregado como vítima” pode ser também categorizado como definição.

No trecho “A tendência é que as empresas tenham mais segurança para celebrar acordos coletivos em termos controversos”, trata-se de um intertexto cujo destaque vai para a palavra segurança, aqui se referindo à segurança das empresas com a mudança de uma lei que as beneficia e permita a exploração com a defesa de um aparato institucional mediada pelo Estado a seu favor. Logo a frente há o contraste com a “rigidez” da CLT. Na sequência há a presença de modalidade em “A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”, que funciona também como criação ou utilização de interdiscurso. Dessa forma, a CLT é rígida, a Justiça do Trabalho é paternalista, fazendo uma transferência da discussão a respeito de direitos para o ataque mais concreto às instituições do trabalho.

O trecho que mais merece destaque é “até os sindicatos concordam com a premissa de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. Temos de fortalecer a negociação e retirar a intervenção tão forte do Estado no assunto”. Note-se o uso da palavra “até” como advérbio de inclusão, tendo assim a função de denotar surpresa, ou o inesperado, produzindo dessa forma a sensação de “consenso”, “síntese”. Mais uma vez um ataque à institucionalidade no que se refere à proteção de direitos do trabalho. Assim, novamente legitima-se a regulação flexível.

Como vimos mais acima, quando se trata de dar “segurança aos empresários” o Estado não é paternalista e nem deve “se retirar” do assunto. Tais afirmações, segunda a revista, vêm de alguém ligado aos sindicatos, mais especificamente à DIEESE. Porém, tal afirmativa não condiz com a declaração oficial do Dieese – de 02/05/2017, data próxima da edição da revista, que foi em 12/04/2017 – expressa em seu estudo síntese a respeito da reforma trabalhista, da qual reproduzimos *ipsis litteris* suas considerações finais:

O Projeto de Lei 6.787/2016 resultará, na prática, na drástica redução de direitos e no desmantelamento do sistema de relações de trabalho que vigorou no país desde a criação da Consolidação das Leis do Trabalho, em 1943. Mais ainda, representará substancial redução do

papel do Estado em relação à proteção ao trabalhador, o que deve piorar as condições de vida e trabalho e a capacidade de negociação dos sindicatos em cenário econômico extremamente adverso. O projeto, portanto, reverte, de forma cabal, os fundamentos legais, políticos e ideológicos que orientaram, até agora, as relações entre Estado, capital e trabalho no país.

Além disso, cria uma nova forma de contrato de trabalho – o trabalho intermitente – e amplia de forma preocupante as possibilidades e condições de vigência de contratos atípicos, como o trabalho em tempo parcial. Essas medidas, somadas à liberalização generalizada da terceirização e do contrato temporário, à previsão da quarteirização e pejetização, promovida pela Lei 13.429/2017, poderão precarizar ainda mais as condições e relações de trabalho no país e ainda trazer impactos negativos sobre a arrecadação fiscal e previdenciária.

Portanto, está em curso no país um verdadeiro desmonte da legislação trabalhista e sindical, que levará a proteção social do trabalho aos primórdios do processo de industrialização do país (DIEESE, 2017b, p. 7-8).

E10: Até o fechamento desta edição, o governo pretendia embutir na proposta, cuja relatoria está a cargo do deputado federal Rogério Marinho, do PSDB, ajustes sobre a recém-aprovada terceirização. A previsão de entrega do relatório de Marinho é dia 12 de abril. Até lá, os ânimos devem continuar acirrados, uma vez que o parlamentar pretende incluir no texto o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, taxa paga por todos os trabalhadores aos sindicatos. “O Brasil tem 17.000 sindicatos, que arrecadaram 3,6 milhões de reais em 2016. Esse dinheiro não é fiscalizado”, diz Marinho.

Fonte: corpus Exame

No trecho “O Brasil tem 17.000 sindicatos, que arrecadaram 3,6 milhões de reais em 2016. Esse dinheiro não é fiscalizado” percebe-se a platitude da declaração, desprovida de qualquer fundamento, que tem a função de modalizar e criar ordem do discurso, performando um *ethos* que apela para o sentido moral da fiscalização.

E11: Há dúvida se as novas leis resultarão em menos disputas judiciais. Em relação à terceirização, diversas entidades da Justiça do Trabalho se posicionaram contra a proposta. Na questão dos acordos, é comum encontrar múltiplos entendimentos da Justiça sobre a mesma questão. Segundo a CLT, por exemplo, as empresas são obrigadas a pagar as horas de deslocamento dos funcionários quando não há transporte público até o local de trabalho. Como o tempo no transporte varia por trabalhador, os acordos coletivos costumam estabelecer um pagamento médio e compensações caso a caso, como a redução da jornada. Um levantamento da Confederação Nacional da Indústria mostrou que, somente em relação a esse item, há 17 jurisprudências distintas em tribunais estaduais do Trabalho, a maioria invalidando acordos coletivos nesse tema.

Fonte: corpus Exame

Em E11 há uma afirmação de que há entidades da Justiça do Trabalho que se posicionaram contra a proposta de reforma trabalhista. No entanto, não há nada que aprofunde tal afirmação. Na sequência é iniciada a base para a argumentação da “insegurança jurídica” das empresas frente à CLT. De maneira indireta, coloca-se CLT e Justiça do Trabalho como a mesma instituição, procurando, assim, eliminar em bloco as críticas à proposta de reforma.

E12: Dar previsibilidade à questão trabalhista é essencial para alavancar a produtividade no país. Um levantamento da consultoria Economatica mostra que 64 empresas que divulgaram o balanço de 2016 provisionaram 27 bilhões de reais para fazer frente a possíveis perdas em processos trabalhistas e tributários – dinheiro que poderia ser alocado em investimentos⁸⁰. Os tribunais brasileiros já receberam, desde a década de 40, cerca de 87 milhões de processos trabalhistas. Se os acordos coletivos passarem a valer de fato, as empresas terão segurança jurídica para operar nos moldes de países que fizeram mudanças, como a Alemanha. No início dos anos 2000, o país aprovou uma ampla reforma trabalhista e colheu bons frutos. Em 2005, o desemprego atingia 11% dos alemães. As mudanças permitiram contratações com jornada e salário reduzidos e, em 2014 o desemprego caiu para 5%. Provavelmente, a reforma não será capaz de trazer os mesmos resultados no Brasil, uma vez que a Alemanha tem um dos maiores índices de produtividade do mundo. Mas é um importante passo à frente. “Essa reforma ajudaria a atacar a fortíssima insegurança jurídica, a produtividade estagnada e a dificuldade de geração de empregos”, afirma Emerson Casali, especialista em relações de trabalho.

Fonte: corpus Exame

No início de E12 temos a presença de metáfora (que serve como pressuposição também) de “alavancar a produtividade” em conjunto com a modalidade em “previsibilidade é essencial”. Cabe ressaltar que as regras trabalhistas na CLT estão explícitas, são fortemente previsíveis, o que, já foi dito pela própria Revista anteriormente, a chamar a CLT de “rígida”.

Temos novamente o fenômeno da pressuposição em “dinheiro que poderia ser alocado em investimentos”, desconsiderando práticas entesouramento e rentismo. A expressão “segurança jurídica” surge novamente, indicando coocorrência para contrastar, gerando assim a categoria antítese, com a “insegurança jurídica” que dá base a categoria modalidade em “produtividade estagnada”, em que a palavra produtividade também está inscrita na categoria coocorrência.

Nota-se também o uso do aumentativo em “fortíssima insegurança jurídica”, para enfatizar que a regulação, a CLT, não regula, mas seu contraponto, a desregulação é que regula. Neste ponto cabe lembrar a máxima de Hegel da “coruja de Minerva” para aplicar

⁸⁰ “O direito à igual exploração da força de trabalho é o primeiro direito humano do capital” (MARX, 2017a, p. 364).

ao Direito: as leis vêm sempre após a luta política. E podemos perceber aqui que o discurso busca eternalizar e naturalizar aquilo que é histórico e social.

E13: As mudanças também parecem ecoar, em parte, a vontade popular. Uma pesquisa realizada pelo instituto Ibope/CNI mostrou que 71% dos brasileiros gostariam de ter horário de trabalho flexível, e 53%, de dividir o período de férias. Para a consultoria política Eurasia, a chance de aprovação da reforma trabalhista é de 55% a 70%. O governo quer colocar essa mudança em votação antes da previdenciária, ainda no primeiro semestre, por ser uma lei que requer maioria simples no Congresso. Seria uma forma de testar a base e cobrar os votos necessários para garantir a aprovação da “reforma das reformas”: a da Previdência.

Fonte: corpus Exame

Temos novamente a presença de coocorrência por meio da palavra “mudança/s”. Em E13 temos o arremate que traz o ethos carregado no símbolo “reforma das reformas” para tratar da Previdência. Para dar força ao arremate é trazida a vazia expressão “vontade popular”, em que ocorre a dissimulação do desejo do patronato por meio da simulação do desejo do trabalhador por meio do artifício do uso de parcialidades estatísticas. Nesse sentido, cabem as palavras de Bourdieu (1987, p. 138):

[...] omite-se frequentemente nas questões ou nas respostas propostas uma das opções possíveis, ou ainda, propõe-se muitas vezes a mesma opção sob formulações diferentes. Existem todos estes tipos de vieses e seria interessante se perguntar sobre as condições sociais que propiciam seu aparecimento.

Podemos perceber, ao longo da análise, a materialidade do argumento de Fairclough (2008, p. 94)

[...] a prática política e a ideológica não são independentes uma da outra, pois a ideologia são os significados gerados em relações de poder como dimensão do exercício do poder e da luta pelo poder. Assim, a prática política é a categoria superior. Além disso, o discurso como prática política é não apenas um local de luta de poder, mas também um marco delimitador na luta de poder: a prática discursiva recorre a convenções que naturalizam relações de poder e ideologias particulares e as próprias convenções, e os modos em que se articulam são um foco de luta.

O argumento de Fairclough fica evidenciando quando da análise da peça ideológica da Revista Exame, cujo *corpus* foi analisado. O texto performático utiliza de diversas convenções e estratégias para produzir e reproduzir aquilo que deve ser dito para a legitimação da mudança social. O texto em questão é uma boa peça de exemplo do chamado novo capitalismo e do uso da vulgata neoliberal em que a prática política não está separada da prática ideológica.

1.3 O problema e sua função social

Para iniciar esta breve discussão, trazemos um trecho de um documento do Banco Mundial a respeito da “agenda de produtividade” para o Brasil:

No ano passado, o Brasil começou a enfrentar as deficiências de suas políticas de mercado de trabalho. Em 2017, o Brasil adotou mudanças importantes em suas leis trabalhistas. O governo espera que essas mudanças - juntamente com uma nova lei que abre mais espaço para a terceirização e contratos de trabalho temporário - deem mais flexibilidade⁸¹ aos contratos firmados entre empregadores e trabalhadores, incentivando a criação de novos empregos e oportunidades de aprendizado no local de trabalho. As mudanças também visam abrir mais espaço para negociações coletivas nas empresas, abolindo as contribuições sindicais obrigatórias e tornando os sindicatos mais ágeis e passivos de responsabilização (WORLD BANK, 2018, p. 68).

Entendemos, a partir de Fairclough e Melo (2012) que a rede de práticas no qual uma questão está imersa, necessita ser problemática. Note-se que o trecho acima inicia com a afirmação de que o país possui deficiência em suas políticas de mercado de trabalho. O pressuposto é de que o “mercado necessita de mais liberdade”. Note-se que é solicitado (mandado?) que os sindicatos sejam passivos de responsabilidade. Dessa forma, desobriga-se o empresariado e incrementa a carga legal sobre os trabalhadores. É a explicitação do aparato institucional livremercadista em aberta luta de classe por meio do receituário da austeridade.

Já fizemos este debate na parte 1 deste trabalho, portanto, não o retomaremos. Mas vale, neste trecho, inserir as seguintes considerações a respeito de como as coisas são e como elas poderiam ser:

representações da mudança econômica e da nova economia global como inevitáveis são uma parte legitimadora da nova ordem social. Isso também é uma questão de ideologia. São representações e distorções parciais: concretamente, a inevitabilidade e a inexorabilidade da nova economia repousam significativamente sobre acordos intergovernamentais – sobre o comércio mundial, por exemplo – e sobre o desregramento dos mercados financeiros. O desregramento é geralmente reversível embora em alguns níveis os mercados tenham uma lógica impessoal a que todos os envolvidos devem se submeter. Não há nada que tenha sido criado socialmente que não possa ser modificado no mesmo âmbito. Essas representações e distorções que claramente contribuem para a manutenção de relações desiguais de poder são, todas elas, ideológicas (FAIRCLOUGH, MELO, 2012, p. 322-323).

⁸¹ “E proclamou-se o livre-câmbio como estrela-guia da legislação” (MARX, 2017a, p. 355).

Complementamos que não apenas o desregramento é reversível, mas, também, é possível que – contra a institucionalização (no sentido passivo) de uma ordem exploratória – seja instituída uma organização social que não seja orientada por princípios hierárquicos e nem na alienação do trabalho.

2 CONCERTO A CÉU ABERTO PARA AVES

1 A uberização e seu discurso (Grave)

a) A Uberização

Conforme discutimos em capítulos anteriores, a flexibilidade é o/a elemento/categoria estruturante da precarização flexível do trabalho. Nesse sentido, de acordo com André, Silva e Nascimento (2019, p. 8), “sob uma perspectiva marxista, a flexibilidade do trabalho pode ser entendida como mais uma estratégia do capital para ampliar suas formas de extração da mais-valia do trabalhador”. E, dessa forma, complementamos como sendo uma necessidade criada pelo imperativo de acumulação capitalista.

Entre as formas de extrair mais-valor do trabalhador estão a intensificação do trabalho, salários menores e a utilização de tecnologias gerenciais que visem aumento de produtividade transferindo custos de produção para o trabalhador. Esta última forma, por exemplo, é a empregada pela empresa Uber Technologies Inc. (Uber) em relação à força de trabalho, fazendo com que o trabalhador seja responsável por obter suas ferramentas para desenvolver seu ofício (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO, 2019).

Cabe ressaltar, contudo, que dizer que a transferência de custos de produção para o trabalhador não implica dizer, resta evidente, que outras formas de extração de mais-valor não são utilizadas por tal corporação.

A uberização – termo que faz alusão à empresa Uber – é a forma de organização do trabalho que tem como base a transferência dos custos aos trabalhadores, além dos contratos de zero-hora (*just-in-time*) possibilitados pelo dramático decréscimo dos custos de transação⁸² resultado do avanço tecnológico da área de informação (ANDRÉ, SILVA, NASCIMENTO, 2019; CASAGRANDE, ZAMORA, OVIEDO, 2021).

⁸² Decréscimos dos custos de transação gerados, entre outras coisas, pela garantia total dos direitos de propriedade às empresas de plataforma garantidas por um aparato institucional. Nesse sentido, é oportuno apontar que Williamson (1988; 2000) foi um dos precursores na defesa da necessidade de um sistema de funcionamento legal baseado em acordos com leis contratuais, ao invés de apenas uma lei geral de contratos. Dessa forma, o autor advogou por uma nova conformação teórica à economia ligado aos rearranjos produtivos ocorridos no último quarto do século anterior. A Nova Economia Institucional, no nosso entendimento, tem muito mais do que “afinidades eletivas” com o neoliberalismo. Entendemos que ela é a expressão teórica das novas formas de relações sociais do novo capitalismo assumindo, de forma explícita – o que difere a NEI de seus antecessores ligados ao *mainstream* – a necessidade de gestão do capitalismo, e implicitamente (como sujeito oculto) a necessidade do papel dirigente do Estado – enquanto um complexo de instituições hegemônicas.

Para Casagrande, Zamora, Oviedo (2021) o fenômeno uberização é muito mais profundo do que apenas a contratação “avulsa”, sob demanda. Ela “é o resultado de uma introjeção subjetiva de uma nova forma de trabalho”, bem como uma nova forma de organizar o trabalho que é utilizada por diversas outras organizações além da Uber. Esta, por sua vez, popularizou tal tipo de relação laboral.

No nosso entendimento, Casagrande, Zamora e Oviedo (2021) fornecem a melhor definição de uberização no que tange à organização produtiva: Taylorismo⁸³ de algoritmo⁸⁴ e total Toyotismo.

A uberização é o taylorismo mediado por um algoritmo que substitui, parcial ou totalmente, os gestores. Com celulares e computadores, a Administração Científica pode se aprofundar em uma escala jamais imaginada por seu precursor. Além disso, a uberização assume o toyotismo total com uma massa de trabalhadores disponíveis *just-in-time* com suas subjetividades cooptadas. Aqui, partimos da ideia de que a uberização é um fenômeno generalizável como marco (ou suporte) para a organização do trabalho⁸⁵ (CASAGRANDE, ZAMORA, OVIEDO, 2021, p. 14)

Para os autores, a uberização é o sonho toyotista:

[...] a jornada de trabalho é indefinida, e o universo laboral está sempre disponível devido ao imperativo econômico. Simultaneamente, a remuneração do trabalhador só ocorre quando ele está realizando algum

⁸³ De acordo com Casagrande, Zamora e Oviedo (2021, p. 15) o “o método taylorista baseia-se na realocação do conhecimento da produção, retirando-o dos trabalhadores e concentrando a expertise e, portanto, a direção do trabalho em uma espécie de escritório de trabalho automatizado. Taylor dividiu o trabalho em pequenas tarefas gerenciadas em tempo real, separando o trabalho entre aqueles que fizeram o físico e aqueles que fizeram o mental. Consequentemente, os trabalhadores perdem poder e autonomia em favor de uma maior eficiência gerida pelos superiores. Por sua vez, estes passaram a padronizar as etapas e transformar atividades complexas em inúmeras atividades simples.”

“The Taylorist method is based on reallocating production knowledge, removing it from workers, and concentrating expertise and, therefore, the direction of work in a kind of automated work. bureau. Taylor broke work down into small tasks managed in real-time, separating work between those who made the physical and those who made the mental one. Consequently, the workers lose power and autonomy in favor of higher efficiency managed by superiors. In turn, these started to standardize the steps and make complex activities into countless simple activities”.

⁸⁴ “Se o táxi exigia alguma agência do motorista (porque ele precisava imaginar onde haveria demanda em determinado momento e as melhores rotas), o motorista do Uber fica reduzido a pequenos movimentos prescritos por um aplicativo” (CASAGRANDE, ZAMORA, OVIEDO, 2021, p. 15).

“If the taxi required some agency from the driver (because he needed to imagine where there would be a demand at a given time and the best routes), the Uber driver is reduced to small movements prescribed by an application.

⁸⁵ Uberization is Taylorism mediated by an algorithm that replaces, partially or entirely, managers. With cell phones and computers, Scientific Administration can go more in-depth on a scale never imagined by its precursor. Besides, uberization takes on total Toyotism with a mass of available workers just-in-time with their co-opted subjectivities. Here, we start from the idea that uberization is a generalizable phenomenon as a framework for labor organization.

trabalho para a empresa, da mesma forma que no salário por peça [...]. Essa configuração permite ao capital contar com um grande contingente de trabalhadores disponíveis sem pagar absolutamente nada por sua disponibilidade. A força de trabalho só é paga quando o trabalho é feito⁸⁶ (CASAGRANDE; ZAMORA; OVIEDO, 2021, p. 16).

Com efeito, para Antunes e Filgueiras (2020, p. 33) o aparente comando do trabalho por meio de algoritmos, como, por exemplo, o registro da realização da tarefa em tempo real, alimenta um

[...] novo fetiche do mundo tecnológico do capital permite, ao mesmo tempo, que se expanda o ideário fetichizado de que tudo está sob impulsão de uma neutra tecnologia, autônoma, quando é a engenharia informacional do capital que tem de fato o comando do algoritmo e, portanto, dos ritmos, tempos, produtividade e eficiência no universo microcômico do trabalho individual, tendência que não para de se acentuar com a proposta da chamada Indústria 4.0., como se esta fosse um imperativo inexorável da tecnologia.

A uberização é uma tecnologia de gestão e controle sobre o trabalho por meio de plataformas digitais que resulta na precarização do trabalho. Esse entendimento é compartilhado por Oliveira (2022), Abílio, Amorim e Grohmann (2021), André, Silva e Nascimento (2019), Antunes e Filgueiras (2020) e Casagrande, Zamora e Oviedo (2021). Dessa forma, a uberização é, portanto, um processo mais amplo de organização das relações sociais, para além das plataformas digitais, inclusive historicamente – enquanto processo de informalização e consolidação do trabalhador sob demanda (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021).

O processo de uberização só é possível devido ao desenvolvimento das plataformas digitais. Estas são um meio de produção que possui uma ambivalência estrutural, pois ao mesmo tempo em que organiza o processo de trabalho em um elevado nível de concentração dos processos, fragmenta e individualiza a relação laboral fomentando a desorganização dos trabalhadores. As plataformas materializam os processos sociais de flexibilização – as práticas flexíveis – e reestruturam as relações de trabalho, possibilitando o fenômeno da uberização, cujo elemento central é o controle total da força de trabalho “*just in time*”, sob demanda (ANDRÉ; SILVA; NASCIMENTO,

⁸⁶ The uberization can achieve the Toyotist dream of the just-in-time worker: the working day is indefinite, and the labor universe is always available due to the economic imperative. Simultaneously, the remuneration of the worker only occurs when he is doing some work for the company, in the same way as in the salary per piece [...]. It allows capital to count with a large contingent of available workers without paying absolutely anything for its availability. The workforce is only paid when work is done.

2019, ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, CASAGRANDE, ZAMORA, OVIEDO, 2021, OLIVEIRA, 2022)

As plataformas digitais são, no nosso entendimento, o corolário e a expressão máxima do que Veblen (2009) chamou – em uma tradução nossa aproximada – de “propriedade ausente”, ou seja, as burocracias sem rosto, sem ligação alguma com a comunidade. O elemento central e estruturante da propriedade ausente é o escamoteamento de qualquer relação e o ocultamento da agência no que tange às responsabilidades com a sociedade local. Mas que, no entanto, resguarda por diversas instituições e teorias o “direito de propriedade”.

Em tais empresas “sem faces”, o homem comum, seja ele o cliente ou empregado contratado pela organização, lida apenas com “entidades distantes e gigantes”, de fora da comunidade, uma espécie de “senhores feudais” que não sabem ou não se importam com as comunidades locais (VEBLEN, 2009).

A corporação (ou companhia) é algo que concerne somente a negócios, não à produção. É uma preocupação comercial que foi criada pela capitalização de fundos, que, portanto, repousa no crédito [...]. Dessa forma, ela é necessariamente impessoal no que tange aos seus contatos e negócios, seja com outras empresas ou com seus empregados (VEBLEN, 2009, p. 82).

Para Veblen (2009) a propriedade ausente é a característica principal do capitalismo de grandes corporações detentoras de grandes conteúdos tecnológicos⁸⁷. Para o estadunidense, o desenvolvimento das forças produtivas no capitalismo é patologicamente destrutivo.

A concentração de grandes conteúdos tecnológicos em algumas empresas e poucos países (a propriedade ausente/distante vebleniana) afeta diretamente as relações sociais nas localidades em que essas tecnologias são utilizadas.

Há na contemporaneidade um uso amplo e crescente das plataformas digitais em todos os setores da sociedade. Nesse sentido, conforme Abílio, Amorim e Grohmann (2021) está a ocorrer a “plataformização”, significando uma dependência crescente dessas

⁸⁷ Obviamente que Veblen (2009, p. 280) não discutia a tecnologia das formas digitais como as que conhecemos hoje. Ele entende por tecnologia um sistema de organização da inteligência, “uma estrutura de intangíveis e imponderáveis na natureza de hábitos de pensamento”. O objeto sobre o qual ele se debruçou, na obra “propriedade ausente”, foi a sociedade estadunidense no período da década de 1920, prevendo o colapso que ocorreria no fim da década, colapso que não chegou a presenciar. Para Veblen, antecedendo Polanyi, a sociedade de total livre mercado só poderia resultar no colapso da comunidade e no erguimento de uma ordem institucional totalitária militarista de defesa da propriedade privada e predação, o fascismo. Essa visão é corroborada por Levy Jr. (1996) e Tilman (2005).

plataformas em diversos setores da vida causando mudanças nas mais diversas dimensões sociais/culturais.

Na mesma linha, para André, Silva e Nascimento (2019), a plataformização é uma sujeição da grande maioria da população a uma tecnologia que não é “inocente”, tampouco uma solução de problemas da comunidade, mas sim, uma estratégia de desenvolvimento da apropriação privada da riqueza.

A plataformização não diz respeito apenas a um meio técnico, mas, sim, às empresas que têm o controle de “grandes infraestruturas digitais que são alimentadas por dados e organizadas por algoritmos”. São “um dos vetores mundiais das formas contemporâneas de centralização de capitais e dispersão controlada do trabalho, na medida em que informalizam o trabalho”, generalizando a forma de “autogerenciamento subordinando”, em que o empregado organiza todo o seu processo de trabalho, com certa flexibilidade, contudo, ordenado pela rigidez do software. Esse processo não é uma “simples mediação”, mas a subordinação do trabalho por meio de seus algoritmos e da erosão, por intermédio da agência do capital, das instituições protetoras do trabalho (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020; ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021).

Cabe ressaltar, conforme Abílio, Amorim e Grohmann (2021, p. 40), que

[...] o autogerenciamento subordinado precede as plataformas. Está no cerne dos arranjos toyotistas e das políticas neoliberais, mas também é estruturante de modos de vida periféricos, tecendo – de forma invisibilizada e pouco conhecida – a formação e reprodução de mercados de trabalho como o brasileiro. As transformações recentes do mundo do trabalho envolvem a eficaz transferência de riscos e custos para os trabalhadores. Essa transferência ocorre junto com regulações do trabalho que mais parecem desregulações⁸⁸; com a despadronização da jornada de trabalho [...]; com novos arranjos que estabelecem formas de controle menos estáveis e reguladas, como as metas e bonificações, participação nos lucros e resultados; com a flexibilização sobre o local de trabalho, que irá se materializar, por exemplo, em *home office* ou *coworking*.

Dessa forma,

Pode-se afirmar que nessas décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, o trabalhador vai se tornando solitariamente responsável pela gestão de sua própria reprodução social, ao mesmo tempo em que se aprimoram os meios técnico-políticos para o uso eficiente e informalizado da força de trabalho (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 41).

⁸⁸ Ou como nomeamos em nosso mapa conceitual: as regulações flexíveis.

Um outro ponto importante diz respeito à forma como ocorrem as contratações dos empregados pelas plataformas digitais. Não há vagas predeterminadas ou processos seletivos, mas um contrato de adesão em que, “aparentemente, para trabalhar, basta se cadastrar”. Contudo, “as empresas têm sido bem-sucedidas em monopolizar setores de atuação e controlar enormes contingentes de trabalhadores. A própria relação de subordinação se informaliza”, significando “a perda de predeterminações claras ou estáveis sobre a jornada de trabalho, sobre a distribuição do trabalho e até mesmo sobre sua precificação” (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, pp. 38-39).

De fato, a organização prescrita do trabalho [...] se informaliza, o que não quer dizer que deixe de existir. Pelo contrário, a noção de organização na dispersão [...] é fundamental: multidões de trabalhadores, vivendo na condição de trabalhadores informais, podem aparecer de forma dispersa, mas o controle de seu trabalho está centralizado e é elemento fulcral de processos de oligopolização e monopolização (ABÍLIO; AMORIM; GROHMANN, 2021, p. 39).

Neste ponto retomamos a discussão sobre a plataformização das relações. Esta questão não envolve apenas a relação do trabalhador/trabalhadora com a empresa de aplicativo, mas com a sociedade em geral. O fetiche da mercadoria se intensifica e a transformação total do ser em *res*. O objeto consumido como fetiche na relação uberizada é o trabalhador. Com efeito, nos aplicativos há até formas de avaliação (notas) por parte dos consumidores, do trabalho desenvolvido pelo uberizado.

As empresas de plataforma são a vanguarda da precarização flexível. Elas operam um gerenciamento que traz o periférico para o centro e criam formas de dominação via algoritmos que ajudam a formar as “subjetividades flexíveis”, a introjeção total dos princípios de mercado, mormente a ideia de concorrência entre pessoas⁸⁹⁹⁰.

⁸⁹ Para institucionalizar tal princípio mercadista, uma das estratégias é a utilização de “gamificação”. De acordo com Abilio (2020, p. 20): “O termo gamificação do trabalho nomeia essa racionalidade nos novos tipos de informalização do trabalho. Na realidade, consiste numa transferência de riscos e em estímulos à produtividade, que também são novas formas de controle sobre o trabalho. A forma-desafio que é lançada ao trabalhador deixa claro que nada está garantido, nem mesmo a remuneração pelo trabalho executado. É preciso arriscar-se, e o risco é justamente o de trabalhar de graça, na medida em que a bonificação pode ou não chegar. Assim como é a empresa-aplicativo que define as regras do jogo, pode ser ela também que define quem será o vencedor”.

Um dos eixos fundamentais da obra vebleniana é a questão de como a classe ociosa opera no sentido de fazer com que os princípios de negócio perpassem todas as camadas da sociedade. A gamificação é, portanto, uma das maneiras de subjetivação da orientação/princípio de concorrência/competição, inculcação de princípios de mercado e a introjeção da figura do “empreendedor”.

⁹⁰ Entendemos que aqui também (ver nota 27) ocorre um importante cruzamento entre as obras vebleniana e marxiana, a saber, a presença paradoxal da competição dentro do ambiente cooperativo (da divisão do

Na relação uberizada ocorre um alargamento da contratação da força de trabalho que deve ceder toda a sua disponibilidade, mas que somente é remunerada por atividades pontuais (sob demanda).

Ocorre com a uberização um rearranjo que permite o aumento do mais-valor tanto em termos relativos quanto absolutos. Assim, o complexo do capital encontrou formas de lidar com o inevitável imperativo econômico da lei da taxa decrescente de capital, entre elas, cabe aqui repetir, a transferência dos custos de produção para o trabalhador.

Dessa forma, de acordo com Franco e Ferraz (2019, p. 846), no que diz respeito às empresas de plataforma:

[...] o mais-valor absoluto é obtido por meio do prolongamento da jornada de trabalho, o mais-valor relativo deriva da redução do tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da força de trabalho – por meio de melhoria dos métodos, dos instrumentos e/ou da intensidade das atividades na indústria (em Marx, *indústria* é entendida como o conjunto de atividades produtivas do capital, envolve, portanto, o que denominamos grosseiramente *serviços*), o trabalhador produz o valor de sua força de trabalho em menos tempo, logo, mais tempo de sua jornada é destinada à produção de mais-valor ao capitalista.

Outrossim, na relação de trabalho uberizada um limite da possibilidade de crescimento do capital é ultrapassado, a saber, a necessidade de adiantamento de parte do capital constante,

Na medida em que já não necessita contratar o trabalhador como empregado e sequer necessita investir na maioria dos meios físicos que constituem o capital constante, o mais-valor apropriado pelo capitalista se torna maximizado em um patamar inimaginável para as empresas tradicionais, o que se revela um imperativo para que outras empresas passem a adotar modelos semelhantes de estruturação de seus negócios (FRANCO; FERRAZ, 2019, p. 845).

Cabe ressaltar que o núcleo central do processo produtivo, o meio de produção mais importante da relação uberizada – isto é, o próprio aplicativo – é protegido pelo aparato institucional de proteção da propriedade privada, que, no entanto, mais do que em qualquer outro ramo de negócio, é uma “propriedade ausente”.

b) As empresas de aplicativo e o discurso do empreendedorismo

trabalho). Essa antinomia é central para Veblen que a categoriza como espírito da emulação e instinto do artesanato. Marx (2017a, p. 401) trata dessa questão com seu *Lebensgeist*, a “emulação e excitação particular dos espíritos vitais” oriundas da força conjunta que um simples contrato social – a cooperação – provoca.

A despeito do total controle dos trabalhadores por meio dos algoritmos, a relação de assalariamento nas empresas de plataforma deve ser velada. Isso evidencia que a prática flexível da organização necessita de um ocultamento da contradição por meio do discurso.

Vimos anteriormente que a ACD é um referencial teórico-metodológico ligado à crítica à ideologia do capitalismo contemporâneo, pois este utiliza artefatos de discurso de modo abrangente buscando institucionalizar a ideia de uma “sociedade da informação” ou “economia baseada no conhecimento” em que este é uma mercadoria consumida e trocada por meio de discursos, operacionalizando práticas sociais e inculcando modos de agir e interagir produzindo sentidos sobre o mundo e construção de identidade (FAIRCLOUGH, 2010; FAIRCLOUGH; MELO, 2012).

Tal forma de ordenamento das práticas sociais e econômicas fica evidenciado na forma como são apresentadas tais empresas. Como bem argumentaram Casagrande, Zamora e Oviedo (2021) a empresa Uber iniciou suas operações se apropriando de uma ideia muito em voga nos tempos atuais, a da economia colaborativa. Assim, a empresa fazia sua imagem como um “facilitador” que gerenciava caronas.

Mas há uma apresentação maquiada para o consumo e outra para as “parcerias” de trabalho. As diversas empresas-aplicativo possuem um discurso orquestrado com os canais de mídia nacionais ao se referirem aos empregados dessas empresas como “parceiros” ou “empreendedores”, termo, aliás, assumido pela lei brasileira, pois os trabalhadores de plataforma podem ser formalizados como “MEIs – Microempreendedores Individuais” (OLIVEIRA, 2022; CASAGRANDE, ZAMORA, OVIEDO, 2021).

De acordo com Casagrande, Zamora e Oviedo (2021, p. 18), há uma total imprecisão teórica no uso do termo empreendedor⁹¹ para nomear os trabalhadores uberizados, um erro tanto histórico quanto de entendimento teórico/conceitual. Para as autoras é possível que “a palavra empreendedor sirva como um amortecedor conceitual para a precariedade, dando legitimidade a qualquer relação de exploração⁹²”.

⁹¹ Foge ao escopo do nosso trabalho tratar do tema “empreendedorismo”, seja nos seus aspectos semânticos ou teóricos. Nosso escopo com relação ao uso da palavra nesta nossa pesquisa é identificá-la como parte da vulgata neoliberal e como mais um termo fetiche. A relação entre uberização e a má utilização do conceito de empreendedorismo bem como uma discussão teórica a esse respeito podem ser encontradas em Casagrande, Zamora e Oviedo (2021).

⁹² From a conceptual point of view, treating the Uber driver as an entrepreneur does not give the term precision. But beyond that, the concern is that the word entrepreneur serves as a conceptual buffer for precariousness, providing legitimacy to any relationship of exploitation. from a conceptual point of view,

A esse respeito, professam Antunes e Filgueiras (2020, p. 40) que “trata-se frequentemente de uma forma oculta de trabalho assalariado, apresentada como “trabalho autônomo”, em que o discurso de empreendedorismo é uma “mistificação que encontra base social, uma vez que o/a “empreendedor/a” se imagina, por um lado, como proprietário/a de si-mesmo, enquanto em sua concretude e efetividade se converte em proletário/a de si-próprio”.

Dessa forma, a utilização do discurso recheado de um léxico próprio é uma estratégia central que tem base bastante material: uma forma de mascarar a relação de assalariamento, “pois, sob a aparência de maior autonomia (eufemismo para burlar o assalariamento e efetivar a transferência dos riscos), o capital busca, de fato, ampliar o controle sobre o trabalho para recrudescer a exploração e sua sujeição” (ANTUNES, FILGUEIRA, 2020, p. 29).

Por seu turno, para Abílio, Amorim e Grohmann (2021) a narrativa do empreendedorismo não apenas mascara a relação de assalariamento, mas cria um “autogerenciamento subordinado” transferindo para o empregado a carga de gerir, de forma ferrenha, seus processos de trabalho. Ressaltam Antunes e Filgueiras (2020), que tal estratégia não é uma novidade, pois trata-se de um fenômeno que é praticado há décadas, mas que, no entanto, foi potencializado e aprofundado de forma exponencial pelas empresas-aplicativos.

Entendemos, portanto, que o discurso do empreendedorismo é uma conformação, via discurso, da formação da prática flexível da terceirização irrestrita.

2 Compêndio para uso dos pássaros (Adágio)

2.1 Os trabalhadores por plataformas no Brasil

No dia 27 de março de 2022 o jornal O Globo veiculou uma matéria intitulada “Fome, exaustão e bloqueios de Apps: dura vida de entregadores no Brasil chama atenção do mundo”. Nessa reportagem o jornal traz diversas entrevistas que narram a dificuldade dos/das trabalhadoras, entre elas, a informação de que os entregadores chegam a passar mais de quinze horas diárias de trabalho sem se alimentar. De acordo com o jornal, com base em dados do IPEA, há mais de 1,4 milhão de entregadores e motoristas por

treating the Uber driver as an entrepreneur does not give the term precision. But beyond that, the concern is that the word entrepreneur serves as a conceptual buffer for precariousness, providing legitimacy to any relationship of exploitation.

aplicativos no Brasil. Em sua maioria jovens de 18 a 24 anos que se submetem a condições precárias de trabalho e fazem parte do contingente – exército de reserva – de 12 milhões de desempregados no país (O GLOBO, 2022b).

O relatório da pesquisa da Aliança Bike de 2019, acerca de ciclistas que trabalham por plataforma, apontou que esse trabalhador é “brasileiro, homem, negro, entre 18 e 22 anos de idade, morador das periferias com ensino médio completo, que estava desempregado e agora trabalha todos os dias da semana, de 9 a 10 horas por dia, com ganho médio mensal de R\$ 992,00” (ALIANÇA BIKE, 2019).

Em relação à quantidade de horas trabalhadas, o relatório aponta que 57% dos entregadores trabalham 7 dias por semana e 24% 6 dias. A média de horas diárias é de 9 horas e 24 minutos por dia, sendo que 25% trabalham até 8 horas e 50% trabalham até 10 horas⁹³ (ALIANÇA BIKE, 2019).

Evidencia-se, por meio desses dados, o aprofundamento e intensificação do processo de extração de mais-valor.

Essa realidade não é uma especificidade dos trabalhadores de bicicleta. De acordo com informe da *Fairwork*⁹⁴ Brasil (2021, p. 5):

As plataformas digitais se consolidaram em nível global como promotoras do trabalho informal, precário, temporário e mal remunerado. No cenário brasileiro, essas características são historicamente estruturantes do mercado de trabalho no país. Assim, as plataformas digitais surgem, no Brasil, no contexto de um mercado de trabalho caracterizado por profundas desigualdades, alta precariedade e histórica informalização. Uma das questões é até que ponto as plataformas digitais de trabalho têm contribuído para agravar esse cenário.

O relatório da Fairwork, intitulado de “por trabalho decente na economia das plataformas”, analisou como as principais empresas de plataforma que operam no Brasil se relacionam com os princípios de um trabalho decente. O informe demonstrou que, dos 5 pontos analisados a respeito de trabalho digno, a saber: remuneração; condições de

⁹³ “Na produção capitalista a economia do trabalho por meio do desenvolvimento da força produtiva não visa em absoluto a redução da jornada de trabalho. Seu objetivo é apenas a redução do tempo de trabalho necessário para a produção de determinada quantidade de mercadorias. Que o trabalhador, com o aumento da força produtiva de seu trabalho, produza em 1 hora, digamos, 10 vezes mais mercadorias do que antes, e, conseqüentemente, precise de 10 vezes menos tempo de trabalho para cada artigo, não o impede em absoluto de trabalhar as mesmas 12 horas de antes, tampouco de produzir, nessas 12 horas, 1.200 artigos em vez de 120” (MARX, 2017a, p. 395).

⁹⁴ Projeto executado pelas instituições *Oxford Internet Institute, University of Oxford e Berlin Social Science Centre*.

trabalho; contrato em linguagem clara, acessível e com todas as informações de alterações em prazo razoável; gestão justa (compreendendo canais de comunicação e processos transparentes; e, por fim, representação justa (canal de comunicação com líderes dos trabalhadores); apenas 2 das 6 empresas analisadas conseguiu pontuação de 2, em uma escala de 0 a 10.

O chamado Breque dos Apps, greve nacional dos entregadores em 2020, lançou certa luz nas condições difíceis enfrentadas por esses e essas trabalhadoras (O GLOBO, 2022b). Contudo, a reação das empresas foi mais no sentido de deslegitimar a reivindicação. É isso que mostra a reportagem do Intercept (2022) que noticiou que não apenas a empresa tentou manipular os entregadores, como também adotou estratégias agressivas para limpar a imagem da organização em *sites* de reclamação.

Adicionemos a esse mosaico a tragédia consubstanciada na morte do trabalhador (moto entregador) Thiago de Jesus Dias que

no exercício de seu trabalho para a Rappi, sofreu um AVC e, sem receber atendimento imediato da empresa, morreu alguns dias depois. O descaso, brutal e desumano, repercutiu fortemente na grande imprensa (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 37).

Devido a essa tragédia e o descaso total demonstrado pela empresa Rappi, adicionado ao fato de a organização estampar a pontuação 0 na escala *Fairwork*, escolhemos o discurso do presidente e fundador da empresa-aplicativo Rappi, Simon Borrero, para efetuar a análise.

2.2 *A jaula de aço do novo capitalismo*⁹⁵: *Ária para aprisionador de pássaros.*

O discurso escolhido para ser analisado é o de uma entrevista do presidente da empresa Rappi, Simón Borrero, para a mídia de negócios Bloomberg em setembro de 2021. De acordo com o *site* da empresa, a Rappi opera em nove países da América Latina, trabalha com entregas sob encomenda e tem sede em Bogotá, Colômbia.

A entrevista na íntegra pode ser lida nos anexos. O corpus do discurso foi caracterizado com a letra R (de Rappi) e cada parágrafo foi numerado em sequência.

⁹⁵ Das *stahlharte Gehäuse des Kapitalismus*, em alemão, significa ao pé da letra habitáculo duro como aço” (LÖWY, 2014, p. 12). De acordo com Löwy (2014) a forma “jaula de aço” ou “jaula de ferro” é uma tradução aproximada feita por Talcott Parsons que ganhou vida própria no vocabulário não apenas sociológico.

Dessa maneira, R1 diz respeito ao primeiro parágrafo da entrevista, R2 ao segundo parágrafo e assim por diante.

Diferentemente da análise efetuada na Revista Exame, optamos, neste caso, a sintetizar a análise por categorias, e não por blocos do discurso.

2.2.1 Prática discursiva

O discurso sob análise se configura dos tipos “discurso de produção” e “discurso de força”, além de fornecer elementos de coerência, no sentido de construção da ordem do discurso. Em suma, a formação discursiva do presidente da organização Rappi é no sentido de fortalecer a “ordem neoliberal”, materializando, no sentido de dar forma, o projeto hegemônico da agenda política do capital na contemporaneidade. É uma articulação discursiva de projeto hegemônico que busca instituir uma agenda política.

O discurso em questão orienta a ação, pois produz aquilo que deve ser posteriormente repetido e distribuído pelos intelectuais orgânicos do capital e pela mídia privada, fornecendo assim o consumo de discurso para a institucionalização ampla. Institucionalização aqui entendida conforme Selznick (1972), isto é, produção dos valores e ideias dos “subordinados”.

Mais do que apenas a reprodução de um discurso ideológico, é a própria ordem de quais discursos ideológicos devem ser criados e distribuídos que é apresentada.

a) O ethos

Toda a entrevista é permeada pelo “*ethos* empreendedor”. A todo momento são utilizados jargões empresariais, aproveitando, dessa maneira, a plataforma midiática para falar a uma plateia na busca de construção de consenso. Identificamos alguns trechos significativos:

R1: na América Latina há políticas idiotas.

R4: Essa será uma grande revolução porque agora você pode comprar produtos frescos e de alta qualidade. O tempo médio de entrega é de 8,3 minutos. A ideia é que sejamos uma extensão da geladeira de nossos usuários.

R6: O principal objetivo foi ter investidores que nos acompanharão nos próximos 20 anos, que pensem no longo prazo e que estejam alinhados conosco quanto aos valores e à nossa missão, que consiste em apoiar o progresso⁹⁶ da América Latina por meio da tecnologia, e fazemos isso

⁹⁶ “*Après moi le deluge!* É o lema de todo capitalista e de toda nação capitalista” (MARX, 2017a, p. 343).

diariamente, devolvendo tempo às pessoas⁹⁷, aumentando a renda dos estabelecimentos parceiros e dos entregadores.

R7: Penso que precisamos acreditar na América Latina, pois podemos construir empresas de nível mundial. Graças a empresas como Nubank e MercadoLivre – e agora o Rappi – as pessoas estão acreditando em nós, bilhões de dólares estão vindo para a região.

R7: Também queremos mostrar ao resto da América Latina que construímos o bem-estar por meio do crescimento e do progresso. Não é por meio da política, nem por meio de embates e queixas. É por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência⁹⁸.

R11: Temos que mostrar à sociedade que o empreendedorismo é um motor de bem-estar. É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.

Fonte: corpus Rappi

Fica evidenciado o uso do léxico neoliberal em “grande revolução”, “investidores”, “crescimento e progresso”, e “progresso por meio da tecnologia. O ethos de convencimento, por meio de consenso de soluções pode ser verificado em “devolvendo o tempo às pessoas, aumentando a renda dos estabelecimentos parceiros e dos entregadores”. Há a universalização do particular em “construir empresas de nível mundial”. Há também a explícita orientação social em “por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência”, em que também podem ser notados os pressupostos livremercadistas. E, obviamente, a ostensiva menção a “empreendedorismo”.

b) Interdiscursividade

Há a utilização frequente de palavras-chave da ordem discursiva neoliberal e um ostensivo fatalismo. Nesse sentido, fica evidenciada no discurso a presença de interdiscursividade nos seguintes trechos:

⁹⁷ “[...] em economistas do calibre de MacCulloch, Ure, Senior e *tutti quanti*, podemos ler, numa página, que o trabalhador tem uma dívida de gratidão ao capital pelo desenvolvimento das forças produtivas, pois este reduz o tempo de trabalho necessário, e, na página seguinte, que ele tem de dar provas dessa gratidão trabalhando, doravante, 15 horas em vez de 10” (MARX, 2017a, p. 395).

⁹⁸ “Essa violência estrutural também pesa sobre o que se chama contrato de trabalho (habilmente racionalizado e des-realizado pela “teoria dos contratos”). O discurso empresarial nunca falou tanto de confiança, de cooperação, de lealdade e de cultura de empresa como nessa época em que se obtém a adesão de cada instante fazendo desaparecer todas as garantias temporais (três quartos das contratações são de duração determinada; a parcela dos empregos temporários não para de crescer, a demissão individual rende a não estar mais submetida a nenhuma restrição). Aliás, tal adesão só pode ser incerta e ambígua, porque a precariedade, o medo da demissão e o “enxugamento” podem, como o desemprego, gerar a angústia, a desmoralização ou o conformismo (taras que a literatura empresarial constata e deplora). Nesse mundo sem inércia, sem princípio imanente de continuidade, os dominados estão na posição das criaturas num universo cartesiano: estão paralisados pela decisão arbitrária de um poder responsável pela “criação continuada” de sua existência — como prova e lembra a ameaça do fechamento da fábrica, do desinvestimento e do deslocamento” (BOURDIEU, 1998b, p. 84).

R7: Não é por meio da política, nem por meio de embates e queixas. É por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência.
R9: E vai continuar aumentando, como se espera: por meio da tecnologia e da produtividade.
R11: É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.
R13: lutando entre nós enquanto ainda há crianças descalças ⁹⁹ que precisam de nós como líderes criativos. Há lutas políticas tolas porque, objetivamente, não se sai da pobreza sem jogar as regras do mercado ¹⁰⁰ .
R13: Portanto, os políticos de esquerda ou de direita ¹⁰¹ deveriam se matar para atrair investimentos e dar oportunidades a essas crianças no futuro.

Fonte: corpus Rappi

Damos destaque inicial ao trecho R7 “não é por meio da política, nem de embates e queixas. É por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência”. Assim, expressa-se, por meio desse interdiscurso: uma interdição do discurso, aquilo que não deve ser dito: “não é pela política ou embate”; ao mesmo tempo que indica o que deve ser repetido “por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência”. Várias palavras-chave do léxico neoliberal.

Um tema fetiche aparece – muito comum nos defensores ideológicos do modelo de agronegócio extrativista –: “eles [os empreendedores] quem realmente alimentam a população”. Trata-se de uma formação discursiva de fácil repetição. A vulgata neoliberal aparece também em “não se sai da pobreza sem jogar as regras do mercado”. Assim, todo

⁹⁹ O senhor Borréro não é de forma alguma original em suas declarações. A preocupação dos empresários com as “criancinhas descalças” é algo inerente à boa educação moral desses senhores, como já demonstrava com sua verve irônica Marx (2017 a, p. 302) quando da celeuma a respeito das leis fabris de regulação de trabalho infantil: “[...] o doutor Andrew Ure provou que, se crianças e jovens menores de 18 anos, uma vez que permanecerem 12 horas na atmosfera acolhedora e pura da fábrica, foram expulsas “1 hora” mais cedo e jogadas no hostil e frívolo mundo exterior, elas serão privadas, pelo ócio e pelo vício, de toda a esperança de salvação de suas almas”. Ora, para o sr Borrero, que se criem políticas públicas que ensinem as crianças a dirigir, e que lhes dê sapatos para que se tornem entregadores Rappi apresentáveis o quanto antes. É assim, diria o senhor Borrero, que “líderes criativos” devem dirigir o Estado... Neste ponto cabe lembrar ao leitor que a empresa Rappi recebeu nota 0 na avaliação *Fairwork*.

¹⁰⁰ Em magistral estudo sobre a obra de Guimarães Rosa face à de Euclides da Cunha, Bolle (2004, p. 43) faz alusão às falas legitimadoras do ex-jagunço e então latifundiário Riobaldo, em que as falas deste são uma “alegoria do falso contrato social e lei fundadora do Brasil. Sendo entendida como expressão do discurso da classe dominante, a fala do narrador pactário [...] é uma retórica de legitimação e dissimulação”. A função luciferina – diabólica – da linguagem, em termos figurativos, faz alusão à “gritante desigualdade, que racha a sociedade entre os que são donos de tudo e os que não possuem nada” (Idem, p. 18). Assim, *diabolos* – que em seu sentido etimológico é a entidade que “se interpõe” entre as pessoas, entre as classes –, faz referência ao componente enganador da linguagem. Entendemos que se trata do mesmo caso aqui, a legitimação de um falso “contrato” social feita pela classe ociosa.

¹⁰¹ Uma das premissas da ordem neoliberal é a de que não há distinções significativas no âmbito político entre direita e esquerda. Todas as dimensões sociais devem ser orientadas pelo mercado. Destacamos essa questão porque iremos retomá-la no discurso Galo, no capítulo seguinte.

o arcabouço discursivo ideológico é apresentado para a legitimação da sociedade de mercado, para usar a expressão de Polanyi.

c) Nominalização

São nomeados alguns processos tornando-os genéricos e vagos, uma miríade de platitudes, como, por exemplo, nos seguintes trechos:

R14: Devemos aprender inglês não apenas para nos comunicar com o resto do mundo, mas para entender o que acontece com a tecnologia. Em resumo, ter uma boa formação.

R11: É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.

R13: lutando entre nós enquanto ainda há crianças descalças que precisam de nós como líderes criativos. Há lutas políticas tolas porque, objetivamente, não se sai da pobreza sem jogar as regras do mercado

R13: Portanto, os políticos de esquerda ou de direita deveriam se matar para atrair investimentos e dar oportunidades a essas crianças no futuro.

Fonte: corpus Rappi

d) Pressuposição

A naturalização de constructos é demonstrada no mais raso senso comum, destacados nos seguintes trechos:

R14: Devemos aprender inglês não apenas para nos comunicar com o resto do mundo, mas para entender o que acontece com a tecnologia. Em resumo, ter uma boa formação.

R11: É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.

Fonte: corpus Rappi

No trecho R14 destacamos que a pressuposição é que boa formação está ligada a uma formação para a utilização do mercado. Em R11 entendemos que a pressuposição está na consideração de que há comunidades que exijam mais regras para empreendimentos, ou que não forneçam incentivos estatais, na consideração “é insano que existam sociedades no mundo que não apoiam os empreendedores”. Assim, é feita a defesa implícita da “regulação flexível”.

No trecho R11 “eles quem realmente alimentam a população”, entendemos que não se trata de pressuposição, mas sim de uma ideologia explícita.

e) Modalidade

Destacamos a categoria analítica de modalidade no trecho abaixo:

R13: Portanto, os políticos de esquerda ou de direita deveriam se matar para atrair investimentos e dar oportunidades a essas crianças no futuro. Deveríamos estar discutindo isso. Precisamos crescer. A sociedade deve eleger governantes que criem oportunidades para nós. Ponto final. Está

evidente quais nações estão no caminho certo e quais não estão. Esperamos nos aproximar daquelas que estão trilhando um bom caminho.

Fonte: corpus Rappi

É exposto o nível de compromisso, tanto na dimensão da pretensão de verdade, quanto de obrigação, nos trechos “precisamos crescer” e “a sociedade deve eleger...”. Destacamos também o uso do pronome da primeira pessoa do plural “nós¹⁰²” indicando a unidade de pensamento, necessidade de consenso.

Por último, mas não menos esclarecedor, uma frase digna de série violenta sul coreana de serviço de *streaming* no trecho: “deveriam se matar para atrair investimentos e dar oportunidades a essas crianças no futuro”.

f) Símbolos

Há a presença de símbolos nos seguintes trechos:

R1: Eu diria que os entregadores foram heróis reconhecidos pela sociedade, que os aplaudia à noite. Foram meses de operação muito difíceis, pois era impossível prever a demanda, que chegava a alguns picos muito altos, então o serviço não pôde fazer seu melhor, mas acredito que aos poucos melhoramos, e as coisas foram bem feitas.

R11: É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.

R13: lutando entre nós enquanto ainda há crianças descalças que precisam de nós como líderes criativos. Há lutas políticas tolas porque, objetivamente, não se sai da pobreza sem jogar as regras do mercado.

Fonte: corpus Rappi

Salta aos olhos aqui o contraste entre o trabalho dos “heróis” que arriscavam a vida na pandemia e a “dificuldade” enfrentada pela empresa Rappi para “prever a demanda”. Essa construção de narrativa e símbolo é muito importante para a conformação das relações exploratórias.

Outra construção simbólica importante é a do mercado como solução para os problemas sociais.

¹⁰² Em diversas passagens de O Capital, Marx faz apontamentos nos discursos (dentro dos parênteses) de terceiros que ele traz para a obra, como, por exemplo, na seguinte passagem acerca de um senhor Smith, o sócio-diretor de uma fábrica de Manchester: ““Nós” (quer dizer, a “mão de obra” que trabalha para “nós”) trabalhamos sem interrupção para as refeições, de modo que o trabalho diário de 10 horas e meia é concluído às 4 e meia da tarde, e o que ultrapassa esse tempo é computado como hora extra. (Será verdade que esse sr. Smith fica sem refeições durante 10 horas e meia?). “Nós” (o mesmo Smith) raramente paramos antes das 6 horas da tarde (ele se refere ao consumo de “nossas” máquinas de força de trabalho)”. Logo na sequência, Marx faz outro apontamento: “Mas esse mesmo senhor Smith, que tanto apreciava o *pluralis majestatis* (plural majestático), acrescenta sorridente: “O trabalho mecanizado é leve”” (MARX, 2017a, p. 321).

g) Definições

São utilizadas expressões peremptórias, como em:

R13: Precisamos crescer. A sociedade deve eleger governantes que criem oportunidades para nós. Ponto final. Está evidente quais nações estão no caminho certo e quais não estão. Esperamos nos aproximar daquelas que estão trilhando um bom caminho.

R14: Devemos aprender inglês não apenas para nos comunicar com o resto do mundo, mas para entender o que acontece com a tecnologia. Em resumo, ter uma boa formação¹⁰³.

Fonte: corpus Rappi

A respeito do papel da educação no trecho R4, é oportuno retomar o que já escrevemos aqui algures a afirmação de Fairclough (2010) que há uma colonização – que ocorre tendo como um dos vetores o discurso – da esfera econômica nas demais dimensões da vida social, isto é, um aprofundamento da subsunção das relações não econômicas à lógica de acumulação do capital.

Retomando a análise, a categoria definição aparece de modo explícito em “ponto final”, “caminho certo”, “devemos aprender inglês”, “ter boa formação”.

Apresentados esses trechos significativos, entendemos que não podemos terminar essa análise sem comentar que, segundo a Revista Exame (2021), a Rappi, em parceria com o SEBRAE, passou a ofertar cursos de “autoconhecimento e carreira” para os entregadores com ênfase em “empreendedorismo”. Desse modo, o aparato institucional é montado formalizando/institucionalizando a figura do “empregado”.

É desse modo que se busca fechar os portões da jaula de aço do novo capitalismo.

¹⁰³ “Quantas coisas, infelizmente, há em nossa educação e em nossas instituições burguesas que nos predisõem, a nós e aos nossos filhos, à loucura!” Goethe, Wilhem Meister.

3 PARTITURA EM VERBAL DE AVE

Neste ponto procuramos dar espaço para o discurso contra-hegemônico. Para tanto, optamos por trazer uma entrevista de Paulo Lima, o Galo, liderança do movimento Entregadores Antifascistas, para o *site* Digilabour.

A entrevista na íntegra pode ser lida nos anexos. O corpus do discurso foi caracterizado com a letra G (de Galo) e cada parágrafo foi numerado em sequência. Dessarte, G1 diz respeito ao primeiro parágrafo da entrevista, G2 ao segundo parágrafo e assim por diante.

3.1 Cantigas de um passarinho (Solo para tenor – *Allegro, ma non troppo*)

Aqui deixamos o espaço para o solista em alguns excertos do concerto que foram selecionados. Boa audição!

G1 - É luta de classes mesmo, sem conversinha: entrevista com Galo, dos Entregadores Antifascistas

Fonte: corpus Galo

Em contraposição à negação da política efetuada pelo senhor Borrero da Rappi, Galo assume a posição e declara qual é a questão central da precarização do trabalho: a luta de classes.

G6 - Quando eu comecei a conversar com os companheiros, ainda achando que era motoboy, fui atrás dos deles, que falavam para mim: “Galo, a coisa está ruim? Então desliga o aplicativo e vai para Cuba”. E eu: “sério, irmão? Aí eu pensei: “está na hora de mudar a forma de abordar os caras. Estou abordando da forma errada”. Achava que o problema estava em mim. Aí eu sentei em uma praça para refletir sobre isso porque eu estava me sentindo mal já. Porque se um playboy mandar você para Cuba, a vontade é de ir mesmo, pedir a passagem e ir. Agora um cara que é igual a você, trabalhador, mandar você para Cuba... dói na carne. Cheguei à conclusão que o mundo tinha mudado e eu não percebi. A gente fica preocupado em sobreviver e não percebe. Eu não era mais um motoboy igual eu era em 2012. De carteira assinada. Agora eu era um entregador. Por aplicativo. Eu preciso me adaptar rápido. Se eu não me adaptar, não vou conseguir fazer isso aqui. Os caras vão ficar jantando meu espírito. Aí eu falei assim: “quer saber? Quem sofre mais entende mais. Vou atrás dos caras da bike. Os caras da bike pagam maior veneno. Muito mais que nós de moto. Os caras vão entender”. Aí apresentei a proposta para os companheiros da bike e ninguém me mandou para Cuba. Eu falei “Ah, estou em casa. É por aqui mesmo”. Se ninguém me mandou para Cuba, vou ficar por aqui trocando ideia com os companheiros. E ali a gente foi estruturando os Entregadores Antifascistas. E agora a gente tem até bandeira!

Fonte: corpus Galo

No trecho G6 gostaríamos de destacar a seguinte fala: “não era mais um motoboy igual eu era em 2012. De carteira assinada”. Nesse trecho, o discurso contra-hegemônico reconhece as mudanças sociais ocorridas e traça plano de enfrentamento de acordo com a realidade imediata.

G7 - Mágico. Mágico. Eu falo que, se eu vivi outras vidas, essa deve ser a melhor das vidas. Não tem vida melhor para viver do que essa daqui. Ver os companheiros criarem autoestima, ver se empoderar, sentir que eles são capazes de transformar as coisas mesmo assim. É mágico, é surreal. É coisa que o capitalismo não pode comprar. Coisa que ninguém pode comprar.

Fonte: corpus Galo

Destacamos em G7 o trecho “eles são capazes de transformar as coisas mesmo assim”. Demonstrando que o processo de transformação social é possível e passa pela organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

G8 O maior aprendizado de todos é que as coisas nunca são como a gente pensa que é. E nunca vão ser como a gente pensa que vai ser. A gente tem que ir se adaptando. Hoje os Entregadores Antifascistas têm várias ideologias. Tem anarquista, comunista, socialista. Eu não sou nada porque eu não li nada dessas fitas, mas eu acho que é isso aí. Não é porque nós somos de esquerda que nós vamos pensar todos iguais. Tem muita gente que pensa diferente. E aí temos que ter pessoas que pensam diferente mesmo, para ter representatividade desses pensamentos.

Fonte: corpus Galo

Em G7, Galo indica que entende ideologia em sua acepção geral e afirma que a diferença das formas de pensar é um ponto positivo na formação da classe trabalhadora quando há representatividade.

G8 A minha ideia, dos Entregadores Antifascistas, é que o movimento dos entregadores seja de empoderamento do trabalhador. O anarquista quer empoderar o trabalhador? O comunista quer empoderar o trabalhador? O partido político quer empoderar o trabalhador? O sindicato quer empoderar o trabalhador? O movimento social quer empoderar o trabalhador? Vamos parar de gracinha, de picuinha, e empoderar o trabalhador. As coisas não acontecem lá na frente. As coisas são agora. O trabalhador precisa de ajuda agora.

Fonte: corpus Galo

Em G8, Galo esclarece que o importante é que as diversas maneiras de pensar e as diversas formas de organização tenham como objetivo o empoderamento do trabalhador.

G9 Eu vou falar do desafio e da luta. O maior desafio dos Entregadores Antifascistas nesse momento é conseguir se organizar sem estabelecer uma hierarquia. Conseguir se organizar para ser um movimento horizontal, mas que isso não seja algo que nos enfraqueça em relação aos inimigos que temos que enfrentar pela frente. Os inimigos ficam tentando entender nossa estrutura para nos derrubar. A gente quer fazer de uma forma que não tenha essa coisa de líder, pessoas acima. O poder tem que estar na mão do povo mesmo, na mão dos trabalhadores, não tem que ter

líder. As pessoas não são gado, que vamos levar para cá ou levar para lá. É um movimento de pensadores. O maior desafio é como a gente vai estabelecer e estruturar um movimento sem essas hierarquias e que ainda assim consiga se defender de inimigos que estarão por vir, que a gente sabe que vai ter que enfrentar.

Fonte: corpus Galo

No trecho acima, Galo expressa que é um grande desafio organizar a luta dos trabalhadores/trabalhadoras entregadores sem a utilização de formas hierárquicas. “É um movimento de pensadores”. Da mesma forma, entendia Gramsci que todo trabalhador é um intelectual. Galo indica, assim, que um dos caminhos de superar a ordem estabelecida é recusando um de seus pilares: a hierarquia.

Neste ponto retomamos uma importante asserção de Mészáros (2011, p. 100) de que a condição social do sistema do capital é contingente e imposta pela força, mas que, contudo, busca legitimar por meio de artifícios da retórica a condição de subordinação como um “inalterável ditame da “própria natureza”, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de “igualdade e liberdade””

G10 Como não repetir 2013? Entender o que é ser antifascista. Na prática, na práxis. Na práxis. Antifascista não é só lidar contra o fascista. Antifascista também é lidar contra o fascismo. O fascismo está perto de nós. Pode pegar o Galo se o Galo não tomar cuidado. O fascismo pode nos pegar. Então como não repetir 2013? Vigilância. E escutar as pessoas, sabe? Quando as pessoas, às vezes, vêm fazer uma crítica e você não está disposto a escutar a crítica isso é fascismo. Tem que escutar as críticas. Eu tenho que ser questionado. Eu tenho que ser colocado à prova.

G11 Você acha que nós estamos preocupados em ser um movimento gigante amanhã? Não estamos. Estamos preocupados em mostrar para as pessoas que elas precisam entender isso aqui. Antes de aderir a essa ideia, elas precisam entender. Tem que saber porque ama e porque odeia. Sem essa de “velocidade”. A gente não é anticapitalista se ficar agindo para ontem. Isso é igualar ao capitalismo, que coloca tudo para ontem. Aí nós não seríamos anticapitalistas.

Fonte: corpus Galo

No trecho G11, Galo expressa que uma luta anticapitalista não pode usar da mesma estrutura (incluindo a percepção de tempo) do capitalismo. Galo reitera em G10 a importância da práxis e da reflexão crítica para vencer a face mais violenta do capitalismo: o fascismo.

G11 A gente quer ser anticapitalista no tempo do capitalismo? Não vira. Então a gente está no agora. O que tem para fazer agora? Uma *live*? Trocar ideia? Então vamos. Depois vamos resolver os problemas dos Entregadores Antifascistas? Vamos lá. Uma hora depois vamos levar uma marmita ali para o pessoal que precisa comer? Vamos lá! Uma hora depois eu tenho que limpar o chão da minha casa? Vamos lá. Não tem pressa. Eu não tenho pressa de fazer a coisa crescer. Fazer os entregadores se enxergarem como trabalhadores é mais fácil agora? Acho que têm pessoas agora dizendo uma verdade. Nós não somos empreendedores. Nós somos trabalhadores. E a ideia é essa. O patrão fica tentando manipular a mente do trabalhador para os trabalhadores se dividirem.

Fonte: corpus Galo

Na continuação do trecho G11 chamamos a atenção para a importante declaração: “Nós não somos empreendedores. Nós somos trabalhadores”. Este é um trecho fundamental e demonstra como o discurso, conforme preconiza Fairclough, é uma via bidirecional. O discurso pode ser ouvido e encontrar brechas para ser feito e devolvido de forma dialética para a desinstitucionalização e a consequente instituição de uma nova forma de relação social.

Nesse sentido, cabe retomar o argumento de Fairclough e Melo (2012) de que o discurso age como forma de inculcar modos de produzir sentido sobre o mundo e sobre si, ou seja, como modos de construção de identidades, além de produzir modos de agir e interagir por meio da operacionalização dos conhecimentos produzidos.

G12

DIGILABOUR: Temos visto o surgimento de plataformas cooperativas de entregadores em alguns lugares do mundo. Ao mesmo tempo, no Brasil, vejo as pessoas com muita pressa para construir isso.

GALO: Tem que dar tempo de todo mundo entrar no bonde. Não é porque o cara votou no Bolsonaro que ele deixou de ser meu irmão. Não é porque o cara tem uma ideia que eu não concordo que ele deixou de ser meu irmão. E a gente tem que ir devagarzinho para dar tempo de todo mundo entrar no bonde. Caso contrário, deixaremos gente para trás. Não pode deixar ninguém para trás. Nós não evoluímos no mesmo tempo. Tem que respeitar. Então, às vezes, se você acelerar o bonde, pode estar construindo um barato feio lá na frente.

Fonte: corpus Galo

No trecho G12, Galo demonstra a importância do sentimento de classe que comporta mesmo a parte da classe trabalhadora que ainda reproduz a ordem do discurso. “a gente tem que ir devagarzinho para dar tempo de todo mundo entrar no bonde”. Outro ponto importante surge na pergunta feita pelo entrevistador a respeito do surgimento de plataformas cooperativas, uma das possíveis formas de enfrentamento da questão da alienação do trabalho.

G13 A greve não foi puxada pelos Entregadores Antifascistas. Ela não tem um condicionamento político. Nós, Entregadores Antifascistas, temos. Não tem como dizer que nós não somos um movimento de esquerda. Está caracterizado que somos um movimento de esquerda. A greve tem uma pauta. Aumento das taxas, aumento da taxa fixa, da taxa mínima, fim dos bloqueios injustos, e uma remuneração aos companheiros que se acidentam ou que foram contaminados pelo COVID-19. Essa é a pauta da greve. É isso.

Fonte: corpus Galo

Um dos elementos da vulgata neoliberal é a negação da política. Isso foi visto, por exemplo, no discurso Rappi ao dizer que tanto políticos de direita quanto de esquerda devem se preocupar com investimentos. Aqui Galo demonstra que o movimento contra-

hegemônico deve começar pelo reconhecimento da luta política e de que em qual terreno se encontram trabalhadores e empresários.

G14

DIGILABOUR: Uma das suas frases é “Todo mundo que entrega sua força de trabalho é entregador”. Além de chamar a união da classe trabalhadora, isso também pode significar que o trabalho em plataformas pode se generalizar para todas as categorias?

GALO: São os dois. É o mix. Logicamente a minha intenção maior com essa ideia é unir a classe trabalhadora. É a minha vontade. Eu estou na bala do trabalhador. Eu estou nas ideias do trabalhador. Eu acho que nós temos que nos unir. As enfermeiras gritarem de lá, os metroviários irem ajudar. Os metroviários gritarem de lá, os entregadores irem ajudar. Os ferroviários gritarem de lá, e os petroleiros irem ajudar. Porque nós somos todos trabalhadores. Os caras não têm problema só com os entregadores. Os caras têm problemas com o trabalhador. É um processo de rasgar a carteira do trabalho de todo mundo aí. Tudo bem, a carteira de trabalho não é mil maravilhas, né? Não é! Só que eu queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse uma luta para melhorar a CLT, não para recuperar a CLT. E que também não fosse uma luta para garantir que a democracia não acabe, mas para garantir que a democracia chegue para todo mundo. Só que o Brasil é estranho, mano. Nós vamos ficar esperando tempo bom para lutar? Eu não vou ficar esperando o Brasil ideal para lutar. Eu vou lutar no Brasil que tem.

Fonte: corpus Galo

No trecho G14, o entrevistador Digilabour usa uma frase de Galo como intertexto “Todo mundo que entrega sua força de trabalho é entregador”. É uma utilização muito ilustrativa da categoria força de trabalho de Marx. De fato, o trabalhador entrega o seu trabalho que dele fica alienado.

Outro trecho que destacamos é “Só que eu queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse uma luta para melhorar a CLT, não para recuperar a CLT. E que também não fosse uma luta para garantir que a democracia não acabe, mas para garantir que a democracia chegue para todo mundo”. Galo chama a atenção que a luta não é para recuperar apenas direitos perdidos, mas para aprofundá-los e estendê-los a todos.

b) Arranjos para assobio (Presto)

Na entrevista de Paulo Lima, o Galo, são apontados alguns caminhos para a classe trabalhadora lutar contra a precarização, dos quais destacamos: organização coletiva de forma horizontal; luta pelo poder, considerando que o trabalhador é um pensador, e não alguém que deve receber ordens e sofrer hierarquização; o entendimento que a luta contra a precarização é um movimento anticapitalista que possui um tempo diferente do tempo na dimensão capitalista; a compreensão das necessidades imediatas de parte da população que está na linha de frente e muitas vezes necessita de satisfação das necessidades básicas,

como alimentação; a organização de greve; e a luta para, em um primeiro momento, recuperar a CLT e na sequência melhorar a regulação do trabalho.

Corroboramos integralmente todos estes pontos e entendemos que um trabalhador da linha de frente, que vive a práxis, tem muito a nos ensinar.

A precarização não é irremediável. Conforme preconiza Antunes (2018), a precarização é processual, podendo tanto se aprofundar quanto se reduzir por meio das lutas contra o regime de exploração do trabalho.

Nesse sentido,

[...] o chamado #BrequeDosApps conferiu visibilidade aos entregadores por aplicativo e aos elementos da uberização. Em plena pandemia, motoboys e bikeboys se organizaram nacionalmente, de forma horizontalizada e pouco mapeável, com demandas que não são facilmente classificáveis e escapam do par emprego formal/ informal. Sua resistência coletiva, em alguma medida, suspende a volatilidade do gerenciamento, tornando reconhecíveis as formas de controle e meios de exploração do trabalho (ABILIO, AMORIM, GROHMANN, 2021, p. 48).

Cabe dizer que há a questão do direito e a questão da efetividade do direito¹⁰⁴. De acordo com Antunes e Filgueiras (2020, p. 39), essa questão é um “desafio central que constitui a própria história do movimento operário”. É algo que remonta “aos primórdios das normas de proteção ao trabalho, a luta do capital para impossibilitar os direitos da classe operária é marcante, como seminalmente indicou Marx em *O Capital*”.

Nesse sentido, é oportuno trazer algumas palavras do palatino:

Tem-se aqui, portanto, uma antinomia, um direito contra outro direito, ambos igualmente apoiados na lei de troca de mercadorias. Entre direitos iguais, quem decide é a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho se apresenta, na história da produção capitalista, como uma luta em torno dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o conjunto dos capitalistas, i.e., a classe capitalista, e o conjunto dos trabalhadores, i.e., a classe trabalhadora” (MARX, 2017a, p. 309).

Estamos vivendo um período em que está a ocorrer, sob a égide do neoliberalismo, “uma grande ofensiva do capital sobre o trabalho, uma verdadeira contrarrevolução preventiva de amplitude global, sustentada por uma forte ideologia neoliberal em uma

¹⁰⁴ “De 1802 a 1833, o Parlamento [inglês] aprovou cinco leis trabalhistas, mas foi esperto o bastante para não destinar nem um centavo para sua aplicação compulsória, para a contratação de funcionários necessários ao cumprimento das leis etc. Estas permanecem letra morta” (MARX, 2017a, p. 350). Teriam as políticas de austeridade a mesma finalidade, a saber, impedir a fiscalização das relações econômicas e a efetividade dos direitos das classes não proprietárias?

fase de crise estrutural do capital” (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, p. 39). Essa ofensiva se dá por meio das práticas flexíveis bem como dos discursos flexíveis.

No entanto, há diversos casos de limites impostos à exploração do trabalho por plataformas em diversos países, como é o caso do breque dos apps no Brasil. Além desse, apontam Antunes e Filgueiras (2020, p. 41), os seguintes casos:

No Reino Unido, em dezembro de 2018, a Court of Appeals (segundo tribunal mais importante do país) reconheceu vínculo empregatício dos Motoristas da Uber. Na Argentina, um tribunal condenou a Rappi por ter bloqueado três entregadores que atuavam para organizar um sindicato para representá-los. Na Espanha, o Tribunal Superior de Justiça de Madri ratificou a condenação da Deliveroo, após a Inspeção do Trabalho constatar que seus entregadores eram falsamente considerados como autônomos.

Outra importante vitória ocorreu no estado da Califórnia, em setembro de 2019, com a aprovação da lei AB5, que considerou os/as trabalhadores/as da Uber e a Lyft como assalariados vinculados às empresas. Em seguida, a Uber e a Cabify pediram uma liminar para revogar o AB5, que, entretanto, foi negada em 10 de fevereiro de 2020.

Com efeito, tais exemplos demonstram que “por meio de ações de resistência e confrontação é possível combater a intensa precarização do trabalho que impera nas grandes plataformas digitais”. Desse modo, por meio da “capacidade de resistência e organização da classe trabalhadora (contemplando e incorporando esse enorme contingente de trabalhadores/as das plataformas digitais)”, a destrutividade da precarização flexível/neoliberal “poderá ser obstada” (ANTUNES, FILGUEIRAS, 2020, p. 41).

Além das formas de luta por direitos apontados acima, há casos de organização dos trabalhadores de forma cooperativa. De acordo com o *site* Digilabor (2020) há vários coletivos de trabalhadores no Brasil que estão se preparando para o trabalho em plataformas cooperativas.

Uma reportagem da BBC (2020b) entrevistou o apoiador do movimento de plataformas cooperativas, Rafael Grohmann que declarou que o cooperativismo de plataforma parte da ideia de que “a tecnologia não é neutra. As plataformas, do modo como são construídas, têm uma gestão algorítmica que acaba beneficiando as empresas”.

De acordo com a reportagem, o processo de criação de uma cooperativa para concorrer com as grandes plataformas não é barato e nem simples e por isso necessita do apoio de uma rede (BBC, 2020).

Nesse sentido, a área de pesquisa das Universidades pode dar grande contribuição, tanto na dimensão crítica, no que concerne aos debates sobre fomento público, quanto na dimensão técnico/científica, como por exemplo, estudos acerca de “tecnologia social ou apropriada¹⁰⁵”.

¹⁰⁵ “Movimento que orienta o desenvolvimento de produtos, processos, técnicas ou metodologias, pensadas a partir da necessidade dos usuários, por meio da união do conhecimento tradicional das comunidades com o conhecimento técnico, acadêmico e científico, tendo como principal objetivo a inclusão social de determinados grupos não contemplados pela Tecnologia Convencional!” (NASCIMENTO, MELGES, BENINI, 2021, p. 11).

FINALE

O objetivo deste trabalho foi evidenciar os elementos estruturantes da nova precarização do trabalho. A precarização flexível está localizada historicamente no contexto da ascensão do neoliberalismo, da hegemonia do setor financeiro, da reestruturação produtiva e da globalização da economia, e está ligada às práticas sociais decorrentes de tais processos, as quais denominamos práticas flexíveis.

Engendradas na segunda metade do século XX, as práticas flexíveis transbordaram os muros da fábrica para se espalharem por todo o tecido social. Podem ser visualizadas em manifestações diversas, sintetizadas na desregulamentação das relações de trabalho e no esvaziamento dos Estados nacionais, promovendo, assim, a “regulação da desregulamentação” – a regulação via mercado – em todas as dimensões da vida social. As práticas flexíveis visam a obtenção de submissão dos trabalhadores, criando concorrência, alimentando crenças em formas de gestão hierarquizadas e buscando destruir os mecanismos de resistência da classe trabalhadora. Para contrapor as práticas flexíveis que intensificam a precariedade, os trabalhadores devem organizar práticas emancipatórias e de resistência.

As categorias identificadas foram o capitalismo flexível, a empresa flexível, a flexibilidade – ou regulação flexível –, a passagem da subsunção formal à subsunção real e a precarização social, a expressão máxima do neoliberalismo, que promove a destruição das bases de solidariedade da comunidade. Categorias e práticas são elementos indissolúveis da sua historicidade e, portanto, não se pode permitir uma leitura que promova uma separação das relações entre mundo do trabalho e relações sociais, históricas e políticas.

Para identificar os elementos da nova precarização do trabalho, foi elaborado um mapa conceitual. Cabe ressaltar que o mapa não é um fim em si, não podendo sozinho expressar a complexidade da realidade, devendo ser entendido como uma ferramenta, um meio de apreensão e crítica do real-concreto. Por meio de uma representação visual das relações de causalidade dos elementos constitutivos da nova precarização do trabalho, o mapa conceitual contribui para uma apreensão abrangente do fenômeno em tela, explicitando conexões, fatos históricos e as principais práticas sociais do paradigma neoliberal. O mapa fornece uma imagem-síntese que pode ser utilizada como para novas pesquisas e contribuir para a crítica dentro do campo dos estudos organizacionais.

Faz-se necessária uma ressalva importante a respeito do fenômeno da precarização do trabalho: a excepcionalidade da tese da erosão do Estado de Bem-Estar Social, indicando uma limitação dessa experiência aos países ricos. Tal forma de proteção social ampla nunca foi realidade nos países pobres. Contudo, em que pese a não particularidade de tal tese para a América Latina ou outras nações “periféricas”, há elementos-chave que contribuem para o entendimento do processo de precarização que se aprofunda ainda mais em tais países, pois, ainda que haja diferenças contextuais e históricas, existem elementos gerais – como a globalização, a flexibilização, desregulações, entre outros – que perpassam todo o mundo do trabalho e formam um processo comum.

A ideia de uma regulação via mercado desconfigura as relações humanas e deteriora a subjetividade dos seres que compõem o intrincado e delicado laço social. O trabalho é central na configuração do ser, e, portanto, o sujeito não pode ser alienado ou alijado dos processos decisórios, sob o risco de profunda violação do indivíduo. Por conseguinte, argumentamos que a explicitação, por quaisquer meios – incluindo o mapa conceitual –, das relações de exploração do trabalho constitui um elemento de contribuição às lutas emancipatórias.

Assim chegamos ao fim da nossa concertação, isto é, o entendimento de que a precarização flexível do trabalho é formada por certas práticas sociais e conformada pelos discursos flexíveis da vulgata neoliberal, tendo a linguagem, portanto, certa centralidade na remoção de obstáculos institucionais para o erguimento da nova ordem econômica, a ordem neoliberal. Conseqüentemente, a linguagem tem importância fulcral na intensificação da exploração da classe trabalhadora, além de fornecer os subsídios necessários para a colonização de todas as dimensões da vida social aos ditames do mercado.

Reconhecida a importância do discurso para a conformação das práticas flexíveis, este estudo se apoiou na Análise Crítica do Discurso (ACD) de Fairclough que entende o discurso como uma prática social reprodutora da ordem dominante e ao mesmo tempo potencialmente transformadora da realidade social, seja resistindo, ressignificando, ou reconfigurando elementos da ordem discursiva.

Os discursos da Revista Exame e da empresa Rappi evidenciaram as diversas estratégias de disseminação da ordem discursiva hegemônica por meio: da legitimação, formada pela racionalização, universalização e narrativização; da dissimulação, por meio do deslocamento semântico e da eufemização; da unificação, cujo conteúdo é a padronização e a simbolização da unidade; da fragmentação, por meio da diferenciação e

expurgo do outro; e, finalmente, da reificação, fazendo uso da naturalização, da eternalização e da nominalização/passivização.

Perpassam os discursos hegemônicos selecionados várias sentenças genéricas, retórica vazias e um ostensivo fatalismo econômico. Sempre que necessário é feito uso de antíteses para opor os que defendem a desregulação daqueles que buscam fortalecer as leis de trabalho. Dessa maneira, os que apoiam a mudança (a sofisticada regulação da desregulação) são modernizadores e defensores de crianças descalças, ao passo que os outros são “idiotas” ou “barulhentos grupos de interesses”. Cabe destacar vários deslocamentos semânticos para dar valor positivo às mudanças desejadas. Assim, a palavra “regulação” aparece de forma positiva para dar “segurança jurídica às empresas”. Mas a regulação anterior, a CLT, é velha, rígida, paternalista e ultrapassada.

Há a presença constante de interdiscursos, símbolos e definições que podemos exemplificar com as frases “a maior crise econômica da história”, “sem elas (as reformas) é certo que a crise voltará a se aprofundar”, “agenda agressiva”, “modernizar o país”, “a lista de disfunções da economia brasileira pede mais consenso”, “grande revolução”, “não é por meio de política”, “é insano que não apoiem o empreendedorismo”, “não se sai da pobreza sem jogar as regras de mercado”, entre outras.

Ademais, por meio da análise crítica do discurso foi possível evidenciar, no que tange as relações uberizadas de trabalho, que o discurso do empreendedorismo é uma conformação e/ou legitimação da formação da prática flexível da terceirização irrestrita.

Em contraposição aos discursos da ordem foi apresentado um discurso contra-hegemônico, cujo conteúdo pode ser sintetizado como a necessidade da organização coletiva das trabalhadoras e trabalhadores, reconhecendo, dessa maneira, que as relações econômicas devem ser politizadas, que há alternativas.

Esta pesquisa rejeita peremptoriamente o “credo neutralista”, e entende que a ciência é produzida em um campo de disputas. Dessarte, o estudo aqui realizado ocorreu sob a admoestação de que a ACD é um referencial teórico-metodológico essencialmente crítico e orientado para questões emancipatórias, que privilegia problemas sociais do mundo contemporâneo bem como busca desnaturalizar convenções, ideologias e discursos dominantes.

Entendemos que a pesquisa aqui apresentada é capaz de, conforme preconiza Misoczky (2005, p. 128) trazer uma “compreensão modesta, mas não relativista, do conhecimento verdadeiro”, o que torna possível “um ganho epistêmico, onde o que conta é o poder explicativo em sua contribuição para práticas sociais”.

O reconhecimento dessa modesta contribuição traz também o reconhecimento dos limites deste nosso estudo. Reconhecemos, como administradores que somos, nossa deficiência em fazer análises linguísticas. Portanto, nosso primeiro reconhecimento é de que a análise dos discursos poderia ser muito mais explorada.

Da mesma forma, questões importantes concernentes à precarização flexível, tais como o fenômeno da “pejotização” não foram abordadas. Também ficou de fora uma discussão sobre a Reforma da Previdência, chamada de “a reforma das reformas” pela Revista Exame na mesma reportagem da qual fizemos a análise.

Outro ponto digno de nota é a ausência de uma discussão acerca da cobertura teórica do *mainstream* a respeito das mudanças nas relações econômicas encetadas pela ordem neoliberal. Nesse sentido era necessária adicionar uma questão a este tema: é possível identificar a instrumentalização ideológica da ciência como substrato para a legitimação das mudanças no mundo do trabalho? Desafortunadamente não pudemos explorar a fundo essa questão dentro dos limites desta pesquisa.

Outrossim, uma dimensão de grande importância não foi discutida, a saber, este estudo não abordou de forma direta os sujeitos precarizados, isto é, aqueles que sofrem a precarização e têm suas vidas marcadas pela insegurança e instabilidade. Nesse sentido, uma pesquisa quantitativa no âmbito do estado de Mato Grosso do Sul para mapear as condições de trabalho dos entregadores e entregadoras, bem como para identificar quem são estes sujeitos, pode resultar em uma grande contribuição científica.

Feitos os reconhecimentos de alguns dos limites deste estudo, deixamos aqui nosso encaminhamento reflexivo. A regulação da vida social via mercado é a grande Lei institucionalizadora da sociedade de mercado. Diante da lei o trabalhador e a trabalhadora não devem se intimidar. A ordem do mundo, no conto kafkaniano, como assevera Löwy (1989), é uma ordem fundada sobre a mentira, isto é, uma ordem corrupta. Portanto a ela não devemos nos submeter. Ademais, como argumentam Antunes e Filgueiras (2020), a luta por direito e pela efetividade do direito é um desafio central do movimento dos trabalhadores, uma vez que a luta da classe capitalista/ociosa é a tentativa da subordinação/subsunção total do trabalho. Retirando, se possível, todos os direitos da classe trabalhadora, pois somente assim o imperativo econômico da acumulação pode seguir seu curso.

Nesse sentido, compartilhamos com Mészáros (2005) o entendimento de que há um desemprego crônico e uma precariedade brutal que não podem ser transcendidos, pois são um limite absoluto do sistema de capital em todas as suas variáveis. Portanto, apenas

a instituição de uma ordem social diferente – uma alternativa totalmente cooperativa, de forma não hierárquica de tomada de decisão no plano reprodutivo, cultural e político, coordenadas de maneira abrangente sem desagregação de antagonismos irreconciliáveis – pode superar o desemprego globalizado que resulta em uma profunda desumanidade. Por conseguinte, vivemos um momento histórico em que há a necessidade de instituir urgentemente uma alternativa à ordem social estabelecida, alternativa que passa necessariamente por alterações na organização do trabalho, como forma de erradicar as terríveis desigualdades que nos assolam.

Com efeito, conforme defende Bourdieu (1998b, p. 54), são necessárias ideias e medidas que inspirem uma “vontade de romper com o fatalismo do pensamento neoliberal, de “desfatalizar” politizando, substituindo a economia naturalizada do neoliberalismo por uma economia de felicidade”, que abra “lugar em seus cálculos aos custos em sofrimento e aos lucros em realização pessoal, que o culto estritamente economicista da produtividade e da rentabilidade ignora”.

Outrossim, conforme preconiza Fromm (1958, p. 170), a máquina econômica deve servir ao ser humano “em vez de servir-se dele. Deve ele ficar capacitado a compartilhar da experiência, a compartilhar do trabalho, em vez de, no melhor dos casos, compartilhar dos lucros”. Desse modo, “a sociedade deve ser organizada de modo tal que a natureza social e amorosa do ser humano não se separe de sua existência social, mas se unifique com ela”.

Por fim, entendemos que há no modo de produção capitalista a necessidade de uma lógica de fragmentação da humanidade para a manutenção das relações de produção, uma contradição fundamental que se manifesta por meio da alienação mantendo a hegemonia do poder. Somente por meio da cooperação da classe que vive do trabalho, da retomada da consciência de si, do pensamento e da ação que mudanças substantivas podem ser operadas, assim erradicando a exploração e, conseqüentemente, a precarização/precariedade do trabalho.

EXCURSO 1 – REVISÃO SISTEMÁTICA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

1 INTRODUÇÃO

As mudanças ocorridas no mundo do trabalho e o novo processo de precarização oriundo das alterações dos arranjos produtivos revelam um processo histórico de enfraquecimento crescente da classe trabalhadora. Dessa forma, considerando a importância da discussão, entendemos que elaborar uma Revisão Sistemática (RS) a respeito do tema poderia lançar luz a algumas questões não abordadas ou apenas abordadas tangencialmente.

De acordo com Kitchenhan (2004), Sampaio e Mancini (2007) e Guanilo, Takahashi e Bertolozzi (2011), a Revisão Sistemática é uma metodologia rigorosa que objetiva identificar, avaliar e interpretar toda a pesquisa disponível relevante para uma questão de pesquisa específica, área temática ou fenômeno de interesse, sendo indicada para evidenciar eventuais lacunas no campo científico a fim de sugerir áreas para futuras investigações. Na mesma linha, para Morandi e Camargo (2015, p. 142), revisões sistemáticas “são estudos secundários utilizados para mapear, encontrar, avaliar criticamente, consolidar e agregar os resultados de estudos primários” direcionados para uma questão de estudo específica, podendo identificar lacunas.

A Revisão Sistemática, como método de coleta e tratamento de dados, busca captar, reconhecer e sintetizar informações de uma determinada fonte de estudos pré-selecionada, coletando evidências sobre um determinado tema. Ela tem caráter retrospectivo, por ser uma investigação em si mesma, e deve oferecer um resultado replicável e transparente (IGARASHI; IGARASHI; BORGES, 2015).

Essa forma de condução de pesquisa tem sido amplamente utilizada na Administração com crescimento consolidado entre os anos 2010 e 2020 (MENDES-DASILVA, 2019). É possível identificar diversos roteiros e protocolos para a realização de uma RS (KHAN *et al*, 2003; ROTHER, 2007; FISCH; BLOCK, 2018; GALVÃO; RICARTE, 2019), mas considera-se que a robustez dos protocolos apresentados sustenta a qualidade dos resultados encontrados pelos pesquisadores. Como alertam Galvão e Ricarte (2019), o rigor dos protocolos procura oferecer uma lógica ao *corpus* documental, evidenciando as potencialidades e fragilidades do objeto e do método.

Para este trabalho foram adotados os procedimentos sugeridos por Mendes-Da-Silva (2019) por compreender que estão adequados ao objetivo traçado, assim como para o objeto e sua temática, cujas etapas contemplam: 1) formalização da pergunta; 2) localização dos estudos; 3) avaliação crítica dos estudos, utilizando critérios de inclusão e exclusão; 4) coleta de dados nos estudos; 5) análise e apresentação de dados; e 6) interpretação dos dados.

A construção de uma RS pode contribuir para a identificação de divergências no capô de estudo ou da ausência de alguma abordagem sobre o tema, contribuindo, dessa forma, para a constituição de uma agenda de pesquisa (BOLDERSTON, 2008). Nesse sentido, esta RS tem como objetivo identificar lacunas de pesquisa acerca do tema precarização do trabalho.

Assim, seguindo as etapas descritas anteriormente, foram conduzidas buscas de trabalhos publicados nas plataformas *Scientific Periodicals Electronic Library* (SPELL) e *Web of Science* (WoS) que mencionassem, em qualquer parte do texto, as expressões descritas na tabela 4, com recorte temporal de 2010 a 2020.

Tabela 4 Termos usados nas buscas

Termo de consulta	WoS	SPELL
Precarização do trabalho	0	44
Precariedade do trabalho	0	21
<i>Precarization of work</i>	5	11
<i>Precariousness of work</i>	14	34
<i>Precarization of labor</i>	5	6
<i>Precariousness of labor</i>	4	15
<i>Precarization of labour</i>	2	0
<i>Precariousness of labour</i>	2	3
Total	32	134

Fonte: Dados da pesquisa

Tabela 5 Síntese da etapa 3

Total de Artigos das Bases	
	66
Duplicados identificados StArt	8
Artigos para verificação etapa 3	8
Critérios	
(E) Fora da área de concentração (Adm/Contab/Turismo)	2
(E) Publicado em periódico de qualis inferior a B2 (ou A4 na nova classificação).	2
(E) Duplicidade por publicação em 2 idiomas	
(E) Escopo (citação do tema de forma superficial, sem abordá-lo diretamente)	
Total de Artigos Selecionados	5

Fonte: Dados da pesquisa

A tabela 5 apresenta os critérios de exclusão dos trabalhos. Por meio de utilização do software StArt, foram identificadas 78 duplicações. Posteriormente foi feita uma consulta ao ISSN de cada revista na plataforma Sucupira, para verificação de *Qualis* e área de concentração. Nessa etapa foram excluídos vinte e dois artigos

Por fim, foi feita uma leitura integral de cada artigo. Aqueles que tiveram em seu corpo a expressão “precarização”, contudo, não relacionado ao tema do trabalho, ou apenas citando a expressão de forma tangencial, foram descartados.

2 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Apresentamos nesta seção o resultado das etapas de extração e avaliação dos dados, resultando no *corpus* final que integrou o estudo, onde são apresentados os autores, ano da publicação e título do trabalho.

Tabela 6 Revisão sistemática *corpus* final

No.	Autor	Ano	Título
1	André, Silva e Nascimento	2019	“Precário não é, mas eu acho que é escravo”: análise do trabalho dos motoristas da Uber sob o enfoque da precarização.
2	Barros e Honório	2015	Riscos de adoecimento no trabalho de médicos e enfermeiros em um hospital regional mato-grossense.
3	Béhar	2019	Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica.

4	Carmo e Barata	2017	Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização.
5	Cassandre, Senger, Amaral e Falleiros Neta	2013	Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo.
6	Cassundé, Barbosa e Mendonça	2016	Terceirização e precarização do trabalho: levantamento bibliométrico sobre os caminhos críticos da produção acadêmica em administração.
7	Comin e Pauli	2018	The meaning of work, organizational socialization and work context: the perspective of migrant workers.
8	Costa	2017	Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente.
9	Druck	2016	Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers.
10	Enoque e Borges	2019	"O velho e o moço...": olhares sobre o trabalho de cuidadores domiciliares de idosos.
11	Enoque, Borges e Saraiva	2015	"Minha Casa, meu trabalho...": trabalho domiciliar na indústria de confecções de Goiás.
12	Ferreira, Nascimento e Salvá	2014	Professor: profissão de risco. Uma análise do impacto da gestão de IES privadas sobre o trabalho docente.
13	Franco e Ferraz	2019	Uberização do trabalho e acumulação capitalista.
14	Franco, Sigahi e Saltorato	2018	Autogestão, politécnica e organização do trabalho: um estudo etnográfico em uma cooperativa de reciclagem de Sorocaba/SP.
15	Gemelli, Closs e Fraga	2020	Multiformidade e pejotização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível.
16	Geppert e Hollinshead	2017	Signs of dystopia and demoralization in global academia: reflections on the precarious and destructive effects of the colonization of the Lebenswelt.
17	Linhares e Siqueira	2014	Vivências depressivas e relações de trabalho: uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica.
18	Lisboa, Carvalho Neto, Nunes e Lima	2011	Desafios da gestão de pessoas em empresas do segmento logístico de distribuição de bebidas.
19	Lobato, Caldas e Silveira Costa	2016	Mercado de trabalho e empregabilidade sob a lógica do capital: representações sociais do secretário executivo no Amapá.
20	Magalhães, Santos, Sales e Saraiva	2011	Primarização e relações de trabalho em uma empresa mineradora de Minas Gerais
21	Magnin, Faria, Penteado e Takahashi	2020	Produtivismo na pós-graduação em administração: posicionamentos dos pesquisadores brasileiros, estratégias de produção e desafios enfrentados.
22	Maitan Filho e Simões	2015	Relações de poder e controle na indústria automobilística.
23	Marin	2020	Juventudes rurais: projetos de emancipação social.
24	Martins e Honório	2014	Prazer e sofrimento docente em uma Instituição de ensino superior privada em Minas Gerais.
25	Matias, Silva e Farago	2020	Precarization of work and migration: a review of the international literature.
26	Nascimento, Araújo e Almeida	2018	Precarização do emprego em um hospital público de Sergipe: um estudo de caso com profissionais da enfermagem.
27	Nogueira	2019	Expressões da precarização no trabalho do agente comunitário de saúde: burocratização e estranhamento do trabalho.
28	Nogueira e Oliveira	2015	Mercantilização e relações de trabalho no ensino superior brasileiro.

29	Paiva, Peixoto e Luz	2014	Valores organizacionais e do trabalho: um estudo com professores de uma escola filantrópica e confessional de Belo Horizonte (MG).
30	Pereira, Bizarria e Tassigny	2019	Desafios e perspectivas da gestão do trabalho na política pública de assistência social brasileira.
31	Pereira, Tassigny e Bizarria	2017	Terceirização e precarização do trabalho na política pública de assistência social.
32	Pithan, Vaclavik e Oltramari	2020	Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas.
33	Pontara, Picchiali e Albertini	2013	A disponibilidade da força de trabalho e sua relação com os serviços de alimentação: a percepção dos gestores de bares e restaurantes de Campinas-SP
34	Salimon e Siqueira	2013	Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor.
35	Santana e Dourado	2018	O programa Bolsa Família na comunidade Ponte dos Carvalhos/PE: suas implicações políticas e o que está sob o manto do discurso.
36	Santos, Barbosa, Cassundé e Lima	2019	Egressos do sistema prisional e gestão de pessoas em organizações alagoanas.
37	Santos, Nunes, Pereira, Góes, Ferreira, Santos, Florentino e Melo	2020	Associação entre variáveis relacionadas à precarização e afastamento do trabalho no campo da enfermagem.
38	Santos, Santos, Sampaio, Melo, Souza e Pires	2020	Intensidade do trabalho em enfermagem nos hospitais públicos.
39	Saraiva, Ferreira e Coimbra	2012	Relações de trabalho em empresas terceirizadas sob a ótica dos trabalhadores: um estudo no setor de mineração.
40	Silva e Freitas	2016	Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil
41	Silva e Lourenço	2018	O poder disciplinar enquanto uma dimensão da cultura organizacional: um estudo multicase em instituições de ensino superior privadas.
42	Souza e Lemos	2016	Terceirização e resistência no Brasil: o projeto de lei n. 4.330/04 e a ação dos atores coletivos.
43	Souza, Lemos e Silva	2020	Metamorfoses de um discurso: carreiras sem fronteiras e o novo espírito do capitalismo.
44	Vasconcellos e Delboni	2015	Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empreendedoras no estado de São Paulo.
45	Vieira e Chinelli	2013	Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS.

Fonte: Dados da pesquisa

Dos quarenta e cinco artigos analisados não foi identificado nenhum trabalho que tenha se valido do aparato teórico-metodológico da ACD para análise de dados empíricos. Interessantemente, três artigos citaram Fairclough (34, 42 e 43), mas como uma referência ao discurso ou para sustentar alguma discussão sobre as novas formas de capitalismo. Alguns artigos (10, 11 e 39) utilizaram a Análise de Discurso francesa como método. Houve artigo que dialogou com Bakhtin e Orlandi para tratar de ideologia. Os artigos 34 e 42 discutiram alguns conceitos de Fairclough, mas a base principal utilizada para a

análise foi Foucault. Por fim, não houve trabalho que fizesse uma interlocução entre os campos do marxismo e do institucionalismo.

Neste ponto cabe uma importante ressalva: varreduras em outras plataformas ou a diminuição da restrição do *Qualis* dos trabalhos consultados, apresentariam diferentes resultados.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, L. C. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, 39(1), 12-26, 2020.
- ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMAN, R. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, mai-ago 2021, p. 26-56. 2021.
- ADASCALITEI, D.; PIGNATTI MORANO, C. Drivers and effects of labour market reforms: Evidence from a novel policy compendium. **IZA J Labor Policy** v. 5, n. 15, 2016.
- AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS. Câmara dos Deputados. **MP extingue contribuição sindical na folha de pagamento**; quitação só por boleto. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/552912-mp-extingue-contribuicao-sindical-na-folha-de-pagamento-quitacao-so-por-boleto/>. Acesso em 27/04/2022.
- AGÊNCIA SENADO. Senado Federal. **Impeachment de Dilma Rousseff marca ano de 2016 no congresso e no Brasil**, 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/28/impeachment-de-dilma-rousseff-marca-ano-de-2016-no-congresso-e-no-brasil>. Acesso em 27/04/2022.
- ALIANÇA BIKE. **Pesquisa de perfil dos entregadores ciclistas de aplicativo**. 2019. Disponível em: <https://aliancabike.org.br/pesquisa-de-perfil-dos-entregadores-ciclistas-de-aplicativo/>. Acesso em maio de 2022.
- ALTHUSSER, L. Materialismo histórico e materialismo dialético. In: ALTHUSSER, L.; BADIOU, A. **Materialismo histórico e materialismo dialético**. São Paulo: Global Editora, 1986.
- ALVES, G. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.
- ALVES, G. **Trabalho e subjetividade** – o espírito do Toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.
- ANDRÉ, R. G.; DA SILVA, R. O.; NASCIMENTO, R. P. “Precário não é, mas eu acho que é escravo”: Análise do Trabalho dos Motoristas da Uber sob o Enfoque da Precarização. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 18, n. 1, p. 7-34, 2019.
- ANTUNES, R. L. C. De Vargas a Lula: caminhos e descaminhos da legislação trabalhista no Brasil. **Pegada**, vol. 7, n. 2, novembro de 2006.
- ANTUNES, R. L. C. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009a.

ANTUNES, R. L. C. Século XXI: nova era da precarização estrutural do trabalho? In: ANTUNES, R., BRAGA, R. (Org.). **Infoproletários: degradação real do trabalho virtual**. São Paulo: Boitempo, 2009b.

ANTUNES, R. L. C. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. L. C.; ALVES, G. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, 25(87), 335-351, 2004.

ANTUNES, R. L. C.; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, abr./jul. 2020.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). **Marxismo e filosofia da linguagem**. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira com a colaboração de Lúcia Teixeira Wisnik e Carlos Henrique D. Chagas Cruz. Prefácio Roman Jakobson. Apresentação Marina Yaguello. 12ª Edição, São Paulo: Hucitec, 2006.

BARROS, N. M. G. C.; HONÓRIO, L. C. Riscos de Adoecimento no trabalho de médicos e enfermeiros em um hospital regional mato-grossense. **Rege - Revista de Gestão USP**. São Paulo – SP, Brasil, v. 22, n. 1, p. 21-39, jan./mar. 2015.

BATINGA, G. L. **Nas fronteiras entre o formal, o informal e o ilegal: o lado obscuro do mercado de moda *fast fashion* no contexto brasileiro**. 214 f. Tese (Doutorado). PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte, MG, 2018.

BAUER, M. W.; AARTS, B. A construção do corpus: um princípio para a coleta de dados qualitativos. In **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**/Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BAUER, M. W.; GASKELL, G.; ALLUM, N. C. Qualidade, quantidade e interesses de conhecimento. Evitando confusões. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**/Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BBC. **Coronavírus: EUA são acusados de 'pirataria' e 'desvio' de equipamentos que iriam para Alemanha, França e Brasil**. 2020. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-52166245>. Acesso em 12 de abril de 2022.

BBC. **“Adeus, iFood”**: entregadores tentam criar cooperativa para trabalhar sem patrão. 2020b. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53551592>. Acesso em 12 de abril de 2022.

BÉHAR, A. H. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Revista Organizações & Sociedade** – v. 26, n. 89, p. 249-268, abr./jun. 2019.

BOLDERSTON, A. Writing an effective literature review. **Journal of Medical Imaging and Radiation Sciences**, 39(2), 86-92, 2008.

BOLLE, W. **Grandesertão.br**: o romance de formação do Brasil. (Coleção Espírito Crítico). São Paulo: Editora 34, 2004.

BOURDIEU, P. O campo científico. Reproduzido de BOURDIEU, P. Le champ scientifique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, n. 2/3, jun. 1976, p. 88-104.

BOURDIEU, P. **La distinction**. Critique sociale du jugement. Paris: Les éditions de minuit, 1979.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, P. A opinião pública não existe. In: THIOLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social & enquête operária**. São Paulo, Polis, 1987.

BOURDIEU, P. Le champ économique. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Économie et Économistes**. 119(1), 48-66, 1997.

BOURDIEU, P. A reasoned utopia and economic fatalism. **New Left Review**, v. 227, p. 25-30, 1998a.

BOURDIEU, P. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Tradução Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998b.

BOURDIEU, P. **A distinção**: crítica social do julgamento. 2ª. edição revista. Porto Alegre, RS: Zouk, 2011a.

BOURDIEU, P. **Razões Práticas**: Sobre a Teoria da Ação. Campinas, SP: Papyrus, 2011b.

BRAGA, R. Precariado e sindicalismo no Brasil contemporâneo: Um olhar a partir da indústria do call center. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 103, p. 25-52, 2014.

BRAIT, B.; PISTORI, M. H. C. Marxismo e filosofia da linguagem: a recepção de Bakhtin e o Círculo no Brasil. **Bakhtiniana**, São Paulo, 15 (2): 33-63, abril/jun. 2020.

BRASIL. **Lei 13.467**, de 13 de julho de 2017. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT. Brasília, 2017. Lei disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em 04/05/2019.

- BRASIL. **Medida Provisória número 873**, de 1º. de março de 2019. Altera Disposições sobre a Contribuição Sindical. Brasília. 2019. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/Mpv/mpv873.htm.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.
- CAMPOS, A. S. Sindicalismo na pandemia: em busca de legitimidade e protagonismo. In: OLIVEIRA, D; POCHMANN, M. (org.) **A devastação do trabalho: a classe do labor na crise da pandemia**. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.
- CARMO, R. M.; BARATA, A. Teoria social da austeridade: para uma crítica do processo de precarização. **Rev. Serv. Público Brasília**. 68 (2) 319-342 abr/jun 2017.
- CASAGRANDA, L.; ZAMORA, M. A. M; OVIEDO, C. F. The uber driver is not an entrepreneur. **RAM**, 22 (2), 2021.
- CASSANDRE, M. P.; SENGER, C. M.; AMARAL, W. R.; FALLEIROS NETA, E. V. Políticas públicas para a geração de trabalho e renda: economia solidária no paradoxo entre oportunidade e oportunismo. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, volume 7 · número 17 · p. 167-185, maio/agosto 2013.
- CASSUNDÉ, F. R.; BARBOSA, M. A. C.; MENDONÇA, J. R. C. Terceirização e precarização do trabalho: levantamento bibliométrico sobre os caminhos críticos da produção acadêmica em Administração. **Teoria e Prática em Administração**, v. 6, n. 1, pp. 172-194, 2016.
- CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social: una crónica del salariado**. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- CASTELÃO-LAWLESS, T. A presença da psicologia analítica de Carl Gustav Jung na epistemologia de Gaston Bachelard. **Reflexão**, Campinas, 30(88), p. 11-18, jul./dez., 2005.
- CAVALCANTI, B. M.; VENERIO, C. M. S. Uma ponte para o futuro?: reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **Revista de informação legislativa: RIL**, v. 54, n. 215, p. 139-162, jul./set. 2017. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139>. Acesso em maio de 2022.
- CEPEDISA-USP. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19: Mapeamento e análise das normas jurídicas de resposta à Covid-19 no Brasil**". 2021. Recuperado de: <https://cepedisa.org.br/>.
- CHARAUDEAU, P. Uma análise semiolinguística do texto e do discurso In : PAULIUKONIS, M. A. L.; GAVAZZI, S. (Orgs.) **Da língua ao discurso: reflexões para o ensino**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

CHARAUDEAU, P. Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática. **Revista Diadorim** / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Volume 10, dezembro, 2011.

CHAUÍ, M. **O que é ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de Símbolos**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

COLOMBI, B. L. P. A precarização do trabalho em foco: rebatimentos para os assistentes sociais do judiciário. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127, p. 574-586, set/dez 2016.

COMIN, L. C.; PAULI, J. The Meaning of Work, Organizational Socialization and Work Context: The Perspective of Migrant Workers. **RAM – Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, 2018.

COSTA, M. D. S. Terceirização no Brasil: velhos dilemas e a necessidade de uma ordem mais incluyente. **Cadernos Ebape.BR**, v. 15, n. 1, p. 115-131, 2017.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

D'ARISBO, A.; BOFF, D.; OLTRAMARI, A. P.; SALVAGNI, J. Regimes de flexibilización y sentidos del trabajo para docentes de enseñanza superior en instituciones públicas y privadas. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 16, n. 2, p. 495-517, 2018.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Nota Técnica número 178**: a reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil. Maio, 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudotecnico/reformaTrabalhista.html>. Acesso em 07/01/2022.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Reforma trabalhista riscos e perdas impostos pelo PL 6.787/2016 aos trabalhadores e ao movimento sindical**. 2017b. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/estudotecnico/reformaTrabalhista.html>. Acesso em 07/01/2022.

DIGILABOUR. **Coletivos e cooperativas de entregadores no Brasil**, 2020. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/07/26/coletivos-e-cooperativas-de-entregadores-no-brasil/>. Acesso em 23/05/2022.

DRUCK, G. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, v. 24, (SPE1), p. 37-57, 2011.

DRUCK, G. Unrestrained outsourcing in Brazil: more precarization and health risks for workers. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 32, n. 6, 2016.

EAGLETON, T. **Ideologia**. Uma introdução. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Editora Boitempo, 1997.

ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F. "O velho e o moço...": olhares sobre o trabalho de cuidadores domiciliares de idosos. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 20, p. 344-361, jan./dez. 2019.

ENOQUE, A. G.; BORGES, A. F.; SARAIVA, L. A. S. "Minha Casa, meu Trabalho...": Trabalho Domiciliar na Indústria de Confecções de Goiás. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 1, pp. 130-158, 2015.

EPPLER, M. J. A comparison between concept maps, mind maps, conceptual diagrams, and visual metaphors as complementary tools for knowledge construction and sharing. **Information visualization**, 5(3), 202-210, 2006.

ESTANQUE, E. Rebeliões de classe média? Precariedade e movimentos sociais em Portugal e no Brasil (2011-2013). **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, 53-80, 2014.

FAIRCLOUGH, N. Critical and descriptive goals in discourse analysis. **Journal of pragmatics**, 9(6):739-763, 1985.

FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.

FAIRCLOUGH, N. L. Discourse, social theory, and social research: the discourse of Welfare Reform. **Journal of Sociolinguistics** 4/2, 2000.

FAIRCLOUGH, N. 2002. Representaciones del cambio en el discurso neoliberal. **Cuaderno de Relaciones Laborales**, 2002.

FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FAIRCLOUGH, N. A dialética do discurso. **Revista Teias**, 11(22), 225-234, 2010.

FAIRCLOUGH, N; GRAHAM, P. Marx as a critical discourse analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Sociolinguistic Studies**, 2002.

FAIRCLOUGH, N., MELO, I. F. Análise crítica do discurso como método em pesquisa social científica. **Linha d'Água**, v. 25, n. 2, p. 307-329, 2012.

FAIRCLOUGH, N.; WODAK, R. Análisis crítico del discurso. IN: VAN DIJK, T. A. (Coord.). **El discurso como interacción social. Estudios sobre el discurso II: una introducción multidisciplinaria**, p. 367-404, Barcelona: Gedisa, 2000.

FAIRWORK BRASIL. **Fairwork Brasil 2021: por trabalho decente na economia de plataformas**, 2021. Disponível em: <https://fair.work/wp-content/uploads/sites/131/2022/03/Fairwork-Report-Brazil-2021-PT-1.pdf>. Acesso em março de 2022.

FARIA, J. H. Análise de discurso em estudos organizacionais: as concepções de Pêcheux e Bakhtin. **Teoria e Prática em Administração**, v. 5, n. 2, 2015.

FARIA, J. H. Análise crítica de conteúdo: concepção, processo e método. Curitiba: **EPPEO**. Texto para Discussão, 2017

FARIA, J. H.; KREMER, A. Reestruturação produtiva e precarização do trabalho: o mundo do trabalho em transformação. **Revista Eletrônica de Administração**, v. 10, n.5, 2004.

FARIA, J. H.; MENEGHETTI, F. K. O sequestro da subjetividade e as novas formas de controle psicológico no trabalho. In: FARIA, J. H. (Org.). **Análise crítica das teorias e práticas organizacionais**. São Paulo: Atlas, 2007.

FERREIRA, P. C. A. S.; NASCIMENTO, R. P. SALVÁ, M. N. R. Professor: profissão de risco. Uma análise do impacto da gestão de IES privadas sobre o trabalho docente. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, mai/ago 2014.

FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Salariômetro**, boletim de maio de 2021. Disponível em: <http://salariometro.fipe.org.br/home>.

FISCH, C.; BLOCK, J. Six tips for your (systematic) literature review in business and management research. **Management Review Quarterly**, 68(2), 103-106, 2018.

FISHER, M. **Realismo Capitalista**. Autonomia literária, 2009.

FOLHA. **Entrevista com Benjamin Steinbruch**, 2014. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/poderepolitica/2014/09/1523953-posso-ate-dilmar-diz-benjamin-steinbruch.shtml>. Acesso em 08 de jun. 2021.

FOSTER, J. B. Apresentação in: MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANCO, D. S.; FERRAZ, D. L. D. S. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos Ebape.BR**, v. 17, (SPE), p. 844-856, 2019.

FRANCO, T.; DRUCK, G.; SELIGMANN-SILVA, E. As novas relações de trabalho, o desgaste mental do trabalhador e os transtornos mentais no trabalho precarizado. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, 35(122), 229-248, 2010.

FRANCO, G. M.; SIGAHI, T. F. A. C.; SALTORATO, P. Autogestão, politécnica e organização do trabalho: um estudo etnográfico em uma cooperativa de reciclagem de Sorocaba/SP. **Revista de Gestão Social e Ambiental - RGSA**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 02-20, set./dez. 2018.

FROMM, E. **A arte de amar**. Belo Horizonte: Itatiaia Editora, 1958.

GALVÃO, M. C. B., RICARTE, I. L. M. Revisão sistemática da literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da informação**, 6(1), 57-73, 2019.

GEMELLI, C. E.; CLOSS, L. Q.; FRAGA, A. M. Multiforridade e pejotização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **REAd**. Porto Alegre – vol. 26 – n.º 2 – maio / agosto 2020.

GEPPERT, M. HOLLINSHEAD, G. Signs of dystopia and demoralization in global academia. Reflections on the precarious and destructive effects of the colonization of the Lebenswelt. **Critical Perspectives on International Business**, Vol. 13 Issue: 2, 2017.

GIANNOTTI, J. A. Considerações sobre o método. In: MARX, K. **O capital – Livro 1** – Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017.

GILL, R. Análise do discurso. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**/Martin W. Bauer, George Gaskell (editores); tradução de Pedrinho A. Guareschi. – 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

GORANDER, J. Apresentação. In: MARX, K. **O capital – Livro 1** - Crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.

GUANILO, M. C.; TAKAHASHI, R. F.; BERTOLOZI, M. R. Revisão sistemática: noções gerais. **Rev Esc Enferm USP**, 2011.

HABERMAS, J. **Conhecimento e interesse**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 17 ed. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HOBBSBAWM, E. J. **Era dos extremos**. 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

HODGSON, G. M. What are institutions? **Journal of Economic Issues**. Vol. 15, n. 1., 2006.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílio contínua**, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series->

historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego. Acesso em 23/05/2022.

IGARASHI, W.; IGARASHI, D. C. C.; BORGES, B. J. **Systematic review and its potential contribution in " business, management and accounting"**. *Gestão & Regionalidade (Online)*, v. 31, n. 91, 2015.

ILO – International Labour Office. **Global Wage Report 2020–21: Wages and minimum wages in the time of COVID-19**. Geneva: ILO, 2020.

ILO – International Labour Office. **Working from home: from invisibility to decent work**. Geneva: ILO, 2021.

INTERCEPT. **Ifood comprou críticos com cupons no reclame aqui**, 2022. Disponível em: <https://theintercept.com/notas/ifood-comprou-criticos-com-cupons-no-reclame-aqui/>. Acesso em 25/04/2022.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Mercado de trabalho: conjuntura e análise**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Ministério do Trabalho. – v.1, n.0, 2022.

JABAREEN, J. Building a Conceptual Framework: Philosophy, Definitions, and Procedure. **International Journal of Qualitative Methods**. 8(4), 49-62, 2009.

KHAN, K. S.; KUNZ, R.; KLEIJNEN, J.; ANTES, G. Five steps to conducting a systematic review. **Journal of the Royal Society of Medicine**, 96(3), 118-121, 2003.

KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. **Keele, UK, Keele University**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004.

KREIN, J. D. O desmonte dos direitos, as novas configurações do trabalho e o esvaziamento da ação coletiva. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 30, n. 1, abril de 2018.

KREIN, J. D.; COLOMBI, A. P. F. A reforma trabalhista em foco: desconstrução da proteção social em tempos de neoliberalismo autoritário. **Educação & Sociedade**, v. 40, 2019.

LANE, S. T. M. **O que é psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

LANGLEY, A. Strategies for theorizing from process data. **Academy of Management Review**, 24(4), 691-710, 1999.

LEVY JR., M. J. Introduction in VEBLEN, T. **Absentee Ownership and business enterprise in recent times: the case of America**. New Jersey-EUA: Transaction Publishers, 2009.

LIGORI, G.; VOZA, P (Org.). **Dicionário gramsciano**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

- LINHARES, A. R. P. SIQUEIRA, M. V. S. Vivências depressivas e relações de trabalho: uma análise sob a ótica da psicodinâmica do trabalho e da sociologia clínica. **Cad. EBAPE.BR**, v. 12, nº 3, artigo 10, Rio de Janeiro, jul./set. 2014.
- LISBOA, A. M.; CARVALHO NETO, A.; NUNES, S. C.; LIMA, G. S. Desafios da gestão de pessoas em empresas do segmento logístico de distribuição de bebidas. **Revista Gestão & Tecnologia**. Pedro Leopoldo, v. 11, n. 1, p. 68-86, jan./jun. 2011.
- LOBATO, M. G. S.; CALDAS, Y. P.; SILVEIRA COSTA, A. Mercado de trabalho e empregabilidade sob a lógica do capital: representações sociais do secretário executivo no Amapá. **Revista de Gestão e Secretariado - GeSec**, São Paulo, v. 7, n. 1, p. 01-26, jan./abr. 2016.
- LÖWY, M. **Redenção e utopia**: o judaísmo libertário na Europa Central: um estudo de afinidade eletiva. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- LÖWY, M. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento. São Paulo: Cortez, 1998.
- LÖWY, M. **A jaula de aço**: Max Weber e o marxismo weberiano. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MACHIN, S. The decline of labour market institutions and the rise in wage inequality in Britain. **European Economic Review**, v. 41, n. 3-5, p. 647-657, 1997.
- MAGALHÃES, I. A análise de discurso crítica. **D.E.L.T.A.**, 21: Especial, 2005.
- MAGALHÃES, Y. T.; SANTOS, A. R. G.; SALES, V. F. D.; SARAIVA, L. A. S. Primarização e relações de trabalho em uma empresa mineradora de Minas Gerais. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, jan./jun., 2011.
- MAGNIN, L. S. L. T.; FARIA, J. H.; PENTEADO, R. C.; TAKAHASHI, A. R. W. Produtivismo na pós-graduação em Administração: posicionamentos dos pesquisadores brasileiros, estratégias de produção e desafios enfrentados. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**. Porto Alegre, vol. 26, nº 2, p. 265-299, maio/agosto 2020.
- MAITAN FILHO, P. L.; SIMÕES, J. M. Relações de poder e controle na indústria automobilística. **RPCA - Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**. Rio de Janeiro, v.9, n. 2, abr./jun, 2015.
- MARIN, J. O. B. Juventudes Rurais: Projetos de emancipação social. **Desenvolvimento em Questão**. Ano 16, n. 45, out./dez., 2020.
- MARTINS, A. A. V.; HONÓRIO, L. C. Prazer e sofrimento docente em uma instituição de ensino superior privada em Minas Gerais. **Organizações & Sociedade**, 21(68), 835-851, 2014.
- MARTINS, F. R.; LIMA, J. C. As múltiplas faces do trabalho precário e o sindicalismo: a experiência brasileira. **Trabajo y sociedad**, v.27, p. 93-108, 2016.

- MARX, K. **Miséria da filosofia**. Porto: Publicações Escorpião, 1976,
- MARX, K. **O capital – Livro 1, Tomo 1** - Crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996.
- MARX, K. **O capital – Livro 1, Tomo 2** - Crítica da economia política. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996b
- MARX, K. **O capital – Livro 1** – Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017a.
- MARX, K. **O capital – Livro 3** – Crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2017b.
- MATIAS, G. P.; SILVA, G. R. R.; FARAGO, F. E. Precarization of work and migration: a review of the international literature. **Internext**. São Paulo, v. 15, n. 1, p. 19-36, jan./abril, 2020.
- MAXWELL, J. A. **Qualitative Research Design**. SAGE Publications, 2013.
- MENDES-DA-SILVA, W. Contribuições e limitações de revisões narrativas e revisões sistemáticas na área de negócios. **Revista de Administração Contemporânea**, 23(2), pp 1-11, 2019.
- MÉSZÁROS, I. **The power of ideology**. London: Zed Books, 2005.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MISOCZKY, M. Análise crítica do discurso: uma apresentação. **Gestão.Org**, v. 3, n. 1, jan./abr. 2005.
- MISOCZKY, M. C.; FERREIRA, C. S. A construção simbólica da definição de governar e de governador realizada pelo jornal Zero Hora nas três últimas eleições gaúchas. **Cadernos EBAPE.BR** – Volume III – Número 4 – dezembro, 2005.
- MONTAÑO, C. Terceiro setor e questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social. **São Paulo**: Cortez, 2003.
- MORAES SOBRINHO, A. P. Análise do discurso da reforma trabalhista nas notícias do G1, 2016-2017. **Pegada** - A revista da geografia do trabalho, 20(3), 229–265, 2020.
- MORANDI, M. I. W. M.; CAMARGO, L. F. R. **Revisão sistemática da literatura**. Design science research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia. Porto Alegre: Bookman, p. 141-75, 2015.
- NASCIMENTO, T. C. C.; ARAÚJO, M. R. M.; ALMEIDA, S. P. Precarização do emprego em um hospital público de Sergipe: um estudo de caso com profissionais da

enfermagem. **Revista de Ciências da Administração**, v. 20, edição especial, p. 117-129, dezembro, 2018.

NASCIMENTO, D. T.; MELGES, F.; BENINI, E. G. Solidarity economy enterprises, social technologies, and institutional environment. **Revista Pensamento Contemporâneo em Administração**, v. 15, n. 1, p. 36-53, 2021.

NOGUEIRA, M. L. Expressões da precarização no trabalho do agente comunitário de saúde: burocratização e estranhamento do trabalho. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 28, n. 3, p. 309-323, 2019.

NOGUEIRA, A. F. M.; OLIVEIRA, M. A., G. Mercantilização e relações de trabalho no ensino superior brasileiro. **Rev. Ciênc. Admin.**, Fortaleza, v. 21, n. 2, p. 335-364, jul./dez. 2015.

NORTH, D. C. Institutions. **The Journal of Economic Perspectives**, v. 5, n. 1, p. 97-112, 1991.

O GLOBO. **País do salário mínimo**: trabalhadores que ganham até o piso chegam a 38%. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2022/06/pais-do-salario-minimo-trabalhadores-que-ganham-ate-o-piso-chegam-a-38percent.ghtml>. Acesso em 13 de junho de 2022.

O GLOBO. **Fome, exaustão e bloqueios de apps**: dura vida de entregadores no Brasil chama atenção do mundo. 2022b. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/fome-exaustao-bloqueios-de-apps-dura-vida-de-entregadores-no-brasil-chama-atencao-do-mundo-25450021?utm_source=Instagram&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo. Acesso em 28/03/2022.

OIT – Organización Internacional del Trabajo. **Panorama Laboral**, 2020.

OLIVEIRA, E. G. **A crise social do emprego e a ampliação dos trabalhadores assalariados por conta própria**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Paraná, 2022.

OLIVEIRA, D; POCHMANN, M. (org.) **A devastação do trabalho**: a classe do labor na crise da pandemia. 1. ed. Brasília: Gráfica e Editora Positiva: CNTE - Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação e Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente, 2020.

ONUMA, F. M. S. Contribuição da análise crítica do discurso em Norman Fairclough para além de seu uso como método: novo olhar sobre as organizações. **Organizações & Sociedade**, 2020, 27(94).

ONUMA, F. M. S.; ZWICK, E.; BRITO, M. J. Ideologia gerencialista, poder e gestão de pessoas na administração pública e privada: uma interpretação sob a ótica da análise crítica do discurso. **Revista de Ciências da Administração**, v. 17, n. 42, p. 106-120, agosto 2015.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PAIVA, K. C. M.; PEIXOTO, A. F.; LUZ, T. R. Valores organizacionais e do trabalho: um estudo com professores de uma escola filantrópica e confessional de Belo Horizonte (MG). **RECADM - Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 13, n. 1, p. 89-113, jan./abr., 2014.

PALERMO, G. Economic Power and the Firm in New Institutional Economics: **Journal of Economic Issues**, Vol. 34, No. 3 pp. 573-601, Sep., 2000.

PAULA, A. P. P. Para além dos paradigmas nos Estudos Organizacionais: o Círculo das Matrizes Epistêmicas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 14, nº 1, Artigo 2, Rio de Janeiro, Jan./Mar. 2016.

PECHEUX, M. **Language, semantics and ideology**. Londres: Macmillan, 1982.

PEREIRA, M. E. R.; BIZARRIA, F. P. A.; TASSIGNY, M. M. Desafios e perspectivas da gestão do trabalho na política pública de assistência social brasileira. **Gestão & Sociedade**, v. 13, n. 35, p. 2839-2869, maio/agosto, 2019.

PEREIRA, M. E. R.; TASSIGNY, M. M.; BIZARRIA, F. P. A. Terceirização e Precarização do Trabalho na Política Pública de Assistência Social. **Administração Pública e Gestão Social**, v.9, n.3, 2017.

PITHAN, L. H.; VACLAVIK, M. C.; OLTRAMARI, A. P. Carreiras vulneráveis: uma análise das demissões da mídia como um ponto de inflexão para jornalistas. **Cad. EBAPE.BR**, v. 18, nº 1, Rio de Janeiro, jan./mar., 2020.

POCHMANN, M. What Brazil learned from labour flexibilization in the 1990s. **International Labour Review**, v.148, n.3, p. 269-282, 2009.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PONTARA, P. C. P.; PICCHIAI, D.; ALBERTINI, T. Z. A disponibilidade da força de trabalho e sua relação com os serviços de alimentação: a percepção dos gestores de bares e restaurantes de Campinas-SP. **Revista Acadêmica do Observatório de Inovação do Turismo**, vol. VII, nº 4, Rio de Janeiro, março 2013.

QUINLAN, M. The 'pre-invention' of precarious employment: the changing world of work in context. **The Economic and Labour Relations Review**, v.23, n.4, p. 3-24, 2012.

RAVITCH, S. M.; RIGGAN, M. **Reason & rigor: How conceptual frameworks guide research**. Sage Publications, 2017

RESENDE, V. M.; RAMALHO, V. **Análise do discurso crítica**. São Paulo: Contexto, 2006.

- ROTHER, E. T. Systematic literature review x narrative review. **Acta Paulista de Enfermagem**, 20(2), v-vi, 2007.
- SALLES, H. K.; DELLAGNELO, E. H. L. A análise crítica do discurso como alternativa teórico-metodológica para os estudos organizacionais: um exemplo da análise do significado representacional. **Revista Organizações & Sociedade** - v. 26, n. 90, p. 414-434, jul./set. 2019.
- SALIMON, M. I.; SIQUEIRA, M. V. S. Ideologia gerencialista e subjetividade do trabalhador no terceiro setor. **R. Adm.**, São Paulo, v. 48, n. 4, p. 643-657, out./nov./dez. 2013.
- SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Rev. Bras. Fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, jan./fev. 2007.
- SANTANA, L. K. A.; DOURADO, D. C. P. O programa Bolsa Família na comunidade Ponte dos Carvalhos/PE: suas implicações políticas e o que está sob o manto do discurso. **Revista Gestão.Org**, v. 16, n. 2, 2018.
- SANTOS, J. E.; BARBOSA, M. A. C.; CASSUNDÉ, F. R.; LIMA, J. R. T. Egressos do sistema prisional e gestão de pessoas em organizações alagoanas. **R. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte v. 18 n. 2 p. 65-83 abr./jun. 2019.
- SANTOS, P. S. F.; MARQUESAN, F. F. S. O Discurso da “sustentabilidade” na construção civil. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 19, p. 313-330, 2018.
- SANTOS, T. A.; NUNES, D. O.; PEREIRA, R. B.; GOES, M. M. C. R. S.; FERREIRA, I. Q. B. P.; SANTOS, S. D.; FLORENTINO, T. C.; MELO, C. M. M. Associação entre variáveis relacionadas à precarização e afastamento do trabalho no campo da enfermagem. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020.
- SANTOS, T. A.; SANTOS, H. S.; SAMPAIO, E. S.; MELO, C. M. M.; SOUZA, E. A.; SILVA PIRES, C. G. Intensidade do trabalho em enfermagem nos hospitais públicos. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, 2020.
- SARAIVA, L. A. S.; FERREIRA, J. A.; COIMBRA, K. E. R. Relações de trabalho em empresas terceirizadas sob a ótica dos trabalhadores: um estudo no setor de mineração. **RGO Revista Gestão Organizacional**, vol. 5, n. 2, jul./dez., 2012.
- SELZNICK, P. **A liderança na administração**: uma interpretação sociológica. Rio de Janeiro: FGV, 1972.
- SILVA, A. L.; FREITAS, M. E. D. Para além dos critérios econômicos do trabalho de baixa renda no Brasil. **Organizações & Sociedade**, 23(76), 37-56, 2016.
- SILVA, E. R. D.; GONÇALVES, C. A. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. **Cadernos Ebape. Br**, 15(1), 1-20, 2017.

SILVA, A. M. T.; LOURENÇO, M. L. O poder disciplinar enquanto uma dimensão da cultura organizacional: um estudo multicase em instituições de ensino superior privadas. **RAEP - Administração: Ensino e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 19 n. 1, p. 99–134, jan./abr., 2018.

SOUZA, F. A. S.; LEMOS, A. H. C. Terceirização e resistência no Brasil: o Projeto de Lei n. 4.330/04 e a ação dos atores coletivos. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, nº 4, artigo 11, Rio de Janeiro, out./dez., 2016.

SOUZA, F. A. S.; LEMOS, A. H. C.; SILVA, M. A. C. Metamorfoses de um discurso: carreiras sem fronteiras e o novo espírito do capitalismo. **O&S - Organizações & Sociedade**, 2020.

STANDING, G. O precariado e a luta de classes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 103, maio 2014.

STIGLITZ, J. Introdução. In Polanyi, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012

TAMENE, E. H. Theorizing conceptual framework. **Asian Journal of Educational Research**, 4(2), 50-56, 2016.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social na era dos meios de comunicação de massa**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

TILMAN, R. Thorstein Veblen's views on american "exceptionalism": An interpretation. **Journal of Economic Issues**, vol. 39, no. 1, pp. 177-204, 2005.

VALENZUELA, H. C. Precariedad, Precariado y Precarización. Un comentario crítico desde América Latina a The Precariat. The New Dangerous Class de Guy Standing. **Polis. Revista Latinoamericana**, 14(40), 313-329, 2015.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. São Paulo: Contexto, 2008

VAN DIJK, T. A. Análise Crítica do Discurso multidisciplinar: um apelo em favor da diversidade. **Linha d'água**, n. 26 (2), p. 351-381, 2013.

VAN DIJK, T. A. Discurso, organizações e sociedade: entrevista com Teun A. Van Dijk. **Farol – Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade**, v. 3, n. 7, p. 703-732, 2016.

VASCONCELLOS, L. H. R.; DELBONI, D. P. Empreendedorismo e precarização do trabalho: o desenvolvimento e a aplicação de uma estrutura para análise de empreendedoras no estado de São Paulo. **REGEPE - Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas**, v. 4, n. 1, 2015.

VEBLEN, T. Why is economics not an evolutionary science? **The Quarterly Journal of Economics**, v. 12, 1898(a)

VEBLEN, T. **A teoria da classe ociosa**. São Paulo: Pioneira, 1965.

VEBLEN, T. **Absentee Ownership and business enterprise in recent times: the case of America**. New Jersey-EUA: Transaction Publishers, 2009.

VEBLEN, T. **The theory of business enterprise**. New York: Charles Scribner's Sons, 2016.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VIEIRA, M.; CHINELLI, F. Relação contemporânea entre trabalho, qualificação e reconhecimento: repercussões sobre os trabalhadores técnicos do SUS. **Ciência & Saúde Coletiva**, 18(6):1591-1600, 2013.

VILLEN, P. A face qualificada-especializada do trabalho imigrante no brasil: temporalidade e flexibilidade. **Caderno Crh**, 30(79), 33-50, 2017.

WILLIAMSON, J. **Democracy and the "Washington consensus"**. World development, 21(8), 1329-1336, 1993.

WILLIAMSON, O. E. **Markets and hierarchies: analysis and antitrust implications**. New York, 1975.

WILLIAMSON, O. E. Corporate finance and corporate governance. **The journal of finance**, v.43, n.3, p. 567-591, 1988.

WILLIAMSON, O. E. The new institutional economics: taking stock, looking ahead. **Journal of economic literature**, v. 38, n. 3, p. 595-613, 2000.

WODAK, R. De qué trata el análisis crítico del discurso (ADC). Resumen de su história, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. In: WODAK, R.; MEYER, M. (Orgs.). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

WODAK, R.; MEYER, M. **Methods of critical discourse analysis**. London: Sage, 2009.

WOLFF, S. Desenvolvimento local, empreendedorismo e "governança" urbana: onde está o trabalho nesse contexto? **Caderno Crh**, 27(70), 131-150, 2014.

WORLD BANK. **Emprego e crescimento: a agenda da produtividade (Portuguese)**. Washington, D.C.: World Bank Group, 2018. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/203811520404312395/Emprego-e-crescimento-a-agenda-da-productividade>. Acesso em 20/01/2022.

APÊNDICE 1 – CORPUS EXAME¹⁰⁶

E1: A BATALHA DAS REFORMAS

Impopular e acossado por denúncias, o governo Temer tenta passar uma agenda ambiciosa de mudanças. Se falhar, a recessão vai voltar.

Luciano Pádua e Flávia Furlan.

E2: APÓS FICAR MESES RESTRITA AOS CÍRCULOS DE POLÍTICOS, EMPRESÁRIOS E ANALISTAS, a discussão sobre uma agenda de reformas para o país começou a ganhar as ruas nas últimas semanas. Os ânimos foram insuflados especialmente com a aprovação no Congresso do projeto de lei que libera a terceirização de atividades das empresas, no dia 22 de março. Daí por diante, o que para muitos era mera abstração virou algo concreto. No buscador do Google, o termo “terceirização” atingiu o pico histórico de pesquisa, e o barulho dos opositores à lei começou a se propagar. Sindicatos já haviam convocado um dia de greve geral na semana que antecedeu a aprovação da lei, afetando a vida de milhões de pessoas país afora. Em 31 de março, os manifestantes voltaram às ruas de diversas capitais para protestar contra as mudanças propostas por Temer. Uma nova parada geral está sendo apontada para 28 de abril. Enquanto as manifestações públicas ganham corpo, o governo corre contra o tempo para aprovar as reformas no Congresso – o prazo é até o fim do ano, antes que estoure de vez a disputa eleitoral de 2018. Em Brasília, a vitória apertada da terceirização na Câmara serviu de alerta. O resultado – 231 a favor e 188 contra – mostrou a necessidade de reforçar a articulação política para angariar apoio naquela que é considerada pelo governo sua principal batalha: a reformulação da Previdência Social, para qual são necessários 308 votos entre 513 parlamentares. Nas últimas semanas, os deputados, mesmo os da aliada, vêm mostrando crescente desconforto com os termos de mudança no regime aposentadorias. Mais de 160 emendas foram enviadas à comissão que trata da matéria. As negociações estão a todo vapor. “A reforma da Previdência é o centro de nossas prioridades e estamos dedicando todo o nosso empenho à sua aprovação”, diz o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha. “Não admito a ideia de uma reforma ‘aguada’.” O

¹⁰⁶ Transcrição *ipsis litteris* de Revista Exame, ano 51 – número 7 – Edição 1135, 12 de abril de 2017. Disponível em: <https://exame.com/edicoes/1135/>

discurso é afiado, mas a batalha para aprovar as reformas está mais dura do que inicialmente se pensava – e exigirá muito de Temer e seus aliados.

E3: O que joga contra Temer? Tradicionalmente, cabe a presidentes eleitos e com ampla popularidade propor a agenda de reformas de um país. Em tese, como têm muito capital político com os parlamentares e contam com a força das urnas para levar à frente suas ideias, os recém-empossados teriam tudo para aproveitar o início de mandato fazendo mudanças ambiciosas. Como se sabe, a trajetória de Temer não tem nada a ver com a tradicional. Seu mandato veio por herança com o afastamento de Dilma Rousseff. Recae sobre ele os riscos da Lava-Jato e o processo que pode levar à cassação da chapa de 2014 (junto com Dilma) no Tribunal Superior Eleitoral. Apenas um em casa dez brasileiros aprova sua gestão, segundo a última pesquisa de opinião do instituto Ibope, divulgada em março – e o dado pode piorar com a previsão de que o desemprego atingirá picos históricos em meados do ano. Os políticos naturalmente hesitam em votar com o governo, uma vez que os resultados das reformas demoram a aparecer para cidadãos e empresas e a pressão nas ruas pode aumentar com a divulgação da lista de envolvidos nas delações da empreiteira Odebrecht da Lava-Jato.

E4: Mas é preciso reconhecer: mesmo com tantos fatores contrários, Temer pôs em marcha uma agenda agressiva. O que motiva o ímpeto reformista é o senso de sobrevivência da classe política brasileira. O país ainda tenta superar os resquícios da maior crise econômica de sua história. Os últimos dados oficiais sacramentaram um encolhimento de 7,2% do produto interno bruto no conjunto de 2015 e 2016. O avanço da agenda de reformas é fundamental para o Brasil retomar o crescimento. Sem elas, é certo que a crise voltará a se aprofundar. E, com isso, as chances de deputados, senadores e governadores ficarão mais limitadas nas eleições de 2018. “O custo de não fazer as reformas é tão grande para a classe política que gera um incentivo tremendo para que haja apoio a elas”, diz Christopher Garman, chefe de pesquisas para mercados emergentes da consultoria Eurasia. “Por isso atribuímos uma probabilidade alta à aprovação das principais medidas.”

E5: EFEITO CASCATA

Como disse o ministro Padilha, na lista de propostas do governo, a Previdência é a número 1. “Não fazer a reforma da Previdência significa jogar o Brasil novamente em recessão ainda em 2017”, diz Sergio Vale, economista-chefe da consultoria MB

Associados. A lógica é que, sem a reforma, o governo teria dificuldade em controlar as contas, e a dívida pública continuaria a crescer aceleradamente, aumentando o risco de calote. O efeito no curto prazo seria o aborto da incipiente volta da confiança dos investidores e das empresas. Investimentos ficariam congelados, levando a uma nova espiral de incerteza quanto ao futuro – desarranjo que o Brasil conheceu bem nos últimos dois anos. De acordo com uma estimativa da MB, com a reforma da Previdência, o Brasil poderia crescer em 1% em 2017 e 2,6% em 2018. Sem ela, a economia recairia no negativo. Em março, a agência de classificação de risco Moody's mudou a perspectiva da nota brasileira de negativa para estável. Foi uma promoção, mas, segundo a agência, a nota pode piorar se as autoridades não reverterem as condições que levaram ao crescimento da dívida pública.

E6: Num cenário otimista, se as propostas de mudanças encaminhadas vingarem, mesmo com um mandato curto, o governo Temer se destacará entre os mais reformistas das últimas décadas. Desde o início dos anos 90, o Brasil passou por sucessivas reformas. A abertura comercial dos anos Collor, a estabilização da inflação iniciada no governo Itamar Franco e os programas de privatização de Fernando Henrique Cardoso foram fundamentais para modernizar o país. Iniciativas mais pontuais também ajudaram a corrigir problemas crônicos. Por exemplo: a medida adotada em 2004, pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva, para facilitar a retomada de um automóvel financiado, em caso de inadimplência, permitiu a redução dos juros no financiamento e a expansão do mercado de carros ao longe de uma década. Fazer reformas, portanto, significa liberar o crescimento potencial representado. Cada uma das mudanças feitas foi importante, mas a lista de disfunções na economia brasileira pedia – e pede – muito mais consenso. E, pior, após a crise mundial de 2009, parte das conquistas recentes foi anulada. “As reformas que estão sendo propostas tentam corrigir medidas equivocadas dos últimos dez anos”, diz o economista Marcos Lisboa, presidente da escola de negócios Insper e membro da equipe do Ministério da Fazenda que fez reformas microeconômicas no primeiro mandato de Lula. O afrouxamento de regras como a Lei de Responsabilidade Fiscal gerou uma nova crise de finanças estaduais. “Quem imaginaria que, em 2017, estaríamos novamente fazendo uma renegociação da União com os estados? Parece que voltamos aos anos 90”, diz o economista Celso Toledo, diretor da consultoria LCA e colunista do aplicativo EXAME Hoje. Agora, o governo Temer começa a ser comparado a um dos períodos mais produtivos em termos de reforma, sua chance de aprovação e os problemas que tentam solucionar.

E7: A PRIMEIRA FAGULHA QUE INCENDIOU AS DISCUSSÕES SOBRE AS REFORMAS veio do campo trabalhista. Em 31 de março, Temer sancionou uma mudança histórica: a regulamentação da terceirização. Segundo a nova lei, qualquer atividade de uma empresa pode ser terceirizada, acabando com a divisão entre atividade-fim e atividade-meio, peculiaridade brasileira que dá margem à insegurança jurídica. A aprovação da proposta gerou conflitos e motivou milhares de pessoas a protestar contra a medida. “Agora há mais segurança para terceirizar qualquer elo da cadeia produtiva, desde que não haja uma relação de subordinação entre o terceirizado e o contratante”, diz a advogada trabalhista Boriska Rocha, do escritório Lobbo & de Rizzo.

E8: A nova lei também estendeu o período de trabalho temporário para seis meses, com possibilidade de renovação para mais três meses. O governo aposta que essa regra trata novos empregos. O ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, tem afirmado que 5 milhões de postos poderão surgir em dois anos. A estimativa se baseia em dados da OCDE, organização que reúne países desenvolvidos, nos quais a taxa média de emprego temporário é de 16% da força de trabalho. No Brasil, segundo Nogueira, é de 6%. Para ele, as reformas permitiriam elevar esse tipo de contratação para 10% do mercado de trabalho com carteira assinada, estimado em 50 milhões de postos no Brasil.

E9: A terceirização faz parte de um pacote de mudanças. Outra proposta, que está numa comissão na Câmara, dá força de lei e a acordos feitos por trabalhadores e sindicatos com empresas em 13 temas, entre eles jornada de trabalho, parcelamento de férias, intervalo de almoço e trabalho remoto. Esses pontos são motivo de incerteza para empregadores e empregos. “A tendência é que as empresas tenham mais segurança para celebrar acordos coletivos em termos controversos”, diz a advogada Cássia Pizzotti, sócia do escritório Demarest. Hoje, os acordos já são previstos na lei, mas esbarram na rigidez da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Na prática, trabalhadores insatisfeitos com os acordos entram na Justiça de forma individual, fazendo valer a CLT e anulando o que foi combinado pela maioria dos colegas com os patrões. “A Justiça do Trabalho trata o empregado como vítima, como se fosse incapaz de saber o que é melhor para ele”, diz Almir Pazzianotto, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Somente em 2015 a Justiça acolheu 844.000 ações sobre intervalo intrajornada e férias. Até os sindicatos concordam com a premissa de que o negociado deve prevalecer sobre o legislado. “Temos de fortalecer a negociação e retirar a intervenção tão forte do Estado no assunto”, diz Clemente Ganz Lúcio, diretor técnico do Dieese, centro de pesquisa que auxilia

sindicatos. “Mas, do jeito que está, o projeto vai deixar muita lacuna. Precisa de uma redação mais minuciosa.”

E10: Até o fechamento desta edição, o governo pretendia embutir na proposta, cuja relatoria está a cargo do deputado federal Rogério Marinho, do PSDB, ajustes sobre a recém-aprovada terceirização. A previsão de entrega do relatório de Marinho é dia 12 de abril. Até lá, os ânimos devem continuar acirrados, uma vez que o parlamentar pretende incluir no texto o fim da obrigatoriedade da contribuição sindical, taxa paga por todos os trabalhadores aos sindicatos. “O Brasil tem 17.000 sindicatos, que arrecadaram 3,6 milhões de reais em 2016. Esse dinheiro não é fiscalizado”, diz Marinho.

E11: Há dúvida se as novas leis resultarão em menos disputas judiciais. Em relação à terceirização, diversas entidades da Justiça do Trabalho se posicionaram contra a proposta. Na questão dos acordos, é comum encontrar múltiplos entendimentos da Justiça sobre a mesma questão. Segundo a CLT, por exemplo, as empresas são obrigadas a pagar as horas de deslocamento dos funcionários quando não há transporte público até o local de trabalho. Como o tempo no transporte varia por trabalhador, os acordos coletivos costumam estabelecer um pagamento médio e compensações caso a caso, como a redução da jornada. Um levantamento da Confederação Nacional da Indústria mostrou que, somente em relação a esse item, há 17 jurisprudências distintas em tribunais estaduais do Trabalho, a maioria invalidando acordos coletivos nesse tema.

E12: Dar previsibilidade à questão trabalhista é essencial para alavancar a produtividade no país. Um levantamento da consultoria Economatica mostra que 64 empresas que divulgaram o balanço de 2016 provisionaram 27 bilhões de reais para fazer frente a possíveis perdas em processos trabalhistas e tributários – dinheiro que poderia ser alocado em investimentos. Os tribunais brasileiros já receberam, desde a década de 40, cerca de 87 milhões de processos trabalhistas. Se os acordos coletivos passarem a valer de fato, as empresas terão segurança jurídica para operar nos moldes de países que fizeram mudanças, como a Alemanha. No início dos anos 2000, o país aprovou uma ampla reforma trabalhista e colheu bons frutos. Em 2005, o desemprego atingia 11% dos alemães. As mudanças permitiram contratações com jornada e salário reduzidos e, em 2014 o desemprego caiu para 5%. Provavelmente, a reforma não será capaz de trazer os mesmos resultados no Brasil, uma vez que a Alemanha tem um dos maiores índices de produtividade do mundo. Mas é um importante passo à frente. “Essa reforma ajudaria a atacar a fortíssima insegurança jurídica, a produtividade estagnada e a dificuldade de geração de empregos”, afirma Emerson Casali, especialista em relações de trabalho.

E13: As mudanças também parecem ecoar, em parte, a vontade popular. Uma pesquisa realizada pelo instituto Ibope/CNI mostrou que 71% dos brasileiros gostariam de ter horário de trabalho flexível, e 53%, de dividir o período de férias. Para a consultoria política Eurasia, a chance de aprovação da reforma trabalhista é de 55% a 70%. O governo quer colocar essa mudança em votação antes da previdenciária, ainda no primeiro semestre, por ser uma lei que requer maioria simples no Congresso. Seria uma forma de testar a base e cobrar os votos necessários para garantir a aprovação da “reforma das reformas”: a da Previdência.

A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

SE A POLÍTICA ECONÔMICA FOSSE UM CAMPEONATO DE FUTEBOL, seria seguro dizer que a reforma da Previdência é a final da Copa do Mundo para o governo. Sem sua aprovação, todo o arcabouço do ajuste fiscal proposto pela equipe econômica desmoronaria, inclusive a medida que limitou o crescimento das despesas públicas por 20 anos. Ou seja, a taça seria perdida na última etapa. Não à toa, o governo tem concentrado o capital político para angariar votos de aliados. A tarefa não é fácil. “Diferentemente da PEC do Teto de Gastos, cujo impacto a população tem dificuldade de entender, todo mundo se sente afetado pela reforma da Previdência”, diz Juliano Griebeler, diretor da consultoria Barral M Jorge. No Congresso, a confusão está instalada. Nos corredores, deputados da base aliada alegam não poder votar a favor da medida para não perder votos nas eleições de 2018. Ao mesmo tempo, parlamentares da oposição dizem que a proposta será alterada, mas passará no plenário. O parecer do relato do projeto, deputado Arthur Maia (PSDN-BA), deve ser anunciado em meados de abril.

Um estudo do banco Itaú calcula que, se fosse aprovada do jeito que foi enviada pelo governo, a reforma poderia gerar uma economia de gastos públicos de 2% do PIB em 2025. Ao analisar as alterações propostas pelo Congresso, o banco estima um recuo de 40% no impacto esperado nas contas do governo, para 1,2% do PIB em 2025. Metade do ganho projetado vem da fixação da idade mínima e das regras da transição, que estão sendo bombardeadas no Congresso. “Se a proposta aprovada for fraca, será preciso uma nova reforma em dez anos, enquanto no cenário original haveria um intervalo de 20 anos sem necessidade de mexer na Previdência”, diz o economista Pedro Schneider, do banco Itaú. As premissas para a reforma do sistema de pensões são conhecidas. O Brasil vem

passando por uma acentuada transição demográfica. Em 2000, havia oito pessoas no mercado de trabalho para cada aposentado. Em 2060, serão dois ativos para cada inativo. Por isso, a reforma ajudará a aliviar as contas públicas e a controlar a dívida. Segundo o economista Paulo Tafner, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, as despesas com o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) representam 41% da receita líquida da União em 2015. Numa simulação em que os gastos correntes do governo se mantêm estáveis e o PIB cresce 2% ao ano, as despesas com o INSS chegariam a 87% da receita de 2035. “Não vai ter dinheiro para construir estradas, escolas, hospitais nem para saneamento. Apenas para pagar a Previdência”, afirma Tafner. Diante do caos anunciado, o governo enviou um ambicioso projeto de reforma ao Congresso. Entre as medidas estão a unificação dos regimes privados e de funcionários públicos federais, a fixação da idade mínima de 65 anos para a aposentadoria, um novo cálculo de pagamento dos benefícios e regras que evitam o acúmulo de pensões e aposentadorias. Apesar da evidente necessidade, as novas regras vêm sendo fortemente criticadas por representantes dos trabalhadores, e o governo precisará garantir que sua ampla base de parlamentares não ceda à pressão popular. As maiores divergências estão nas normas sobre as aposentadorias rurais, no pagamento de benefícios assistências e nas regras de transição. Segundo a consultoria Eurasia, a reforma tem 70% de chance de ser aprovada, com mudanças na proposta original, o que aconteceria até setembro deste ano. Já o governo quer a aprovação no primeiro semestre.

Além do alívio fiscal, a reforma da Previdência poderá trazer impactos positivos também no crescimento do PIB. Um estudo do economista Bruno Ottoni, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostra que a aposentadoria precoce no Brasil reduz a geração de riqueza. Aqui, um terço dos aposentados permanece no mercado de trabalho, mas o restante passa a viver apenas com a pensão. Isso implica renda mais baixa e, em consequência, um crescimento menor da economia. Nas contas de Ottoni, se os brasileiros passassem a se aposentar aos 65 anos, a economia brasileira teria potencial de crescer 0,4 ponto porcentual a mais ao ano. Outro estudo da FGV mostra que, se o Brasil adotasse um sistema misto de previdência, incluindo um regime de capitalização como o do Chile, onde cada trabalhador tem uma conta individual de poupança, a taxa de juros real de longo prazo cairia 1 ponto porcentual.

Potencialmente, 53 milhões de pessoas serão afetadas pelas novas regras – 78% dos brasileiros que contribuem para o INSS. Inicialmente, estavam de fora da reforma apenas militares, policiais militares e bombeiros estaduais, que somam 760.000 pessoas

país afora. Em março, o governo federal recuou e, para facilitar as negociações no Congresso, retirou da proposta os funcionários públicos estaduais e municipais – um total de quase 10 milhões. O governo deve deixar que cada estado e cada município façam a própria reforma em até seis meses após a aprovação da mudança federal. Caso não consigam, terão de seguir as novas regras federais.

Nos estados, a situação previdenciária é caótica porque a maioria dos servidores tem direito a aposentadoria especial. No Rio de Janeiro, 66% dos servidores estão nessa condição. Com a crise nas finanças de estados como Rio, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, mudanças nos regimes estaduais também devem ser aceleradas. Somente em São Paulo o governo estadual desembolsa 15 bilhões de reais por ano para arcar com as contas dos aposentados. No ano passado, o governo paulista pagava para os inativos quase o mesmo valor que para os servidores da ativa. Se nada tivesse sido feito, em 20 anos, a folha dos aposentados e pensionistas seria três vezes superior à dos que estão trabalhando. Por isso, o governo de São Paulo tem feito um pente-fino nas contas. Desde 2009, vem recadastrando os beneficiários e refazendo o cálculo das pensões e aposentadorias. Conseguiu reduzir, por exemplo, o número de herdeiras que se diziam solteiras para receber pensão pela morte do pai ou da mãe que eram servidores. A quantidade caiu de 35.000 para 27.000 pessoas nessa situação, gerando uma economia de 1 bilhão de reais por ano. São Paulo também criou uma previdência complementar. Antes, os servidores se aposentavam com o último salário da ativa. Agora vão receber até o teto nacional do INSS, sendo que o restante deve ser acumulado numa previdência complementar. Sinal de tempos de mudança.

ENQUANTO A REFORMA DA PREVIDÊNCIA É O FOCO DO GOVERNO, as mudanças na legislação tributária devem ir mais devagar. O ministro Eliseu Padilha garante que até o segundo semestre alguma reforma tributária será feita. Mas não se sabe exatamente qual seria. A ideia na área tributária é dividir tarefas em três fases. Primeiro, viria a redução do número de alíquotas do programa de integração social (PIS). Depois, o mesmo se daria com a contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins). Essas duas mudanças ocorreriam ainda no primeiro semestre. Por fim, o governo tentaria unificar o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) no segundo semestre, para acabar com a guerra fiscal entre estados. Esse é o item mais complicado. “Por uma questão de tempo, não acho possível fazer logo uma reforma tributária envolvendo estados. Esse é o item mais complicado. “Por uma questão de

tempo, não acho possível fazer logo uma reforma tributária envolvendo estados, municípios e União”, diz Mansueto de Almeida, secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda. “Ela deve ser a grande agenda do próximo governo.” De acordo com a consultoria Eurasia, as mudanças no PIS e na Cofins têm boas chances de ocorrer, uma vez que o projeto já estava feito e independente dos estados. O restante é incerto.

A pressão por mudanças profundas na estrutura tributária é grande. O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, um grupo de empresários e especialistas que aconselham o governo federal, defende que a mudança seja mais ambiciosa, com a criação imediata de um imposto de valor agregado federal. Esse imposto juntaria os tributos e as contribuições sobre produção e consumo até o fim de 2018. Na Câmara, uma proposta do deputado Luiz Carlos Hauly (PSDB – PR) segue nessa direção e pode ser apresentada até o fim do mês. Nela, está prevista a unificação de sete tributos, a junção do imposto de renda sobre o lucro líquido e a criação de um tributo especial para itens como bebidas e cigarros. No início, o deputado considerou reduzir a contribuição previdenciária das empresas e criar um imposto sobre a movimentação financeira. Depois da repercussão negativa em torno da proposta, voltou atrás. “A ideia era corrigir distorções do sistema, mas não quero estragar a proposta por causa disso”, diz Hauly. “Passadas as reformas trabalhista e da Previdência, pode vir a tributária. Mas tem de ser tudo neste ano.” Um dos maiores benefícios da reforma tributária seria a melhoria da produtividade, reforçando o crescimento. Segundo o Centro de Cidadania Fiscal, o PIB poderia crescer 1 ponto percentual a mais ao ano por uma década com a criação de um imposto sobre o valor agregado que substituísse os tributos atuais. “A reforma tributária é a agenda mais poderosa para aumentar a produtividade da economia num horizonte de dez a 15 anos”, diz Bernard Appy, diretor do Centro.

Na atual situação, qualquer mudança na estrutura tributária é bem-vinda. A complexidade do pagamento de impostos no Brasil é ímpar. Enquanto na Europa o software de gestão utilizado por uma multinacional de bens de consumo para recolher tributos tem 50 linhas de programação, o programa usado no Brasil tem 20.000 linhas. Quem paga imposto a mais na Nova Zelândia recebe crédito ou reembolso em 15 dias úteis. No Brasil são anos de espera. “E, se o contribuinte errar na declaração ou numa obrigação acessória, pode pagar multa de 1% do faturamento anual ou até 300% do valor do imposto devido”, diz Marcus Vinicius Gonçalves, sócio da área de impostos da consultoria KPMG. “Em países desenvolvidos, as penalidades são concentradas em casos

de fraude.” A empresa catarinense Meu Móvel de Madeira, que vende móveis pela internet, mantém quatro dos 60 funcionários voltados apenas para emissão e pagamento de guias de tributos. Como vende em todo o país, a empresa está submetida a 27 legislações diferentes, com alíquotas distintas para cada tipo de produto. “É mais simples uma loja online alemã vender para um cliente em Portugal do que uma loja online de Santa Catarina vender para um consumidor no Paraná”, diz Ronald Heinrichs, dono da empresa.

UMA FORMA DE DAR PEQUENOS IMPULSOS À ECONOMIA É ANDAR com a agenda de reformas microeconômicas, com o poder de melhorar o ambiente e atrair investimentos em setores específicos. O leque de ajustes em leis e programas governamentais é extenso e corre em paralelo às grandes mudanças. “A literatura econômica mostra que, quando se faz um conjunto de grandes reformas sem reformas complementares na sequência, o processo não funciona como esperado”, afirma Mansueto de Almeida, do Ministério da Fazenda. Entre elas está a alteração de regras de leis de falências e recuperação judicial. Um dos problemas para as empresas nessa situação está nas dívidas com o Fisco, que não são incluídas no plano de recuperação e precisam ser pagas em até 84 meses, prazo considerado curto pelos devedores. Ainda estão na lista de microrreformas leis que facilitam o processo de licenciamento ambiental, propõem novas regras nas concessões do setor de telecomunicações e melhoram a estrutura das agências reguladoras. Há nove medidas no radar do governo, sendo sete com boa chance de aprovação no início do ano que vem. A maior vantagem desse tipo de mudança é que enfrenta pouca resistência política no Congresso, pois envolve questões que repercutem pouco entre os eleitores e exigem apenas aprovação com uma maioria simples.

Mas, afinal, dará tempo de fazer tantas mudanças, sejam elas grandes ou complementares? É certo que a janela de oportunidade para as reformas é limitada. Essa agenda perde impulso à medida que as atenções se voltam para as eleições de 2018. O fato é que, mesmo que sem a certeza de que tudo sairá – e com a possível aprovação de mudanças menos parrudas do que o governo gostaria -, a expectativa de reformas já ajuda no curto prazo. O mercado financeiro tem reagido com otimismo, mesmo sem indicadores firmes de melhora na economia real: a bolsa brasileira está no patamar dos 65.000 pontos – 35% mais do que o registrado há um ano. Nas empresas, o comportamento é de observação e preparação. A Racional Engenharia, construtora paulista que atende grandes empresas do setor privado, está envolvida na elaboração de projetos de shoppings,

hospitais e indústrias. A empresa já nota uma animação no mercado. Tem vários projetos na fase chamada de pré-construção, quando são avaliadas a viabilidade econômica e a estrutura de financiamento. A partir de 2018, devem virar obras. “À medida que as reformas avançam e a taxa de juros cai no país, o ambiente de negócios melhora e os empresários se sentem motivados a tirar os projetos do papel”, diz Newton Simões, presidente da Racional. O ambiente externo também ajuda o Brasil a capitalizar os dividendos das reformas. Entre os emergentes, o país é um dos poucos em ciclo reformista em andamento – até porque seus pares não passaram por uma recessão do tamanho da brasileira, que ampliou a necessidade de fazer mudanças emergências e estruturais. Há um ambiente externo de financiamento de capital mais favorável, com a elevação dos juros nos Estados Unidos ainda no início. Se Temer conseguir avançar em tudo que está propondo, deixará outro país para seu sucessor. Mais importante, pavimentará a retomada de um crescimento sustentado que há anos não se vê por aqui. Dar duro na batalha faz todo sentido.

APÊNDICE 2 CORPUS RAPPI¹⁰⁷

Quando o Rappi anunciou, na terceira semana de julho, que havia concluído uma nova rodada de financiamento de US\$ 500 milhões, a notícia não passou despercebida. Além da importante injeção de capital para dar continuidade a um processo de expansão que a levará a mais alguns países latino-americanos – chegando a 11 – a empresa obteve sócios de primeira linha e atingiu um valuation próximo a US\$ 5,25 bilhões.

É assim que continua o progresso de uma empresa fundada em 2015 por Simón Borrero, Sebastián Mejía e Felipe Villamarín, que cresceu rapidamente durante a pandemia e cujo portfólio de serviços é cada vez mais amplo. A sua notória incursão no setor financeiro confirma isso e faz parte de um processo de inovação com base na opinião dos usuários do serviço.

R1 CEO do Rappi chama entregador de ‘herói’, mas diz que não pode subir preços. Exclusivo: Simón Borrero afirma que alta de preços ao consumidor derrubaria demanda. Segundo ele, na América Latina há “lutas políticas idiotas”

O que significou a pandemia

Foi um momento difícil para muitos. O Rappi conta com todo um ecossistema de parceiros, e infelizmente vimos muitos restaurantes fechando as portas. Houve um momento no início da pandemia em que houve muito caos, e acredito que a empresa respondeu muito bem. A empresa trabalhou por mais de um mês e meio sem descansar aos fins de semana tentando dimensionar a operação para melhor atender a sociedade. Fizemos uma reunião no início da pandemia e decidimos melhorar o Rappi o máximo possível para que as pessoas pudessem ficar tranquilas durante seu confinamento. Eu diria que os entregadores foram heróis reconhecidos pela sociedade, que os aplaudia à noite. Foram meses de operação muito difíceis, pois era impossível prever a demanda, que chegava a alguns picos muito altos, então o serviço não pôde fazer seu melhor, mas acredito que aos poucos melhoramos, e as coisas foram bem feitas.

R2 Mudanças nos hábitos de consumo

¹⁰⁷Transcrição na íntegra de entrevista disponível em: <https://www.bloomberglinea.com.br/2021/09/22/ceo-do-rappi-chama-entregador-de-heroi-mas-diz-que-nao-pode-subir-preco/>.

Sem dúvidas, a pandemia acelerou as mudanças nos hábitos de consumo. Muitas pessoas que iam ao supermercado agora sabem que podem fazer compras on-line pelo mesmo preço e receber os produtos em casa por um valor inferior ao que gastariam na locomoção. Graças a esses serviços, houve um crescimento significativo para a empresa.

R3 Futuro do Rappi e reabertura

Hoje vemos que na maioria dos mercados latino-americanos a abertura já aconteceu. Observamos também que os hábitos foram mantidos. É um momento esquisito, porque a economia está aberta, mas as pessoas ainda não vão aos escritórios. Então as compras em restaurantes são um pouco diferentes. Contudo, em geral, a demanda foi mantida, e estamos no ponto mais alto de nossa história.

R4 Novos produtos no portfólio

Estávamos planejando, mas acabamos acelerando-os. Os dois que mais crescem são – de um lado – os serviços financeiros, como o Rappicard. No mês passado, no México, fomos a segunda entidade a colocar mais cartões de crédito em circulação; na Colômbia, também estamos começando a crescer muito, obviamente com um produto 100% digital que possui facilidades e uma experiência de usuário, com um nível muito diferente do que existe no mercado hoje. Do outro lado, temos o outro serviço que estamos explorando, o Rappi Turbo, para o qual começamos a construir, no início do ano, alguns micro armazéns próximos das casas dos usuários – a uma distância máxima de 1,5 km – e que, graças a um software de estoques em tempo real, destinado a parceiros do segmento de supermercados, nos permite chegar à casa dos usuários em menos de 10 minutos. Essa será uma grande revolução porque agora você pode comprar produtos frescos e de alta qualidade. O tempo médio de entrega é de 8,3 minutos. A ideia é que sejamos uma extensão da geladeira de nossos usuários. No final do ano teremos mais de 500 darkstores (microarmazéns) em funcionamento.

R5 Segmento de viagens

Estamos começando a ver uma reativação do setor. E não sabemos se será tão rápido quanto vemos nas áreas impulsionadas pelo cashback de 5% concedido com o uso de nosso cartão de crédito, o Rappicard. Qualquer passagem ou hotel barateia a compra em 5%. Esta não é uma oferta, mas um benefício permanente, já que obviamente a demanda por passagens começou a crescer.

R6 Rodada de financiamento de US\$ 500 mi

O principal objetivo foi ter investidores que nos acompanharão nos próximos 20 anos, que pensem no longo prazo e que estejam alinhados conosco quanto aos valores e à nossa missão, que consiste em apoiar o progresso da América Latina por meio da tecnologia, e fazemos isso diariamente, devolvendo tempo às pessoas, aumentando a renda dos estabelecimentos parceiros e dos entregadores. No entanto, a missão vai muito mais além, e gostaríamos de ser referência, como foi a Samsung na Coreia do Sul e a Sony no Japão – esta, juntamente com a Toyota, mostrou ao mundo que o país podia fazer coisas de qualidade global.

R7 Transformação em referência

Penso que precisamos acreditar na América Latina, pois podemos construir empresas de nível mundial. Graças a empresas como Nubank e MercadoLivre – e agora o Rappi – as pessoas estão acreditando em nós, bilhões de dólares estão vindo para a região. Nós levamos a empresa muito a sério. Queremos continuar trazendo investimentos e crescimento, retornos e aumentos na nossa valuation para os investidores e ajudar muitos outros empreendedores a seguir esses passos. Também queremos mostrar ao resto da América Latina que construímos o bem-estar por meio do crescimento e do progresso. Não é por meio da política, nem por meio de embates e queixas. É por meio do trabalho, da construção, da inovação e da concorrência. Nosso talento e nossa resiliência são iguais ou até melhores que os de nossos concorrentes. Portanto, estamos felizes por ter investidores tão comprometidos com o progresso regional, como o Softbank que investiu novamente, a BaillieGifford, a Third Point, o fundo soberano de Singapura e outros. Então esse foi o motivo principal. Além, obviamente, dos recursos para continuarmos investindo na região.

R8 Planos de expansão

Estamos em nove países e em breve iniciaremos operações em mais dois. Temo suma visão de longo prazo em nossos planos e esperamos que nos próximos 40 anos possamos continuar a trazer progresso para todas as cidades da América Latina. Seria algo como se fala na economia: construa uma rodovia entre duas cidades e o poder aquisitivo dos habitantes de ambas aumentará. Aqui, a tecnologia aumenta as transações e conexões entre as pessoas e isso traz crescimento. Claro que gostaríamos de estar

presentes em outros países, mas não há condições para isso. Contudo acreditamos que, aos poucos, essas condições irão surgir. Não temos uma meta de países ou de ampliar para além da América Latina, pelo menos não nos próximos oito anos. Nossa missão é criar progresso aqui e investir o dinheiro aqui. Então, permaneceremos por aqui, por ora.

R9 Controvérsia sobre os entregadores do Rappi

É preciso diferenciar os modelos em cada parte do mundo. Na Europa, alguns o estão utilizando para poder pagar uma hora inferior à equivalente do salário mínimo e isso é questionável. Muito diferente do exemplo que o Rappi está dando na América Latina, onde em cada mercado, em média, os entregadores estão ganhando o equivalente a mais de dois salários mínimos. Em um país como a Colômbia, onde 70% da população ganha menos do que o equivalente a dois salários mínimos, acabamos entrando nessa cultura de criticar por meio de memes, sem ter a informação real ou ir atrás dos fatos. Nós, do Rappi, temos um enorme orgulho em dar oportunidades às pessoas de ganhar esse tipo de renda. Gostaríamos que fosse muito mais, mas não podemos aumentar os preços ao consumidor porque obviamente impactaria a demanda. Preferimos manter os níveis num ponto em que se criam oportunidades para alcançar resultados muito melhores e poder continuar crescendo para que haja ainda mais oportunidades para mais pessoas. E é exatamente isso que estamos vendo. E vai continuar aumentando, como se espera: por meio da tecnologia e da produtividade. Está aí algo que aprimoramos no Rappi diariamente: a produtividade dos entregadores para que possam atender a mais pedidos por hora e assim ganhar mais por hora. Esse é o nosso compromisso.

R10 Expansão da oferta de produtos

Para ser sincero, este aspecto não está muito claro para nós, mas a verdade é que nunca esteve. O que tem funcionado é ouvir os usuários e entender como estão usando o Rappi para economizar tempo, acima de tudo. E, em última análise, é este o serviço que prestamos às pessoas. Se você perguntar a um usuário muito fiel o que é o Rappi, ele vai responder que é um aplicativo para economizar tempo: para evitar ir ao mercado, mas também não precisar sair para comprar uma cartolina para o dever de casa de um filho, ou ir à farmácia comprar um remédio, ou receber em casa verduras frescas em menos de 10 minutos, não ter que ir ao banco, poder transferir dinheiro de forma totalmente gratuita, poder comprar online etc. Então é essa comodidade que oferecemos porque já conhecemos nossos usuários, que não precisam inserir seus dados novamente para

comprar uma passagem, organizar viagens, administrar o dinheiro ou usar produtos financeiros, que vão começar a sair para investir mais de forma inteligente e lidar com a vida com mais facilidade.

R11 Ser o fundador de uma empresa avaliada em US\$ 5,5 bilhões

Não olhamos muito para trás. Acreditamos que existem centenas de outras coisas para criar e fazer na região, e sentimos que estamos apenas começando. Isso é muito maior do que o conjunto de fundadores. Não estamos fazendo isso por dinheiro. Já recebemos várias propostas para vender a empresa e poderíamos passar o resto da vida na praia. Mas não é isso que nos move. O que nos move é ter uma ferramenta que realmente gere impacto. E o que espero é poder mostrar que essa nova geração de empreendedores não mede seu sucesso como se fazia antigamente. Sucesso era medido por um bom salário na conta, por um patrimônio. Medimos o nosso pelo número de vidas que estamos melhorando. Isso não é para ficar rico. É para gerar valor para retribuir à sociedade e é a fórmula necessária para progredir e fazer nossa economia crescer. Temos que mostrar à sociedade que o empreendedorismo é um motor de bem-estar. É insano que existam sociedades no mundo que não apoiam o empreendedorismo e não valorizam os empreendedores. São eles quem realmente alimentam a população.

R12 Dicas para novos empreendedores

Que saibam onde estão se metendo, porque não é fácil. Eu imagino que tem gente que olha de fora e pensa que essa empresa cresceu do nada. Não. Não é fácil crescer. Já faz seis anos que todas as semanas revisamos projeto a projeto, iniciativa a iniciativa, o que temos que fazer para gerar crescimento e isso não vai parar. Portanto, é muito mais difícil do que parece e devemos ter bons motivos para fazer isso. Do contrário, não é suficiente. Então, espero que aqueles que estão começando a empreender o façam porque essa é a sua vocação e não para ganhar dinheiro rápido.

R13 Riscos na América Latina

A China tomou todas as decisões acertadas nas últimas décadas e tirou 800 milhões de pessoas da pobreza. Mas já se tem observado que estão começando a tomar decisões que não são tão boas e que estão gerando incertezas. Portanto, há bilhões de dólares que seriam investidos lá, mas agora não têm para onde ir. E nós, na América Latina, em vez de nos arrumar, pentear os cabelos, ficar bonitos e nos organizar,

oferecendo certezas ao mundo e a confiança de que acreditamos no progresso, estamos lutando entre nós enquanto ainda há crianças descalças que precisam de nós como líderes criativos. Há lutas políticas tolas porque, objetivamente, não se sai da pobreza sem jogar as regras do mercado: ser competitivo, criar indústrias, trazer investimentos, oferecer garantias para esses investimentos. Portanto, os políticos de esquerda ou de direita deveriam se matar para atrair investimentos e dar oportunidades a essas crianças no futuro. Deveríamos estar discutindo isso. Precisamos crescer. A sociedade deve eleger governantes que criem oportunidades para nós. Ponto final. Está evidente quais nações estão no caminho certo e quais não estão. Esperamos nos aproximar daquelas que estão trilhando um bom caminho.

R14 Oportunidades da região

Somos 650 milhões e esta é a nossa oportunidade. Como região, temos que nos tornar competitivos. Um país não é muito diferente de uma empresa no sentido de crescimento. É preciso ouvir o mercado. Foi isto o que fizemos. Temos que ser espertos e orientar nossos jovens para o que o mundo realmente precisa: aprender a programar, mesmo que eu tenha um preconceito sobre isso. Devemos aprender inglês não apenas para nos comunicar com o resto do mundo, mas para entender o que acontece com a tecnologia. Em resumo, ter uma boa formação.

APÊNDICE 3 – CORPUS GALO¹⁰⁸

Entrevista Galo no DigiLabour – julho de 2020

Por Rafael Grohmann e Paula Alves

G1 - É luta de classes mesmo, sem conversinha: entrevista com Galo, dos Entregadores Antifascistas

G2 Político de rua (e também das redes?), Paulo Lima, o Galo, liderança dos Entregadores Antifascistas, Galo arrumou um tempo, entre muitas lives e movimentações, para conversar com DigiLabour na última segunda-feira por videoconferência.

G3 Para ele, a luta dos entregadores tem potencial para unir a classe trabalhadora: “se você entrega sua força de trabalho é também um entregador”. Afirma que apressar-se para a construção da organização coletiva e de plataformas cooperativas é seguir o tempo do capitalismo: “para ontem”. Com calma e brio para lutar no Brasil de hoje: “eu não vou ficar esperar o Brasil ideal para lutar”.

G4 Galo conta como se formou politicamente, o processo de organização dos Entregadores Antifascistas e de se verem como trabalhadores. Fala também sobre o papel de plataformas como WhatsApp na construção do movimento e como a luta continua após a greve: “bagulho é luta de classes mesmo”.

G5 - DIGILABOUR: Você sempre diz que é um político de rua. Quando começou essa trajetória?

GALO: Quando eu tinha dez anos de idade, queria ser respeitado, como todo ser humano quer ser respeitado. E as pessoas que tinham o respeito na minha comunidade eram os caras envolvidos com o crime. A minha admiração por eles não era uma coisa voltada ao bem financeiro. Eu nem sabia, nem tinha noção, era uma criança. Não tinha

¹⁰⁸ Transcrição na íntegra de entrevista disponível em: Disponível em: <https://digilabour.com.br/2020/07/02/e-luta-de-classes-mesmo-sem-conversinha-entrevista-com-galo-dos-entregadores-antifascistas/>.

noção do mal que um bandido fazia para uma pessoa colocando uma arma na cara de uma pessoa. Eu via o respeito que a comunidade tinha por eles. E eu queria aquele respeito também. E aí você começa a ficar perto e analisar. Eu percebia que a única fraqueza do bandido era a polícia. Ela chegava, batia no bandido e ele não fazia nada. Ou então o carro da polícia aparecia e os caras corriam. E aí uma vez eu ouvi uma música tocar no rádio, um rap, e os caras xingavam a polícia. Falavam até o endereço e o nome deles. Aí eu falei: “ah, esses aí devem ser os bandidos mais foda da História”. Se eles estão xingando a polícia, falando o nome e o endereço deles e está na rádio é porque os caras devem ser foda. Se um dia eu for bandido, tenho que ser bandido igual esses caras da rádio. E aí eu fui atrás de ter contato com os caras do rap, ver quem é que fazia rap, tentar descobrir, ficava perguntando. Perguntava na escola. Aí os caras foram indicando. Aí eu cheguei em um mano que cantava rap. Cheguei nele e falei: “como eu faço para escrever um rap igual ao seu?”. Aí ele me falou: “Para escrever igual a mim, você tem que ler. Para escrever, tive que ler. Você quer um livro?”. “Ué, eu quero”. Aí ele me deu *Negras Raízes*, do Alex Haley. Depois que eu terminei de ler o livro, fui escrever e o rap melhorou. Eu pensei: “é isso mesmo, esse é o segredo. Tem que ler para escrever”. Só que é muito louco isso. Eu estava lendo aqueles livros ali achando que eu ia virar bandido. Achando que o cara do rap era um bandido. E aí eu fui pedindo outros livros. *Malcom X, 1984*, *Admirável Mundo Novo*, *A Revolução dos Bichos*, *As Veias Abertas da América Latina*, *Ensaio sobre a Cegueira*. Os caras foram me dando livro. Eu fiquei dos meus dez aos quinze anos ali, andando com os caras. E eles achavam bacana, tipo “a criança que fica pedindo livro para nós. É uma coisa meio incomum”. Essa é a minha formação. Eu não sabia, mas eu estava me formando politicamente ali naquele momento. Quando eu descobri que os caras do rap não eram bandidos foi a vez que me levaram na Cooperifa. Quando fui lá e os caras recitaram a música deles, eu vi que o pessoal bateu palma, vi o perfil do pessoal e tive um choque. Eu falei assim: “esses caras não são bandidos não. Esses caras são inteligentes e as pessoas respeitam eles porque são inteligentes. Eu não preciso ser bandido para as pessoas me respeitarem. Eu posso ser inteligente”. E aí surgiu minha vontade de ser um cara inteligente. O hip hop foi minha escola política. O Galo começa a sair para a rua cantar nessa época do hip hop.

G6 DIGILABOUR: Você está com grande destaque midiático e numa maratona de lives e entrevistas. Ao mesmo tempo, sempre fala que só vale a pena se for para todo

mundo crescer junto. Como tem sido a recepção da categoria de entregadores em geral em relação às pautas dos Entregadores Antifascistas?

GALO: O nome Entregadores Antifascistas já assusta né? E a proposta era essa. Assustar mesmo. Não é tão binário assim, mas a proposta era aproximar os amigos e afastar os inimigos. Quando eu comecei a conversar com os companheiros, ainda achando que era motoboy, fui atrás dos deles, que falavam para mim: “Galo, a coisa está ruim? Então desliga o aplicativo e vai para cuba”. E eu: “sério, irmão? Aí eu pensei: “está na hora de mudar a forma de abordar os caras. Estou abordando da forma errada”. Achava que o problema estava em mim. Aí eu sentei em uma praça para refletir sobre isso porque eu estava me sentindo mal já. Porque se um playboy mandar você para Cuba, a vontade é de ir mesmo, pedir a passagem e ir. Agora um cara que é igual a você, trabalhador, mandar você para Cuba... dói na carne. Cheguei à conclusão que o mundo tinha mudado e eu não percebi. A gente fica preocupado em sobreviver e não percebe. Eu não era mais um motoboy igual eu era em 2012. De carteira assinada. Agora eu era um entregador. Por aplicativo. Eu preciso me adaptar rápido. Se eu não me adaptar, não vou conseguir fazer isso aqui. Os caras vão ficar jantando meu espírito. Aí eu falei assim: “quer saber? Quem sofre mais entende mais. Vou atrás dos caras da bike. Os caras da bike pagam maior veneno. Muito mais que nós de moto. Os caras vão entender”. Aí apresentei a proposta para os companheiros da bike e ninguém me mandou para Cuba. Eu falei “Ah, estou em casa. É por aqui mesmo”. Se ninguém me mandou para Cuba, vou ficar por aqui trocando ideia com os companheiros. E ali a gente foi estruturando os Entregadores Antifascistas. E agora a gente tem até bandeira!

G7 DIGILABOUR: E como tem sido o processo de você ver os entregadores começarem a se enxergar como trabalhadores?

GALO: Mágico. Mágico. Eu falo que, se eu vivi outras vidas, essa deve ser a melhor das vidas. Não tem vida melhor para viver do que essa daqui. Ver os companheiros criarem autoestima, ver se empoderar, sentir que eles são capazes de transformar as coisas mesmo assim. É mágico, é surreal. É coisa que o capitalismo não pode comprar. Coisa que ninguém pode comprar. Você precisa viver a vida de forma intensa para poder passar por essa experiência. É mágico. A coisa já está acontecendo na Bahia, em Pernambuco, em Brasília, no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Sul, no Piauí, em Minas Gerais. Já está espalhando. A verdade viraliza sem capital. Para os caras viralizar

as coisas, precisam de capital, fake news, injetar capital para viralizar. A verdade viraliza sozinha. Isso é louco. Mágico, mágico.

G8 DIGILABOUR: Quais têm sido os maiores aprendizados para você na construção dos Entregadores Antifascistas?

GALO: O maior aprendizado de todos é que as coisas nunca são como a gente pensa que é. E nunca vão ser como a gente pensa que vai ser. A gente tem que ir se adaptando. Hoje os Entregadores Antifascistas têm várias ideologias. Tem anarquista, comunista, socialista. Eu não sou nada porque eu não li nada dessas fitas, mas eu acho que é isso aí. Não é porque nós somos de esquerda que nós vamos pensar todos iguais. Tem muita gente que pensa diferente. E aí temos que ter pessoas que pensam diferente mesmo, para ter representatividade desses pensamentos. A minha ideia, dos Entregadores Antifascistas, é que o movimento dos entregadores seja de empoderamento do trabalhador. O anarquista quer empoderar o trabalhador? O comunista quer empoderar o trabalhador? O partido político quer empoderar o trabalhador? O sindicato quer empoderar o trabalhador? O movimento social quer empoderar o trabalhador? Vamos parar de gracinha, de picuinha, e empoderar o trabalhador. As coisas não acontecem lá na frente. As coisas são agora. O trabalhador precisa de ajuda agora.

G9 DIGILABOUR: Você fala muito que a nossa luta no Brasil é no presente, no agora, e não no Brasil do futuro, ou algo idealizado. Quais são os principais desafios e lutas dos entregadores nesse Brasil de hoje?

GALO: Eu vou falar do desafio e da luta. O maior desafio dos Entregadores Antifascistas nesse momento é conseguir se organizar sem estabelecer uma hierarquia. Conseguir se organizar para ser um movimento horizontal, mas que isso não seja algo que nos enfraqueça em relação aos inimigos que temos que enfrentar pela frente. Os inimigos ficam tentando entender nossa estrutura para nos derrubar. A gente quer fazer de uma forma que não tenha essa coisa de líder, pessoas acima. O poder tem que estar na mão do povo mesmo, na mão dos trabalhadores, não tem que ter líder. As pessoas não são gado, que vamos levar para cá ou levar para lá. É um movimento de pensadores. O maior desafio é como a gente vai estabelecer e estruturar um movimento sem essas hierarquias e que ainda assim consiga se defender de inimigos que estarão por vir, que a gente sabe que vai ter que enfrentar.

G10 DIGILABOUR: E como não repetir 2013?

GALO: É isso. Como não repetir 2013. A questão é: todas as políticas querem empoderar o trabalhador. Quais são as políticas que querem empoderar o trabalhador?”. Vamos empoderar o trabalhador, irmão. Fortalecer a esquerda, criar uma esquerda forte. Não tem que todo mundo pensar igual. Não tem que todo mundo ser anarquista, ou comunista. As pessoas podem ser diversas e de formas diferentes, e nós temos que nos respeitar. Como não repetir 2013? Entender o que é ser antifascista. Na prática, na práxis. Na práxis. Antifascista não é só lidar contra o fascista. Antifascista também é lidar contra o fascismo. O fascismo está perto de nós. Pode pegar o Galo se o Galo não tomar cuidado. O fascismo pode nos pegar. Então como não repetir 2013? Vigilância. E escutar as pessoas, sabe? Quando as pessoas, às vezes, vêm fazer uma crítica e você não está disposto a escutar a crítica isso é fascismo. Tem que escutar as críticas. Eu tenho que ser questionado. Eu tenho que ser colocado à prova. Coloca alguma coisa para eu testar minha verdade. Eu acho que quem tem verdade suficiente não tem medo de crítica. É saudável. As pessoas pensam diferente. A evolução parte da diferença das pessoas. A minha vontade diz que a gente tem que unificar a esquerda de uma forma forte. E a classe trabalhadora, entendeu? A classe trabalhadora ser unida e a gente entender como o mundo funciona. É luta de classes mesmo, não dá para ficar de conversinha. Bagulho é luta de classes mesmo.

G11 DIGILABOUR: E como continua a luta?

GALO: Antes de iniciar a luta, nós temos que desconstruir algumas mentiras. Eu falo com os Entregadores Antifascistas: “não é pé de coentro que vai ganhar a altura certa em quinze dias. Nós somos são baobá. Vamos demorar para crescer”. Vai crescer devagar, lentamente. Tem gente que fala assim: “ah, eles só têm trinta caras”. É isso mesmo. Você acha que nós estamos preocupados em ser um movimento gigante amanhã? Não estamos. Estamos preocupados em mostrar para as pessoas que elas precisam entender isso aqui. Antes de aderir a essa ideia, elas precisam entender. Tem que saber porque ama e porque odeia. Sem essa de “velocidade”. A gente não é anticapitalista se ficar agindo para ontem. Isso é igualar ao capitalismo, que coloca tudo para ontem. Aí nós não seríamos anticapitalistas. A gente quer ser anticapitalista no tempo do capitalismo? Não vira. Então a gente está no agora. O que tem para fazer agora? Uma live? Trocar ideia? Então vamos. Depois vamos resolver os problemas dos Entregadores Antifascistas? Vamos lá. Uma hora depois vamos levar uma marmita ali para o pessoal que precisa comer? Vamos lá!

Uma hora depois eu tenho que limpar o chão da minha casa? Vamos lá. Não tem pressa. Eu não tenho pressa de fazer a coisa crescer. Fazer os entregadores se enxergarem como trabalhadores é mais fácil agora? Acho que têm pessoas agora dizendo uma verdade. Nós não somos empreendedores. Nós somos trabalhadores. E a ideia é essa. O patrão fica tentando manipular a mente do trabalhador para os trabalhadores se dividirem. Mas a gente não pode se dividir por causa de uma ideia de patrão. Nós não temos que ficar acatando ideia de patrão. Temos que ir para cima e vamos contar nossa verdade. Eu acredito que eu não tenho o poder de mudar ninguém. Eu acredito que eu tenho o compromisso de falar a minha verdade. E essa minha verdade pode chamar outras verdades. E essas verdades vão se unir e vão ser uma verdade maior. É nisso que eu acredito. No poder da verdade.

G12 DIGILABOUR: Temos visto o surgimento de plataformas cooperativas de entregadores em alguns lugares do mundo. Ao mesmo tempo, no Brasil, vejo as pessoas com muita pressa para construir isso.

GALO: Tem que dar tempo de todo mundo entrar no bonde. Não é porque o cara votou no Bolsonaro que ele deixou de ser meu irmão. Não é porque o cara tem uma ideia que eu não concordo que ele deixou de ser meu irmão. E a gente tem que ir devagarzinho para dar tempo de todo mundo entrar no bonde. Caso contrário, deixaremos gente para trás. Não pode deixar ninguém para trás. Nós não evoluímos no mesmo tempo. Tem que respeitar. Então, às vezes, se você acelerar o bonde, pode estar construindo um barato feio lá na frente. Várias pessoas entram em contato com a gente também para fazer cooperativa. Eu falo assim “você ganha quanto por mês?”. “Ah, eu ganho dez mil”. “Você está disposto a passar a ganhar três, igual todo mundo, na cooperativa? Você quer montar uma cooperativa para quê? Para nós fazer tudo junto? Ou só para você nos ajudar? Qual é a fita?”. “Não, mas eu...”. “Então, você vai deixar de ganhar dez mil onde você ganha para participar da nossa cooperativa e ganhar três mil igual todo mundo na cooperativa. Você está disposto?”. “Não, porque eu... Tenho minha vida, minhas contas”. “Então deixa para a próxima aí”. Nós não começamos a sofrer ontem e não vamos parar de sofrer amanhã. A luta é para a vida toda. Não adianta achar que a coisa vai se resolver amanhã com “Vamos tirar o Bolsonaro e aí tudo está solucionado!”. Não está solucionado não, irmão! Tudo bem que tirar esse cara doido do governo ajuda bastante, mas a gente tem o capitalismo, cara. Bolsonaro é um fruto do galho. A raiz é egoísta, o tronco é capitalista, o galho é fascismo, racismo, machismo. O Bolsonaro é um dos frutos do galho

do fascismo. Tirar o fruto vai resolver alguma coisa? Vai nascer outro fruto naquele lugar. A solução mesmo é machadada no tronco. E aí você acha que nós vamos derrubar essa árvore forte, que já está estruturada, enraizada assim tão fácil? Vai demorar um tempo. Nós precisamos de muita gente, com vários machados. Sair dando machado na mão de todo mundo e falar assim “Se prepara que nós vamos ali dar machadada no tronco para derrubar isso aí”. Isso vai demorar tempo. Não tem problema demorar! Triste é o dia da chegada. Aí você vai sentir falta da competição inteira. Do momento inteiro. Então, o importante é agora. Por que nós temos que acelerar o tempo das coisas? Parece que a gente acaba ficando velho mais cedo com essas ideias aí.

G13 DIGILABOUR: Como a luta continua após a greve?

GALO: A greve não foi puxada pelos Entregadores Antifascistas. Ela não tem um condicionamento político. Nós, Entregadores Antifascistas, temos. Não tem como dizer que nós não somos um movimento de esquerda. Está caracterizado que somos um movimento de esquerda. A greve tem uma pauta. Aumento das taxas, aumento da taxa fixa, da taxa mínima, fim dos bloqueios injustos, e uma remuneração aos companheiros que se acidentam ou que foram contaminados pelo COVID-19. Essa é a pauta da greve. É isso. Não tem liderança, não tem partido político. E o dia 2?. No dia 2, a luta continua. Os Entregadores Antifascistas continuam e não vão parar. Vão continuar seguindo o bonde. Devagar, no nosso ritmo, do jeito que as coisas têm que ser: dia 2, 3, 4, 5, 31, 2021, 2040. Vamos estar aí.

G14 DIGILABOUR: Uma das suas frases é “Todo mundo que entrega sua força de trabalho é entregador”. Além de chamar a união da classe trabalhadora, isso também pode significar que o trabalho em plataformas pode se generalizar para todas as categorias?

GALO: São os dois. É o mix. Logicamente a minha intenção maior com essa ideia é unir a classe trabalhadora. É a minha vontade. Eu estou na bala do trabalhador. Eu estou nas ideias do trabalhador. Eu acho que nós temos que nos unir. As enfermeiras gritarem de lá, os metroviários irem ajudar. Os metroviários gritarem de lá, os entregadores irem ajudar. Os ferroviários gritarem de lá, e os petroleiros irem ajudar. Porque nós somos todos trabalhadores. Os caras não têm problema só com os entregadores. Os caras têm problemas com o trabalhador. É um processo de rasgar a carteira do trabalho de todo mundo aí. Tudo bem, a carteira de trabalho não é mil maravilhas, né? Não é! Só que eu

queria que a luta dos Entregadores Antifascistas fosse uma luta para melhorar a CLT, não para recuperar a CLT. E que também não fosse uma luta para garantir que a democracia não acabe, mas para garantir que a democracia chegue para todo mundo. Só que o Brasil é estranho, mano. Nós vamos ficar esperando tempo bom para lutar? Eu não vou ficar esperando o Brasil ideal para lutar. Eu vou lutar no Brasil que tem.

G15 DIGILABOUR: Como a comunicação em plataformas digitais, como o WhatsApp, tem ajudado a organizar coletivamente os entregadores?

GALO: Tem ajudado, mas eu ainda prefiro olho no olho. Eu falo com a minha carne, eu falo com a minha pele, eu falo com o meu olhar. Ainda prefiro aquela coisa presencial. Mas eu confesso que essas ferramentas ajudam. Seria muito difícil organizar os Entregadores Antifascistas nesse momento pelo Brasil todo se não fosse isso. Mas eu confesso que eu gosto de olhar no olho. Gosto de falar, olhar no olho e ver se o olho da pessoa brilha, se o olho da pessoa ofusca. Eu vou me moderando por isso. Os Entregadores Antifascistas vão acontecer verdadeiramente na rua. Não vai ser no WhatsApp. O WhatsApp é uma ferramenta para a gente dar um jeito, mas a coisa é na rua. Político de rua não é político de WhatsApp.